

**O PROCESSO DE
REPRODUÇÃO
SOCIOTERRITORIAL
INTERGERACIONAL
DO CAMPESINATO
ASSENTADO EM
SAPÉ-PB**

RÔMULO LUIZ SILVA PANTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
(DOUTORADO)

RÔMULO LUIZ SILVA PANTA

O PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL
INTERGERACIONAL DO CAMPESinATO ASSENTADO EM SAPÉ-PB

João Pessoa-PB

Outubro/2020

RÔMULO LUIZ SILVA PANTA

**O PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL
INTERGERACIONAL DO CAMPESINATO ASSENTADO EM SAPÉ-PB**

Tese apresentada como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Ivan Targino Moreira

Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

Linha de pesquisa: Cidade e Campo: espaço e trabalho.

João Pessoa-PB

Outubro/2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P197p Panta, Rômulo Luiz Silva.

O processo de reprodução socioterritorial intergeracional do
campesinato assentado em Sapé-PB/
Rômulo Luiz Silva Panta. – João Pessoa, 2020.
332 f. : il.

Orientação: Ivan Targino Moreira.
Tese (Doutorado) – UFPB/CCEN.

1. Geografia agrária. 2. Assentamento rural. 3.
Intergeracionalidade. 4. Campesinato. 5. Reforma agrária –
Sapé (PB). I Moreira, Ivan Targino. II.
Título.

UFPB/BC

CDU 991.3:631(043)

**O PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL
INTERGERACIONAL DO CAMPESINATO ASSENTADO EM SAPÉ-PB**

por

Rômulo Luiz Silva Panta

Tese de Doutorado apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito total para obtenção do título
de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:



Prof. Dr. Ivan Targino Moreira

Orientador



Profª Drª Maria Franco Garcia

Examinadora interna



Profª Drª Emília de Rodat Fernandes Moreira

Examinadora interna



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

Examinador externo



Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho

Examinador externo

Universidade Federal da Paraíba

Centro de Ciências Exatas e da Natureza

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Curso de Mestrado e Doutorado em Geografia

Outubro/2020

A todos os trabalhadores, em especial os camponeses assentados, que lutam diariamente para sobreviver diante da crescente exploração, sem perder a fibra para lutar e a ternura de continuar acreditando.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que o compreendo como a inteligência, sentimentos e expressões de bondade e amor.

A minha família, meus pais, Seu Lula e Dona Graça, e as minhas irmãs, Cibelle e Cinthya, pessoas com quem divido minha vida, meus momentos de angústias e felicidades. As vezes não entendem minhas decisões e minhas renúncias, mas sempre estão comigo. As minhas tias, Maria Carmo (*in memoriam*) e Mariinha, que aliás, foram as pessoas que mais acreditaram em mim. Aos meus sobrinhos, Luiz, Heitor e Benício, por simbolizarem esperança e renovação. O simples sorriso de vocês faz meu dia melhor. Agradeço a todos.

Às funcionárias do PPGG Sônia e Rejane, sempre muito prestativas e atenciosas, tive nelas apoio toda vez que as procurei. Com Sônia estabeleci uma relação de imenso carinho, sempre conversarmos muito, sobre todos os assuntos um apoiando o outro. Tenho um pleito de gratidão à Sônia desde a época da seleção do mestrado. Em último dia para dar entrada nos recursos para reavaliação, foi ela e a minha colega de curso Angélica, que me deram a mão. Eu e Sônia nos tornamos amigos verdadeiros. Depois veio Rejane, com a mesma atenção de Sônia. Foram bons momentos vividos com vocês.

A todos professores do PPGG, desde a época de mestrado até os dias atuais. Vocês foram extraordinários, ampliaram meu horizonte, me apresentaram conhecimentos e concepções de mundo, além da esperança para continuar lutando e estudando. Dentre eles, os que tive maior contato, posso destacar: Emília, Marcos, Maria, Carlos Augusto e Dora.

Ao meu professor e orientador Ivan Targino, com o qual tenho uma imensa gratidão. Ele sempre me apoiou, me estendeu a mão e me ajudou a caminhar. Lembro que na época da seleção do mestrado, em um momento difícil, pois meu projeto estava sob reavaliação, quando me inquiriram se tinha pretensão orientador para minha pesquisa e eu com orgulho disse: Sim, é o professor Ivan. Eu já havia falado com ele, e sem titubear, me respondeu positivamente. Dessa parceria caminhamos para o doutorado, e novamente ele me estendeu a mão. Sei que se hoje estou aqui concluindo esse curso, em muito devo ao professor Ivan. Nele sempre tive estímulo, segurança e orientação. Tive com o professor Ivan uma relação de carinho, respeito e aprendizado para além do que está nos livros. Aprendi com sua simplicidade lições que levarei

para a vida. A ele devo muito do que sou e do que sei, é exemplo de pessoa, professor e pesquisador. Serei para sempre grato.

Aos professores examinadores: Maria, Emília, Eraldo e Belarmino, pessoas as quais tenho imensa admiração e confiança. Obrigado pela disponibilidade e gentileza de vocês em contribuírem no exame desta tese. Obrigado a todos. Aproveito o ensejo para agradecer, de maneira especial, ao professor Belarmino. Foi ele, lá nos anos de 2007, na época, meu orientador na conclusão do graduação em geografia, que me incentivou a fazer o mestrado. Foi ele que me apresentou o caminho da pesquisa e eu segui.

Aos meus colegas do curso de doutorado, pelas conversas, risadas e pelo crescimento. O curso de doutorado se faz, em grande parte, sozinho, não cursamos muitas disciplinas juntos, mas sempre tivemos um convívio respeitoso e estimulador, sempre torcemos uns pelos outros. Espero nos vermos ainda em vários momentos de nossas vidas.

Aos meus colegas do grupo de estudo sobre campesinato, Pablo, Alisson, Ana, Francisco e Nayana (*in memoriam*). Foram bons e produtivos momentos vividos com vocês. Partilhamos nossas pesquisas, nossas angústias e nossas felicidades. Partilhamos também a tristeza da perda prematura de Nayara, a ela toda nossa boa vibração, que seja luz.

Agradeço aos meus colegas de trabalho pelo incentivo e palavras de estímulo. Desculpem minhas ausências devido às licenças, que tive que requerer, elas tinham um propósito maior, concluir este curso.

A Ellen, minha colega de luta, que intelectual no campo das línguas estrangeira, de pronto se ofereceu para a tradução dos resumos em inglês e espanhol, e ainda me convidou à ir a Europa, durante o curso do seu doutorado. Obrigado.

A todos os camponeses assentados, das diferentes gerações, homens, mulheres, crianças e idosos, que fazem de sua vida o devir diário da luta. Eles plantam sonhos e comida que alimentam o campo e a cidade. Em especial, agradeço a João Balbino, presidente da associação do Assentamento Santa Helena I, sempre tão atencioso, meu auxiliou constantemente desde época da graduação até agora. E a Marizete, presidente do Santa Helena II, tive muito apoio em tudo que fiz por lá. Meu obrigado.

Agradeço também à família da senhora Maria Nunes e do senhor Antonio, do Assentamento 21 de abril, bem como a seus filhos agregados, Remisson e Fábio, pelas lições

que me deram na compreensão do que é a família camponesa em sua multiplicidade, construída na simplicidades e na partilha. Sou muito grato.

A Alane, minha ex-aluna, que se tornou uma mulher de garra e luta. Hoje, além de assentada agregada é presidente do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, integrante da CPT e mãe. Tive grata surpresa quando lhe vi levantando a bandeira do MST com o seu filho de meses no colo em uma cerimônia junto ao governo do Estado no memorial. Com ela aprendi muito sobre o contexto atual da luta para permanecer na terra. Muito obrigado.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse sonho, que confesso, foi além do que eu tinha sonhado, mas que hoje dá significado e missão a minha existência.

Companheiros,

Cruzem e porta da minha casa

Encham a sala de sorriso e de suor

Abençoem o leito da minha cama

No jardim podem pisar na grama

Sei que não pisam na flor

Cheguem junto de mim nessa brincadeira

Porque o que eu quero mais é bem viver

Porque eu gosto mais é de vocês

Porque eu quero é viver junto de vocês

Porque eu gosto mais é de vocês

Porque o que eu quero mais é bem viver

Porque eu quero é viver junto de vocês

Chega Junto

Adeildo Vieira

Na terra ninguém vive sozinho. Uns precisam da ajuda dos outros. Meu pai me ajudou, depois eu ajudei ele. Hoje meus filhos me ajudam e também precisam de mim. Por isso eu digo: aqui não se vive sem ajuda.

*Senhora Luzia, Assentada do Assentamento Nova
Vivência*

RESUMO

Nas últimas décadas, um relevante e volumoso acervo de pesquisas sobre a questão agrária no Brasil tem dado atenção especial à criação dos assentamentos rurais. Essas pesquisas enfocam as diversas dimensões dos assentamentos, concentrando-se mais efetivamente sobre o processo de territorialização e de reforma do território. Contudo, quando se analisa a dinâmica interna dos assentamentos rurais da Reforma Agrária, verifica-se que o acesso à terra, ou seja, a territorialização do campesinato é apenas o primeiro passo no processo da recriação camponesa. Com efeito, a luta pela sobrevivência e permanência dos camponeses no campo, não acaba após a criação dos assentamentos. Nesse sentido, apresentamos alguns desafios observados a partir das contradições internas dos assentamentos, entre eles, a reprodução camponesa intergeracional e os processos socioterritoriais contidos nela. A geografia pode contribuir para o entendimento dessas contradições. Esta pesquisa objetiva analisar o processo de reprodução socioterritorial intergeracional do campesinato nos assentamentos Rurais da Reforma Agrária em Sapé-PB. No tocante à metodologia, a proposta se orienta pelo materialismo histórico e dialético como método de interpretação da realidade. O recorte territorial compreende seis assentamentos rurais da Reforma Agrária localizados em Sapé-PB (Santa Helena, Boa Vista, Rainha dos Anjos, 21 de abril, Nova vivência e Padre Gino). A categoria de análise central do estudo é a família ampliada, isto é, o conjunto formado pela família nuclear beneficiária da política agrária e das famílias dos filhos ou filhas que fixaram residência no lote. Além do levantamento bibliográfico sobre o tema, foi também realizada um trabalho de campo. A primeira fase da pesquisa direta consistiu no levantamento de todas as famílias ampliadas residentes nos seis assentamentos. A partir desse levantamento, foi definida uma amostra correspondente a 30% das famílias ampliadas. Foi realizada entrevista com essas famílias, bem como com as direções das associações desses assentamentos. Na pesquisa verificamos o processo de reprodução intergeracional do campesinato assentado, os mecanismos internos de conformação do desenho populacional intergeracional, as dinâmicas territoriais exercidas pelo segmento ampliado e as tensões geradas a partir da pressão demográfica nas unidade de produção camponesa de base familiar. Foram também investigadas as múltiplas formas, relações e os processos de aderência do campesinato assentado com a exploração do território e da força de trabalho pelo capital.

Palavras Chave: Campesinato; Assentamento; Reprodução socioterritorial; Intergeracionalidade

ABSTRACT

In the last decades, a relevant and large collection of researches about the agrarian issue in Brazil has given special attention to the creation of rural settlements. These researches focus on settlements' several dimensions, focusing more specifically on the processes of territorialization and territory reform. Nevertheless, when the internal dynamics of Agrarian Reform's rural settlements is analyzed, it is verified that the access to the land, that is, the peasantry territorialization is only the first step in the process of peasant recreation. Indeed, the struggle for the survival and permanence of the peasants in the countryside does not end after the creation of settlements. In this sense, we present some challenges observed from the settlements' internal contradictions as the intergenerational peasant reproduction and its socio-territorial processes. Geography may contribute to the understanding of these contradictions. This research aims to analyze the socio-territorial and intergenerational peasantry reproduction process in the rural settlements of Agrarian Reform in Sape-PB, Brazil. Regarding the methodology, the proposal is oriented by the historical and dialectical materialism as a method of interpretation of reality. The territorial outline comprises six rural settlements of Agrarian Reform located in Sape-PB, Brazil (Santa Helena, Boa Vista, Rainha dos Anjos, 21 de abril, Nova vivência and Padre Gino). The study central category of analysis is the extended family, that is, the group formed by the nuclear beneficiary family of the agrarian politics and the families of sons and daughters that settled residency in the lot. Besides the bibliographic survey on the topic, fieldwork was also conducted. The first phase of direct research consisted of the data survey about all the extended families that reside in the six settlements. From this survey it was defined a sample correspondent to 30% of the extended families. Interviews were performed with these families and also with the directions of these settlements associations. In the study, we verified the settled peasantry process of intergenerational reproduction, the internal mechanisms of conformation of the intergenerational populational design, the territorial dynamics exercised by the extended segment and the tensions generated from the demographic pressure in the peasantry production units of family base. They were also investigated the multiple forms, relations and the adherence processes of the settled peasantry with the exploitation of the territory and the labor power by capital.

Keywords: Peasantry; Settlement; Socioterritorial reproduction; Intergenerationality.

RESUMEN

En las últimas décadas, una relevante y voluminosa colección de pesquisa sobre la cuestión agraria en Brasil ha dado especial atención a la creación de los asentamientos rurales. Esas investigaciones están centradas en diversas dimensiones de los asentamientos, enfocando más sobre el proceso de territorialización y de reforma del territorio. Sin embargo, cuando se analiza la dinámica interna de los asentamientos rurales de la Reforma Agraria, resulta que el acceso a la tierra, o sea, la territorialización del campesinado es solo el primer paso en el proceso de recreación campesina. De hecho, la lucha por la supervivencia y la permanencia de los campesinos en el campo no termina con la creación del asentamiento. En ese sentido, presentamos algunos retos observados desde las contradicciones internas de los asentamientos, entre ellos la reproducción campesina intergeneracional y los procesos socio-territoriales contenidos en ella. La geografía puede contribuir para la comprensión de esas contradicciones. Esta investigación tiene el objetivo de analizar el proceso de reproducción socio-territorial intergeneracional de lo campesinado en los asentamientos rurales de la Reforma Agraria en Sapé-PB. Con respecto a la metodología, la propuesta se guía por el materialismo histórico y dialéctico como método de interpretación de la realidad. El recorte territorial contiene seis asentamientos rurales de la Reforma Agraria situados en Sapé-PB (Santa Helena, Boa Vista, Rainha dos Anjos, 21 de abril, Nova vivência y Padre Gino). La categoría de análisis central del estudio es la familia extendida, o sea, el conjunto formado por la familia nuclear beneficiaria de la política agraria y las familias de los hijos e hijas que se establecieron en el lote. Además del relevamiento bibliográfico sobre el tema, fue también ejecutado un trabajo de campo. La primera fase de la investigación directa consistió en el mapeo de todas las familias extendidas establecidas en los seis asentamientos. A partir de ese mapeo, fue definida una muestra correspondiente al 30% de las familias extendidas. Fueron realizadas entrevistas con esas familias, así como con las direcciones de las asociaciones de los asentamientos. En la investigación verificamos el proceso de reproducción intergeneracional del campesinado asentado, los mecanismos internos de conformación del diseño poblacional intergeneracional, las dinámicas territoriales ejercidas por el segmento extendido y las tensiones generadas desde la presión demográfica en las unidades de producción campesina de basis familiar. Fueron también investigadas las múltiples formas, relaciones y los procesos de adherencia del campesinado asentado con la exploración del territorio y da fuerza de trabajo por el capital.

Palabras Clave: Campesinado; Asentamiento; Reproducción socio-territorial; Intergeneracionalidad.

LISTA DE SIGLAS

AJC	Articulação da Juventude Camponesa da Zona da Mata Paraibana
APREP	Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAIENA	Companhia Agroindustrial Santa Helena
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CEASA	Centros Econômico de Abastecimento S/A
CEASA- JP	Central Estadual de Abastecimento de João Pessoa
CI	Compra de Sementes e Compra Institucional
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPR - Doação	Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea
CPR - Estoque	Formação de Estoques pela Agricultura Familiar
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DATALUTA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
DPF	Declaração de Aptidão do Pronaf
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMEPA	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S.A
FMI	Fundo Monetário Internacional
GLO	Garantia da Lei e da Ordem

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LILA	Liga dos Latifundiários
MEI	Microempresas Individuais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAA - Leite	Incentivo à Produção e consumo de Leite
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PFZ	Programa Fome Zero
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROALCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
STRS	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNA	Una Açúcar e Energia

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Sapé: Localização e referência.....	133
Mapa 02	Sapé: Assentamentos da Reforma Agrária	164

LISTA DE FOTOS

Foto 01	Família ampliada: intergeracionalidade camponesa.....	175
Foto 02	A expressão processo de sucesso intergeracional	183
Foto 03	Colheita do feijão: trabalho familiar realizado entre as gerações.....	189
Foto 04	Preparação da terra para o plantio de batata doce, realizada por homens	191
Foto 05	Lavagem das batatas doces- beneficiamento para a comercialização, realizada por mulheres	192
Foto 06	Guarda das sementes	193
Foto 07	Plantação consorciada de lavouras de feijão e milho	198
Foto 08	Plantio de Horta: Assentamento Padre Gino	200
Foto 09	Plantio de lavoura de batata doce: assentamento Boa Vista	201
Foto 10	Pequena criação de vacas leiteiras	202
Foto 11	Galinheiro de criação de galinhas de capoeira	203
Foto 12	As casas da família ampliada	212
Foto 13	Casas dos agregados no lote do assentamento Santa Helena	212
Foto 14	Quintal do sítio	214
Foto 15	Quintal: espaço da coletividade	214
Foto 16	Criação de carneiro adquirido a partir dos recursos do PAA	225
Foto17	Construção da casa da célula familiar agregada no lote	227
Foto 18	Acampamento da Articulação da Juventude Camponesa da Zona da Mata Paraibana	237
Foto 19	Ônibus de transporte rural recolhendo a força de trabalho camponesa residente nos assentamentos	249

Foto 20	O trabalho sazonal no corte da cana-de-açúcar realizado por agregados do assentamento Boa Vista	250
Foto 21	Trabalho acessório por diária no interior do assentamento	262
Foto 22	Mercadinho de um agregado instalado no interior da agrovila do assentamento	267
Foto 23	Estoque e mostruário de produtos da Avon, Natura e Hinode de uma agregada	270
Foto 24	Plantação de cana-de-açúcar e abacaxi em áreas de assentamento da Reforma Agrária	275
Foto 25	Trabalho familiar realizado nos lotes dos assentamentos arrendados à usina	278
Foto 26	A repartição territorial entre as culturas de base alimentar e as monoculturas da cana-de-açúcar e do abacaxi no interior dos assentamentos	281
Foto 27	Beneficiamento da mandioca na fabricação da goma	283
Foto 28	Plantando a esperança	291

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01	Ato público das Ligas Camponesas de Sapé –década de 1960 (à frente, João Pedro Teixeira)	136
Imagem 02	Ato público das Ligas Camponesas de Sapé na Praça João Pessoa, Sapé-PB- década de 1960	137
Imagem 03	Ato público das Ligas Camponesas de Sapé década de 1960	138
Imagem 04	Reunião das Ligas Camponesas de Sapé- década de 1960	139
Imagem 05	Comício das Ligas Camponesas de Sapé em protesto à morte de João Pedro Teixeira, 1962	140
Imagem 06	Comício das Ligas Camponesas em protesto à morte de João Pedro Teixeira- Na foto, a sua viúva, Elizabeth Teixeira	141
Imagem 07	Imagem área da Usina Santa Helena em Sapé na década de 1980	146
Imagem 08	Ocupação de Cuba de baixo na década de 1980.....	152

Imagem 09	Material do Acampamento da Juventude Camponesa- Zona da Mata Paraibana	236

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Elementos relacionados ao seu processo de recriação camponesa	80
Figura 02	Organograma vertical da composição da família camponesa ampliada	94
Figura 03	Ocupação territorial da Zona da Mata Paraibana: localização dos engenhos de cana-de-açúcar- 1634	125
Figura 04	Capitania da Paraíba- Praefecture de Paraíba, et Rio Grande de 1640	127
Figura 05	Organograma da relação entre trabalho e consumo da unidade de produção das famílias camponesas ampliadas.....	180
Figura 06	Ilustração da organização territorial de uso coletivo por relações de parentesco	209
Figura 07	Jornada de trabalho semanal em condição de trabalho assalariado de Remisson, 24 anos, agregado, camponês e trabalhador no corte da cana-de-açúcar	252

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Tabela 01- Dinâmica populacional do município de Sapé- (1970-2010)	151
Tabela 02	Representatividade das culturas desenvolvidas nos assentamentos	168
Tabela 03	Destino da produção	168
Tabela 04	Quantidade de famílias assentadas e a dinâmica da intergeracionalidade	176

Tabela 05	Representatividade dos elementos que caracterizam a permanência intergeracional e o processo reprodutivo socioterritorial do campesinato	188
Tabela 06	Finalidade da produção	196
Tabela 07	Representatividade das culturas plantadas nos assentamentos	199
Tabela 08	Finalidade de criação dos animais	201
Tabela 09	As fontes de renda e sua representatividade na manutenção das famílias ampliadas	217
Tabela 10	Como realiza a comercialização da produção	219
Tabela 11	Comparação de preços dos produtos praticados pela Ceasa e pelo Conab	222
Tabela 12	Valores em reais dos projetos formalizados e executados do PAA no município de Sapé e nas áreas de assentamento (2010-2019)	224
Tabela 13	Número de ocupações e criação dos assentamentos (2014-2018)	233
Tabela 14	Percentual de ocupação em atividades acessórias	243
Tabela 15	Ocupações temporárias externas do segmento agregado	248
Tabela 16	Atividades realizadas pelo segmento populacional intergeracional migrante	258
Tabela 17	Pequenos negócios existentes nos assentamentos	268
Tabela 18	Fatores motivadores para o arrendamento de frações do lote.....	276

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Demonstrativo das unidades desapropriadas e assentamentos originados em Sapé	163

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Percentual de permanência do segmento intergeracional nos lotes da Reforma Agrária	259

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1.REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O CAMPESINATO E SUA REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL INTERGERACIONAL	44
1.1 Intersecções teóricas sobre o campesinato	44
1.1.1 O campesinato no pensamento marxista ortodoxo	44
1.1.2 O campesinato no pensamento marxista heterodoxo	51
1.2 O campesinato brasileiro e o sujeito da Reforma Agrária: conflitos, contradições e organização	58
1.3 A intergeracionalidade e o processo de reprodução socioterritorial do campesinato da Reforma Agrária	83
1.4 As contradições do processo de reprodução intergeracional do campesinato: uma compreensão a partir das teorias marxistas	98
2. AS DINÂMICAS TERRITORIAL, E REFORMA AGRÁRIA	111
2.1 O território como expressão das contradições sociais e do trabalho no campo	111
2.2. A organização do espaço agrário, a formação territorial da zona da Mata Paraibana e do município de Sapé	121
2.3. As dinâmicas da desterritorialização e territorialização das classes sociais no campo e na conformação territorial	144
2.4 A reforma do território: criação e organização interna dos assentamentos rurais em Sapé	158
3.O PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO CAMPESINATO ASSENTADO E A PERMANÊNCIA INTERGERACIONAL	173
3.1 A composição das famílias camponesas assentadas ampliadas, sua reprodução socioterritorial e a permanência intergeracional	173
3.2 Organização do trabalho e da produção como caracterização do processo de reprodução socioterritorial intergeracional camponesa	188
3.3 Os casamentos binários, a ampliação do uso do território e a questão da moradia como motivadores da permanência	207
3.4 A importância dos programas de apoio à comercialização como vetor da reprodução socioterritorial intergeracional e permanência camponesa	218

3.5 A reconstrução do controle social: a permanência intergeracional como resistência	228
4. PRESSÃO DEMOGRÁFICA E O PROCESSO DE EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	239
4.1 A pressão demográfica e mobilidade do trabalho: as tensões do processo de ampliação familiar	239
4.2 O caminho de roçado: a pressão demográfica e migração da força de trabalho do segmento intergeracional	247
4.3 O trabalho acessório, a terceirização e a multiatividades: trajetórias sociais atravessadas pelo processo de controle da força de trabalho do campesinato agregado no processo acumulação flexível	260
4.4 Os processos de exploração do capital nos assentamentos: subordinação do trabalho e da produção, monopolização do território pelo capital e pejotização	272
4.5 Excedente demográfico e a dinâmica geográfica do trabalho expressas no movimento desigual e contraditório	284
CONSIDERAÇÕES FINAIS	293
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	302
ANEXOS	327

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, um relevante e volumoso acervo de pesquisas sobre a questão agrária no Brasil tem dado atenção especial à criação dos assentamentos rurais, enfocando as suas diversas dimensões (econômicas, sociais, ambientais, uso e ordenamento do território, mediadores e representação política, condições de vida das famílias, entre outras) e as dinâmicas que geram no entorno e nos municípios onde estão espacializados (CAMPOS, COCA e FERNANDES, 2014; CARTER, 2010; LEITE et al., 2004; BRUNO e MEDEIROS, 2000; GONÇALVES, 2004; MOREIRA e TARGINO, 2007; MITIDIERO JR., 2013).

A ciência geográfica tem participado ativamente desse processo de produção com um aporte teórico na reflexão sobre a materialização dos assentamentos rurais e os múltiplos processos engendrados no espaço agrário brasileiro. Neste contexto, destaque-se o conceito de territorialização da luta pela terra, fruto da espacialização dos movimentos sociais do campo nos termos defendidos por Fernandes (1994), onde a conquista do acesso à terra, a partir dos assentamentos, é uma forma de recriação do campesinato. Contudo, quando se analisa a dinâmica interna dos assentamentos rurais da Reforma Agrária, verifica-se que o acesso à terra, ou seja, a territorialização do campesinato é o primeiro passo no processo da recriação camponesa, visto que a luta pela sobrevivência e permanência dos camponeses no campo não acaba após a criação dos assentamentos.

Nesse sentido, apresentamos alguns desafios observados a partir das contradições internas dos assentamentos, que a ciência geográfica pode imprimir compreensão, entre eles: formatação e o tamanho dos lotes; a capacidade produtiva; os mecanismos internos de uso da terra; a reprodução camponesa intergeracional; a conformação de uma população excedente e os processos de permanência e subalternização impostos à essa população.

Os desafios apresentados estão no cerne das discussões do tema desta pesquisa, visto que estão atrelados aos processos de reprodução social das famílias camponesas assentadas que, no decorrer do tempo, tornaram-se “extensas”, característica verificada a partir do processo de reprodução e conformação do contingente intergeracional no lote da família nuclear originária (WOLF, 1970). A reprodução intergeracional do campesinato da Reforma Agrária expressa-se como um processo “conflitivo”, pois o próprio programa não tem previsibilidade dessa dinâmica. O segmento intergeracional está diante das dinâmicas dialéticas de resistência/permanência, frente aos processos de subordinação e expropriação dada a estranheza

das possibilidades e limitações do próprio programa, que, circunstancialmente, tanto permitem sua permanência, como a posição contrária, que não o absorve.

Martins (2003) já colocava que:

(...) um dos problemas do programa de reforma agrária é justamente o de não prever a reentrada cíclica de novos clientes provenientes das novas gerações de famílias de assentados. Que os filhos de assentados anteriores fiquem no vestibulo do programa com a mesma demanda e no mesmo nível de transformação e qualificação de seus pais sugere claramente um problema. Indica que o avanço social e educacional que a reforma agrária deveria representar para as novas gerações acabou não se concretizando nos assentamentos (MARTINS, 2003, p. 70).

Compreendemos que o modelo proposto de Reforma Agrária de Estado, apresentou avanços, desde o ponto de vista social, econômico, produtivo e reprodutivo do campesinato, mas, seu foco compreende apenas a família nuclear, não levando em consideração os desdobramentos intergeracionais presentes na questão agrária nacional, conforme assevera Pina-Cabral (1991).

(...) o quadro atemporal do sistema da reforma agrária, que concebe a parcela como uma unidade de terra concedida provisoriamente para ser trabalhada por uma família composta pelo casal assentado (titular) e seus descendentes, os pais não podem passar a parcela para o nome dos filhos. O sistema baseia-se numa unidade operativa de “família nuclear”, sincopada, ou seja, não comportando uma noção de prolongamento temporal e reprodução intergeracional (PINA-CABRAL, 1991, p.139).

A visão institucional da Reforma Agrária dedica-se à territorialização da família nuclear, não contemplando os desdobramentos advindos após a criação dos assentamentos, nas esferas sociais, econômicas (produtiva e comercial) e reprodutiva no que se refere à dinâmica demográfica e a intergeracionalidade. Contudo, cada vez mais encontramos nos assentamentos a constância da reprodução social do campesinato em uma perspectiva intergeracional, como contingente não vocalizado e imerso nas contradições sociais e territoriais.

Assim, negá-la é ratificar o discurso dominante que produz a não-existência do que não cabe na totalidade, ou seja, é isolar o sujeito desperdiçando a experiência das práticas sociais, que não se encerram com a alternativa oferecida pelo Programa de Reforma Agrária. Desse modo, a intergeracionalidade do campesinato da Reforma Agrária é uma categoria social, pois podemos nos debruçar focalmente nela para compreender as contradições e os resultados do próprio programa de Reforma Agrária, observando a capacidade dele em manter as famílias e suas derivações na terra.

O presente trabalho de tese trata de uma análise sobre o processo da reprodução socioterritorial intergeracional do campesinato dos assentamentos rurais da Reforma Agrária. Nossas compreensões partiram da análise do próprio desenho da composição populacional familiar que se derivou do programa. No ato da instalação do assentamento, o lote é ocupado por uma família nuclear, que é a “titular, beneficiada pela Reforma Agrária e reconhecida como família assentada” (INCRA, 2019). Contudo, no transcurso do tempo, com o casamento do(a)s filhos(as), constituição e permanência de suas próprias famílias, surge um novo desenho demográfico, mediante a reprodução e incorporação das novas células familiares.

Verificamos tal processo a partir das sucessivas pesquisas realizadas anteriormente nos assentamentos, onde presenciamos que, na maioria dos lotes, a terra era ocupada por, em média, 04 (quatro) células familiares, com respectivamente 11 (onze) pessoas, que se agregam (denominação atribuída pelo INCRA, 2010) aos lotes, compondo uma nova moldura de família, que chamamos aqui nesta tese de *famílias ampliadas*. Essas famílias são compostas pela unidade nuclear, ou seja, pela célula familiar oficialmente reconhecida e pelas células familiares que se agregaram, produto da ampliação intergeracional da família.

Essas famílias se reproduziram a partir do acesso à terra e dos recursos que ela dispõe, bem como dos mecanismos internos socioterritoriais que permitiram tributar condições materiais de permanência ampliada e intergeracional nos assentamentos. A conformação desse contingente serviu para a viabilização do próprio programa de Reforma Agrária, que requeria uma quantidade de trabalho sobre a terra para torná-la uma unidade de produção em atividade.

Entretanto, esse desenho demográfico das famílias assentadas, em especial o segmento intergeracional, está inserido em um paralelismo social onde tanto se expressa enquanto modelagem mais flexível para o processo de reprodução interna, bem como está em uma posição locacional favorável ao processo de reprodução ampliada do capital. Assim, a existência de um contingente populacional, que se constitua como força de trabalho formado internamente é condição para que a engrenagem de sua reprodução ampliada se realize.

O capital, em seu conjunto de estratégias, reforma, cria novos mecanismos que permitem tanto a manutenção de sua expansão, bem como a antevisão de táticas não explícitas, mas que garantem a ampliação do controle dos elementos de sua composição orgânica (relação entre capital constante e capital variável), mesmo que, nesse bojo, o processo de reforma não esteja a explicitar essa percepção. Desse modo, novas pesquisas deveriam ser realizadas na tentativa de apreender as contradições e os desdobramentos decorridos na constituição do campesinato e nas frações dos territórios reformados.

Nossas pesquisas sobre os assentamentos rurais da Reforma Agrária e as contradições vividas pela população resultante deles remontam a 2007, com o final da graduação em Geografia, realizada na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Naquele momento, desenvolvemos uma pesquisa de campo para a produção da monografia de conclusão de curso, cujo título foi “Uma análise sobre as condições de vida, trabalho e moradia no Assentamento Santa Helena, Sapé-PB” (PANTA, 2007), onde discutimos desde o processo de luta para a territorialização e as repercussões sobre as condições de trabalho e moradia no Assentamento Santa Helena, em Sapé- Paraíba. Uma das principais conclusões que chegamos foi o entendimento da importância que a terra tem para a promoção da vida da população que lutou por ela, e que consegue sobreviver frente aos processos de espoliação e expropriação.

Contudo, naquele momento, já compreendíamos que o fato dos camponeses se apropriarem de uma fração do território não significava o fim dos problemas. Os processos de subordinação, controle e submissão real do território e da força de trabalho ainda continuavam e continuam de forma bastante presente e, por vezes, sofisticada, penetrando nos espaços, conquistas e nos territórios, pois é condição metabólica do capital subordinar e se apropriar das estruturas e formações sociais estranhas a ele. Diante dessas inquietações, vimos a necessidade de permanecer estudando os assentamentos como território de luta, contradições e, também, de possibilidades.

Posteriormente, com o ingresso no mestrado em Geografia em 2013, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desenvolvemos uma pesquisa para dissertação intitulada: “O processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária em Sapé-PB” (PANTA, 2015). Na referida pesquisa, procuramos compreender as ações de controle estabelecidas pelo capital a partir da ação territorial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), onde a implementação desse programa de estímulo à agricultura promoveu também o controle sobre o território e o processo de subordinação da força de trabalho ao capital.

No trabalho supracitado, verificamos algumas estratégias do capital, e de como ele as dispõe, a exemplo do PRONAF, que, na tentativa de integrar e reintegrar à sua lógica hegemônica os territórios de disputas, estabelece relações que nele se desenvolvem, e que não possam ser concebidas sob a perspectiva de um projeto único, com fins definidos no conjunto de estratégias de sua reprodução.

Esse trabalho contribuiu para reforçar algumas compreensões e hipóteses que tínhamos em mente, e que vinham à tona desde a pesquisa anterior, bem como nos permitiu elaborar novos questionamentos sobre as condições de vida e formas de recriação e reprodução

camponesa. Faz necessário colocar, nesse contexto, que nosso contato com os camponeses assentados se deu em anos anteriores, quando trabalhávamos no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), na Agência de Sapé-PB, sob a condição de bolsista e posteriormente como prestador de serviço, período que data entre os anos de 1997-2006.

Assim, presenciamos o processo de constituição da maioria dos assentamentos da região da Várzea da Zona da Mata Paraibana. Acompanhamos a constituição dos assentamentos, desde sua fase embrionária, enquanto instância espacial, e seu processo de reforma do território, representada pela fragmentação da estrutura fundiária dominante. Presenciamos, também, as dificuldades que se deram desde o momento da instalação, perpassando pelo processo de reafirmação dos camponeses como sujeitos com substância histórica, social, política e econômica que, diante de todos processos de subordinação e submissão, ainda lutavam, pós-criação do assentamento, para fazer daquele espaço um espaço de possibilidades.

Desse modo, tentar compreender as dificuldades e contradições observadas nos assentamentos após o processo de instalação, entre elas, as questões da reprodução e ampliação populacional, nos suscitaram novas possibilidades de execução de pesquisas. O interesse surgiu após pesquisas relatadas anteriores, onde observávamos a estrutura das moradias e, a quantidade de indivíduos que continham cada lote, retirando dele sua base alimentar, chegamos a presenciar a permanência de 31 (trinta e uma) pessoas, distribuídas em 05 (cinco) células familiares em um lote de 6,0 (seis) hectares, compreendendo três gerações que permaneciam no campo mediante acesso coletivo à terra, via assentamento da Reforma Agrária.

Para tanto, a fração territorial representada pelos lotes compreendia dimensões de terra de trabalho, terra de sustento, terra de morada e espaço de vida, portanto, espaço da reprodução socioterritorial de formação social interna do campesinato. Contudo, estes espaços e os processos de reprodução socioterritorial contidos neles não se deram em caráter dissociados da formação social dominante. Ou seja, as contradições e tensões internas e externas continuam alcançando as populações de formas sociais diferentes.

Assim, após observações e pesquisas locais realizadas anteriormente, e, após o curso da disciplina: Capital, espaço e mobilidade do trabalho, construímos o projeto de doutorado, no intuito de verticalizarmos a compreensão no que se refere aos processos de reprodução camponesa intergeracional e conformação de força de trabalho nos assentamentos.

Desse modo, na tentativa de melhor compreender os processos e contradições, anteriormente observadas inerentes à reprodução do campesinato assentado da Reforma Agrária, algumas inquietações foram levantadas, apresentadas, aqui, como problemas de pesquisa:

- a) De que forma a política de Reforma Agrária atende ao contingente populacional proveniente das novas gerações das famílias assentadas?
- b) Como esse novo contingente populacional é integrado na dinâmica da reprodução social do campesinato?
- c) Esse processo alimenta, também, a reprodução ampliada do capital?
- d) Quais os dispositivos, nesse processo, que retroalimentam o processo de reprodução social do campesinato e o processo de reprodução ampliada do capital?
- e) A política de reforma agrária brasileira tem como foco apenas a geração presente, não levando em consideração os desdobramentos intergeracionais, presentes na questão agrária nacional?

O conjunto de inquietações aqui apresentadas está na ordem do dia quanto às contradições que envolvem a questão agrária brasileira, e se fundamentam no tripé: terra-capital-trabalho. Esses três elementos estão inseridos no processo dialético entre avanços e recuos, peculiares ao movimento contraditório do capitalismo e sua ordem anômala, segmentada e intencional, que não aniquila as formações sociais, não necessariamente capitalistas, ao contrário, as subordina aos seus interesses.

Com base nessas considerações preliminares, construímos algumas hipóteses que orientaram a pesquisa, na tentativa de apresentar respostas aos problemas iniciais, que trouxeram novas compreensões sobre a questão agrária, nos remetendo, mais especificamente, à dinâmica demográfica constante nos Assentamentos Rurais da Paraíba:

- a) O acesso à terra, pelo programa de Reforma Agrária, tanto possibilitaria o processo de reprodução socioterritorial contingente intergeracional, bem como esse contingente seria elemento viabilizador do programa;
- b) O processo de reprodução socioterritorial intergeracional do campesinato se faria por meios de mecanismos e ajustes de uma sociodinâmica interna, que capacitaria sua permanência nos assentamentos;
- c) O novo desenho populacional do segmento intergeracional representaria um “excedente” de força de trabalho que exerceria, dialeticamente, funções a favor tanto na reprodução do campesinato quanto na reprodução do capital;
- d) A permanência intergeracional do campesinato, contraditoriamente, enfraqueceria o processo de continuação de lutas por terras;
- e) O contingente populacional intergeracional estaria localizado numa posição estratégica para o capital que absorveria a estrutura produtiva e a força de trabalho familiar as subordinando, o que resultaria em um processo de acumulação primitiva continuada.

Como forma de testarmos as hipóteses acima elaboradas, construímos nosso objetivo geral de pesquisa assim exposto: analisar o processo de reprodução socioterritorial intergeracional do campesinato nos assentamentos rurais da Reforma Agrária em Sapé-PB.

A referida pesquisa busca, também, atender os seguintes objetivos específicos: a) analisar os processos e mecanismos internos de conformação do desenho populacional ampliado do campesinato assentado; b) investigar os processos de reprodução socioterritorial intergeracional do campesinato; c) compreender os elementos de coesão, permanência e sucessão do segmento intergeracional nos lotes; d) estudar como a permanência intergeracional nos lotes pode enfraquecer o processo de continuação de lutas por terras; e) analisar as tensões geradas a partir da pressão demográfica nas unidades de produção camponesa de base familiar; f) caracterizar a localização e as múltiplas relações e processos de aderência e exploração do território e da força de trabalho, ao capital, em perspectiva intergeracional.

Assim, trazemos como objeto teórico o processo de reprodução social ampliada das famílias camponesas e suas contradições no circuito de reprodução ampliada do capital, sendo o objeto empírico a reprodução intergeracional do campesinato analisado à luz da dinâmica socioterritorial da permanência das famílias camponesas ampliadas nos assentamentos da Reforma Agrária da Paraíba.

Para responder as inquietações, as hipóteses levantadas e a compreensão dos objetos e objetivos da pesquisa, sistematizamos etapas para a realização da pesquisa que possibilitasse respostas aos problemas levantados. Inicialmente, efetuamos o levantamento bibliográfico, que nos subsidiou com um arcabouço teórico e conceitual, que operacionalizado e sistematizado, alimentou as análises propostas e as teses aqui levantadas.

Trouxemos, como corpus teórico, os fundamentos marxistas que versam sobre a questão agrária e, o processo de confronto ao capitalismo. Tal perspectiva tem, em seu rol de compreensões, elementos como o problema da renda da terra, do monopólio do território e das relações sociais de produção, bem como os processos contraditórios de recriação e reprodução do campesinato no transcurso histórico da formação social capitalista.

Apresentaremos, aqui, de forma sucinta¹, as principais correntes teóricas e conceitos que norteiam as análises e a construção desse trabalho. Inicialmente, partimos das perspectivas marxistas ortodoxa e heterodoxa. Na ortodoxia, cujo tronco teórico é desenvolvido a partir da compreensão clássica de dois expoentes, destacamos os autores Kautsky (1986) e Lênin (1982).

¹ Essas abordagens serão mais amplamente desenvolvidas no próximo capítulo desta tese.

Tais estudiosos, em suas teorias, preconizam que o desenvolvimento do capitalismo levará à inevitável desintegração do campesinato via territorialização do capital.

Em suma, tanto Lênin como Kautsky seguiram a leitura unilinear de Marx sobre a desintegração do campesinato em consonância com a corrente de pensamento marxista ortodoxo, que era o pensamento dominante no período histórico em que as obras foram escritas. Eles consideram o campesinato como um resíduo social em processo de desintegração, relacionado ao avanço do modo de produção capitalista, que, no seu desenrolar produzia de forma linear somente duas classes sociais: o proletariado e a burguesia².

Na perspectiva heterodoxa, buscamos, nas teorias elaboradas por Alexandre Chayanov (2014) e de Rosa Luxemburgo (1985) a instrumentalização da compreensão do processo reprodutivo do campesinato e os processos que derivam na articulação à estrutura produtiva do modo de produção capitalista. Nesta compreensão, o capital não aniquila as formas econômicas e societárias não capitalistas, ao contrário, ele as mantém de forma subordinada ao processo de acumulação capitalista.

Orientamos-nos, inicialmente, a partir das *teorias dos sistemas econômicos não capitalistas e da dinâmica interna do campesinato*, de Chayanov (2014). O núcleo de sua teoria se fundamenta no balanço interno da unidade de produção camponesa, entre trabalho (produção) e consumo, que constitui um mecanismo de regulação interna, objetivos e da racionalidade produtiva existente no campesinato. A partir da teoria do equilíbrio trabalho-consumo, construída sobre estudos da racionalidade interna da economia camponesa, podemos compreender, o processo de reprodução social ampliada do campesinato em perspectiva intergeracional e sua permanência na terra.

As teorias e análises de Chayanov (2014) foram basilares na compreensão desse estudo. Primeiramente, porque o autor constrói seus estudos a partir da análise da economia interna da produção familiar do campesinato e, posteriormente, complementa sua análise com o entendimento da importância da racionalidade interna a partir da diferenciação demográfica, que se apresenta como elemento fundamental na compreensão do conteúdo da reprodução camponesa.

Sobre esse processo de reprodução do campesinato, trazemos o referencial de Luxemburgo (1985), que também se opõe à interpretação da linearidade do pensamento

² Vale lembrar que o próprio Marx nos rascunhos em resposta à carta de Vera Zasulich lembra que a análise efetivada no *Capital* aplica-se ao processo de expansão do capitalismo no campo tal como experimentado pelos países da Europa Ocidental (SHANIN, 2017).

marxista ortodoxo no que se refere à pulverização do campesinato frente ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Na *teoria da acumulação ampliada do capital*, a autora concentra seus estudos nos espaços vazios do capitalismo, no que se refere ao processo da reprodução do capital. Por esta compreensão, as sociedades camponesas não se limitam a subsistir, ao contrário, elas se constituem polos garantidores da reprodução do capital.

Outro elemento conceitual por nós colocado é o caráter familiar da produção, tendo em vista ser a pedra angular para a compreensão do campesinato desde a teoria clássica até os estudos realizados na contemporaneidade. Trazemos esse aporte conceitual pelo fato de que não é possível fazer leitura sobre o rural brasileiro sem considerar que a unidade de produção camponesa se expressa a partir das famílias, que representam um coletivo de sujeitos com práticas societárias embasadas numa ordem moral cujos valores nucleares são a família, o trabalho e a terra (MOURA, 1986).

Nesse sentido, trabalhamos com o conceito de *unidade camponesa de produção familiar*, onde a família, o trabalho e a terra são os elementos que movem as dinâmicas da produção e reprodução camponesa nos assentamentos da Reforma Agrária e que dinamizam enquanto base territorial. Nesta base, estão circunscritos os elementos da dialética do confronto de classes, que ocorrem na terra e por terra, que são os temas fundantes e os pontos de partida a serem desdobrados nessa tese.

Assim, primeiramente, apontamos algumas diferenciações quanto ao conceito do objeto em análise, que se materializa nos processos de produção e reprodução social das famílias camponesas, na perspectiva intergeracional. Esse objeto recebe nomenclaturas diferenciadas entre autores e instituições. Primeiramente, destacamos que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) trabalha na perspectiva de *famílias agregadas*, aquelas compostas além da unidade nuclear.

Wolf (1970) trabalha com a compreensão das *famílias extensas*, aquelas que são compostas pela unidade nuclear e foram acrescidas pela permanência intergeracional a partir dos laços parentais. O autor aponta que “as famílias extensas se agrupam em uma única estrutura com certo número de famílias nucleares, pertencentes a diversas gerações” (WOLF, 1970, p. 88).

Em Chayanov (2014), a unidade produtiva camponesa é a própria família com o conjunto de princípios que regem seu funcionamento interno, suas estratégias de produção e reprodução. O autor expande o conceito de família camponesa e trabalha com a compreensão de *famílias camponesas ampliadas*, ou seja, aquelas que podem reunir não só indivíduos

caracterizados pelos laços parentais no processo de reprodução social, mas congregam outros sujeitos que são integrados à terra e ao processo. Nesta pesquisa, privilegiamos o conceito de Chayanov (2014) de *famílias ampliadas*, por compreendermos que ele se aproxima teoricamente, de maneira substancial, do objeto pesquisado.

Sobre a compreensão sobre a dinâmica do processo de reprodução demográfica, nos amparamos nas *teorias do valor* e da *população*, de Marx, para compor uma compreensão sobre os processos e mecanismos que conformam a reprodução demográfica intergeracional do segmento analisado e as contradições postas ao contingente formado.

Sobre os conceitos operacionalizados, ressaltamos inicialmente o conceito de assentamento, optamos pelo conceito estabelecido a partir de Moreira e Targino (2007), que compreende assentamento como uma nova territorialidade, onde se estabelecem novas relações espaciais, contudo, é um território dentro de um território maior dominado pelo capital, fruto do conflito estabelecido entre classes no espaço agrário. Os autores ainda acrescentam este território como “lugar de morada, da produção de base familiar, da policultura”, porém, não deixando de haver uma subordinação, como diz Mitidieiro Junior (2011): “um território de resistência subordinada”.

Nesse sentido, os assentamentos se constituem como conjuntos de novas unidades agrícolas, visando o reordenamento do uso da terra. É um território dialético, produto da luta pela posse da terra. Essa luta, com intermediação da ação do Estado, apresenta possibilidades de reprodução das socioterritorialidades em suas múltiplas dimensões, sejam produtivas, sociais, econômicas e populacionais, contudo, inseridos paralelamente nas contradições da estrutura dominante.

Sobre a compreensão de *território*, trazemos os referenciais a partir de Quani (1974), Raffestin (1993) e Oliveira (1999). Os dois primeiros autores trabalham a categoria em análise a partir do processo contraditório das relações de poder, uso e dominação de uma porção apropriada do espaço geográfico. Nessa perspectiva, o território possui funções políticas, econômicas e culturais; e carrega, em si, identidade e experiência.

Em Oliveira (1999), o conceito de território pela dinâmica e apreensão da totalidade, a partir das contradições e da dialética. Para o autor, o território deve ser compreendido como um processo dialético, como totalidade concreta. “O território é assim produto concreto das lutas de classes travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência” (OLIVEIRA, 1999, p.74).

Sobre a compreensão da intergeracionalidade, como conceito e processo, utilizamos os referenciais de Wolf (1970) e Chayanov (2014). O primeiro autor observa o processo da

intergeracionalidade a partir das modulações da família camponesa em nuclear e extensa, que se constituem um conjunto de indivíduos unidos por laços parentais, onde a terra se apresenta como elemento mantedor de vida e meio de produção das famílias. O segundo autor, traz o enfoque central do curso de desenvolvimento natural e social da família camponesa, caracterizado pelo envelhecimento biológico da família nuclear e o surgimento das famílias dos filhos que se agregam à unidade de produção, movidas pelos processos de racionalidade produtiva interna e a sucessão hereditária.

A compressão sobre o processo de reprodução socioterritorial intergeracional se dá a partir das relações de trabalho, dos mecanismos e estratégias desenvolvidas e imbricadas entre as gerações na terra, que lhes possibilitam sua recriação enquanto camponeses. Neste processo, as territorialidades são expandidas e garantem a coesão do segmento intergeracional na terra enquanto um patrimônio de uso comum e mantenedor das famílias camponesas.

Os contextos teóricos expostos acima nos deram fundamentação para a compreensão da materialidade dos processos, contudo, o estudo da empiria nos trouxe relações de proximidade com a dinâmica vivida e as contradições dos processos e relações sociais. Para tanto, se fez necessário nos ampararmos de uma concepção de método e recursos metodológicos que pudessem dirigir as interpretações mais concretas da realidade.

Inicialmente, colocamos que nosso enfoque sobre o método parte de sua concepção como um arquétipo filosófico que traz consigo o conjunto de compreensões, rebatimentos e interpretações sobre o elemento estudado. Assim, compreendemos o método como a lente de interpretação do objeto em análise, ele é a viga mestra que conduz à produção do saber quando aplicado como componente indutor para a compreensão da totalidade.

Posteriormente, em consonância com o princípio indissolúvel dos opostos, buscamos uma concepção metodológica que se orientasse na afirmação da impossibilidade de separação sujeito/objeto do conhecimento e na contradição estruturada a partir da afirmação e negação e, da rejeição de juízos neutros no transcorrer desse processo. Esses dualismos dão a tônica ao princípio dialético, que se faz necessário utilizar como concepção de método.

No tocante ao método de interpretação³, optamos pelo materialismo histórico e dialético⁴, tendo em vista que os pontos presentes na teoria marxista são basilares para esta proposta de estudo, a exemplo: a ideia dos movimentos de transformação constante e contraditória da história e o caráter de totalidade nos processos sociais que marcam a produção do espaço.

Assim, a abordagem materialista foi aqui utilizada, tendo em vista assentar-se na perspectiva da concretude dos fenômenos, partindo do princípio marxista de que as condições concretas de existência, demarcadas pelo lugar ocupado na esfera da produção material determinam a consciência, logo, as práticas socioterritoriais que demarcam o objeto estudado, que se deriva do processo dialético contido na formação social (PAULINO, 2008).

Desse modo, a leitura por meio da dialética foi central, pois possibilitou a reflexão acerca do espaço e do território, sempre de forma dinâmica e em contínua transformação. Esse é um princípio essencial contido na dialética⁵, é a ideia de que a história não chegou ao fim, que nada está acabado quando se trata do movimento da sociedade. “Tudo está em processo, tudo está em movimento” (HARVEY, 2014, p. 22).

Conforme Lígia Martins (2011), a práxis do método marxista (aqui apresentado de forma resumida) tem como ponto de partida a apreensão do real imediato, isto é, a representação inicial do todo, que convertido em objeto de análise por meio dos processos de abstração resulta numa apreensão de tipo superior, expressa no concreto pensado (MARTINS, 2011, p. 2).

Nas palavras da autora:

Portanto, a epistemologia marxiana tem a prática social como referência fundante da construção do conhecimento, nela residindo os seus critérios de validação. Não apela à negação da lógica formal, mas torna-a parte integrante da lógica dialética. Não privilegia processos de dedução em detrimento dos processos de indução ou vice-versa, caracterizada que é pelo princípio da unidade e luta dos contrários. Não proclama a lógica subjetivista como critério gnosiológico (MARTINS, 2011, p. 2).

Contudo, a compreensão do objeto, do real concreto e de seu movimento contraditório não é a última etapa desse processo, uma vez que as categorias interpretativas e as estruturas

³ Apoia-se aqui na diferenciação efetuada por Moraes e Costa (1999), onde o método de interpretação relaciona-se à concepção/visão de mundo do pesquisador, suas posturas filosóficas, ideológicas e políticas. Já o método de pesquisa seria o conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo.

⁴ A leitura deste método de interpretação está baseada em Marx (2013), que também chamamos de marxismo, que tem como concepção filosófica o processo de mutação dos fenômenos, e sua inserção num determinado contexto social.

⁵ A dialética busca compreender a historicidade, o processo de mutação dos fenômenos, e sua inserção num determinado contexto social, o que permite entender a variabilidade dos contraditórios.

analíticas constitutivas do concreto pensado serão rebatidas em face do objeto inicial, agora compreendido não mais em sua imediatez, mas em sua totalidade concreta.

A totalidade é expressa aqui como uma categoria metodológica essencial para refletir sobre os processos na produção do espaço e, particularmente, sobre a construção do território dos assentamentos rurais e os processos derivados de sua constituição. Löwy (1995) afirma que a totalidade enquanto categoria significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto. Assim, não podemos refletir sobre a questão agrária, Reforma Agrária, assentamentos rurais e o campesinato, em suas múltiplas dimensões socio-reprodutivas, sem entender a ideologia, a utopia, ou seja, a visão social de mundo presente nos diversos sujeitos sociais que participam dos processos contraditórios e inacabados que se dão no campo.

Neste sentido, para nos aproximarmos dos objetos e dos sujeitos, bem como dos processos contraditórios, se fez necessário nos dedicarmos à pesquisa qualitativa de abordagem dialética. Cabe colocar que, dada a natureza dos sujeitos, a pesquisa percorreu um constante movimento de revisitação no que tange as leituras, compreensões e transformações em seu curso dos sujeitos, visto que o objeto da pesquisa é dinâmico, está em movimento, não é o elemento estático que se observa por fora e, sim, construído dialeticamente no processo de vivência.

Desse modo, como metodologia de pesquisa (os instrumentos e/ou técnicas) utilizamos os seguintes recursos e procedimentos: a) pesquisa bibliográfica (livros, teses, dissertações, entre outros) e documental em fontes primárias e secundárias; b) pesquisa de campo, realização de entrevistas e aplicação de questionários semiestruturados; c) anotações do caderno de campo; d) depuração dos dados; e) transcrição das entrevistas; f) registros cartográficos e fotográficos.

No que se refere à pesquisa, inicialmente, partimos dos problemas da pesquisa para trilhar estratégias que pudessem responder as inquietações. Desse modo, partimos das observações de estudos de caso realizados em julho de 2015, que resultaram no projeto de pesquisa, bem como de pesquisas piloto decorridas entre os meses de fevereiro a agosto de 2017, para encaminharmos a pesquisa. Inicialmente, pensávamos em estudar o processo de constituição intergeracional das famílias assentadas nas quatro mesorregiões do Estado (Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano). Duas dificuldades nos levaram a redefinir esse desenho inicial: a) a falta de informações sobre o número de famílias ampliadas existentes em cada assentamento de modo a permitir a determinação de uma amostra estatisticamente significativa que possibilitasse fazer extrapolação para o conjunto do Estado;

b) a limitação de recursos financeiros para fazer um trabalho de pesquisa com a dimensão inicialmente prevista. Diante dessas dificuldades, houve o redesenho da escala territorial da pesquisa para o município de Sapé, considerando a facilidade de locomoção por ser nele residente.

A pesquisa piloto foi realizada em assentamentos rurais da Reforma Agrária de diferentes municípios (Santa Rita, Sapé, Mari, Guarabira, Areia, Solânea, Bananeiras e Queimadas), nas distintas mesorregiões do Estado da Paraíba⁶, como forma de ratificar as hipóteses fora da extensão territorial proposta no projeto de pesquisa para, assim, extrapolar a noção de fenômeno local.

A partir desse ponto, pudemos ampliar o objeto de investigação que, redefinido, resultou na compreensão dos processos e das dinâmicas territoriais, bem como dos mecanismos de reprodução socioterritorial intergeracional do campesinato assentado e a composição das famílias de moldura ampliada e suas contradições.

Esse processo de retorno metodológico, ou seja, do retorno à centralidade, dos momentos históricos e dos processos sociais, traduz a dimensão dialética, própria do marxismo. Martins (2011), ancorada na concepção da dialética na obra de Lefebvre, coloca que:

(...) na dialética marxiana (...), o possível não é o teoricamente imaginado, e imaginado politicamente, mas a superação construída na práxis, anunciada na própria realidade cotidiana, visível também para o homem comum, conhecida nas antinomias de sua alienação (MARTINS, 2011, p.1).

Após o retorno metodológico, construímos uma metodologia que nos auxiliasse a decifrar as problemáticas e compreender o processo em totalidade. Assim, o caminho percorrido pela pesquisa foi conduzido pelos processos dialéticos, com seus avanços e recuos, não sendo poucas as vezes que, diante das dinâmicas que envolvem os objetos, tivemos que redefinir rotas de pesquisas, recuar nos momentos de tensão, avançar nos momentos de fluidez e, redesenhar a pesquisa.

Entre os elementos estruturais que nos defrontamos durante a pesquisa, e nos fizeram requalificá-la, podemos citar: a transmutação à qual passam as relações sociais de produção, as estratégias articuladas pelos camponeses frente às fluentes ações do mercado, a pressão demográfica exercida pela constante necessidade de manutenção das famílias e as inconstantes condições naturais do ambiente.

⁶ Até esse momento ainda estávamos trabalhando com a possibilidade de realizar a pesquisa nas quatro mesorregiões.

Neste sentido, investimos, como procedimento metodológico principal, no trabalho da pesquisa de campo, que se constitui como uma ferramenta que “aproxima o objeto da teoria, pois essa experiência permite compreender as interrelações existentes no espaço e no território, enquanto conceitos-chave da Geografia” (LIMA, 2008, p. 50). Tal instrumento orienta o caminho da pesquisa e propicia a leitura concreta, material, do objeto analisado, ultrapassando, assim, os referenciais conceituais, a partir da práxis que é estabelecida em decorrência da realização da pesquisa de campo. Isto posto, salientamos que a pesquisa de campo também se constituiu fruto da relação dialética entre o sujeito e o objeto.

Sobre este recurso, Alentejano diz que:

O trabalho de campo é instrumento chave para a superação dessas ambiguidades, não priorizando nem a análise dos chamados fatores naturais nem dos fatores humanos (ou “antrópicos”). O trabalho de campo deve se basear na totalidade do espaço, sem esquecer dos arranjos específicos que tornam cada lugar (...) uma articulação particular de fatores físicos e humanos em um mundo fragmentado, porém (cada vez mais) articulado (ALENTEJANO, 2006, p. 10).

Seguindo essa percepção, utilizamos o trabalho de pesquisa de campo como uma metodologia que pode nos trazer a apreensão da realidade observada. Logo, tratou-se de um trajeto metodológico organizado e objetivado, que tem como proposta inicial, conciliar os conceitos e as teorias que envolvem o objeto de pesquisa, para assim compreender a materialidade trazendo elementos que possam conduzir ao conhecimento.

Assim, a pesquisa de campo foi pensada como ação metodológica de compreensão das transformações ocorridas nos espaços e nos territórios que ultrapassam os limites da descrição, da classificação e da enumeração dos fenômenos. A partir da prática estabelecida pela empiria dos fenômenos e, das leituras realizadas das relações sociais decorridas, podemos compreender os processos e transformações vividas pelos sujeitos. Portanto, a prática surgiu como vetor que condicionou as reflexões que resultaram no conhecimento. Assim, o conhecimento científico é compreendido como produto da prática e da maturação do pensamento elaborado, com critérios e submetidos a um método.

Inicialmente, como processo metodológico, estabelecemos algumas premissas de pesquisa, como forma de delinear melhor as leituras e apreender de forma mais precisa o objeto e o processo investigado. A primeira premissa compreende na realização da pesquisa em assentamentos que possuem 10 (dez) anos, ou mais, de criação. Neste transcurso temporal, podemos analisar o processo da reprodução populacional no tocante à perspectiva

intergeracional. Ou seja, esta premissa de intervalo de tempo nos possibilitou a leitura no que se refere ao desenvolvimento natural da família (crescimento-envelhecimento-descendência), e os mecanismos criados pelas famílias camponesas, que exercem influência direta sobre as decisões de curto e longo prazos, relativas à sua reprodução e permanência intergeracional do campesinato.

A segunda premissa de pesquisa compreendeu os sujeitos pesquisados. Nos dedicamos a pesquisar as famílias camponesas de moldura ampliada, e não o sujeito isolado. Ou seja, nosso sujeito de pesquisa compreende as famílias contidas na mesma unidade territorial (lote), as diferentes células familiares (nuclear e agregadas), em perspectiva intergeracional. Desse modo, o objeto territorial da pesquisa foi as unidades camponesas de produção que continham territorializadas a moldura familiar ampliada.

A pesquisa nas famílias ampliadas nos fez compreender os lotes dos assentamentos, para além de um território produto da luta e estabelecido pelo Estado, mas um território de trabalho, terra de morada, terra de vida, ou seja, elemento possibilitador da permanência, da continuidade das diferentes gerações de camponeses.

A partir das premissas expostas, estabelecemos os recortes, os critérios e as amostras de pesquisa. O primeiro recorte refere-se à dimensão territorial, que compreende os assentamentos rurais da Reforma Agrária de Sapé, município pertencente à Zona da Mata Paraibana. O município da pesquisa foi eleito tendo em vista estar em um território historicamente caracterizado pela presença dos movimentos camponeses de luta por terra na época das Ligas Camponesas (TARGINO, MOREIRA e MENEZES, 2011), e, posteriormente abraçada pela CPT (MITIDIERO JÚNIOR, 2010), com enfrentamento à estrutura dominante do latifúndio. Ou seja, trata-se de um município inserido no contínuo processo de luta da contradição capital trabalho.

A luta por terra e trabalho resultou na criação de 06 (seis) assentamentos, o que corresponde à reforma de 20% do território, compreendendo uma área de 6.422,20 (seis mil quatrocentos e vinte e dois, vírgula vinte) hectares. Os assentamentos criados e pesquisados, nesta tese, são: Santa Helena, Rainha dos Anjos, Boa Vista, 21 de Abril, Nova Vivência e Padre Gino, resultado do desdobramento e conflitos por terra, ou seja, são produto do enfrentamento dos trabalhadores, homens, mulheres, crianças e idosos ao poder do capital fundiário local. Os assentamentos descritos absorveram, inicialmente, 545 (quinhentas e quarenta e cinco) famílias. Após transcurso temporal estabelecido na primeira premissa, na atualidade, totalizam 954 (novecentos e cinquenta e quatro) famílias, processo caracterizado pela reprodução

socioterritorial intergeracional, que é objeto de pesquisa e ainda não verificado e quantificado pelos órgãos oficiais⁷.

Para chegarmos a esse total e os processos que derivaram no novo desenho populacional dos assentamentos, a pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa, realizada entre os meses de outubro de 2018 a março de 2019, realizamos o processo de contagem das famílias assentadas, observando a estrutura populacional das mesmas, ou seja, quais delas se derivaram em outras mais, pelo processo de reprodução intergeracional. Nesta etapa, realizamos, inicialmente, aplicação dos questionários aos presidentes das associações dos assentamentos, de forma a termos um norte sobre a dinâmica observada, já que eles tinham a memória e o conhecimento local.

Nos assentamentos organizados em agrovilas (21 de Abril, Padre Gino e Nova Vivência), o processo de pesquisa se deu de forma mais facilitada, tendo em vista a proximidade das moradias entre as famílias. Fizemos a pesquisa em cada domicílio, porta a porta, para a verificação e contagem de quantas células familiares continham em cada unidade de produção familiar.

Vale salientar que não encontramos a mesma facilidade de pesquisa a domicílio quando nos deparamos com os assentamentos onde as famílias organizaram suas moradias nos lotes no interior dos assentamentos (Santa Helena, Boa Vista e Rainha dos Anjos). Tal complicador inviabilizaria a pesquisa, seja por falta de recurso, de tempo, ou por não conhecermos, integralmente, as pessoas que os compõem, e nem a extensão territorial dos assentamentos.

Assim, para apanharmos os dados desses assentamentos, começamos a participar dos espaços de diálogos das reuniões das associações. Nestes espaços, após explanação da pesquisa e das dificuldades quanto a acesso e receptividade, fomos informados pelos presidentes das associações dos assentamentos que os agentes comunitários de saúde do município elaboravam listas contendo e diferenciando cada célula familiar que tinham no interior de cada unidade de produção dos assentamentos.

O próximo passo foi buscar junto aos agentes de saúde as informações sobre a composição das células de famílias contidas nos assentamentos, que, por sinal, alimentam a base de dados do Ministério da Saúde, portanto, são oficiais. Os agentes foram bastantes receptivos e extraíram de sua base de dados os elementos quantificadores, os quais buscávamos.

⁷ A ocorrência e os dados referentes à base empírica populacional dos assentamentos não foram levantadas pelos os órgãos oficiais como IBGE e INCRA. Os órgãos nos remeteram respostas informando o conhecimento do processo de reprodução social e populacional nos assentamentos, bem como sinalizaram a total desinformação quantitativa sobre o processo.

Este processo nos remete a atitudes de resiliência que temos, enquanto pesquisador, de redefinir novos caminhos, buscas novas possibilidades que nos trouxessem respostas. Para tanto, foi necessário partir da base, das discussões diretas com os sujeitos para trilharmos as estratégias da coleta de dados.

Após acesso às listagens concedidas pelos agentes de saúde, bem como dos resultados da pesquisa realizada a domicílio, pudemos compor um panorama do contingente populacional e sua derivação familiar, contido no interior de cada um dos assentamentos pesquisados, o que correspondeu a 409 (quatrocentos e nove) células familiares agregadas, aquelas que se anexaram às unidades de produção familiar assentadas.

Contudo, dada a natureza dos sujeitos, os processos de vivência, produção e reprodução, que se dão de maneira coletiva, pesquisar os indivíduos, ou cada célula familiar agregada isoladamente, não responderiam nem contemplariam os objetivos e objetos da pesquisa, respectivamente. Neste sentido, compreendemos as famílias como coletivo da união das derivações de várias células familiares, integradas social, econômica e territorialmente pelos mecanismos e processos internos de reprodução socioterritorial.

Desse modo, nossa pesquisa se debruçou sobre as famílias que tipificamos como ampliadas. Consideramos famílias ampliadas aquelas constituídas pela célula familiar nuclear (assentada, reconhecida pelo Estado) e incorporada por outras células familiares agregadas (três, em média), contidas em uma mesma unidade territorial. Esse desenho perfaz a uma amplitude amostral de 227 (duzentos e vinte e sete) famílias. Nossa amostra de pesquisa compreende 30%⁸, o que totaliza 68 (sessenta e oito) famílias ampliadas.

A partir desses processos de quantificação e compreensão efetiva dos sujeitos de pesquisa, de natureza coletiva, envidamos esforços na segunda etapa da pesquisa, que, na verdade, se desenvolveu concomitantemente, mas teve maior eficiência, após conclusão da primeira. Estamos nos referindo à pesquisa de campo caracterizada pela intervenção com aplicação de questionários, realização de entrevistas, registro fotográfico e das relações socio-reprodutivas das famílias, realizada entre os meses de março a julho de 2018 (pesquisa para qualificação), com um intervalo, e retomada em dezembro de 2018 a dezembro de 2019. Foram realizadas 38 (trinta e oito) incursões de campo, onde pretendíamos também observar os

⁸ Definimos esse percentual por perceber que ele atende ao princípio de saturação das pesquisas qualitativas, isto é quando a ampliação do número de informantes não propicia informações novas (FONTANELLA, RICAS e TURATO, 2008).

processos e mudanças naturais, os elementos sazonais de produção, as dificuldades econômicas vividas pelo contingente demográfico, bem como os processos de assalariamento e desemprego observados no curso de um ano.

Nesta fase da pesquisa, vários elementos de leitura do objeto foram instigados como viabilizadores da pesquisa, por exemplo, o aspecto habitacional. Na seleção das unidades de produção, bem como das famílias ampliadas a serem pesquisadas, a observação primária se deu pela estrutura das moradias. A observância dos cômodos e/ou moradias construídas anexadas às casas dos assentados titulares, sinalizavam a existência dos processos de reprodução e permanência intergeracional na unidade camponesa de produção.

As unidades de produção selecionadas para a pesquisa se deram de forma intercaladas, e, territorialmente, no interior dos assentamentos, sob a forma de asterisco, onde pudemos abranger as dimensões mais amplas do território. Vale colocar que, nesta fase da pesquisa, nos deparamos com dificuldades quanto à aplicação dos questionários e entrevistas, que estavam sendo realizadas separadamente, entre os sujeitos, dadas as atribuições da divisão social do trabalho desenvolvida na terra. Ou seja, entrevistar um sujeito, depois outro, e outros, tornou-se, metodologicamente, impraticável, geralmente só o primeiro entrevistado respondia integralmente a pesquisa.

Assim, redefinimos as estratégias quanto à formulação e aplicação dos questionários. Enquanto pesquisadores, nos cabe constantemente repensar a eficiência da realização de sua pesquisa e readequá-la, quando necessário, para conseguir avançar, em processo e em conteúdo. Desse modo, reelaboramos os questionários, como meio de considerar as informações conjuntas das famílias nucleares e ampliadas em um mesmo documento, fonte de informação, e, redefinirmos, também, as questões de caráter objetivo, inserindo na pergunta do apanhado dos dados as questões subjetivas da entrevista. Essa mudança de roteiro se deu devido às dificuldades encontradas em campo, onde sua realização de forma separada não estava mostrando eficiência, pois, grande parte das perguntas e provocações requeriam a presença constante dos envolvidos nas questões levantadas.

A aplicação dos questionários e a realização das entrevistas foram efetivadas de forma concomitante, obedecendo ao critério de pesquisa, no que se refere à moldura familiar estabelecida entre família nuclear e ampliada, na busca de compreender os mecanismos e processos de reprodução socioterritorial em uma perspectiva intergeracional. Assim, participaram e entrevistaram os assentados titulares, em primeira geração, e os filhos e filhas, genros e noras, que compuseram suas famílias, sob formas agregadas, em segunda geração.

Ressaltamos que, durante o período de pesquisa, entrevistamos, também, o coordenador dos dados populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o responsável pelo setor de desenvolvimento do INCRA, setor dedicado ao acompanhamento dos assentamentos após a instalação. As entrevistas foram pensadas e realizadas, após tentativas não bem-sucedidas de garimpo das informações institucionais nos sites dos institutos, no que se refere a dados quantitativos.

No tocante à estruturação da tese, a mesma foi dividida em quatro capítulos, além desta introdução. Nos quatro capítulos seguintes, tentamos compreender as contradições existentes nos processos de reprodução socioterritorial intergeracional, as estratégias camponesas ligadas ao processo de permanência e manutenção do novo desenho demográfico, bem como as pressões internas e externas que rebatem sobre a população;

O primeiro capítulo versa sobre as discussões e correntes teóricas utilizadas para elucidar o objeto de pesquisa, as problemáticas e tensões vividas pelos sujeitos. Iniciamos com as discussões no campo ortodoxo e heterodoxo do marxismo, passando pela compreensão das constituições dos sujeitos de pesquisa e sua constituição enquanto categoria de análise. Em continuidade, apresentamos as teorias de cunho populacional que possibilitassem leituras mais amplas dos processos de formação de um contingente excedente e as contradições às quais estão submetidos os sujeitos.

No segundo capítulo, analisamos as manifestações territoriais e suas expressões, a partir das contradições sociais e do trabalho, seguindo por um histórico dos processos de organização do espaço agrário e da formação territorial da Zona da Mata Paraibana do município pesquisado, analisando, para tanto, os movimentos dialéticos expressos no território até o processo de reforma com a constituição dos assentamentos.

No que se refere ao terceiro capítulo, nos dedicamos às compreensões dos processos, mecanismos e elementos de reprodução socioterritorial realizados pela população assentada em perspectiva intergeracional. Discutimos os elementos, orientados pela organização interna da unidade camponesa de produção, que resultaram na conformação de um novo desenho populacional, e como esse contingente se expressa e se reproduz de forma a favorecer o próprio processo produtivo e manutenção das unidades de produção, bem como observamos as sociodinâmicas da permanência e da resistência camponesa.

No último capítulo, realizamos as discussões sobre os processos e tensões aos quais estão submetidas as famílias assentadas, de forma peculiar, o desenho intergeracional, compreendendo como a população excedente nos lotes exerce uma pressão demográfica no interior dos lotes dos assentamentos. Neste capítulo, verificamos, também, as múltiplas formas

de subalternização do território e da força de trabalho pelo capital, verificando como o desenho demográfico e os processos de apropriação enquanto força de trabalho, analisando as diversas formas e processos de subalternização, seja do território ou da força de trabalho. Analisamos como essa população excedente se constitui como um desenho demográfico localizado estrategicamente aos interesses capitalistas, nas suas múltiplas formas de apropriação do mais valor implícito nos processos de reprodução social do campesinato assentado. Por último, estão expostas as considerações finais do trabalho de tese.

1. REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O CAMPESINATO E SUA REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL INTERGERACIONAL

Neste primeiro capítulo, fazemos uma breve discussão acerca da dinâmica que envolve o campesinato diante do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Para tanto, apresentamos duas correntes teóricas clássicas do marxismo, ortodoxo e heterodoxo, que transitam entre os prognósticos sobre o campesinato com as transformações decorrentes do capitalismo. Posteriormente, discutimos a dinâmica, as contradições e as formas de enfrentamento que resultaram na conformação do campesinato sujeito da Reforma Agrária e os elementos resultantes do seu processo de recriação.

Em continuidade, trazemos as discussões sobre os processos contidos na reprodução socioterritorial que conformam o contingente intergeracional, e a tipificação das famílias ampliadas, bem como os mecanismos e estratégias internas desenvolvidas pelos camponeses assentados para permanência das diferentes gerações na mesma fração territorial. Buscamos compreender as contradições contidas no processo de reprodução intergeracional do campesinato a partir das teorias marxistas do valor e da população, trazendo as compreensões sobre os processos reprodutivos internos, observando as estratégias de acumulação capitalista derivadas deste processo.

1.1 Intersecções teóricas sobre o campesinato

1.1.1 O campesinato no pensamento marxista ortodoxo

Iniciamos nossa discussão sobre a produção científica do pensamento marxista ortodoxo, que subsidia o entendimento sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo, a partir do período de consolidação deste na Europa Ocidental no século XIX e da sociedade burguesa no bojo da revolução industrial.

A compreensão ortodoxa surgiu como um conjunto de entendimentos elaborados a partir da fidelidade ao método dialético na teoria marxista diante do revisionismo de Eduard Bernstein⁹, que pretendia excluí-lo.

⁹ No final do século XIX, estabeleceram-se intensas discussões no interior dos recém-criados partidos social democratas sobre a via reformista e a validade da luta revolucionária. Essa discussão tornou-se mais intensa durante a Segunda Internacional Comunista, entre os anos de 1890 – 1914, com o surgimento da corrente

Sobre isso, Lukács comenta:

O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro “sagrado”. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método. Ela implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, foi encontrado o método de investigação correto, que esse método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoando e aprofundando no sentido dos seus fundadores, mas que todas as tentativas para superá-lo ou “aperfeiçoá-lo” conduziram somente à banalização, a fazer dele um ecletismo – e tinham necessariamente de conduzir a isso (LUKÁCS, 2003, p. 64).

O revisionismo desencadeou um grande problema no Partido da Social Democracia alemã, durante a Segunda Internacional, e foi considerada a primeira crise do marxismo. Esse movimento ganhou vários apoiadores em diversos países do mundo, e guardou também várias distorções teóricas e de perspectiva metodológica, o que preocupou os pensadores do marxismo.

Assim, em contrapartida a Bernstein, Lukács (2003) coloca que o marxismo ortodoxo não significa a tradição do pensamento de Marx e Engels, mas a luta permanente contra o pensamento burguês que a todo custo quer barrar o sentido do socialismo. Nas palavras do autor:

A função do marxismo ortodoxo – a superação do revisionismo e do utopismo - não é, portanto, uma liquidação definitiva de falsas tendências, mas uma luta incessantemente renovada contra a influência perversora das formas de pensamento burguês sobre o pensamento do proletariado. Essa ortodoxia não é a guardiã de tradições, mas a anunciadora sempre em vigília da relação entre o instante presente e suas tarefas em relação à totalidade do processo histórico (LUKÁCS, 2003, p. 104).

Assim, a ortodoxia marxista se constitui como uma corrente teórica e metodológica fundamentada no pensamento de Marx e Engels, que se apresenta como conteúdo teórico e metodológico para o proletariado atingir o socialismo.

revisionista liderada por Eduard Bernstein, um dos integrantes do Partido Social-Democrata Alemão. Segundo Bernstein, o capitalismo, em seu curso histórico, havia apresentado grande capacidade de adaptação e estabilidade, comprovada pela ausência de crises e pela crescente democratização do Estado Liberal de Direito. Assim, a hipótese determinista que previa o colapso inevitável do sistema deveria ser descartada. Consequentemente, caberia aos socialistas a renúncia da “utopia revolucionária” e a adoção de estratégias políticas que permitissem, no interior do sistema democrático capitalista, a conquista gradual de melhorias para as classes trabalhadoras. Estas medidas levariam enfim o Estado à perda de seu caráter de classe, assumindo a defesa do “interesse geral” (BERNSTEIN, 1982).

Diante do exposto, partimos para as análises sobre a questão agrária e o campesinato, na literatura marxista de corrente ortodoxa. Para tanto, apresentaremos os principais autores ortodoxos que discutem a questão agrária. Autores da envergadura de Kautsky e Lênin figuram entre os principais estudiosos da questão agrária a partir da lógica marxista. As obras dos autores supracitados preconizavam o desaparecimento/extinção do campesinato em decorrência do desenvolvimento do capitalismo, que subsumiria toda e qualquer forma social não capitalista a partir da capacidade técnica e do controle das relações sociais de produção.

Em *A questão Agrária*, publicado em 1898, Kautsky analisou as transformações ocorridas em favor do avanço do capitalismo no campo no final do século XIX, mais especificamente na Alemanha. Na obra supracitada, o autor analisa como o capital se apropria da agricultura, evidenciando a superioridade técnica da grande propriedade em detrimento da pequena propriedade, onde a segunda é absorvida no processo de desenvolvimento capitalista pela primeira.

No entendimento de Kautsky, a superioridade técnica do grande estabelecimento, em relação ao pequeno, associada às desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo, condenaria o campesinato à proletarianização, pobreza e eliminação, visto que os camponeses, na tentativa de produzir para o mercado, acabariam indo à falência e perderiam suas terras para os bancos, ou mesmo teriam de vendê-las para saldar as dívidas (KAUTSKY, 1986). Com isso, os camponeses tornar-se-iam proletários.

Esse prognóstico foi construído pelo autor ao analisar o processo de integração indústria-agricultura, que determinou um novo ritmo de vida do camponês alemão, que passou a depender do capital para realizar as suas atividades, se envolvendo de forma crescente no sistema capitalista, e dependendo cada vez mais desse processo de integração.

O autor coloca algumas das implicações diretas e mais evidentes dos desequilíbrios da produção capitalista, que os camponeses enfrentavam ao se integrarem aos arranjos produtivos do modo de produção capitalista:

[...] o processo de integração indústria-agricultura, o extermínio ou diminuição da pequena produção camponesa, o surgimento de manufaturas e objetos industrializados para a produção agrícola, o aumento do êxodo rural, aumento de empregos nos centros urbanos que oferecem melhores remunerações e melhores condições de vida (...) quanto mais este processo avança, mais se desenvolve a indústria doméstica a que, primitivamente, o camponês se dedicava, e mais aumenta a necessidade de dinheiro não só para comprar coisas que não são indispensáveis, ou que são até supérfluas, mas

também para comprar coisas necessárias. Já não pode continuar a explorar a sua terra nem prover ao seu sustento sem dinheiro (KAUTSKY, 1986, p. 26).

No decorrer de sua construção teórica, o autor exhibe o fato de que, com o avanço das formas de produção capitalistas no campo, a subordinação e expropriação do camponês seria um resultado da expansão maciça e completa do capitalismo na agricultura, onde sua produção seria regida pela dinâmica industrial, e afirma que: “a grande exploração agrícola é a que melhor satisfaz as necessidades da grande indústria agrícola. Essa, muitas vezes, quando não tem uma grande exploração deste gênero à sua disposição, cria-a” (*Ibidem*, 1986, p.124).

Neste processo, podemos perceber a subordinação da agricultura camponesa que, cada vez mais, se orientava subsumida ao capital, fato que se ampliava pelo processo de endividamento ao capital usurário. A partir dos empréstimos concedidos a títulos de hipoteca, o capital usurário apropriou-se das terras camponesas, onde os mesmos, os camponeses, se proletarizaram nas cidades ou no próprio campo. Por esse prisma, o campesinato convergia conseqüentemente para a proletarianização, a pobreza e ao inevitável desaparecimento (KAUTSKY, 1986).

De tal modo, o camponês:

(...) deixa, portanto, de ser o senhor da sua exploração agrícola: esta se torna um anexo da exploração industrial pelas necessidades da qual se deve regular. O camponês torna-se um operário parcial da fábrica (...) ele cai ainda sob a dependência técnica da exploração industrial (...) lhe fornece forragens e adubos. Paralelamente a esta dependência técnica, produz-se ainda uma dependência puramente econômica do camponês em relação à cooperativa (KAUTSKY, 1986, p.p.128-129).

Desse modo, o autor prenuncia que o desenvolvimento das forças imperativas do capitalismo no campo levaria à superioridade da grande empresa agrícola em relação à produção familiar. Contudo, embora ele reconheça a superioridade técnica da grande empresa, dada a dialética desse conjunto de análises, ele não nega também o processo de diferenciação social, e, deixa evidente a possibilidade das formas pré-capitalistas e não capitalistas na agricultura sobreviverem sob a forma de uma pequena empresa familiar, sobretudo se estas forem capazes de se associarem e cooperarem.

Kautsky (1986) coloca que, para tornar isso possível, os camponeses deveriam se organizar de forma coletiva, visando superar as dificuldades derivadas quanto ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Na compreensão do autor, somente uma

organização socialista da produção, com uma organização social forte para enfrentar o capitalismo agrário poderia um dia resolver esses problemas. Desse modo, Kautsky se distancia, de certo modo, da visão unilinear da ortodoxia marxista, contribuindo, assim, para as discussões sobre a resistência da produção camponesa¹⁰.

Lênin, no livro *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, em seu capítulo II, intitulado “A Desintegração do Campesinato”, inicia a discussão sobre o processo de desintegração do campesinato, a partir da construção de suas teses que compreendem esse processo como consequência de sua inserção na economia de mercado capitalista. Na compreensão do autor, a desintegração do campesinato cria um mercado interno para o capitalismo que subordina e expropria o camponês.

Lênin compreendia que o capitalismo se desenvolveria na agricultura por duas vias, a saber:

Os restos do feudalismo podem desaparecer, quer mediante a transformação dos domínios dos latifundiários, quer mediante a destruição dos latifúndios feudais, isto é, por meio da reforma ou por meio da revolução. O desenvolvimento burguês pode verificar-se tendo à frente as grandes propriedades dos latifundiários, que paulatinamente se tornarão cada vez mais burguesas, que paulatinamente substituirão os métodos feudais de exploração pelos métodos burgueses; e pode verificar-se também, tendo à frente as pequenas explorações camponesas, que, por via revolucionária, extirparão do organismo social a “excrecência” dos latifúndios feudais e, sem eles, desenvolver-se-ão livremente pelo caminho da agricultura capitalista (...) (LÊNIN, 1982, p.p.29-30).

Assim, Lênin (1982) compreende que, como sequência do processo supracitado, o campesinato seria sufocado e empobrecido por uma série de fatores, tais como: o arrendamento da terra, a compra de terras, as atividades temporais, o progresso da agricultura mercantil, a aquisição de implementos agrícolas aprimorados e o trabalho assalariado.

Estas variáveis, contidas na interpretação do autor, derivaram mudanças nas classes sociais rurais onde:

O campesinato antigo não se diferencia apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural- a classe dos produtores de mercadorias na

¹⁰ Por considerar a importância do campesinato na Alemanha no início do século XX, Kautsky elabora um programa específico para atender as necessidades e reivindicações do campesinato e, assim, atrair o voto do campesinato para a social democracia (KAUTSKY, 1945).

agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados (LÊNIN, 1982, p. 114).

Posteriormente, analisando a situação econômica do campesinato russo que seria empurrado ao processo de inserção à economia mercantil, Lênin afirma que esta situação, na verdade, levaria o camponês ao processo de subordinação ao mercado, ou seja, “depende dele tanto para o seu consumo pessoal como para a sua atividade”, mostrando a condução do campesinato ao processo de dependência ao capital (*Ibidem*, 1982, p.113).

Sobre as relações econômicas e sociais do campesinato, afirma Lênin:

(...) mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra, (comprada ou arrendada), a concentração da produção para uma minoria, a proletarianização da maioria e sua espoliação pela minoria que detém o capital comercial e emprega operários agrícolas. Não há nenhum fenômeno econômico no campesinato que não apresente essa forma contraditória exclusivamente própria do sistema capitalista (...) essas contradições provam, notória e irrefutavelmente, que o sistema de relações econômicas existentes na comunidade rural não constitui, em hipótese alguma, uma formação particular (a “produção popular” etc.), mas um habitual sistema pequeno-burguês (LÊNIN, 1982, p. 113).

Em continuidade a esse pensamento, o autor interpreta o conjunto dessas contradições no interior do campesinato como um processo de sua desintegração a partir da ação transformadora do capitalismo. Nesse processo, o campesinato seria destruído pelas transformações das relações sociais e pelo desenvolvimento das novas forças produtivas, dando origem a um novo tipo de população rural.

Segundo Lênin (1982, p.p. 115-116), este processo de desintegração do campesinato faria surgir dois grupos extremos, cujo denominador comum é o caráter mercantil e monetário da economia: a) “a burguesia rural ou o campesinato rico”, constituído de pequenos proprietários agrícolas que se associam à agricultura comercial nas empresas industriais e comerciais; e b) o “proletário rural”, classe assalariada que compreende uma população camponesa pobre, possuidora de uma pequena extensão de terra, incluindo também os que não possuem terras. Estes últimos, possuem nível de vida consideravelmente baixo, e “não podem viver sem vender sua força de trabalho”. São seus representantes: “o assalariado agrícola, o diarista, o peão, o operário da construção civil ou qualquer outro operário de um lote de terra”.

Ou seja, o processo de desenvolvimento do capitalismo fez surgir, dentro da estrutura camponesa, dado o grau de controle e dominação, uma população que continuava camponesa,

porém voltada estrategicamente aos interesses da reprodução dominante. Essa contradição será melhor desenvolvida posteriormente, pois é verificada como eixo basilar nesta pesquisa de tese.

Outra prospectiva quanto à desintegração do campesinato na concepção leninista deriva do processo de criação de um mercado interno para o capitalismo no seio da nova burguesia rural que se “esforça por converter em capital os meios de produção que acumula em detrimento dos proprietários fundiários empobrecidos e dos camponeses arruinados” (*Ibidem*, p. 118).

Nestas perspectivas, o conjunto dos elementos que se estruturavam nessa economia de mercado, e que se ampliava pelo processo das transformações vindas com o desenvolvimento do capitalismo no campo, resultava no abandono ou arrendamento das terras e no êxodo do camponês para as cidades. Esses elementos foram alguns dos subsídios que Lênin elegeu para corroborar sua tese da desintegração camponesa face ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

Em suma, Lênin e Kautsky seguiram a leitura unilinear de Marx sobre a desintegração do campesinato, se encaixando, assim, na corrente de pensamento da ortodoxia marxista que era o pensamento dominante no período histórico em que as obras foram escritas. Eles consideram o campesinato como um resíduo social, um contingente populacional em processo de desintegração em face do desenvolvimento do modo de produção capitalista, que no seu desenrolar produzia de forma linear somente duas classes sociais, o proletariado e a burguesia.

Contudo, cabe aqui colocarmos que havia uma diferença entre os estudos de Lênin e Kautsky, dado o diferente estágio de desenvolvimento do capitalismo em seus respectivos países. Na Rússia, não havia sido totalmente consolidado o capitalismo, o que difere em relação à Alemanha, com sua consolidação já mais avançada.

Porém, a diferença do processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia não mudou a leitura de Lênin, que se contrapunha, portanto, ao pensamento ideológico do movimento populista da época, que tinha entre seus integrantes Chayanov. O movimento difundia a ideia de que a Rússia, por ser um país agrícola, não possuía características de países capitalistas da Europa Ocidental, podendo assim, alcançar o comunismo sem transitar inteiramente pelo capitalismo¹¹.

Lênin rejeitava tal compreensão, e colocava que a Rússia já se encontrava dentro da economia capitalista, mesmo que de forma atrasada, segundo os dados estatísticos de sua pesquisa empírica, coletados pelos *zemstvos*. Contudo, mesmo mantida a compreensão desses autores quanto à fidelidade ao pensamento marxista ortodoxo, podemos verificar em algumas

¹¹ Vale lembrar que este foi exatamente o questionamento feito por Vera Zasulich a Marx (ZASULITCH, 1982).

colocações que foram capazes de construir, não diretamente, outra orientação quanto à perspectiva marxista.

Kautsky, em seus estudos, já tinha identificado o processo de resistência camponesa que se dava ao lado da grande propriedade agrícola. Ele reconhece que a produção capitalista é a dominante na sociedade, mas não significaria que fosse a única existente. Kautsky leva em consideração a sua pesquisa empírica, tendo como base o caso da Nestlé em Vevey na Suíça, “cujos habitantes ainda são, exteriormente, proprietários de suas terras, mas não mais agricultores livres” (AMIN e VERGOPOULOS, 1977).

Lênin, da mesma forma, também deixou margens em suas análises sobre a resistência camponesa frente ao processo de desenvolvimento do capitalismo, sinalizando que este processo não se deu pela inércia camponesa, e sim pela desproporção de forças contidas no processo de desenvolvimento do capitalismo. Tal interpretação lhe rendeu críticas por parte do Partido da Social Democracia, que o acusou de narodinista russo em 1907 (CORREIA, 2011).

Desse modo, é nessa polissemia de entendimentos e compreensões que se estrutura a corrente marxista de viés heterodoxo, que traz em seu bojo o processo de resistência, a particularidade interna da produção camponesa e sua posição controversa no processo de reprodução do capital, a qual nos dedicaremos no próximo tópico.

1.1.2 O campesinato no pensamento marxista heterodoxo

Para compreendermos as contradições que envolvem o campesinato, temos ciência que a visão unilinear não contemplaria sua totalidade. Nesse sentido, trazemos para a discussão autores como Rosa Luxemburgo e Chayanov, compreendidos como pertencentes à heterodoxia marxista, e que contribuíram para construir um novo entendimento sobre a realidade do campesinato.

Iniciaremos com as contribuições de Chayanov em sua obra *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*, publicada em 1924, onde o autor rejeitou as teses do fim do campesinato com o desenvolvimento do capitalismo. Em sua teoria do equilíbrio trabalho-consumo, construída sobre estudos da racionalidade interna da economia camponesa, o autor expõe de forma analítica a diferenciação da organização econômica do campesinato à agricultura capitalista.

Diferentemente de Lênin e Kautsky, Chayanov não analisou os camponeses a partir de sua inserção na dinâmica capitalista, pelo contrário, ele fez uma avaliação particular sobre o

caráter da produção camponesa e a compreendeu como um modo de produção inserido no capitalismo, porém distinto.

De acordo com Chayanov (2014), cada família possui uma dinâmica econômica interna atrelada a uma dinâmica demográfica própria, estabelecida pelo número de trabalhadores e consumidores. Nesta compreensão, a variação demográfica é o elemento determinante e condicionante do processo de reprodução da unidade camponesa de base familiar. Assim, a produção camponesa estaria intimamente atrelada à quantidade de membros de uma família, ou seja, os camponeses buscam sempre ajustar o tamanho de sua família às necessidades de sua base material. Essa compreensão é por nós privilegiada, tendo em vista corresponder à dinâmica do objeto por nós eleito, no que se refere à dinâmica da composição demográfica das famílias camponesas.

Chayanov fundamenta sua construção teórica a partir de uma análise singular do campesinato em relação à sua objetividade produtiva, que se distancia da lógica da exploração capitalista. Na concepção do autor, para a realização da economia capitalista, o lucro é resultado de um investimento de capital e, se objetiva como produto final a ser alcançado, como podemos perceber nas palavras do autor:

Sabemos que a chave para entender a vida econômica na sociedade capitalista é a seguinte fórmula, para calcular a lucratividade econômica: uma empresa é considerada lucrativa se sua receita bruta (RB), após deduzir-se o capital circulante adiantado (ou seja, as despesas anuais com materiais (DM), e as despesas com salários (DS)), proporciona uma soma (S), igual ou maior que todo o capital (C) (constante e circulante) da empresa, a juros, calculada segundo a taxa (a), predominante no país nesse momento. (...). Todos os cálculos da economia teórica partem, explícita ou tacitamente, dessa fórmula. Os elementos dessa fórmula – o valor de troca (preço de mercado) da receita bruta e da despesa material, os salários e os juros sobre o capital- não são neste caso quaisquer magnitudes acidentais de uma economia privada, mas fenômenos fundamentais de uma ordem social e econômica (CHAYANOV, 2014, p. 136).

É necessário colocar que na economia capitalista elementos como preço, capital, salários, juros e renda estão engrenados, funcionando de maneira interdependente, de modo que a ausência de um destes elementos significa a não realização da economia capitalista dada a diferente natureza da produção em relação, por exemplo, à economia natural.

Numa economia natural, a atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo uma unidade de consumo. Por isso, aqui, o orçamento é em grande medida qualitativo: para cada necessidade familiar é necessário prover,

em cada unidade econômica, o produto in natura qualitativamente correspondente (CHAYANOV, 2014, p. 136).

Assim, o funcionamento interno da família camponesa, diferentemente da exploração capitalista, não se ajusta às categorias salário e lucro. Neste sentido, a perda para o camponês é suportável, tendo em vista que não objetiva o lucro, busca primeiramente o equilíbrio interno (trabalho-consumo), é impossível inserir na racionalidade camponesa o cálculo do lucro líquido, da renda e do juro do capital.

Desse modo, Chayanov (2014, p.138), coloca:

Com efeito, o camponês ou artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago, recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto de sua unidade econômica. Deste produto bruto devemos deduzir uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano; resta-nos, então, o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano ou, para dizê-lo de outra maneira, o produto de seu trabalho. Este produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível, para uma unidade de trabalho familiar camponesa ou artesanal, pois não existe maneira de decompô-la analítica ou objetivamente. Dado que não existe o fenômeno social dos salários, o fenômeno social de lucro líquido também está ausente. Assim, é impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro.

Por esta compreensão, diversamente da economia capitalista, no campesinato, o “produto de seu trabalho”, ou seja, o produto conseguido a partir da força de trabalho da família sobre a terra “é a única categoria de renda possível, para uma unidade familiar camponesa, não existindo condições de decompô-lo objetivamente”. Neste contexto, a produção camponesa busca eminentemente equilibrar a relação entre o trabalho e o consumo familiar “sendo desinteressante qualquer esforço maior” (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 34).

Nesse sentido, as teses da subordinação e da inevitável desintegração do campesinato não tiveram lugar nas análises de Chayanov. Ao contrário, suas análises sobre o funcionamento econômico das unidades camponesas russas afirmam a lógica da organização das unidades camponesas de produção, não podendo ser entendida a partir do cálculo capitalista do lucro.

Posteriormente, em *La organización de la unidad económica campesina* (1974), Chayanov compreende as cooperativas coletivas como a única alternativa para recriação do camponês russo frente ao ambiente de industrialização agrícola em grande escala, incorporando, inclusive, o progresso técnico disponível. Assim, o futuro da unidade camponesa

seria a adaptação às novas tendências do desenvolvimento do capitalismo. Contudo, é necessário apresentar ressalvas quanto a tal compreensão.

Chayanov (1974) coloca que algumas unidades camponesas podem até intensificar o capital através da ampliação dos meios de produção, como: terra, máquinas, ou até a articulação às atividades não agrícolas. Todavia, o autor deixou bem claro, que o equilíbrio trabalho-consumo, além de determinar o funcionamento da unidade camponesa se tornaria um obstáculo à formação do capital. Assim, os camponeses somente iriam intensificar o capital mediante a observância do equilíbrio interno da unidade camponesa, onde o objetivo seria manter essa organização social camponesa. Desse modo:

(...) por mais vantajoso que possa parecer um determinado investimento em que o uso do capital resulte em aumento de ganhos, isso não representa, necessariamente, um estímulo para o camponês. Ele não trabalha com o princípio capitalista de valorização do capital e, sim, com uma análise do balanço-consumo que é subjetiva porque baseada nas necessidades da família (...) as unidades de exploração familiar usam máquinas não em função das vantagens econômicas e sim, por causa dos riscos a que ficam expostas em época de plantio e de colheita (...) onde a lavoura exige uma colheita rápida que extrapole as possibilidades de trabalho da família, o camponês fatalmente fará uso da máquina, independente do cálculo custo-benefício. Por outro lado, se a mão de obra da família encontra-se ociosa, o camponês dispensará o uso de maquinário (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p.p. 36-37).

Para Chayanov (1974), é possível compreender que a agricultura camponesa se adapta aos diferentes modos de produção, e encontra diferentes estratégias para alcançar o equilíbrio trabalho-consumo. Tal aceção ratifica seu entendimento no que se refere à rejeição da tese do fim do campesinato no curso histórico do desenvolvimento do capitalismo.

Nesse sentido, expressamos aqui nosso alinhamento quanto aos elementos levantados por Chayanov no que se refere à dinâmica interna do campesinato, entendendo que tal teoria não é um produto imobilizado pelas correntes doutrinárias antecedentes, mas é fruto de uma ampla pesquisa interna sobre o funcionamento da economia camponesa e seus rebatimentos no modo de produção capitalista. Este entendimento amplia nossas compreensões sobre o objeto de pesquisa, bem como sobre os processos de recriação e reprodução camponesa, ultrapassando assim os prognósticos fatalistas, e fornecendo subsídios para as leituras ulteriores contidas em Luxemburgo.

Assim, trazemos os referenciais contidos em Rosa Luxemburgo (1985), na obra *A Acumulação do Capital*, que também se opõe à interpretação da linearidade do pensamento

marxista ortodoxo, no que se refere à pulverização do campesinato, frente ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

Luxemburgo concentra seus estudos nos espaços vazios do capitalismo, no que se refere ao processo da reprodução do capital. Ao analisar o processo de realização da mais-valia, Rosa Luxemburgo mostra que ela não pode ser realizada levando-se em consideração apenas a comercialização realizada nos espaços capitalistas. A realização da mais-valia necessita também do circuito da comercialização existente nas sociedades não capitalistas, dentre elas, os espaços onde o campesinato é dominante. Assim, as sociedades camponesas não só podem subsistir como se constituem polos garantidores da reprodução do capital. Nesse sentido:

É possível atribuir a Rosa Luxemburgo o estabelecimento de um marco teórico sobre “espaços vazios do capitalismo”, segundo o qual em toda sociedade se produz a coexistência de regimes de produção diferentes, assim como um forte intercâmbio entre eles. Nesse sentido, o campesinato, como estrutura social não capitalista, possui mecanismos de funcionamento que marcaram fortes peculiaridades em seu intercâmbio como a forma de exploração dominante nessa determinada sociedade (GUSMÁN e MOLINA, 2005, p.p.48-49).

Luxemburgo (1985) aponta que os camponeses e suas famílias são, simultaneamente, compradores e consumidores. Eles absorvem o excedente da mais-valia não consumida pelos capitalistas. Portanto, compõem a condição vital no processo de acumulação do capital.

A autora faz críticas ao processo de acumulação de Marx e coloca que seria impossível a acumulação ampliada sem a existência de uma terceira classe de consumidores, da mais-valia externa ao sistema capitalista. Nas palavras da autora:

(...) não resta, pois, a menor dúvida de que Marx queria descrever o processo de acumulação de uma sociedade constituída exclusivamente de capitalistas e operários, sob o domínio geral e exclusivo do modo de produção capitalista (...) seu esquema não permite nenhuma outra interpretação a não ser a da reprodução pela reprodução. (LUXEMBURGO, 1985, p. 229).

Na compreensão de Luxemburgo (1985), as incongruências nos esquemas de reprodução de Marx se davam pelo fato de que sua ampliação só se daria pela sua própria razão. O consumo só cresceria em função da produção. Assim, “a realização da mais valia para fins de acumulação em uma sociedade composta só por operários e capitalistas é, portanto, um problema sem solução” (*Ibidem*, p. 241).

O esquema marxista de reprodução ampliada não corresponde, portanto, a condições de acumulação, enquanto ela progride: não é possível mantê-la

dentro do quadro estrito das relações e de dependências recíprocas e fixas que existem entre os dois grandes departamentos da produção social. (...) A acumulação não é simples relação interna entre os dois ramos da produção capitalista, mas, sobretudo, uma relação entre o capital e o meio não capitalista (LUXEMBURGO, 1985, p. 285).

Nessa compreensão, a autora expõe como se realiza o processo da reprodução do capital na economia capitalista, que para completar seu ciclo e realizar a mais-valia, necessita se correlacionar com as economias não capitalistas. Por esse entendimento, “a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais que por si não produzem pelo modo capitalista” (LUXEMBURGO, 1985, p. 241).

Desse modo, o mercado externo, ou seja, fora das relações capitalistas de produção, é o comprador e realizador da mais-valia excedente não consumida pelos capitalistas. Nestas condições estariam os camponeses, que além de sociedade externa ao processo capitalista de produção seriam os consumidores, serviam como meios de produção e como reservatório de força de trabalho. Assim, o processo de acumulação do capital se realizaria pela absorção desse contingente de trabalhadores/ consumidores, e, neste entremeio, ocorreria tanto a recriação do sistema capitalista como do campesinato, mesmo que este último de forma ameaçada e subordinada.

Nesse sentido, a autora expõe o movimento contraditório do modo de produção capitalista, e compreendemos que em seu processo de reprodução, ele não aniquila as formas e sociedades econômicas não capitalistas, ao contrário, ele permite a recriação dessas economias, para realizar a reprodução ampliada do capital, contrariando também as perspectivas da ortodoxia marxista.

Luxemburgo (1985) coloca que a contradição dos espaços vazios deixados por Marx no Livro II entre produção e consumo só reaparece no Livro III. Assim, os esquemas da reprodução do capital do Livro II, onde a expansão capitalista se dá pela própria relação capitalista entre suas classes, não responde às contradições do próprio capitalismo. Contudo, no Livro III, a leitura sobre a reprodução capitalista é vinculada à articulação desta com as sociedades não capitalistas, por exemplo, a camponesa, o que demonstra que a expansão do capitalismo se dá para além de suas fronteiras, havendo, portanto, necessidade de manutenção das estruturas divergentes para estrategicamente desenvolver seu processo de reprodução e acumulação ampliada.

Marx (2017, p. 185) afirma, no Livro III, que “as condições de exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Divergem não só no tempo e no espaço, mas, também,

conceitualmente”, denotando a característica dialética e as contradições internas das relações sociais de produção e, conseqüentemente, do modo de produção capitalista.

Com base neste entendimento, Luxemburgo (1985) afirma que nunca existiu uma sociedade cuja forma de produção funcionasse exclusivamente sob a forma capitalista. Ocorre uma coexistência entre as formas capitalistas de produção e as não capitalistas, desde que a segunda favoreça o processo de acumulação da primeira.

Sobre isso, a autora expõe:

(...) a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre modos de produção capitalistas e os não capitalistas. Sem estes modos, a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob este prisma, ela consiste na multiplicação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital. O que Marx adotou como hipótese de seu esquema de acumulação corresponde, portanto, somente à tendência histórica e objetiva do movimento acumulativo e ao respectivo resultado teórico final. O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos. E, é nesse ponto que começa o impasse. Alcançando o resultado final – que continua sendo uma simples construção teórica - a acumulação torna-se impossível: a realização e capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista. A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo (LUXEMBURGO, 1985, p. 285).

Na interpretação de Luxemburgo (1985), o desenvolvimento do capitalismo no campo não preconiza necessariamente a aniquilação do campesinato. Com efeito, já estamos no século XXI e o campesinato ainda não se desintegrou, mas se reproduziu, se transformou e se recriou, mesmo que de forma subordinada e com menor representatividade do que no passado, a partir do peculiar movimento contraditório contido no próprio modo de produção capitalista.

Neste sentido, a conformação de um contingente familiar camponês ampliado caracterizado pela perspectiva de permanência intergeracional na terra, que é nosso objeto de pesquisa, se constituirá em parte como um processo de resistência e recriação, bem como um

processo de subordinação, tendo em vista a canalização deste contingente a ser ocupado em posição estratégica pelo capital.

Assim, diferentemente do processo de acumulação primitiva, que consiste em despossuir os trabalhadores de seus meios de produção, a acumulação ampliada do capital necessita da conformação de um contingente populacional em seus domínios espaciais e territoriais peculiares, ou seja, não dominados totalmente pelo capital. Isso para contribuir com a elevação da taxa de acumulação, se apropriando da força de trabalho e das rendas da terra e do trabalho, dando continuidade incessante ao processo de acumulação originária. Assim, na dialética da acumulação ampliada, o capital sorve as rendas geradas pelo trabalho familiar na terra a partir dos mecanismos de sujeição real. Para não retribuir o valor do trabalho que necessita, são mantidas relações contraditórias para justamente manter a ordem maior do capitalismo, que é acumular.

Em suma, as concepções clássicas marxistas divergem quanto ao prognóstico e leituras do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e sobre a posição do campesinato, o que é salutar para o debate acadêmico e demonstra a evolução do pensamento crítico. Neste íterim, sinalizamos que nos ancoramos nas concepções da vertente marxista heterodoxa por entendermos que ela traduz melhor a totalidade vivida no campo pelos camponeses brasileiros, que estão imersos em uma permanente dialética com a estrutura dominante, resultante da dinâmica de resistência/confronto/permanência e mobilidade para, assim, se reproduzirem enquanto sujeito social e econômico.

1.2. O campesinato brasileiro e o sujeito da Reforma Agrária: conflitos, contradições e organização

Especificamente no Brasil, o entendimento sobre o campesinato caminha por um curso extremamente atrelado aos processos das transformações econômicas na agricultura a partir dos seus desdobramentos nos territórios urbano e rural, mas sempre situado em posição de confronto, onde ora resulta em sua expropriação, ora resulta em sua permanência e recriação subordinada. Ou seja, “no projeto de desenvolvimento capitalista no território brasileiro, a existência de uma classe camponesa que corresponde aos agricultores, estes sempre foram excluídos do pacto político, são os sem vozes”, mas, que se confrontam em uma luta desigual com a estrutura dominante para existir (SABOURIN, 2009, p. 8).

Para Martins, no Brasil:

O camponês era, portanto, duplamente excluído: da condição de proprietário de terras e da condição de escravo, já que não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial. Essa exclusão, portanto, das relações de propriedade, não excluía da propriedade. Ele viveu, durante todo o tempo do escravismo, essa contradição maior representada pelo escravo numa economia capitalista de produção escravista de mercadorias (MARTINS, 1981, p.38).

Assim, diante do processo de subordinação e exclusão, o campesinato se organiza, enquanto demanda social, levantando-se contra a condição de espoliado e contra a desigual estrutura fundiária brasileira, sendo a luta a única alternativa que possibilitasse seu engajamento e seu processo de continuísmo enquanto sujeito de existência concreta. A seguir, faremos um percurso histórico atrelado às principais teorias e teses levantadas pela academia sobre a dinâmica do campesinato, e os desdobramentos dos efeitos do capitalismo nas populações camponesas.

A categoria *campesinato* surgiu no Brasil como um tema político, a partir das lutas socioterritoriais travadas durante o século XX, continuando durante o século XXI. A interpretação do campesinato como categoria política proporciona sua leitura como uma categoria científica e social de relevância histórica, organizativa, que se adapta e confronta às transformações das relações de produção, bem como resiste às desigualdades nelas contidas, se afirmando enquanto conteúdo.

Na década de 1950¹², o campesinato se recriava a partir das velhas estruturas contidas no interior das fazendas, engenhos e usinas, sob a condição de lavrador e morador¹³, ou seja, nos vazios do *modus operandi*, ou sob a condição de pequeno produtor espoliado, vivendo com

¹² O campesinato estava referenciado por uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário, o colono do sudeste e sul etc. (ANDRADE, 1978; SANTOS, 1978; CANDIDO, 1979; CARVALHO 2005). A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais (MARQUES, 2008).

¹³ A compreensão dessas duas molduras do campesinato é aqui estabelecida a partir dos estudos de Moreira (1990). A autora comenta com efeito da Lei Eusébio de Queiros, que extinguiu o tráfico de escravos no Brasil, o que encareceu o preço do escravo. Diante da escassez, os senhores de engenho “passaram a facilitar” o estabelecimento de camponeses no interior de suas terras na figura do morador, que veio a substituir o trabalhador escravo. Nesse sentido, os moradores eram camponeses sem terra que recebiam concessão para ocupar as terras do engenho e, nelas, desenvolver uma agricultura de autoconsumo e a criação de pequenos animais. Em troca, seriam obrigados a trabalhar alguns dias da semana gratuitamente para o proprietário da terra, o que se configurava como prática do cambão, ou pagavam a renda fundiária em dinheiro. Em continuidade ao processo de modificação das relações de trabalho, surge a expansão do sistema de lavradores. “Os lavradores constituíram uma categoria de pequenos produtores, que forneciam cana para os engenhos trabalhando seja em terra própria, seja em terras dos engenhos que eles alugavam” (MOREIRA, 1990, p. 5).

sua família na terra, sob uma situação marginal do ponto de vista social e produtivo, combinando relações de trabalho volante, a partir da mobilidade do trabalho e de sua peculiar resistência.

Durante o curso histórico do século XX, verificamos que o processo de exploração e subordinação existente no campo, e seu rebatimento nos trabalhadores camponeses, resultou em processos de confronto e lutas, que conformaram uma realidade desigual. Contudo, tornaram oculares as resistências camponesas diante do processo desigual no qual está envolto o campo brasileiro.

Assim, as teses da aniquilação do campesinato face ao desenvolvimento das forças centrípetas do capitalismo, bem como a premissa de que uma possível revolução iria se desenvolver em países de capitalismo avançado (com numerosa população proletária), não se confirmaram. Contraditoriamente, as insurreições vieram a ocorrer em países de capitalismo periférico, com a importante participação dos trabalhadores do campo, que se encontravam em situação de precária sobrevivência, a exemplo da Revolução Mexicana (1910), da Guerra do Vietnã (1955), da Revolução Cubana (1959) e das Ligas Camponesas ocorridas no Brasil¹⁴.

Merecem igual destaque os movimentos ocorridos no campo brasileiro desde o período colonial, a exemplo da Cabanagem (região Norte) e da Balaiada (MA), bem como os decorridos na fase da república: Canudos (BA), a Guerra do Contestado (PR e SC), e Caldeirão (CE). Esses movimentos denotam o aspecto da resistência e mobilização camponesa sob as diferentes molduras do Estado no curso histórico (TARGINO, 2002).

Sobre as Ligas, elas se instituíram como movimento de resistência e insurreição frente às péssimas condições de vida e de trabalho no campo (LEMOS, 1996). Suas reivindicações assumiram conteúdo político-jurídico, na luta por reconhecimento trabalhista e, posteriormente, na luta por terra, face a extrema concentração fundiária e a desigualdade social que avança no campo de forma verticalizada. As Ligas Camponesas imprimiram importância política e de resistência do campesinato. Colocaram em evidência as desigualdades e a extrema pobreza às quais estavam subjugados pelo processo de exploração do trabalho e concentração de terras.

Nessa época, “o conceito de camponês adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras nesse momento, onde se afirma sua identidade política em nível nacional” (MARQUES, 2008, p.60). Ao mesmo tempo, é definido o conceito de latifundiário, o seu par contraditório. Assim, eles aparecem como conceitos-síntese, ou categorias-analíticas, que

¹⁴ Para uma visão das guerras camponesas no século XX veja Wolf (1984). Sobre as ligas camponesas veja Azevedo (1982) e Targino, Moreira e Menezes (2011).

remetem à situação de classe em que estão enraizadas numa longa história de lutas (MARTINS, 1981, 1986).

Salientamos, aqui, a importância das Ligas Camponesas paraibanas no processo de formação dos movimentos socioterritoriais, com destaque para as Ligas de Sapé¹⁵, que é o município objeto desta pesquisa. As Ligas de Sapé foram lideradas por João Pedro Teixeira, figura de grande envergadura na luta pelos direitos dos povos do campo, entre eles o direito à terra.

A atuação e formação política das Ligas podem servir como elementos propulsores para o rebatimento das teses leninistas da ortodoxia marxista sobre o fim do campesinato. Nesse período, o debate sobre o conceito político do camponês propiciou visibilidade a esse sujeito, dada sua trajetória de luta frente ao processo de desenvolvimento do capitalismo que os excluía. Naquele momento, o conceito de camponês passou a ser associado à luta por terras. Esse movimento foi repellido pelo Estado, na década de 1960, pelo processo de intervenção militar (1964-1985), por que passou o Brasil.

Um dos epicentros para o golpe militar foi a questão da reforma agrária, tendo em vista que postulava, entre as bandeiras do governo João Goulart, o projeto de realizar a chamada “Reforma de Base” (TAVARES, 2014).

Durante a ditadura militar no Brasil, o uso do termo “camponês” poderia ser suficiente para desencadear prisões, torturas e assassinatos (...) foi a partir dos anos 1950 que os movimentos passaram a generalizar o uso do termo “camponês” no país, revestindo demandas locais em propostas políticas vinculadas a um projeto nacional. A palavra reunia ampla gama de categorias – lavradores, trabalhadores rurais, meeiros, foreiros, agricultores familiares, pequenos proprietários, posseiros –, articulando reivindicações diversas: direitos trabalhistas, acesso à previdência social, direito à posse, reforma agrária etc. Assim, carregava um significado simbólico e um sentido político. Foi justamente esse sentido político do termo “camponês” que passou a ser combatido, não apenas pelos agentes da repressão militar, como também por latifundiários e seus capangas (CARNEIRO e CIOCCARI, 2010, p. 37).

Desse modo, foi durante a segunda metade do século XX que os debates sobre a questão agrária brasileira e sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo se acirram, resultando em duas vertentes que povoaram o meio acadêmico sobre a questão agrária e o campesinato e sua dinâmica socioterritorial. A primeira compreensão parte da discussão sobre a compreensão histórica fundamentada na diáde da teoria marxista, entre o processo de

¹⁵ As discussões sobre a expressividade que teve a Liga Camponesa de Sapé, serão melhor abordadas no capítulo a seguir.

aniquilação e de recriação marginal do campesinato; a segunda tem como centro o processo de resistência e recriação do campesinato, apoiada no movimento desigual e contraditório do capital, tendo como suporte o processo de territorialização camponesa, a partir dos movimentos socioterritoriais e da Reforma Agrária.

As discussões sobre a primeira vertente se aproximavam da concepção leninista, que apontava para o desaparecimento do campesinato com o desenvolvimento do capitalismo no campo. Destacamos os autores Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior, José Graziano da Silva, entre outros, que apresentaram contribuições de revelo para a questão agrária do Brasil.

Guimarães (1968), a partir do seu livro *Quatro séculos de latifúndio*, faz uma análise do curso histórico dos quatro séculos de dominação da grande agricultura no Brasil. O autor constrói seu entendimento baseando-se em três características, a saber: a) a natureza da colonização sob a forma de exploração; b) a formação da grande propriedade da terra; e c) as relações e inter-relações sociais de produção, onde se inclui as relações com o campesinato.

Em seu entendimento, o autor contesta a tese de que o capitalismo foi o regime econômico colonial introduzido no Brasil.

A despeito do importante papel desempenhado pelo capital comercial na colonização do nosso país, ele não pôde desfrutar aqui a mesma posição influente, ou mesmo dominante, que havia assumido na metrópole; não conseguiu impor à sociedade colonial as características fundamentais da economia mercantil e teve de submeter-se e amoldar-se à estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal instituídos na América portuguesa. Por conseguinte, o processo evolutivo em curso na sociedade lusa não veio continuar-se no Brasil-Colônia, onde o regime econômico instaurado significou um recuo de centenas de anos em relação ao seu ponto de partida na metrópole. Para que assim acontecesse, a classe senhorial, despojada ali de seus recursos materiais, emprenhou-se a fundo na tarefa de fazer girar em sentido inverso a roda da História, embalada pelo sonho de ver reconstituído o seu passado (GUIMARÃES, 2005, p.p. 36-37).

O autor coloca que a estrutura social e econômica implantada no Brasil pela metrópole portuguesa não assumia padrões do feudalismo na compreensão clássica. A estrutura econômica implantada por Portugal não era completamente feudal, bem como não inteiramente capitalista. A propriedade da terra não era inteiramente privada, mas na produção, já tinha alcançado um sistema de trocas elevado.

Para Guimarães (1968; 2005), a origem do processo de concentração de terras no Brasil compreende a doação de sesmarias, sob a forma de monopólio territorial. No que se refere às relações de trabalho, o autor afirma que, com a abolição da escravidão, a parceria tornou-se a relação de trabalho predominante no Brasil. Nesse tipo de relação existia um processo de

extrema desigualdade, onde o primeiro cedia lotes das terras de seu latifúndio para o segundo plantar lavouras alimentares, atrelados a uma servidão por dívida, que não conferia ao trabalhador nenhuma autonomia econômica sobre a produção.

Guimarães (2005) coloca que a dinâmica da organização da produção e do trabalho estabelecida pelo monopólio feudal e colonial da terra teria acentuado os fatores regressivos e anacrônicos das transações comerciais do Brasil, que passou a estar sujeito às formas primitivas de capital comercial e, posteriormente, de trustes internacionais.

Na compreensão do autor, o latifúndio colonial exigiu, para o seu funcionamento, uma articulação com os intermediários compradores e com os intermediários usurários que “atuam não só no sentido de facilitar a transferência da parte dos lucros especulativos para as mãos dos trustes internacionais, como no sentido de ainda mais reduzir a remuneração dos trabalhadores agrícolas” (GUIMARÃES, 2005, p. 35).

Assim, Guimarães (2005) apresentou dois caminhos para o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro: primeiro, uma reforma conservadora burguesa sem alterações na estrutura fundiária; segundo, um plano para acabar com os “traços feudais” e as formas de produção pré-capitalistas. Contudo, suas ideias só poderiam acontecer mediante três formas de lutas: a) os assalariados e semi-assalariados rurais contra seus patrões proprietários de terra; b) o campesinato contra os resquícios do feudalismo e contra o poder dos latifundiários; e, c) a luta de toda a classe camponesa contra as múltiplas formas de espoliação (GUIMARÃES, 2005).

A compreensão do autor sobre a questão agrária e o campesinato foi abraçada por diversos intelectuais pertencentes ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que referenciou boa parte da esquerda brasileira, contudo, não houve consenso. Seu projeto político era considerado democrático-burguês, e tinha como pressuposto básico a ideia de uma economia rural agroexportadora anacrônica, o que não resolveria os problemas de ordem econômica e social internos, e se posicionava em contraste com uma economia urbano-industrial, que possuía maior musculatura face ao seu rápido processo de modernização. Assim, para superar o anacronismo, seria preciso construir uma estrutura política que rompesse com a dependência do mercado externo e, por sua vez, destruísse as relações pré-capitalistas de produção.

Outro autor que discute a questão agrária brasileira é Caio Prado Junior, que defende a existência de uma economia colonial capitalista no Brasil, não a compreendendo como um resto feudal, e pressupõe a industrialização do campo via desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Nesta compreensão, o autor se coloca alinhado à ortodoxia marxista, onde o campesinato estaria submetido fatalmente ao desaparecimento.

Na obra *A questão Agrária* (1979), o autor defende a tese do nascedouro da agricultura brasileira já em bases capitalistas. Em suas palavras:

Ao invés de “restos feudais” e relações “semifeudais”, seria mais acertado e adequado falar em restos escravistas ou servis, e relações semi-escravistas ou semi-servis, pois uma economia de base escravista não se confunde com economia feudal, e as relações de produção são em ambas distintas (PRADO JR, 1979, p. 67).

O autor desenvolveu uma análise unilinear do curso histórico, e coloca que o Brasil teria passado diretamente das relações escravistas para o trabalho assalariado. Por essa compreensão nunca houve camponeses neste país, tendo em vista que, para a sua existência, se teria que admitir a ocorrência de relações de produção pretéritas, a exemplo, o feudalismo, bem como sua transição para o capitalismo.

Os estudos realizados por Prado Júnior compreendiam a conformação de um modo de produção no Brasil sob o sistema de “*plantation*”, como forma básica de produção da propriedade rural colonial brasileira. Entretanto, autores como Francisco Carlos Teixeira da Silva (1998) e Ciro Flamarion Cardoso (1981), passam a questionar o modelo clássico de “*plantation*” brasileiro.

Teixeira (1998) compreende que o modelo denominado “*plantation*”, fundamentado na monocultura da cana-de-açúcar e admitido pela classe dominante colonial e pela Coroa Portuguesa, tinha a preocupação de estimular também a produção dos demais gêneros alimentícios para que houvesse a garantia da segurança alimentar na Colônia.

Cardoso (1981) destaca que a obsessão para com o conceito de “*plantation*”, de Prado Júnior, reduz a complexa realidade econômica e social brasileira do período colonial, limitando a estrutura social a senhores em um polo, e escravos em outro, esquecendo-se da importância do trabalho do homem branco “livre”, ou seja, do pequeno proprietário rural, o camponês, que se estabelecia nas brechas entre as grandes plantações e as terras de baixa fertilidade.

Todavia, no livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (2000), Prado Júnior utiliza o termo “pequena lavoura”, reconhecendo indiretamente a existência de um campesinato integrado ao capitalismo, sob a forma de parcerias, mas de forma dependente, face o predomínio das relações capitalistas no campo. Na explicação do autor, a pequena lavoura era uma parceria que se constituía como relações ajustadas, não tipicamente capitalistas, onde o pagamento se dava por formas não-monetárias.

Nas palavras do autor:

Certas relações de trabalho presentes na agropecuária brasileira, embora se revistam formalmente de caracteres que as assemelham a instituições que encontramos no feudalismo europeu onde (...) não constituem senão modalidades de pagamento que correspondem ao salário. Isto é, são formas de retribuição de serviços prestados em que por um motivo ou outro – mas sempre motivo de ordem circunstancial – o pagamento em dinheiro é substituído por prestações de outra natureza (PRADO JR., 1979, p. 66).

O apossamento também se tornou um instrumento para o acesso da população camponesa a uma ocupação extralegal que serviu de instrumento para a formação da pequena propriedade no Brasil que, ao longo de décadas, vem sustentando uma luta contínua pelo direito ao acesso à terra e à reprodução da agricultura de raiz “familiar” (GERMANI, 2006).

Contudo, o foco analítico de Prado Júnior voltou-se às formas de trabalho assalariadas, e não as camponesas, que tinham uma importância secundária em sua obra. Diante das contradições existentes no campo brasileiro, deixadas do período colonial, o autor inscreve a questão agrária que se resolveria pelo processo por ele denominado de “Revolução Brasileira”, cujo principal objetivo seria romper com a situação de miséria vivida pelos trabalhadores do campo, por meio da regularização das leis trabalhistas e da desconcentração da propriedade fundiária (PRADO JR, 1979).

Na concepção do autor, a Revolução Brasileira resultaria em melhores condições de vida socioeconômica aos trabalhadores, via assalariamento, que inseriria toda a população brasileira de forma equilibrada no processo de desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, as relações de parcerias e de moradia seriam inteiramente eliminadas, visto que no processo de revolução apontada pelo autor não caberia a ocorrência de relações extra-econômicas ao capitalismo.

Contudo, as populações do campo, neste processo, se expressavam social e politicamente a partir das relações de dependência pessoal e de clientelismo político, fundamentado na sujeição e subordinação ao poder do latifúndio. Neste cerne, o capital harmonizava a reprodução deste campesinato nos interstícios da estrutura dominante, a partir de relações de trabalho de “parceria por meia”, combinando elementos não monetizados, como, por exemplo, a moradia. Assim, controlavam as relações de produção subsumindo a renda da terra e a renda trabalho das famílias camponesas.

Em suma, as ideias apontadas por Alberto Passo Guimarães e Caio Prado Júnior para a superação da questão agrária nacional, apesar da distância quanto ao processo de construção histórica, se alinhavam na prospecção sociológica do futuro do campesinato, a partir do viés leninista. Entretanto, parece que os autores não compreendiam a magnitude e a presença

produtiva, tanto na condição de camponeses integrados à grande exploração, como, também, na condição de pequenos produtores autônomos, que coexistiam de formas parcelares nas brechas da estrutura dominante.

Em nossa compreensão, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil nunca se deu de forma isolada, ou seja, exclusivamente mediado pelo próprio capital e pelas relações impessoais capitalistas. Entendemos que, contraditoriamente, o capital conservou as formas não capitalistas de produção, atrelando-as aos seus interesses, ora as recriando no interior da grande exploração, sob diversas feições, nas parcelas marginais do sistema produtivo, ora as repelindo, quando as necessidades de acumulação tornam-se centrípetas.

Em continuidade ao processo interpretativo do rural brasileiro e dos camponeses, trazemos o modelo econômico e político instalado no país durante as décadas de 1960-1970, que compreende o período do regime militar, destacamos o processo de modernização da agricultura, decorrida das transformações capitalistas no campo, e que acirrou as contradições contidas na questão agrária, ganhando novos desenhos (SILVA, AMARAL e MACIEL, 2016). A modernização supracitada foi cimentada na alteração e ampliação da base técnica e da fronteira agrícola, que teve rebatimento direto na exclusão das populações camponesas.

Para José Graziano da Silva (1982), o desenvolvimento do capitalismo no campo se ampliou com a modernização da agricultura, com a implantação de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura. Esse momento é tipificado como *modernização conservadora*.

Esse modelo de desenvolvimento, capitaneado pela modernização da base técnica, aumentava a produção e instituía a competitividade na agricultura, contudo, conservou a estrutura fundiária dominante e modificou as relações sociais de produção com a população camponesa. O processo de desenvolvimento posto consolidou-se de fato a partir de 1965, tendo com suporte a ação do Estado durante o período militar, e foi caracterizado pelos seguintes fatores: a) conformação dos complexos agroindustriais; b) incorporação de uma base técnica fundada nos oligopólios industriais do setor das máquinas, implementos e insumos agrícolas.; c) intensificação do papel do Estado nas políticas públicas no incentivo da aquisição dos produtos da indústria pela agricultura; d) criação de um Sistema Nacional de Crédito Rural para a grande agricultura; e) acelerado processo de urbanização (SILVA, 1982; MOREIRA e TARGINO, 1997).

Nesta fase, a agricultura brasileira provou um processo de modernização regulado na adoção de inovações tecnológicas no processo produtivo e na constituição dos complexos agroindustriais, o que gerou um novo reordenamento territorial no espaço agrário nacional, que

conduziu o processo produtivo e as relações de trabalho que transformaram a agricultura para o mercado externo. Foi o momento do alinhamento ao capitalismo monopolista, chancelado e incentivado pelo Estado a partir das políticas de crédito e de subsídios à agropecuária. Isto implicou na articulação da agricultura dos países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil, ao processo de acumulação capitalista no pós guerra, mediante integração às grandes empresas e aos oligopólios internacionais, capitaneadas pelas fundações Ford, Rockefeller e pelo Banco Mundial, que articulavam os investimentos tecnológicos às políticas de dependência econômica externa (OLIVEIRA, 2003).

O desenvolvimento do capitalismo, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, caracterizou-se, portanto, pelo processo de consolidação dos oligopólios internacionais, que deu origem às empresas multinacionais, sejam elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. Esse processo histórico teve como sujeitos principais, a emergência dos Estados Unidos como potência econômica capitalista e a transformação interna das empresas norte-americanas. A generalização da presença das empresas multinacionais como característica do mundo pós-guerra, está intimamente ligada ao processo de reconstrução da economia capitalista destruída pela guerra na Europa e no Japão. Mas está também, relacionada com expansão da indústria norte-americana em decorrência da Segunda Guerra e da Guerra Fria (OLIVEIRA, 2003, p. 9).

As transformações decorrentes deste processo provocaram também, mudanças significativas nos processos produtivos, alterando as relações da agricultura com a natureza. Contudo, manteve as relações de controle sobre a força de trabalho da população rural, que não seria capaz, portanto, de se libertar de relações de subordinação pessoal e de subsunção dos direitos.

Um dos estudiosos que analisa o desenvolvimento do capitalismo no campo sob a perspectiva da modernização conservadora é José de Souza Martins. O autor em sua obra “*O poder do atraso. Ensaio da sociologia da história lenta*” (1995), coloca que o desenvolvimento ocorrido no campo brasileiro não superou seus problemas estruturais, pelo contrário, se deu alinhado com as antigas estruturas conservadoras de poder e subordinação.

(...) a ‘estratégia de modernização conservadora’, assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja, tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária (GUIMARÃES, 1977, p. 3).

Ainda sobre esse período comenta Silva (1981):

No início dos anos sessenta, que corresponde ao final da fase de industrialização pesada no Brasil, instalam-se no país as fábricas de máquinas e insumos agrícolas. Assim, por exemplo, são implantadas indústrias de tratores e equipamentos agrícolas (arados, grades, etc.), fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, etc. Evidentemente, a indústria de fertilizantes e defensivos químicos só poderia se instalar depois de constituída a indústria petroquímica; a indústria de tratores e equipamentos agrícolas, depois de implantada a siderúrgica; e assim por diante. O importante é que, a partir da constituição desses ramos industriais no próprio país, a agricultura brasileira iria ter que criar um mercado consumidor para esses ‘novos’ meios de produção. Para garantir a ampliação desse mercado, o Estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses novos ramos da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais. A industrialização da agricultura brasileira entrava assim numa outra etapa (SILVA, 1981, p. 27).

Esse modelo de desenvolvimento trouxe em seu bojo um conjunto de transformações, no espaço e no território, que resultaram em um maior uso da mecanização, uma maior absorção na extensão de terras; um maior uso de fertilizantes e insumos agrícolas; a precarização do trabalho; a retração das culturas alimentares em detrimento da expansão de culturas de exportação; a violência e, a expropriação do trabalhador do campo. A partir desse novo aparato técnico e das novas relações de produção, o território e a população do campo foram amplamente subordinados e atrelados a uma nova estrutura produtiva e de mercado.

Segundo Correia (2018), neste processo, destaca-se o papel das agências de fomento, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) no desenvolvimento de tecnologias e melhoramentos, para a grande e média produção, e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), cujo papel foi determinante na disseminação de novas tecnologias, a partir da assistência técnica junto aos pequenos agricultores, que teriam que se adequar ao processo de transformação e integração, o que não ocorria dada sua inadequação às inovações técnicas do processo produtivo e sua incapacidade de capitalização.

A redefinição produtiva majorou os custos financeiros do processo produtivo com a aquisição de implementos e maquinários, bem como dos insumos químicos (fertilizantes, pesticidas etc.), o que inviabilizou a pequena e média produção. As tensões criadas por este processo resultaram em uma maior integração da grande e média produção aos complexos industriais, mediada pelo Estado, a partir dos pacotes de investimento; e, de outro lado, gerou um maior distanciamento entre a pequena e a grande produção.

Assim, Moreira e Targino (1997) compreendem que, neste processo:

(...) se, de um lado, a modernização levada a efeito foi responsável por uma grande expansão da produção de determinadas culturas industriais e de exportação, tais como a soja e a cana-de-açúcar, e da pecuária, pelo aumento do número de tratores utilizados, pelo crescimento do consumo de NPK e pelo fortalecimento do Complexo Agroindustrial, de outro lado, ela trouxe, no seu bojo, uma série de complicadores da ordem socioeconômica, tais como: a) a expropriação dos pequenos produtores e sua transformação em assalariados; b) a retração da área cultivada com culturas alimentares; c) a acentuação do processo de concentração da propriedade da terra; d) a deterioração da distribuição da renda do setor agropecuário; e) a utilização indiscriminada de fertilizantes e defensivos agrícolas, comprometendo a fertilidade dos solos e provocando desequilíbrio nos ecossistemas existentes e efeitos nocivos sobre a saúde dos trabalhadores e consumidores; f) a intensificação da sazonalidade da demanda de trabalho na atividade agrícola (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.p. 6-7).

Na Paraíba e, em destaque, no município de Sapé, que é objeto desta pesquisa, esse processo de transformação se deu atrelado ao processo de integração entre a agricultura e a indústria, principalmente do setor sucroalcooleiro, modificando profundamente as estruturas do espaço e a formação territorial, às custas da subordinação do trabalho e da produção às necessidades de acumulação capitalista.

Ao subordinar-se às leis do lucro, a agricultura necessita aumentar a produtividade do trabalho, ou seja, ela necessita que cada trabalhador produza mais em menos tempo. Isso só é possível de obter-se aumentando a jornada e/ou intensificando o ritmo de trabalho das pessoas. Para tal, se faz necessário uma mudança nas relações técnicas de produção, o que leva a uma integração maior da agricultura com a indústria (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.p. 197-198).

O projeto em pauta se alicerçava no aporte do crédito dirigido, no uso da técnica e de insumos e da produção agrícola, que resultou no processo acentuado de expropriação camponesa, e na redefinição do mercado de terras. Neste contexto, o camponês representava um anacronismo a ser superado pela produção estritamente capitalista com condutas padronizadas no símbolo da eficácia técnica. Assim, o camponês foi substituído pelo “trabalhador rural”, que na práxis era representado pela mesma pessoa, contudo, transformado em um trabalhador dissociado da terra e tornado “volante”.

Essa transformação se deu mediante mudanças decorridas no território ocupado pelo campesinato e nas relações de trabalho. Os pequenos sítios de produção camponesa de culturas alimentares que coexistiam com a grande exploração foram sensivelmente atingidos e suprimidos, via asfixia produtiva do campesinato e seu crescente assalariamento, o que resultou na incorporação das pequenas propriedades à grande propriedade capitalista. Neste processo, as relações de trabalho e uso da terra, levaram a “transformação do camponês num assalariado

temporário, mediante a conversão das atividades acessórias da agricultura em ramos da indústria recente” (SILVA, 1981, p. 54).

Essas transformações das relações de trabalho se ampliaram com o processo de sazonalidade, que já sinalizava como estratégia para a não integralidade do processo de assalariamento e de proletarização camponesa, demonstrando o processo de debilidade social do desenvolvimento via modernização técnica do capitalismo ocorrida no campo brasileiro.

Nas palavras de Silva (1982):

A mecanização, na medida em que atinge (por questões tecnológicas) principalmente outras atividades que não a colheita, acentua a sazonalidade de ocupação dessa mão-de-obra não qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o consequente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais (SILVA, 1982, p. 30).

Essas modificações decorridas no rural brasileiro a partir das décadas de 1960-1970, com o desenvolvimento capitalista na agricultura, se deram pelos interesses do capital em criar um mercado interno para a indústria, com o aumento da produção agrícola nacional, atrelada a uma estratégia para a territorialização deste capital integrado aos interesses urbanos e industriais do capitalismo em sua fase monopolista (MARTINS, 1981). Este processo de modificação redefiniu as relações da agricultura capitalista com o campesinato, gerando tensões provocadas pelas crescentes expropriações camponesas decorrentes da ampliação das fronteiras agrícolas e do processo de precarização das relações de trabalho no campo.

Assim, este período foi caracterizado pelo intenso processo de migração rural. Durante as décadas de 1960-1980, 8 (oito) milhões de migrantes rurais nordestinos, o que correspondiam, na época, a 27% do total da população rural nacional e a 1/5 da população rural nordestina, migraram para as regiões urbanas (campo-cidade), bem como nas magnitudes interestaduais e inter-regionais, principalmente para as regiões Sudeste e Centro-Oeste, atraídos pelos setores industriais, fabris e principalmente para a construção civil nos grandes centros urbanos (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). Desse modo, este período é caracterizado pelo processo de expropriação dos camponeses e de suas famílias da terra, pelo forte movimento do capital, provocado pela modernização técnica não inclusiva das populações do campo (MOREIRA, 1982).

Neste sentido, Guimarães (1977) considerou este modelo de modernização como conservadora em contraposição política à reforma agrária, dado que trata de uma estratégia que

“tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária” (1977, p. 3). Pelo contrário, a partir das políticas subsidiárias para a modernização da agricultura, o território passou por um forte processo de controle e ampliação das monoculturas para exportação em detrimento da retração das culturas alimentares e expropriação camponesas.

Em suma, as interpretações expostas filiaram-se à concepção teórica clássica, cujas transformações no campo se davam a partir das formas que o capitalismo adquiriu, em suas feições e modelos de desenvolvimento. E, neste íterim, as relações estabelecidas entre campesinato e capitalismo, o primeiro seria condenado à extinção no plano econômico via expropriação e assalariamento.

Contudo,

(...) no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, cresce a complexidade da problemática agrária em decorrência das mudanças verificadas no campo e os novos movimentos sociais entram em cena, como o dos atingidos por barragem, dos seringueiros, dos trabalhadores rurais sem terra etc. (MARQUES, 2008, p. 61).

Durante a década de 1980, período caracterizado pela redemocratização brasileira com o fim dos governos militares, o modelo de desenvolvimento para a agricultura pautado na modernização técnica, subsidiária e dependente passou a sofrer fissuras que se ampliaram a partir da crise fiscal, o que redefiniu o padrão intervencionista do Estado, e rebateu fortemente no setor agrícola. Este setor sempre se sustentou na viga subsidiária e protetiva do Estado, que durante muito tempo beneficiou-os com concordatas e perdão das dívidas, mas, com a crise, estes mecanismos foram sensivelmente atingidos. Em consoante a este processo de decomposição, inaugurava-se um novo padrão produtivo denominado de acumulação flexível (HARVEY, 1992).

O modelo de acumulação flexível caracterizou-se pela flexibilidade do processo e dos mercados de trabalho (terceirização), e pela flexibilidade dos produtos, dos processos produtivos (incorporação, financeirização) e padrões de consumo. Este novo processo inaugurava um padrão de acumulação que buscava superar a crise econômica vivida pelo capitalismo, a partir do processo neoliberal e neoconservador assumido pelo Estado. Ou seja, neste padrão, a figura que chancelava e capitalizava o processo de desenvolvimento agrícola anterior (Estado), foi assumida pelo capital privado internacional, cujo objetivo era a abertura da economia do país, tendo por intervenientes o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) (*Ibidem*, 1992).

Em continuidade à discussão encaminhada, compreendemos que neste modelo os vínculos com a pequena produção e com a população foram novamente esgarçados. O processo de ajuste fiscal do Estado, acrescentado com a perda do poder político e econômico das elites latifundiárias, após a redemocratização, levou, a exemplo do que aconteceu aqui na Paraíba, as empresas rurais, inicialmente, ao processo de terceirização, caracterizado como arrendamento, e, em caso acentuado, à falência (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Com os ajustes às situações restritivas do Estado sobre a grande exploração capitalista, o setor patronal reagiu sobre a população camponesa, subordinando/explorando e reduzindo a área plantada de culturas alimentares com intuito de expropriar os camponeses da terra. Neste momento, o contrato social foi ressignificado, em atendimento aos interesses do latifúndio capitalista, o que resultou numa reação camponesa frente a este projeto de desenvolvimento capitalista, que resultou nos constantes e violentos conflitos por terra.

Vale ressaltar que, no Brasil, o processo de acumulação primitiva de capital não se deu via modelo clássico, ele foi peculiar e tardio. Os modelos anteriormente instituídos preferiram a manutenção dos camponeses nas terras da elite fundiária, atrelados a um desenvolvimento de uma agricultura capitalista, por meio de relações anticontratuais de trabalho, controlando o território e a força de trabalho (MARTINS, 2003). Contudo, chegou o momento, a partir da nova conjuntura da acumulação capitalista flexível, de se romper com as relações de exploração envoltas de uma harmonia disfarçada.

Assim, foi necessário, diante da situação de pobreza e subordinação da população camponesa, que as teses políticas ganhassem materialidade social por um projeto de Reforma Agrária. Esse período foi caracterizado por grande efervescência, onde os movimentos sociais, de diferentes vias, desafiavam, com maior força que hoje, o latifúndio e toda a estrutura política e econômica que o sustentava (TOLETINO, 2013).

Destacamos a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), bastante aguerrido nas décadas de 1980-1990, realizando ocupações e exigindo Reforma Agrária como elemento negociável, pois seria o condutor dos ajustes históricos das desigualdades sofridas pelos camponeses. Esse momento é caracterizado pela tensão existente no território brasileiro, pela crise do capital agrário-nacional provocada justamente pelo liberalismo econômico apregoado pelo Estado naquela época.

Neste prisma, o campesinato passa a ser compreendido a partir do processo de resistência no enfrentamento da dominância fundiária, circunscrito no movimento desigual e contraditório do capital, se recriando a partir dos seus mecanismos internos e combinados a

formas de trabalho externas, contudo, subordinado à estrutura capitalista pelo processo de sujeição formal do trabalho ao capital.

Estas concepções fundamentam a segunda vertente de interpretação sobre o campesinato brasileiro, que se dá a partir do movimento desigual e contraditório, vertente a qual nos alinhamos; Sua construção teórica se orienta a partir da compreensão de Luxemburgo sobre os espaços vazios do capitalismo, e, é realçada no Brasil por autores como Oliveira (2001; 2003; 2004; 2005; 2006), Martins (1981; 2003), Paulino e Almeida (2010).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento do modo capitalista de produção, “para garantir sua expansão” mantém alguns traços “produtivos não capitalistas particularmente em sua etapa monopolista, onde ele cria, recria e domina estas relações não capitalistas de produção” (OLIVEIRA, 1987, p.12).

Assim, essa vertente procura compreender a totalidade a partir do *movimento desigual e contraditório*¹⁶ dos processos dialéticos contidos no capitalismo, e as articulações por ele precisamente realizadas entre as diferentes estruturas produtivas. Isso significa que, para que o seu desenvolvimento seja possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios (OLIVEIRA, 2004).

Desse modo, dizer que existe um desenvolvimento contraditório do capitalismo significa afirmar que para que o capitalismo se desenvolva é necessário que ele se articule a estruturas sociais não necessariamente capitalistas, a exemplo das camponesas. Contudo esta articulação continua conservando a estrutura desigual alimentada pela concentração de riqueza, pela reafirmação da propriedade privada dos meios de produção, e pelo processo desigual das relações sociais de produção.

Na compreensão de Oliveira:

Este desenvolvimento contraditório ocorre através de formas articuladas pelos próprios capitalistas que se utilizam dessas relações de trabalho para não terem que investir na contratação de mão de obra uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo em que, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho desses trabalhadores parceiros ou camponeses, convertendo-a em mercadoria, vendendo-a, portanto e ficando como o dinheiro, ou seja, transformando-a em capital (OLIVEIRA, 2003, p. 46).

¹⁶ Corrente teórica que se fundamenta na vertente de compreensão a partir do desenvolvimento do capitalismo no campo que se dá a partir de um movimento desigual e contraditório. Isso quer dizer que com o avanço do capitalismo “ele produz e reproduz relações capitalistas e não tipicamente capitalistas. Ou seja, o primeiro movimento ocorre proletarizando os camponeses, no caso do agronegócio, ou em empregados dos capitalistas urbanos, industriais, comerciais ou financeiros”, o segundo produz a reprodução camponesa no interior do capitalismo a partir dos processos contraditórios e desiguais. (OLIVEIRA, 2004).

O autor ainda acrescenta que este tipo de relação é mais um mecanismo criado pelo capital para se apropriar de outras formas de renda e reinseri-las em seu processo reprodutivo:

Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz através de relações não-capitalistas. Uma vez acumulado, esse capital poderá numa próxima etapa do processo de produção ser destinado à contratação de boias-frias, por exemplo, e então se estará implantando o trabalho assalariado na agricultura (OLIVEIRA, 2002, p. 46).

Nesta interpretação, a presença e a participação do campesinato dentro do modo capitalista se dão pela própria contradição e desenvolvimento desigual do sistema, levando a população camponesa a preservar a propriedade da terra como recurso peculiar, utilizando quase unicamente o trabalho familiar; contudo, dado seu grau de dependência, desempenham relações de trabalho a terceiros, como em parcerias e o trabalho acessório. Estas relações produtivas não possuem alcance suficiente para não subordiná-los à estrutura dominante. Por este prisma, o capital transforma o produto do trabalho camponês em mercadoria, integrando a produção camponesa ao circuito mercantil (OLIVEIRA, 2001).

Desse modo, a compreensão sobre o campesinato se localiza na posição de estranheza ao capital, tendo em vista que as forças produtivas e as relações de produção capitalista não o determina, já que seu processo de recriação se estabelece pela contradição das forças, por luta, permanência, e também pela subordinação.

Nesta tônica, também caminha José de Souza Martins, em *Os camponeses e a política no Brasil* (1981). Nesta obra, o autor discute as origens e a formação do campesinato brasileiro e compreende que o capitalismo não transforma, necessariamente, todas as relações sociais em relações capitalistas de produção, ou seja, não irá transformar todos os camponeses em trabalhadores assalariados. Ainda haverá no capitalismo, contraditoriamente, relações não capitalistas. Assim, não podemos analisar a história pela lente do desenvolvimento das forças produtivas.

Certamente, o desenvolvimento das forças produtivas tem um papel crucial no processo histórico e no alcance das lutas políticas. Entretanto fazer sinônimo de história é uma heresia. Não é preciso que as forças produtivas se desenvolvam em cada estabelecimento agrícola ou industrial, em cada sítio ou oficina, a ponto de impor a necessidade das relações caracteristicamente capitalistas de produção, de impor o trabalho assalariado, para que o capital estenda suas contradições e sua violência aos vários campos da produção no campo e na cidade (MARTINS, 1981, p. 14).

Encontramos no campo brasileiro, junto ao processo de desenvolvimento do capitalismo caracterizado pelo domínio territorial e pela implantação das relações de trabalho assalariado, também, as relações não capitalistas de produção como, por exemplo, a parceria, a reciprocidade e o trabalho familiar, que são os elementos fulcrais da resistência e da recriação camponesas.

O produtor familiar (...) continua proprietário da terra e dos instrumentos que utiliza no seu trabalho. Ele não é um assalariado de ninguém. (...) Como podemos dizer, então, que o capital instituiu a sujeição do seu trabalho, dominando-o? Nem há sujeição formal, nem há sujeição real do trabalho ao capital nesse caso. Entretanto, o capital tende a dominar cada vez mais a produção da agricultura. Não só dos setores de produção agrícola onde essa sujeição está claramente instituída, mas também do crescente setor de pequenos produtores baseados no trabalho familiar (MARTINS, 1981, p. 174).

Neste processo contraditório, a permanência dos camponeses enquanto sujeito social é estrategicamente orientada aos interesses do capital, que não aniquila inteiramente as relações de produção não capitalistas e seus territórios, mas as conserva segundo seus interesses. Assim, ao passo que os camponeses utilizam o trabalho familiar para se reproduzirem, a força de trabalho da família camponesa é subsumida pelo processo de sujeição da renda da terra ao capital.

Paulino e Almeida (2010) propõem a leitura do campesinato brasileiro, estreitamente ligado às relações de produção e de classe, tendo como pedra angular a produção familiar e o uso da terra, que se apresenta como elemento condicionante da existência campesina, bem como palco de disputas.

É a partir da análise do uso da terra que é possível compreender os mecanismos e fenômenos de recriação do campesinato e as disputas entre classes, seja por terra ou para nela permanecer, como no caso do campesinato assentado, que é sujeito desta pesquisa. Tal compreensão se aproxima da problemática em epígrafe, por entendermos que a terra e o uso dela se manifestam como vetor indissociável à construção do campesinato.

A permanência da questão camponesa no mundo “moderno” carrega consigo a problemática da terra e do território no capitalismo. Por conseguinte, não é possível falar em camponês sem fazer referência a esse debate, pois a terra, em disputa, se transforma em território e continua desempenhando papel sui generis no capitalismo. (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 16)

Em suma, Oliveira (2006), Martins (1981), Paulino e Almeida (2010) defendem uma postura teórica em que o campesinato deve ser entendido como uma categoria independente socialmente, todavia, articulado dialeticamente e economicamente ao modo de produção dominante. As interpretações dos autores sobre a questão agrária implicam, necessariamente, na compreensão de que as relações capitalistas no campo ocorrem de modo peculiar e articulado às relações não necessariamente capitalistas.

Isto demonstra que o modo de produção capitalista não é uma estrutura isonômica. Contudo, a partir da noção de dominação indireta, ele subordina as estruturas da pequena produção, recriando-as, pois são consubstanciais para o próprio desenvolvimento do capital, a partir da subsunção das rendas da terra e do trabalho. A formação econômica social do capitalismo mantém as estruturas não capitalistas, e mantém também a ocular desigualdade entre a produção patronal e a pequena produção familiar camponesa, pois ela foge da esfera da relação do sistema capitalista (acúmulo de capital) sendo apropriada no processo de acumulação capitalista (ARAÚJO, 1998).

Neste sentido, a estrutura camponesa de produção familiar se confronta com a grande estrutura em uma dialética permanente do seu próprio existir, em uma histórica luta de classes alimentada pelas desigualdades promovidas pelo capital. Estas desigualdades são percebidas pelas distintas relações de produção, entre a pequena e grande agricultura e pela vertical concentração de terras.

Quando essas desigualdades atingem um nível, consideravelmente acentuado e violento, ampliam-se os conflitos. O campesinato se levanta, e se coloca enquanto sujeito político, ou seja, por meio da luta por terra e para permanecer nela. Assim, para dirimir os conflitos e preservar a superestrutura da formação social brasileira, o Estado, movido pelos processos de luta e pressão social, apresenta, em último caso, o projeto de Reforma Agrária como elemento reducionista do impasse, com a criação dos assentamentos rurais.

Contudo, vale ressaltar, para os homens e mulheres do campo, espoliados pelo processo de sujeição real do trabalho ao capital, a apropriação de uma fração do território representou uma possibilidade de vida mais justa e digna. Assim, compreendemos que, quando os camponeses se territorializam, com o acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, passam a deliberar sobre suas dificuldades reprodutivas e necessidades imediatas de consumo, que permitem cumprir adequadamente o ciclo de vida da família. Eles se recriam, se constituem como sujeitos de múltiplas expressões de existência, cuja orientação social se deu forjada na luta, na resistência cotidiana às manobras da exploração.

Ressaltamos a nossa compreensão de que o processo de Reforma Agrária, mesmo derivado das lutas estabelecidas pela desigual estrutura fundiária e social, não representa um projeto revolucionário. Ela é um projeto mediado pelo Estado, com interesses preestabelecidos e direcionados. Ao passo que minimiza os conflitos, reafirma o controle da terra, pela manutenção do seu aparelho jurídico-institucional pela manutenção da propriedade privada dos meios de produção, e conserva a desigual estrutura agrária contida no campo, embora atenuando-a.

Contudo, não podemos negar a importância que tem a Reforma Agrária, como elemento modificador da estrutura fundiária a partir da criação dos assentamentos. Ela sinaliza uma das poucas oportunidades de acesso à terra para quem dela precisa para viver e se recriar enquanto camponês, mesmo que de forma relativa e submetidos a constantes ataques pelo capital. Sinalizamos também seu potencial enquanto inserção de uma parcela de força de trabalho volante, de espoliados no campo e nas periferias das cidades.

Sobre isto trazemos as compreensões de Shanin (2008) sobre o processo de criação de um campesinato assentado, oriundo do programa de Reforma Agrária:

(...) a criação do campesinato, que acontece em muitos países, entre eles o Brasil, em que pessoas que não são camponeses ou pessoas que são “sem-terra” recebem terra por meio de políticas de redistribuição fundiária. Há, também, então, o processo de criação e recriação do campesinato. Para provar que este processo não é uma particularidade do Brasil (SHANIN, 2008, p. 27).

O autor ainda coloca que este campesinato, fruto da Reforma Agrária, representa uma resistência incômoda, porque não aceita facilmente ser cooptado pelo capital. O campesinato vive seu tempo e viveu todos os tempos: nas sociedades escravocratas, feudais e capitalistas. É sujeito histórico perene que luta para ser ele mesmo, pois ainda não foi possível suprimi-lo, sufocá-lo, apesar das constantes tentativas e do processo de evolução tecnológica e científica (SHANIN, 1983).

Assim, as manifestações da capacidade dos camponeses da Reforma Agrária advém do processo de construção diária, onde enfrentam desafios para garantir sua reprodução social, enquanto unidade de produção familiar, numa formação social sob dominação do modo de produção capitalista (STEDILE, 2016).

Nesse sentido, se faz necessário investigar os processos de transformação, lutas, resistências, recuos, avanços e recriação do campesinato, como sujeito que tem historicidade e materialidade concreta. Estamos aqui nos referindo a um campesinato assentado, ou seja,

forjado na luta pela terra para permanecer nela sob condição de camponês, que é nosso objeto de pesquisa.

Por extensão, o conceito de *campesinato assentado* é compreendido como síntese concreta, resultante do processo contraditório de forças opostas que atuam no campo. Seu conteúdo está orientado a partir do processo de formação política de luta por terras, contra as condições desiguais de exploração mantida pelas distintas relações de produção no campo, que marcaram a estruturação do espaço e a formação territorial brasileira.

Para Martins (2003, p. 10), o campesinato assentado, é “o sujeito da reforma agrária, é vivencial, está inserido na prática cotidiana da questão agrária, das tensões e conflitos decorrentes da própria reforma, longe das teorias e das ideologias que a ele se referem”, é gestado no próprio processo da reforma. É o sujeito marcado pela ambivalência orientada e dividida entre a de trabalhador volante, em sua condição anterior, e a de proprietário de terra.

O campesinato assentado se apresenta como sujeito derivado de um processo de confronto e regularização. Confronto porque seu processo de assentamento, em sua maioria, não se deu de maneira pacífica proveniente do reconhecimento da histórica exploração no campo e da população contida nele, e regularização pelo fato dos assentamentos surgirem movidos por uma forte tensão social iniciada pelas resistências à expulsão, ocupações e acampamentos à política agrária, que representa a estratégia encontrada pelo Estado para sanar os conflitos e, ao mesmo tempo, limitá-los enquanto processos de luta, sem alterar a estrutura fundiária e a organização da formação social brasileira.

Assim, o camponês assentado carrega traços sociais que o qualificam enquanto homem da terra, que utiliza e conduz em seu processo produtivo as necessidades da família, bem como o de titular da renda da terra:

(...) sujeito que se determina por aquilo que nega, como é fundamental o caso da renda da terra. O assentado também é titular da renda fundiária, mesmo que sua existência social se organize ainda a partir de mediações específicas e próprias de sua situação social e de classe e da dominância que nela tem o trabalho (MARTINS, 2003, p. 10).

Na compreensão do autor, a conformação dos assentamentos também imprime a tutela conservadora do ponto de vista territorial. O assentado não é o sujeito real que controla o modo de produção e a ação territorial, ele “é dilacerado e desafiado pela incoerência entre a situação social de trabalhador e a situação social de proprietário e titular de renda fundiária” (*Ibidem*, 2003, p.11). Essa polarização marca profundamente os nós que os compactam na figura do agricultor familiar.

Vale ressaltar, que o termo “agricultura familiar”, ganhou conteúdo na agenda e nas políticas públicas, tendo significado político, teórico e ideológico distinto da agricultura camponesa, considerada erroneamente como improdutiva. Como objeto teórico, o agricultor familiar surge como forma de classificar o trabalhador que utiliza a força de trabalho da família na produção e está incorporado à racionalidade econômica e competitiva do mercado capitalista. A nomenclatura ideológica da agricultura familiar foi o elemento concatenador dos camponeses à moldura compactada de projetos que visam sua reprodução controlada, subordinada e gestada pelos programas e políticas públicas, a exemplo do crédito dirigido, que orienta o uso e a gestão do território e tenta exercer controle sobre a força de trabalho contida nele.

Entretanto, em nossa compreensão, toda a agricultura camponesa é eminentemente familiar, ou seja, produz com e para as necessidades da família, e sua integração com o mercado não se dá de forma verticalizada. Assim, reafirmamos o conceito de agricultura camponesa, como um conceito em totalidade que cultiva as características naturais do devir social, histórico, econômico e produtivo do camponês e de sua família.

Assim, em nossa compreensão, o campesinato assentado, mesmo direcionado pela gerência via pública/institucional da agricultura familiar, se capacita como sujeito de amplas significações, pois, estas foram constituídas no processo contraditório de luta e resistência. Não são coletividades residuais, mas indivíduos que em seu devir político e econômico, se interligam e se relacionam às estruturas internas e externas, contudo, sem perder o que lhes é característico, a autonomia relativa da produção, que se dá a partir do trabalho, eminentemente familiar, e do uso coletivo da terra¹⁷ como elemento provedor.

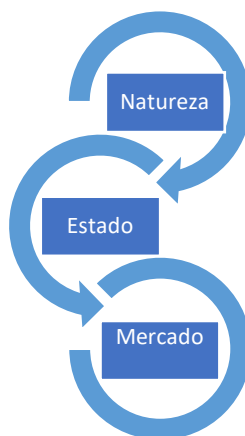
O campesinato assentado, ou seja, da Reforma Agrária, está envolto em um hibridismo econômico e social, estabelecido entre os processos de recriação e subordinação. Contudo, dado o seu conjunto de arranjos internos e de sua razão econômica peculiar, conseguem suportar a irracionalidade brutal do modo dominante a partir do seu malabarismo socioeconômico e da sua resistência, mesmo que subordinada.

Por este prisma, não podemos ler o campesinato assentado, na atualidade, nem por sua essência endógena, ou seja, decorrente exclusivamente do seu processo de diferenciação interna e do conjunto de estratégias por ele desenvolvidas para prover sua recriação, nem isoladamente, como indivíduos estreitamente ligados e totalmente subordinados ao processo da reprodução

¹⁷ Elemento central da condução camponesa e da reprodução socioterritorial em perspectiva intergeracional nos projetos de Reforma Agrária.

capitalista. Eles estão inseridos em uma constante dialética, que estabelecem em seus processos produtivos e reprodutivos. No aspecto produtivo, eles se relacionam e se sujeitam, conforme coloca Shanin (1983; 2005) às estruturas do Estado e do mercado e à natureza (Ver figura 01).

Figura 01 - Elementos relacionados ao seu processo de recriação camponesa



Fonte: Adaptação de Correia, 2011.

Sua articulação à natureza é pré-condicionante à sua reprodução. Dela ele depende, e, a partir dos seus recursos, se torna sujeito, ser vivente. Dada a limitação técnica, em sua maioria, a reprodução se dá extremamente dependente do calendário agrícola. Ou seja, seu processo produtivo é vinculado aos períodos de dependência da dinâmica da natureza mediado pelos regimes das chuvas e estiagem.

Já a sujeição ao Estado se dá por via institucional, desde a manutenção jurídica da propriedade privada da terra, seguindo via implementação das políticas, programas e recursos, a quem muitas das vezes dirigem, ou tentam dirigir, sua ordem produtiva e reprodutiva. Seu baixo nível de capitalização, acentuado pelas necessidades de infraestrutura e canais de comercialização, fazem com que eles subordinem-se à dinâmica proposta pelo Estado, que impulsiona a lógica produtivista de racionalidade de mercado, contrária à razão econômica camponesa.

A relação que os camponeses mantêm com o mercado, também, se faz de forma subordinada ao capital em sua feição industrial, comercial e financeira. Tal fato se dá desde o processo produtivo quando eles recorrem ao mercado para aquisição de implementos, defensivos, equipamentos, alguns instrumentos de trabalho e aos financiamentos, ou quando colocam em circulação sua produção. A subordinação na circulação ocorre quando os camponeses entregam o seu excedente produtivo ao atravessador, maioria dos casos, ou, às

agroindústrias. Desse modo, são subordinados pelas regras do capital, onde as trocas realizadas entre os camponeses e o capital comercial decorrem dos processos de subsunção das rendas da terra e do trabalho, visto que os preços conseguidos pela produção colocada no mercado não correspondem ao volume do trabalho dispendido, nem aos recursos investidos pelos camponeses para gerar o excedente produtivo.

Contudo, os camponeses continuam produzindo, mesmo que do ponto de vista do capitalismo seja uma produção irracional. A irracionalidade é percebida como um elemento de resistência e continuísmo do campesinato frente ao modo de produzir capitalista, que, nessa situação de prejuízo, estaria fadado à iminente falência produtiva, entretanto, o campesinato continua.

Assim, compreendemos que o campesinato, tem sua razão econômica própria. Tentar enquadrá-la na lógica capitalista da eficiência produtiva é uma impropriedade do ponto de vista analítico. A compreensão das relações e articulações e os mecanismos internos que o campesinato, em especial o campesinato assentado, mantém em seu processo produtivo e reprodutivo são o que lhes dão suporte, e nos auxiliam na sua compreensão. Desse modo, selecionamos sete pontos que compreendemos os mais proeminentes:

- autonomia produtiva relativa: controla seus meios de produção e o seu trabalho, contudo, está ligado aos mercados diversificados estabelecidos a partir dos programas e políticas públicas de Estado;
- dependência aos recursos naturais: o campesinato pouco capitalizado e com recursos escassos, não dispõe de suporte tecnológico, o que o faz extremamente dependente da natureza. Para dirimir a dependência, faz uso de tecnologias sociais e da variação de suas habilidades e adaptações do seu ciclo produtivo às condições da sazonalidade natural de sua área;
- dependência dos programas institucionais: sua inserção em programas de fomento à comercialização de canais diretos de venda da produção;
- regras próprias derivadas do patrimônio cultural e hereditário: o campesinato possui um conjunto de habilidades contidas no seu patrimônio cultural e hereditário, mediado pelas relações de parentesco e reciprocidade, que permitem uma gestão do trabalho mais eficiente de suas necessidades e dificuldades produtivas;

- importância do trabalho familiar: possui como caráter central e indissociável o trabalho familiar, que é o elemento gerador de sua racionalidade produtiva, e ao mesmo tempo mantedor do seu processo reprodutivo;
- objetivo de sua reprodução: o processo produtivo tem como objetivo imanente sua própria reprodução como unidade imediata de trabalho e de consumo, de maneira que mesmo que produza, unilateralmente, para a venda e adquira mercadorias para seu consumo, seu objetivo continuará sendo a produção de valores de uso;
- prioridade dada aos recursos obtidos: os recursos obtidos são destinados à família, para atender suas necessidades de consumo e de investimento produtivo, havendo um equilíbrio mediado pelo nível de satisfação e intensificação do trabalho;

Analisando estes pontos, verificamos que o processo reprodutivo do campesinato assentado possui estreitas ligações com as abordagens contidas na literatura, que se direciona à compreensão peculiar dessa formação social, ou seja, nas compreensões ligadas à lógica interna do seu processo reprodutivo, como sinalizam Chayanov (2014) e Mendras (1978). Contudo, isso não significa que estamos diante de um campesinato ilhado em sua rede reprodutiva, fora da formação social, pelo contrário, ele se intercambia constantemente para desenvolver-se enquanto sujeito.

Compreendemos que toda a rede de articulação e de mecanismos internos desenvolvidos por este campesinato na condução do seu processo produtivo e reprodutivo converge ao atendimento das necessidades e dinâmicas internas das famílias. Isto, aliado ao acesso comum à terra como meio de produção do espaço de vida, moradia e alimentação, via lotes da Reforma Agrária, possibilitou, entre outras coisas, a reprodução socioterritorial intergeracional de duas ou três gerações em uma mesma fração territorial. Esta conformação o torna uma ordem social mais flexível ao processo produtivo e reprodutivo e, também, mais subordinada ao capital enquanto força de trabalho.

Assim, compreender os mecanismos que envolvem os processos de recriação e reprodução socioterritorial das famílias camponesas nos lotes dos assentamentos, a partir da perspectiva intergeracional e dos desdobramentos desses enquanto força de trabalho se torna mister nesta pesquisa, e serão melhor abordadas nas seções a seguir.

1.3 A intergeracionalidade e o processo de reprodução socioterritorial do campesinato da Reforma Agrária

Os estudos sobre as sociodinâmicas decorridas a partir do processo de construção dos assentamentos, bem como a perspectiva intergeracional do campesinato e os processos que materializam suas realizações de reprodução e territorialização ainda são incipientes no âmbito das ciências sociais, entre elas, a geografia. A reprodução do campesinato intergeracionalmente, ou seja, a capacidade de garantir a permanência dos seus na terra, mantendo-a como um patrimônio produtivo, social e sucessório, é um dos objetivos do devir camponês, e simboliza conquista, resultado da luta e do trabalho.

A maioria dos estudos sobre o campesinato, especialmente sobre o campesinato assentado, direcionam-se sobre o seu processo de luta, da territorialização ou da compreensão da viabilidade econômica do projeto de assentamento da Reforma Agrária. Habitualmente, os estudos sobre as populações do campo remetem-se à compreensão do sujeito atrelada ao processo de coisificação das determinações etárias e sociais que conduzem ao processo migratório.

Neste prisma, os estudos estão atrelados às correntes sociais e econômicas¹⁸, que não respondem às inquietações contidas na totalidade. Os estudos sociais e geográficos, em maioria, negligenciam o processo de reprodução socioterritorial do campesinato e as dinâmicas concernentes à intergeracionalidade, que é um aspecto peculiar, ou mesmo, a finalidade da reprodução camponesa, que se refere ao seu objetivo microsocial de permanecer com suas famílias na terra.

Kessler (2007), em seu trabalho realizado sobre a juventude rural da América Latina, traz à tona os vazios no que se refere aos estudos do mundo rural sobre o processo sucessório na perspectiva intergeracional. O estudo demonstra a “invisibilidade social”¹⁹ e a falta de compreensão que a temática da intergeracionalidade tem para o desenvolvimento territorial da pequena agricultura, e da reprodução camponesa enquanto contingente de força de trabalho.

¹⁸ Estamos nos referindo as correntes que preconizam à migração fatalística e o processo de desintegração do campesinato com o desenvolvimento do capitalismo no campo.

¹⁹ O conceito de invisibilidade social é um conceito que foi criado para designar as pessoas que ficam invisíveis socialmente, seja por preconceito ou indiferença (VERRI, 2009). A invisibilidade social aqui tratada é um fenômeno decorrente, principalmente, dos fatores socioeconômicos determinados pelo neoliberalismo, que condiciona fenômenos de ordem impessoal e de acirramento da divisão do trabalho.

As análises sobre a intergeracionalidade nos direcionam, inevitavelmente, aos segmentos populacionais para compreender a primeira geração, composta pelos assentados beneficiários do Programa de Reforma Agrária, e as gerações que sucederam o processo de territorialização. A sociodinâmica da intergeracionalidade do campesinato nos remete ao processo de construção das territorialidades, das resistências e experiências peculiares do campesinato, entre elas, a sucessão, que se caracteriza pela práxis social construída e transmitida entre os seus iguais. Esta temática nos revela a dinâmica viva do processo de recriação das relações estabelecidas entre gerações, que se estabelecem pelo acesso à terra como elemento comum e promotor da reprodução.

Autores do mundo agrário, como Wolf (1970), Chayanov (2014) e Oliveira (1987), já sinalizavam para a importância da compreensão do processo de reprodução populacional intergeracional e sua ampliação como uma dinâmica inerente da recriação do próprio campesinato, dada a lógica peculiar que, em seu processo reprodutivo, necessita dessa moldura populacional para o desenvolvimento do processo integral que compõe sua racionalidade social e produtiva.

Inicialmente trazendo os referenciais de Eric R. Wolf em *As sociedades camponesas* (1970), no sentido de ampliarmos nosso entendimento sobre as várias ligações tanto em termos demográficos quanto econômicos e sociais sobre o campesinato em seus processos reprodutivos, entre eles, a reprodução intergeracional. O autor coloca que a organização demográfica do campesinato se faz a partir da sua estrutura interna, da organização familiar, que permite sua reprodução na unidade produtiva entre as gerações. Wolf coloca que a unidade camponesa se divide em “família nuclear ou conjugal, que consiste em homem e mulher casados e sua prole, e as famílias extensas, que agrupam em uma única estrutura certo número de famílias nucleares” (WOLF, 1970, p. 88).

Similarmente à compreensão da família monogâmica descrita por Engels (2012), essa organização familiar intergeracional é regida pela organização paternal, onde o homem-varão controla diversas famílias, das diversas gerações, compostas pela família da geração mais velha, dos pais (família nuclear) e pelas famílias de geração mais nova, dos filhos (famílias extensas). Wolf ainda complementa que existe uma terceira variante para a família extensa, que “consiste em um conjunto de unidades nucleares, pertencendo à mesma geração, como quando o irmão mais velho e o mais moço, ambos casados, mantêm uma comunidade de recursos e trabalho” (WOLF, 1970, p. 89).

Wolf sinaliza tal compreensão a partir de estudos antropológicos efetuados por Ralph Linton, que denota o papel insignificante que tem a família extensa para as sociedades camponesas. Nas palavras do autor:

(...) certos grupos de marido-mulher-criança residem juntos em uma família, é a família maior e não a nuclear individual que trabalha e se alimenta conjuntamente. O mesmo é verdade nas unidades sociais mantidas juntas por uma regra de descendência; aqui o cerne da família pode consistir em muitos parentes ligados por linhas paterna ou materna e os direitos são predominantemente marcados nesta ou naquela linha. Essas unidades porão ênfase mais na ligação entre gerações sucessivas do que nos laços de marido e mulher (WOLF, 1970, p. 92-93).

Na percepção do autor, as famílias extensas camponesas são agrupamentos que também contêm parentes que não são descendentes diretos da família nuclear, composto por avós, tios, sobrinhos, irmãos, e empregados. Ou seja, as famílias extensas, além de representar um composto derivado da reprodução intergeracional, constitui um organismo sucessório que envolve indivíduos ligados consanguineamente. O elo entre os indivíduos compõe um grupo econômico doméstico que se retroalimenta e mantém a unidade de produção.

O cônjuge que entra para uma família desse tipo verá que não casou com uma pessoa, mas como um grupo de parentes. Além disso, aquele grupo de parentes possui uma coesão que ata ainda mais fortemente o laço (...) então, indivíduos solteiros, tios, tias nas mesmas condições, irmãos, irmãs, filhos e filhas. Podem existir também empregados que fazem parte do grupo econômico doméstico, mas não são parte do sistema de parentesco dominante (WOLF, 1970, p. 93).

O autor reconhece que esses arranjos são importantes na organização econômica e na vida camponesa, e se propõe compreender como funciona o mecanismo que permite a consolidação da família extensa camponesa, como um composto populacional elevado na terra. Wolf aponta que as famílias extensas ocorrem mais frequentemente entre os cultivadores onde as tarefas de cultivo e a posse de especialidade, que ocupa tempo parcial, requerem maior força de trabalho, havendo, portanto, um equilíbrio nesta dinâmica (*Ibidem*, 1970). Tal compreensão é afirmada em nossa pesquisa, e será melhor explorada a posteriori.

Os membros permanentes têm de ser alimentados, alojados, vestidos e assistidos em outras necessidades num período de tempo prolongado. Em consequência, as exigências técnicas da economia doméstica requerem sua presença, ao mesmo tempo que devem ser suficientemente produtivas para permitir isso. Essa condição é mais provável onde o grupo doméstico controla a maioria ou mesmo todos os recursos naturais e habilidades requeridas para sua manutenção, e onde todos ou a maioria desses recursos são extraídos e elaborados dentro da unidade (...) Uma unidade doméstica de tal complexidade poderá mostrar considerável divisão de trabalho (WOLF, 1970, p.p. 94-95).

Nesta compreensão, a família extensa fornece condições mais favoráveis à acumulação de força de trabalho permanente para unidade familiar de produção camponesa do que a família nuclear. Ou seja, na moldura extensa, a produção poderia ser ampliada pela disposição de mais força de trabalho, e, com a sua ampliação, a incorporação de mais recursos, que seriam distribuídos entre os integrantes da família, havendo uma simbiose entre o composto populacional e o atendimento das necessidades da unidade de produção. Assim, “o volume permanente de trabalho numa família é tanto um pré-requisito como uma consequência do bem-estar econômico” (WOLF, 1970, p. 95).

Contudo, o autor sinaliza que as famílias extensas necessitam, para garantir sua manutenção em caráter intergeracional, do uso eficiente da força de trabalho e, em ampliar sua base técnica. Assim, o tamanho da terra se apresenta como elemento decisivo deste processo de manutenção das famílias e a ampliação da base técnica. Os interesses da família camponesa, entretanto, são atendidos da melhor maneira quando se mantém a maior quantidade de terra possível (*Ibidem*, 1970, p. 96).

Neste ponto, cabe colocarmos que as possibilidades apontadas por Wolf para a reprodução das famílias, de certo modo, se alinham às encontradas por nós durante a pesquisa, no que se refere à utilização e venda da força de trabalho adicional para a manutenção das famílias se tornarem extensas, com a permanência dos filhos nos lotes dos assentamentos da Reforma Agrária por nós pesquisados.

O autor coloca que, em determinado momento, as famílias enviam os filhos para fora do ambiente camponês, ou seja, entre as estratégias de manutenção, compreende a venda da força de trabalho dos filhos como um adicional, que era vertido para unidade de produção:

Enquanto alguns membros mantêm sua ligação com a terra, conservando sua propriedade sob a única administração, outros a deixam, sazonal ou

periodicamente, com o objetivo de adicionar a seu capital líquido doméstico injeções de fontes exteriores. Tal unidade tem também uma grande capacidade de resistência em período de declínio ou dificuldades econômicas (WOLF, 1970, p. 96).

Desse modo, as famílias extensas funcionam como molduras mais flexíveis do que a família nuclear, dada as possibilidades e alternativas que encontraram para a sua manutenção, com o aproveitamento do adicional da força de trabalho contida nela. Entretanto, Wolf também coloca que esse mecanismo gera tensões entre as gerações sucessórias no que se refere ao processo de divisão hereditária da terra e dos outros meios de produção nela contidos. Neste caso, se ocorrer uma plena repartição, a unidade familiar extensa tenderá a se dissolver, sendo o tamanho da terra o elemento decisivo para a resolução da tensão. Será o tamanho da extensão territorial, após repartida a terra, que determinará a continuação ou a dissolução da família extensa.

O autor coloca que o conjunto de estratégias desenvolvidas pelas camponesas para dirimir essas tensões pela falta de terras compreende desde a busca de alternativas em tarefas variadas, entre elas o assalariamento ou a realização de trabalho alugado, dada a capacidade permanente de trabalho, ou a ampliação técnica, quando há recursos para isso, e, assim, demonstrando a capacidade flexível da família extensa. Contudo, caso não sejam resolvidos os problemas de demanda, pode ocorrer a fragmentação das famílias extensas em famílias nucleares, ou, mesmo, o desligamento total das famílias rurais via migração.

Cabe, aqui, salientarmos que o autor efetuou suas leituras etnográficas pioneiras em comunidades camponesas da Europa, observando as transformações consolidadas pelo capitalismo nestas comunidades, e se propôs ao “desafio de revelar as interseções entre cultura, poder e economia política nas sociedades chamadas complexas”. Assim, através de abordagens comparativas que privilegiam a história econômica e cultural, processos, interconexões e interstícios sociais, “procurou desvendar os meandros do poder e as formas de dominação, no contexto da expansão do capitalismo” (RIBEIRO e BIANCO, 2003, p. 2).

Com base nas compreensões de Wolf, entendemos que a intergeracionalidade se faz pelas modulações entre nuclear e extensa, e constituem um conjunto de indivíduos unidos por laços parentais, onde a terra se apresenta como elemento mantedor de vida e meio de produção das famílias. Esse composto populacional se desenvolve do ponto de vista social e econômico

sobre um determinado território, e nele estabelece relações que garantem a sobrevivência das famílias e a reprodução das gerações sucessórias.

Desse modo, reconhecemos a importância que tiveram os estudos realizados por Wolf na leitura das famílias camponesas. Sua lente interpretativa revelou as imbricações resultantes da transformação na organização da vida e na composição demográfica em caráter intergeracional, econômica e social das famílias com a expansão do capitalismo. Ou seja, Wolf apontou como os elementos externos à comunidade rural interferem na dinâmica interna das famílias camponesas; caminho diferente realizou Chayanov, em seus estudos sobre a dinâmica da reprodução intergeracional do campesinato.

Chayanov traz a *Teoria da diferenciação demográfica*²⁰ como construção analítica para a leitura da reprodução do campesinato sob a perspectiva intergeracional. A teoria tem como enfoque central o curso de desenvolvimento natural e social da unidade familiar camponesa, caracterizado pelo seu envelhecimento biológico e o surgimento das famílias constituídas pelos filhos que permanecem na terra, gerando novas unidades familiares que se agregam à unidade de produção, movido pelos processos de racionalidade produtiva interna e a sucessão hereditária.

Chayanov (2014) analisa a composição da família, seu ciclo de desenvolvimento da constituição até a morte do chefe, analisando as variações da força de trabalho disponível do grupo doméstico e o acesso à terra. Assim, a diferenciação demográfica é caracterizada como um processo natural do próprio campesinato, circunscrito dentro de suas capacidades e habilidades, entre elas, a de se recriar em uma perspectiva intergeracional.

Nesta perspectiva teórica, o autor coloca que a dinâmica econômica interna da unidade de exploração camponesa está atrelada à sua composição demográfica, ou seja, a composição do tamanho de sua família. O tamanho das famílias e suas necessidades regem o funcionamento interno da unidade de produção e direcionam as estratégias de reprodução. Chayanov remete-se a um tipo de exploração baseada no trabalho familiar, ou seja, a exploração camponesa e sua organização social que se dá a partir da organização da família, ela é o núcleo produtivo e social que determina o grau de produção e exploração do campesinato. Assim, a família se apresenta como elemento inicial e final da objetividade produtiva, e, portanto, como uma categoria analítica na obra de Chayanov.

²⁰ Teoria desenvolvida a partir da obra *Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas* (1924).

Para o autor, a família camponesa é caracterizada pelo conjunto de indivíduos que vivem do trabalho, principalmente o realizado na terra, como unidade de produção. Ele tipifica, a partir da diferenciação demográfica, as famílias camponesas em: a) família nuclear - única unidade formada por pais e filhos; b) família ampliada - reunião da família nuclear com as famílias anexadas à unidade de produção, entre elas as famílias dos filhos, constituídas após matrimônio (CHAYANOV, 2014).

As famílias ampliadas podem reunir não só indivíduos tipificados pelos laços parentais no processo de reprodução social, mas agrupam outros sujeitos que são integrados à terra e ao processo produtivo e de reprodução das famílias. Ressaltamos que, neste trabalho, privilegiamos o conceito de Chayanov de *famílias ampliadas*, por compreendermos que ele se aproxima teoricamente, de maneira substancial do objeto pesquisado, que se remete às famílias assentadas, que se ampliaram, constituindo um composto populacional formado por várias famílias.

Essa organização social é por nós utilizada na compreensão sobre a reprodução camponesa em uma perspectiva intergeracional. Sinalizamos que, nesta organização, não há uma distinção quanto aos processos reprodutivos na terra, mesmo que as relações sociais se imbriquem em uma complexa divisão social e econômica do trabalho. Esses processos ressoam também nas contradições exercidas pelo tamanho da população, a exemplo da pressão demográfica exercida e o assalariamento.

Chayanov (2014) disserta que o tamanho da família se constitui como elemento lógico da racionalidade produtiva e social camponesa, ou seja, a razão consumidores/produtores será o elemento caracterizador da intensidade de trabalho e resultado da produção da família. Assim, a disposição de força de trabalho da família, para a realização interna ou externa, seria regida pelas suas próprias necessidades da família ampliada. Desse modo, o trabalho dispendido pela família traria resultados no que se refere à satisfação das necessidades do grupo.

Na compreensão do autor, a unidade camponesa de produção é familiar. A “família, equipada de meios de produção utiliza a sua força de trabalho”, canaliza sua produção para “obtenção de um resultado que lhe possibilite a aquisição de uma certa quantidade de bens” (CHAYANOV, 2014, p.105), em atendimento das suas necessidades internas.

O camponês ou artesão que gere a sua própria empresa, se recurso ao trabalho assalariado, obtém, como resultado do trabalho de um ano, uma quantidade de produtos que, depois de vendidos no mercado, formam o produto bruto da sua exploração. Deste, custos de produção materiais necessários durante o ano;

fica, então, o aumento de bens materiais em valor obtido pela família graças ao seu trabalho do ano (CHAYANOV, 2014, p. 105).

A partir desta compreensão, entendemos que o limite da reprodução camponesa é a provisão de sua subsistência, e esta, está diretamente relacionada ao número de bocas/integrantes que possui sua família, ou seja, ao atendimento das necessidades das famílias. Quando as necessidades de subsistência da família são atendidas, a quantidade de trabalho dispendida tende a diminuir. A partir dessa lógica, o autor estabelece o núcleo principal da teoria sobre o balanço existente entre consumo familiar e exploração da força de trabalho.

A teoria do balanço entre trabalho e consumo tem no fator demográfico e, conseqüentemente, nas necessidades da família, o ponto de partida para entendermos a exploração do trabalho e a economia camponesa. É o tamanho da família que vai demandar consumo, e determinar a intensificação do trabalho. Para Chayanov:

A importância do produto do trabalho é principalmente determinada pela dimensão e composição da família, ou seja, o número de pessoas da família capazes de trabalhar pela produtividade da exploração e – o que é particularmente importante – pelo grau de autoexploração, graças ao qual os ativos fornecem uma certa prestação de trabalho ao longo do ano (CHAYANOV, 2014, p. 106).

Para Chayanov, o trabalho camponês persegue como fim a satisfação de suas necessidades, onde o objetivo das operações e transações econômicas da família camponesa é a subsistência, qualquer outro resultado e não a obtenção de uma taxa normal de lucro. Na compreensão do autor, o camponês não tende a ultrapassar um limite de trabalho fixado pelas necessidades de consumo que surgem com a ampliação da família. “O grau de autoexploração é determinado por um equilíbrio específico entre a satisfação da procura familiar e a fadiga devida ao trabalho” (*Ibidem*, 2014, p. 106).

Assim, a lógica da produção camponesa e o grau de intensificação do trabalho tem no tamanho populacional da família o fator que determinará o grau de exploração de sua força de trabalho familiar. Desse modo, tão logo as famílias se ampliem em uma perspectiva intergeracional, com a incorporação de novos membros, a unidade de produção aumenta consecutivamente as necessidades de consumo, que são eficazmente atendidas por uma estrutura de produção mais flexível, capaz de congrega as atividades produzidas na unidade de

produção e as atividades realizadas fora dela. Essa maior flexibilidade produtiva só se torna possível mediante a composição ampliada de seus membros.

Esse mecanismo seria então a chave para a compreensão do processo de reprodução social camponesa em caráter intergeracional. O composto familiar intergeracional constitui um arranjo socioeconômico, que além de dirigir objetivamente a unidade de produção se constitui como um composto de força de trabalho disponível tanto para viabilizar o trabalho na unidade de produção, bem como conformar um contingente de força de trabalho a ser subordinado-vendido na intenção de captar mais rendas para a manutenção do consumo do grupo familiar.

Esta lógica da reprodução camponesa contempla o processo de reprodução simples, o que se diferencia do processo de reprodução do capital, que se dá de forma ampliada. Na compreensão marxista, a produção mercantil capitalista, ou seja, a sua reprodução, é representada pela fórmula D-M-D', o que significa dinheiro, mercadoria e mais dinheiro, ou seja, o dinheiro (D) inicialmente investido na produção (para a compra de máquinas, matérias primas e força de trabalho) produz mercadorias (M), que, ao serem comercializadas, contêm um retorno monetário superior, inicialmente investido, possibilitando mais dinheiro (D'), e a acumulação do capital (MARX, 2013).

Já a reprodução camponesa, por definição, é uma reprodução de economia mercantil de circulação simples. O camponês e sua família vendem para poder comprar. O resultado da produção de mercadorias (M) é vendido para a obtenção de dinheiro (D), para a aquisição de outras mercadorias (M) que não são produzidas por eles, mas são necessárias à reprodução do grupo familiar, resultando no esquema: M-D-M.

Para Marx (2013):

(...) a repetição ou renovação do ato de vender para comprar tem sua pauta e sua meta como o próprio processo, num fim último exterior a ele: no consumo e na satisfação de determinadas necessidades (...) A circulação simples de mercadorias, o processo de vender para comprar, serve de meio para a consecução de um fim último situado fora da circulação: a assimilação de valores de uso (MARX, 2013, p.p. 124-125).

Assim, compreendemos que a produção camponesa não visa fundamentalmente o lucro, mas a sobrevivência do grupo familiar. Sua organização societária fundamenta-se no controle da força de trabalho e dos meios de produção, e é regida por uma autonomia relativa, localmente

construída, onde o camponês e suas famílias sejam ao mesmo tempo produtores para o autoconsumo e produtores de excedentes (produtivos e de força de trabalho). Essa organização permite sua recriação e reprodução orientadas por uma dinâmica de saberes e usufruto do patrimônio de geração a geração.

Em continuidade, para fundamentar nossa compreensão sobre o processo de reprodução camponesa intergeracional e a dinâmica socioterritorial que está contida neste processo, trazemos o referencial de Oliveira (1987). O autor compreende a dinâmica intergeracional pelo campo reprodutivo, ou seja, pelo processo orientado a partir do atendimento das necessidades de razão social e econômica das gerações que compõem o campesinato a partir do uso integrado do território e do conjunto articulado de estratégias internas, que lhes permitirão condições financeiras mais estáveis, possibilitando assim, a reprodução e permanência camponesa em uma perspectiva intergeracional. Nas palavras do autor:

Em geral, o processo de reprodução da produção camponesa é simples, o que significa dizer que o camponês repõe, a cada ciclo, a atividade produtiva, os meios de produção e a força de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva. E esse processo de reposição pode se dar por meios da produção direta ou por meio da troca monetária. Quando o camponês já está em situação privilegiada no mercado, ele pode acumular dinheiro, como produto do trabalho familiar, e assim procurar garantir para os filhos a possibilidade de também reproduzirem-se como camponeses, e, com isso, assegurar o processo de reprodução ampliada do camponês. (OLIVEIRA, 1987, p. 71).

Na compreensão do autor, estamos diante do processo de reprodução ampliada do campesinato. Este processo decorre da reunião das atividades desenvolvidas pelos camponeses na sua economia doméstica, combinadas com outras atividades, que possam gerar maior volume em dinheiro, capaz de atender as necessidades de consumo das famílias, e, assim, possibilitar a permanência intergeracional da população no campo.

A rigor, as estratégias desenvolvidas pelos camponeses para a sua reprodução social ampliada se dão em torno da extensão das atividades agrícolas. Assim, a realização das atividades paralelas, entre elas, o trabalho acessório e sazonal, se articula às atividades agrícolas, o que irá acrescentar renda na composição do orçamento familiar, capaz de atender as necessidades, também ampliadas, de consumo, derivada do novo desenho populacional expandido pelas novas gerações.

Em suma, os autores supracitados compreendem que os processos que dirigem a unidade familiar de produção camponesa são orientados pela sua dinâmica interna estabelecida entre as necessidades de consumo e capacidade de trabalho do grupo familiar. Essa razão econômica própria é, entre outras coisas, o elemento diferencial do ponto de vista do capitalismo, bem como o elemento concatenador do processo de derivação familiar intergeracional na terra, pois suas necessidades e problemas são ordenados, resolvidos e atendidos na coletividade.

Desse modo, compreendemos que a intergeracionalidade do campesinato assentado decorre do processo de ampliação da família nuclear pelas famílias que se anexam à unidade de produção, geralmente, derivadas pela constituição e permanência das famílias da segunda geração na terra.

No ato da instalação do assentamento, o lote é ocupado por uma família nuclear, que é a “titular, beneficiada pela Reforma Agrária e reconhecida como família assentada” (INCRA, 2019). Contudo, no transcurso do tempo, com o casamento dos(as) filhos(as) e a constituição de suas próprias famílias, com estas permanecendo na terra surge um novo segmento demográfico composto pela própria derivação familiar, mediante incorporação de suas famílias.

Esse segmento intergeracional da Reforma Agrária é tipificado como famílias agregadas, ou seja, as famílias dos(as) filhos(as)s dos assentados, ou de pessoas que se anexam à unidade de produção e permanecem no lote. Nos apropriamos deste termo a partir dos próprios assentados. O termo agregado caracteriza os processos de reprodução e permanência da segunda e/ou terceira geração na terra. Os agregados e suas famílias são sujeitos não titulares do lote, coesos pelo vínculo parental (ou não), que se agregam enquanto força de trabalho à unidade de produção camponesa, caracterizando-se como um processo de reprodução camponesa intergeracional.

Contudo, as famílias agregadas estão envoltas em dois processos: o de estranheza e o de reconhecimento. Estranheza no sentido deles compreenderem esse contingente de fora do programa da Reforma Agrária, os que são agregados; e, de reconhecimento no entendimento de que o processo de agregação é faz parte de uma lógica sucessória natural que ultrapassa a lógica reprodutiva, mediada pelas relações intrafamiliares, relações econômicas, sociais de reciprocidade e proteção, pois, em sua maioria, são filhos cujos pais continuam a ajudar. Este desenho ampliado do campesinato ocupa lugar central em nossas pesquisas, pois, contradiz os prognósticos da literatura ortodoxa clássica quanto ao desaparecimento do campesinato com o desenvolvimento do capitalismo.

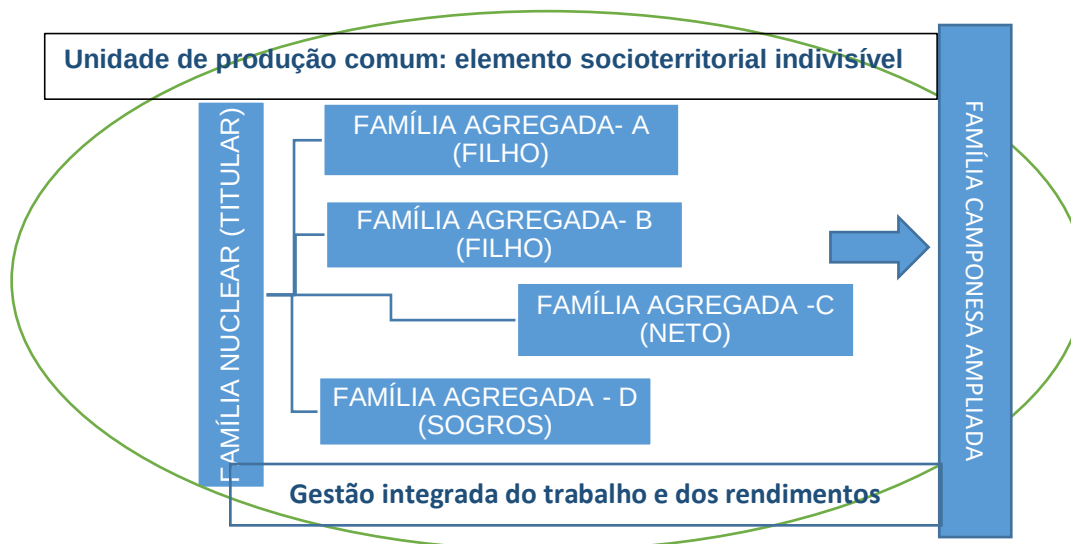
É importante destacar que entendemos que esse contingente populacional constituído pelas famílias no lote só foi possível a partir do acesso comum à terra. A partir do acesso aos

lotes da Reforma Agrária, o contingente populacional referenciado promoveu o desenvolvimento das territorialidades camponesas e dos processos reprodutivos, entre eles, a intergeracionalidade. Neste sentido, a moldura familiar intergeracional tanto teve origem como viabilizou o próprio programa de Reforma Agrária.

Desse modo, a reprodução do campesinato na perspectiva intergeracional converge a compreensão de uma família ampliada, o que presume coesão, ligação entre os iguais, fundamentada em uma razão econômica e social coletiva e contrária à individualidade econômica. Essa razão econômica coletiva, juntamente com o uso da terra, é o elemento fulcral da reprodução intergeracional do campesinato assentado da Reforma Agrária.

Ressaltamos que, a realização do referencial conceitual da composição familiar de moldura ampliada se dá a partir das compreensões de Chayanov (2014). As famílias camponesas ampliadas são aquelas que reúnem não só indivíduos qualificados pelos laços parentais, mas, agrupam outros sujeitos que são integrados à terra e aos processos produtivos e de reprodução social. Ver figura 02:

Figura 02- Organograma vertical da composição da família camponesa ampliada



Fonte: Elaboração do Autor, 2019.

A moldura familiar ampliada compreende, também, a integração e permanências de outros indivíduos reunidos por laços parentais consanguíneos (sogros(as), tios(as), primos(as), sobrinho(as), bem como permite o agrupamento de indivíduos sem laços parentais, vivendo em uma mesma fração do território. Esse conjunto de pessoas e famílias deliberam sobre suas necessidades e capacidades de trabalho e compartilham de rendas, ou seja, se recriam

conjuntamente, sendo a terra, o elemento indivisível e de coesão do processo reprodução socioterritorial²¹ na perspectiva intergeracional.

A compreensão sobre o processo de reprodução socioterritorial intergeracional se dá a partir das relações de trabalho, desenvolvidas e imbricadas entre as gerações na terra, representada pelo lote da Reforma Agrária, que lhes possibilitam sua recriação enquanto camponeses. Os mecanismos de reprodução nesta fração territorial expandem as territorialidades, garantem a coesão e capacitam a unidade familiar de produção enquanto um patrimônio de uso comum e mantedora das famílias camponesas na terra.

No processo produtivo realizado nos lotes, não existe separação entre as famílias nucleares e agregadas, elas não disputam, mas, se completam, construindo uma célula comum entre eles (família ampliada), onde os processos decisivos se dão em harmonia coletiva, tanto do ponto de vista produtivo, como do ponto de vista social. Ou seja, esta moldura dirige suas ações, com e para a coletividade, onde os frutos também são colhidos e distribuídos por todos. Por este prisma, a família não é só um constitutivo de pessoas, ela é a pedra de toque para entendermos o campesinato enquanto sujeito social coletivo, a exemplo do nosso sujeito de pesquisa.

A base reprodutiva das famílias ampliadas é norteada pelas necessidades do contingente populacional contido no território, o que implica em um processo de extensão das atividades agrícolas, a saber: o uso intermitente da terra (sem pousio), combinação das lavouras sazonais e de sequeiro, realização da produção de culturas consorciadas e investimento em atividades que lhe atribuam uma renda semanal.

Atrelado a estes processos, na tentativa de corrigir as desproporções entre a capacidade produtiva e o excedente populacional, os camponesas realizam, também, atividades que se intercambiam ao trabalho na unidade de produção em período de tensão, o que requer a venda da força de trabalho excedente no intuito de captar rendas e, assim, manter a família e sua ampliação na terra. A terra foi o elemento de coesão, que ocupou as funções de meio de produção e vida, espaço vivencial de moradia e trabalho, elemento garantidor da permanência dos camponeses em segunda geração, contrariando os prognósticos da literatura clássica da sua inevitável expropriação.

²¹ A compreensão sobre o território, neste sentido, se dá pela conquista da terra, ou seja, produto da luta, do conflito constante entre classes. Não se trata de um território acabado, mas, de uma construção socioterritorial caracterizada pelo luta diária e vivencial para permanecerem na terra.

Assim, a reprodução intergeracional do campesinato se dá atrelada aos processos de autonomia para além da razão econômica, tendo como componente central o equilíbrio resultante das tensões que lhes são inerentes. Ela se refere aos processos de ajustes coletivos como a alternativa mais viável para o desenvolvimento das diversas relações sociais, diante das desigualdades econômicas às quais estão sujeitos os camponeses, já que as necessidades essenciais de moradia e alimentação foram atendidas a partir do acesso à terra.

Neste sentido, compreendemos que, mesmo com fissuras de ordem econômica, estrutural e social, foi o programa de Reforma Agrária, o acesso comum à terra, que possibilitou a reprodução intergeracional socioterritorial do campesinato nos assentamentos rurais. Ou seja, estamos diante de uma dinâmica geográfica de experiência vivencial desenvolvida pelos camponeses, a partir das sociabilidades concretadas das relações de trabalho do processo (re)produtivo, que remete à capacidade deles de decidirem organizadamente suas pautas políticas, sociais e econômicas, e buscarem soluções para seus problemas e necessidades.

As famílias ampliadas expandiram nossa visão sobre o campesinato enquanto sujeito vivo e tenaz que resiste e se recria e permanece na terra, contraditoriamente, frente aos processos da urbanização, proletarização e expropriação. Sua conformação nos releva, também, a importância que teve a política agrária para o processo de territorialização camponesa. Essa política possibilitou a integração das distintas gerações camponesas aos processos produtivos e reprodutivos da unidade de produção, o que também possibilitou expandir nossa compreensão sobre o programa da Reforma Agrária.

Os elementos que possibilitam a reprodução socioterritorial intergeracional e a permanência das famílias ampliadas dos assentamentos da Reforma Agrária, conforme obtidos em pesquisa, são: a) acesso comum à fração territorial representada pelo lote da Reforma Agrária; b) obtenção dos recursos provindos dos programas de produção e comercialização; c) ampliação da produção a partir da incorporação do excedente disponível de força de trabalho; d) capacidade de abastecimento alimentar; e) possibilidade de moradia; f) ampliação dos rendimentos pelo desenvolvimento das atividades paralelas, internas e externas, medidas pela venda da força de trabalho; g) ampliação da renda provinda do programa de distribuição –Bolsa Família; h) acesso e compartilhamento das rendas provindas das aposentadorias da família nuclear; e i) possibilidade de ampliação da capacidade de consumo das famílias. Estes elementos se apresentaram durante a pesquisa empírica como basilares para entendermos a dinâmica territorial coletiva e os processos que derivam na recriação das famílias ampliadas nos lotes.

Entretanto, não queremos aqui traçar uma visão romantizada quanto ao processo de recriação e reprodução das famílias de moldura ampliada nos lotes dos assentamentos.

Compreendemos que seu modelo flexível tem dupla função, tanto atende aos interesses do campesinato bem como aos interesses de reprodução ampliada do capital, pois se conforma como uma potencial reserva de força de trabalho a ser explorada, ou seja, esta moldura serve as duas estruturas produtivas, sendo a primeira subordinada à segunda.

Essa organização familiar também remete a um dos processos de transmutações da centralidade do trabalho como processo ativo e constante. A moldura familiar ampliada se constitui como condição para a conformação e armazenamento da força de trabalho (aqui observada a força de trabalho camponesa). Esta, primeiramente, é utilizada nas relações de produção domésticas de valores de uso e, posteriormente, quando excedente, se conforma, enquanto valor de troca, no processo de venda da força de trabalho ao capital.

Paulino e Almeida (2010, p. 33) colocam que, quando “as atividades não agrícolas em determinado momento oferecem ganhos superiores à produção agrícola”, ou, quando a pressão demográfica exercida pelo tamanho do contingente populacional no lote reduz a capacidade de manutenção das famílias a partir da produção agrícola, “a força de trabalho excedente tende a ser drenada para trabalhos acessórios/sazonais/assalariados. Esse processo é realizado no intuito de alcançar o equilíbrio interno de forma mais rápida”, frente às limitadas capacidades da pequena fração de terra representada pelos lotes.

Assim, compreendemos que o processo de territorialização via Reforma Agrária não prevê as transmutações sociais, que são históricas e determinadas pelas relações de produção de cada época e contexto social no qual o campesinato está inserido. O contingente populacional ampliado, enquanto força de trabalho excedente, mesmo após territorialização, continua subordinado ao capital, sendo o seguimento intergeracional dos agregados os sujeitos mais vulnerais às brutais contradições do processo de reprodução ampliada do capital.

Neste sentido, a partir de Luxemburgo (1985) e Oliveira (1999), compreendemos que a conformação dos agregados da Reforma Agrária e o processo de reprodução social do contingente populacional ampliado nos assentamentos está inserido entre a lógica das contradições do próprio movimento desigual de sua formação social. Desse modo, como o capitalismo em suas contradições reproduz as relações não capitalistas de produção, estas, quando se recriam e se reproduzem, simultaneamente, reproduzem também a estrutura dominante. Assim, a reprodução intergeracional do campesinato, ao passo que se constitui como processo de reprodução e reestruturação interna, também se constitui como braços para o capital, ou seja, potencial capacidade de força de trabalho disponível ao capitalismo.

1.4 As contradições do processo de reprodução intergeracional do campesinato: uma compreensão a partir das teorias marxistas

Neste ponto, discutiremos os processos e mecanismos de exploração do campesinato, em especial do segmento intergeracional, pelo capital. Para tanto, nos ancoraremos na teoria do valor²² de Marx, para compreendermos as contradições contidas nos processos reprodutivos do campesinato, tendo como foco os processos que atingem a reprodução intergeracional.

Inicialmente, compreendendo a dialética inerente ao processo de reprodução social, cabe destacar que a reprodução camponesa, de produção mercantil simples, a rigor, não poderia ser compreendida pela teoria do valor, mas a partir das contradições inerentes ao processo de reprodução social, a teoria se apresenta como relevante. Estamos falando de um processo reprodutivo interno, que produziu um excedente social/populacional, e, assim como todo excedente, se intercambia, interna e externamente, com as estruturas capazes de absorvê-lo enquanto força de trabalho.

Esse processo de formação e absorção da força de trabalho constituída a partir da dinâmica reprodutiva intergeracional está circunscrito no processo de produção do valor, processo este ao qual Marx se dedicou no sentido de compreender a mecânica e os movimentos de exploração que envolvem sua constituição. Assim, não é por outra razão que Marx (2013), no primeiro capítulo *d'O Capital*, inicia a discussão sobre mercadoria. Seu princípio ontológico parte de que as sociedades humanas se reproduzem e, a partir do trabalho, produzem mercadorias para trocá-las, produzindo, assim, valor.

Em uma sociedade que se fundamenta no processo incansável de produção de mercadorias²³, a produção e reprodução da mercadoria força de trabalho se torna objetivo fulcral para o seu desenvolvimento. Assim, a produção dos corpos, aqui compreendidos como organismos biológicos que possuem faculdades físicas e intelectuais capazes a partir de sua capacidade de trabalho, de produzir mercadorias e se constituir enquanto força de trabalho, se torna uma necessidade constante do modo de produção capitalista para a realização de sua reprodução.

²² Para a fundamentação da teoria do valor, Marx baseia-se nas compreensões de Adam Smith e Ricardo, em especial pelas colocações deste último em “*Princípios de economia política e tributação*” de 1817, no que se refere à compreensão do trabalho como criação do valor, e na teoria do tempo de trabalho como medida de valor.

²³ Na compreensão de Marx, a mercadoria é um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas de um tipo qualquer. Ou seja, a mercadoria é um produto, é produzida, diferentemente dos recursos naturais, ela não é um dado acabado, é construída- motor propulsor, do modo de produção capitalista (MARX, 2013).

Desse modo, sem essa mercadoria peculiar, a engrenagem do capital não se move, pois ela é capaz de gerar todas as mercadorias e, em si mesma, de produzir valor²⁴. A força de trabalho é “uma mercadoria cujo próprio valor de uso possui a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor” (MARX, 2013, p. 242).

O valor é uma propriedade social essencial interna contida na mercadoria, é uma expressão das particulares relações sociais existentes e, portanto, uma categoria da essência das sociedades no capitalismo. O valor, em sua manifestação social, aparece na superfície dos fenômenos; por isso, diretamente observável. Então, o valor constitui, na verdade, através de sua grandeza, a magnitude da riqueza social produzida no capitalismo, riqueza esta produzida pela mercadoria força de trabalho (*Ibidem*, 2013).

Marx (2013), tributa que todas as mercadorias possuem valor de uso e valor de troca. “O primeiro está vinculado à utilidade que a mercadoria contém em seu próprio corpo de mercadoria, é um valor de uso, ou um bem”. O “valor de uso, só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato”. Já o valor de troca é uma relação quantitativa, é a proporção na qual “os valores de usos das mercadorias são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço”, mas, a princípio, é o valor de troca que se constitui o elemento inerente à mercadoria, ou seja, a capacidade de ser trocada/vendida (*Ibidem*, p.p. 114-116).

Assim como as outras mercadorias produzidas em excedente pelo campesinato, entre elas a força de trabalho, para que ocorra sua realização enquanto mercadoria é necessário que ocorra sua venda, pois a “capacidade de trabalho não é o mesmo que dizer trabalho” (MARX, 2013, p. 248). Ou seja, é necessário que a força de trabalho seja consumida para aparecer como mercadoria no mercado e colocada à venda ou vendida pelo seu próprio possuidor.

O processo originário de formação da força de trabalho, no capitalismo, se dá em despossuir os trabalhadores dos seus meios de produção. Esta é uma condição estabelecida historicamente pelo processo brutal de desenvolvimento do capital, no sentido de impelir os indivíduos livres e despossuídos a vender sua força de trabalho, pois estão livres para o capital. Marx (2013) explora esta compreensão no Capítulo XXIV d’*O Capital*: “A assim chamada acumulação primitiva”. Neste capítulo, o autor afirma que na origem do processo histórico do

²⁴ A magnitude do valor de uma mercadoria é determinada pela quantidade de trabalho socialmente necessário (dimensão quantitativa do trabalho abstrato) à sua produção. Essa é a medida da riqueza que ela significa para a sociedade. É a grandeza do esforço social despendido para a sua produção que, nessa medida, constitui a magnitude da riqueza social, na época capitalista.

desenvolvimento do capitalismo está a separação entre trabalhadores e os meios de produção. Nas palavras do autor:

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos (MARX, 2013, p. 798).

Ele acrescenta:

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como primitivo porque constitui a pré-história do capital e o modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2013, p. 798).

O exemplo mais didático sobre este processo se dá a partir da Lei de Cercamento das Terras Comuns, que rebateu diretamente sobre os camponeses, expropriando-os de suas terras a favor da indústria de lã, que exigia grandes frações de terras para aumentar a criação de ovelhas. A burguesia se utilizou deste dispositivo jurídico com o argumento de que a expropriação do campesinato se deu em atendimento dos interesses da indústria que os absorveria como força de trabalho, para ratificar os interesses do capital. Esta foi a estratégia utilizada pelo capital de controlar os territórios, e controlar trabalhadores para o seu processo constante de reprodução (POLANYI, 2000).

A acumulação primitiva é a gênese do conflito contraditório entre capital-trabalho e conversão de homens e mulheres em força de trabalho para o capital, pois, este processo é motriz do processo de acumulação do capital. A reprodução da mercadoria força de trabalho é compreendida como vital para o processo de desenvolvimento do capitalismo. No capitalismo, são as relações sociais de produção que tangenciam o ritmo reprodutivo da força de trabalho, ritmo este que imprime constância, dada a constante necessidade de produção de mais e mais mercadorias. Assim, como mercadoria, ela tem que ser reposta social e demograficamente. Ela tem que ser transformada, redefinida, absorvida em sua utilidade, pois é finita, se desgasta pela ordem natural biológica e pelo processo de desgaste/exploração do trabalho.

(...) a força de trabalho é mortal. Portanto, para que sua aparição no mercado de trabalho seja contínua, (...) é preciso que o vendedor de força de trabalho se perpetue, “como todo indivíduo vivo se perpetua pela procriação”. As forças de trabalho retiradas do mercado por estarem gastas ou mortais têm que ser substituídas, no mínimo, por uma quantidade igual de novas forças de trabalho (MARX, 2013, p. 246).

Desse modo, a reprodução da mercadoria força de trabalho deve ser constante, pois ela está inserida na própria engrenagem da produção do capital, ou seja, faz parte do seu metabolismo reprodutivo. Neste sentido, quando a reprodução social de um contingente produz mais indivíduos, livres e despossuídos dos meios de produção, produz mais mercadoria força de trabalho.

Neste ponto, localiza-se a tensão e a contradição que orienta nosso estudo. A reprodução social intergeracional do campesinato assentado está alinhada à dotação de meios de produção dos quais ela possui. Sua estabilidade depende dessa produção a partir do uso da terra, como meios de produção que lhe garante a reprodução social em perspectiva intergeracional, fato por nós analisado. O fato de ter acesso à terra, na medida que possibilitou a produção de um excedente produtivo, possibilitou sua reprodução intergeracional, e este, a ampliação daquele. Contudo, a produção intergeracional produziu um excedente demográfico que, dada a natureza do processo produtivo interno, e a dificuldade em absorver integralmente esse excedente, ele é drenado à estrutura dominante.

Para manter esse novo desenho demográfico, ou seja, capacitar a permanência, os camponeses procuram frequentemente criar novos excedentes produtivos, ou fragmentam-se, drenando sua força de trabalho excedente às atividades mais rendosas capazes de estabilizar a célula econômica. Isso decorre do fato de que os camponeses do segmento analisado não foram separados dos seus meios de produção. Porém, as limitações de capacidade produtiva e reprodutiva da unidade de produção não lhes tributou, enquanto segmento agregado, condições superlativas de rendimentos capazes de acolher as necessidades ampliadas pelo excedente demográfico gerado, ou seja, estão envoltos em um processo de acumulação primitiva continuada.

Desse modo, eles se reagrupam em torno das suas capacidades produtivas e do processo de reprodução do capital mediante a exploração dos excedentes (produtivo e de força de trabalho). Assim, ao passo que a reprodução social do campesinato se constitui em estratégia de reprodução interna, remete, concomitantemente, aos processos de valoração do capital pela apropriação do mais valor no circuito produtivo e reprodutivo. Ou seja, o segmento intergeracional representa um contingente de força de trabalho familiar, fulcral às estruturas produtivas camponesas e, simultaneamente, torna-se um excedente que é absorvido pela estrutura capitalista, é uma forma geradora do valor, ainda que sob a aparência do não-valor.

Assim, a produção dos excedentes, que representaria tanto a capacidade produtiva quanto reprodutiva do campesinato, não é absorvida pela unidade de produção, sendo, portanto, excedente entregue ao processo de valoração do capital. O processo de valoração do trabalho

camponês se dá por meios tanto da venda de sua força de trabalho quanto das relações medidas pelo intercâmbio do seu excedente produtivo e do seu consumo. A seguir, traçaremos os processos de entendimento dessa dialética na tentativa de compreender como o resultado do trabalho camponês, ou mesmo de sua força de trabalho excedente, se engendra ao capital valorizado.

Segundo Bartra (2011), a exploração do campesinato e o processo de valorização capitalista sobre ele se apresenta em duas fases: no processo de produção no qual o trabalhador direto produz excedentes, ou, na compra-venda de produtos com intercâmbio não equivalentes, pois, na produção camponesa não é o valor de uso específico do que ele vende, mas o valor de troca da mercadoria. Acrescentamos a esta compreensão o processo de subordinação e consumo do excedente de força de trabalho, que se originou da sua peculiar forma de reprodução social, em atendimento às suas capacidades produtivas, mas que é desviada para o capital.

No campo da produção, a mercadoria produzida pelo campesinato em caráter de trabalho familiar não é portadora de mais-valia, pois não implica em um processo de assalariamento. Contudo, quando, a partir do trabalho familiar, se gera um excedente produtivo, e este é entregue à sociedade, contendo a reunião da força de trabalho de todos os integrantes da família, por um preço inferior ao custo produtivo e ao volume do trabalho investido, estamos diante de um processo de apropriação direta do mais valor, já que o trabalho familiar, aqui observado em uma perspectiva intergeracional, não é retribuído, contendo, assim, um nível de exploração do valor amplificado.

Neste sentido, quanto mais braços estiverem imersos nesse processo, maior será o produto gerado, que por sua vez contém mais valor trabalho. A produção gera uma renda não capitalista, que é entregue à sociedade nos processos de produção e circulação, sendo subsumidas pelo capital, ou seja, a estrutura capitalista se apropria dessa renda e se reproduz, a partir de sua lógica contraditória. Absorve o mais valor amplificado pela quantidade de força de trabalho dispendida, criando condições necessárias para a sua reprodução ampliada.

Assim, a conformação do segmento intergeracional agregado está localizada estrategicamente nos interesses capitalistas. Seja pela pressão que o capital exerce nas frações territoriais, se constituindo como uma mercadoria enquanto força de trabalho, seja como contingente de consumo. Isto é, o segmento intergeracional contribui para a valorização do capital a partir das relações de sujeição e dos mecanismos de apropriação dos valores de uso, transformados e retransformados em valores de troca, na circulação do excedente produtivo e no processo de subsunção das rendas da terra e do trabalho.

Desse modo, a chave para a compreensão do processo de exploração do campesinato ao capital somente pode ser descoberta quando é situada no contexto da reprodução social do capital, que transforma todos os espaços possíveis em geradores de mais-valor. E, se este nasce na esfera da produção (Livro I), Marx nos recorda que produção é também consumo, distribuição e troca/circulação.

Neste sentido, as mercadorias que produziu (saldo do trabalho) ou a que possui (força de trabalho) o trabalho do campesinato, quando intercambiadas, são apropriadas pelo capital. Aqui, compreendemos que esta apropriação se amplia na medida em que se amplifica o contingente populacional do campesinato, a exemplo do segmento que corresponde às famílias agregadas. Ou seja, a reprodução social do campesinato está envolta na contradição que retroalimenta os processos de reprodução interna, bem como o processo metabólico da reprodução capitalista, a partir da apreensão das rendas da terra e do trabalho aos interesses de acumulação do capital. Sobre isso, Marx (2013) afirma:

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação capitalista, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. (...) Ela se apropria às mutáveis necessidades de valorização do material humano sempre pronto para ser explorado (MARX, 2013, p. 200).

O metabolismo do capital aparece não apenas como autorreprodutivo (cíclico/regulador), mas também como autoexpansivo (a forma espiral da acumulação), absorvendo as estruturas que ele mesmo estranha e contrariamente reproduz, orientado pela sede de acumular. Isto, porque a busca por lucro e mais-valia torna-se norma reguladora da reprodução social. Assim, a reprodução social das formas sociais não capitalistas, entre elas o campesinato, por mais que estas formas tenham uma razão econômica peculiar, estão subordinadas à estrutura dominante, ou seja, sujeita, em suas determinações, ao processo de acumulação do capital.

Para compreendermos tal dinâmica, nos amparamos no capítulo XXIII de “A lei geral da acumulação capitalista”. Neste capítulo, Marx examina “a influência que o aumento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora”, e discute sobre a formação de uma população excedente relativa, ou o “exército industrial de reserva” (MARX, 2013, p.689).

Marx (2013), em sua compreensão, afirma que a dinâmica da população estaria ligada ao processo de acumulação do capital, o que provocaria um crescimento da demanda por força de trabalho. O autor conduz metodologicamente suas análises sobre a dinâmica populacional a

partir das totalidades históricas e concretas contidas no fenômeno; assim, a partir da dialética, ele procura observar a historicidade e os processos de tensões contidos nos diferentes lugares, em diferentes contextos, e, que são diferentes entre os modos de produção, cada um com sua dinâmica populacional.

Nesta secção, o autor coloca que a composição orgânica do capital é erigida no aspecto do valor, pelo capital constante (meios de produção), e o capital variável (valor da força de trabalho), e compreende que “o crescimento do capital implica no crescimento de seu componente variável, o que se converte em força de trabalho” (*Ibidem*, 2013, p. 689). Assim:

A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. A acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (MARX, 2013, p. 690).

A reprodução simples reproduz, a exemplo do campesinato, quando produz em excedente de força de trabalho, esta termina por ser apropriada e subsumida pela relação capitalista, que transforma cada vez as formas não capitalistas em assalariados. Este processo é caracterizado como a passagem das feições sociais de reprodução simples para o circuito da reprodução ampliada, e consecutivamente, resulta em uma ampliação do mais valor e do processo de acumulação (MARX, 2013).

A produção de mais-valor, ou criação de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago (MARX, 2013, p. 695).

Assim, compreendemos que a população do campesinato se reproduz, enquanto força de trabalho, orientadas por suas necessidades, mas, estas são, também, atreladas aos interesses de acumulação do capital, existindo, nesse processo, um mecanismo de autorregulação.

Marx (2011), no livro *Grundrisse*, coloca que a dinâmica populacional no capitalismo é orientada pelas próprias relações sociais e de produção contidas no seu interior, pois cada modo de produção possui sua dinâmica populacional própria. Assim, a dinâmica populacional no modo de produção capitalista é peculiar aos seus interesses e necessidades de acumulação. Desse modo, da mesma forma que existe uma dinâmica populacional própria do capitalismo, ajustando-se a um nível de exploração que conduz ao processo de acumulação, abstraímos, que

igualmente existe uma dinâmica peculiar do processo de reprodução populacional do campesinato; contudo, esta é subordinada àquela.

Neste sentido, a reprodução populacional do campesinato primeiro atende suas necessidades fundadas a partir de sua dinâmica interna e, posteriormente, a partir da subsunção das rendas da terra e trabalho familiar como coletivo de valor agregado e não retribuído, subordina-se aos processos reprodutivos e da ampliação da apropriação do trabalho não pago.

A lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa “lei natural da população”, resulta simplesmente nisto: a relação entre trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional, requerido para pôr em movimento o capital adicional. (...) portanto, a lei da acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho ou toda a elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala sempre ampliada (MARX, 2013, p. 697).

Destacamos, também, que na leitura populacional de Marx, o movimento de acumulação do capital produz uma população adicional relativamente supérflua ou subsidiária que não é empregada pelo capital, no intuito de regular o trabalho, os salários, e amplificar a taxa de exploração do mais valor. Desse modo:

(...) com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente suprenumerária. Essa lei de população é peculiar ao modo de produção capitalista, tal como, de fato, cada modo de produção na história tem suas leis de população particulares, historicamente válidas (MARX, 2013, p. 707).

O autor chama esse excedente populacional relativo de “exército industrial de reserva”, constituído pelo capital “como se ele o tivesse criado por sua própria conta”, pois “fornece material humano sempre pronto para ser explorado” (*Ibidem*, 2013, p. 707), o “exército industrial de reserva”. Essa população relativa configura-se como um propulsor do processo de acumulação capitalista, tornando-se condição de possibilidade de existência do modo de produção capitalista.

Desse modo, quanto às estruturas sociais que se reproduzem ampliadamente, elas constituem, concomitantemente, um excedente de trabalho que é consumido para continuar se reproduzindo, ou seja, para ter existência material e para reproduzi-la enquanto força de trabalho, disponível ao capital, servindo como processo regulatório do salário e ao mesmo tempo elemento preciso do processo de acumulação capitalista.

Tal compreensão também se adequa ao processo de entendimento das transformações ocorridas no segmento por nós analisado. A conformação do excedente intergeracional de força de trabalho contida nos assentamentos, ao passo que se reproduz, necessita equilibrar a desproporção contida pela pressão demográfica. Esta, por sua vez, procura ascendentemente os processos de recrutamento, ou da venda da força de trabalho volante ao capital, pressionando o valor pago pelo trabalho para baixo e, contrariamente, a taxa do mais valor para cima.

Desse modo, compreendemos que não existe uma lei populacional geral. As dinâmicas populacionais se dão orientadas a partir do movimento dialético que se estabelece em totalidade às relações sociais de produção, que derivam da reprodução conforme suas necessidades históricas. “As leis que as ciências históricas – todas as ciências não naturais- podem chegar são leis históricas, porque cada período rege suas próprias leis”. Ou seja, as leis econômicas são produtos históricos e mutáveis, “manifestam-se enquanto duram as relações que exprimem” (MARX, 2008 p. 23).

Neste sentido, utilizamos a leitura marxista sobre a dinâmica populacional em sua peculiaridade, por compreendermos que o seu entendimento e possibilidades de análises nos ajudam a ler a dinâmica à qual nos propomos, que se refere ao processo de recriação e reprodução do campesinato a partir da perspectiva intergeracional nos assentamentos rurais da Reforma Agrária.

O que nos faz compreender que a reprodução do campesinato, enquanto uma formação social não capitalista possui dinâmicas reprodutivas próprias, conduzidas pelos processos históricos e de transformação de ordem social interna, porém, atrelada e subordinada ao movimento concreto de reprodução capitalista. Ou seja, a reprodução capitalista dá condições de (re)produção e exploração do trabalho de homens e mulheres, no intuito de sua utilização intensiva pelo capital, no seu processo de ampliação do mais valor.

Esta perspectiva é contemplada de maneira mais tenaz a partir da teoria da economia política da heterodoxia marxista, que foi amplamente desenvolvida em *Acumulação do capital*, por Luxemburgo (1985), a qual retomamos os referenciais agora; a autora coloca que o capital precisa de relações não capitalistas, algo de fora de si mesmo, para acumular. Nesta obra, Luxemburgo (1985) desenvolveu suas análises a fim de compreender as raízes econômicas da expansão do capitalismo em sua forma imperialista, e suas especificidades históricas a partir dos processos de produção e reprodução do capital dos países periféricos, bem como o processo de acumulação primitiva, caracterizado pelas expropriações das terras do campesinato, dos indígenas das colônias, para a formação das classes capitalistas circunscritas aos processos brutais de domínio para a acumulação do capital.

Nas palavras da autora:

A acumulação de capital como um todo, como processo histórico concreto, apresenta, pois, dois aspectos distintos. Um deles desenvolve-se nos centros produtivos da mais-valia- nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas – e no mercado. Vista sob esse ângulo, a acumulação é um processo puramente econômico- cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados e cuja duas fases (no espaço fabril e no mercado) desenvolvem-se exclusivamente dentro dos limites estabelecidos pela troca de mercadorias e pela troca de equivalentes. Nesse nível, a paz, a propriedade e a igualdade reinam como forma e faz-se necessária a dialética apurada de uma análise científica, para descobrir como por meio da acumulação, o direito de propriedade se transforma em apropriação da propriedade alheia, a troca em exploração e a igualdade em dominação de classe. O outro aspecto da acumulação do capital é o que se verifica entre o capital e as formas de produção não capitalistas. Seu palco é o cenário mundial. Como métodos da política colonial, reinam o sistema de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência e as guerras. Aí a violência aberta, a fraude, a repressão e o saque aparecem sem disfarces, dificultando a descoberta, sob esse emaranhado de atos de violência e provas de força do desenho das leis severas do processo econômico. (...) Assim, ambos os aspectos da reprodução do capital encontram-se interligados organicamente, resultando, dessa união, a trajetória histórica do capital (LUXEMBURGO, 1985, p.p. 308-309).

Em sua teoria, a autora procura compreender articuladamente as determinações da constituição social, política e econômica das classes subalternas, suas lutas sociais e políticas e o processo de resistência ao desenvolvimento das relações capitalistas. Luxemburgo (1985) enfatiza que, para que a produção capitalista ocorra, se faz necessário a existência de terceiras pessoas, como os camponeses, pequenos produtores, que poderiam se converter em compradores de mercadorias e em mercadorias. Ela focaliza suas análises e argumentos nas formas e resistências de recriação das relações não capitalistas dialeticamente ao processo de reprodução do modo capitalista de produção, compreendendo que a “acumulação capitalista depende dos meios de produção que são produzidos de modo não capitalista” (LUXEMBURGO, 1985, p. 245).

Desse modo, observando o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalista, Luxemburgo (1985) coloca que o objeto propulsor da produção capitalista não era a mais-valia em quantidade pré-determinada, em uma única apropriação, “mas a obtenção ilimitada da mais-valia, em um crescimento incessante e em quantidades sempre maiores”. “É a produção de mais-valia na sociedade capitalista que faz da reprodução das necessidades vitais desse [modo de produção] um motor contínuo” (1985, p. 12). Ou seja, para que ocorra a produção capitalista, é fundamental a produção não capitalista.

Na compreensão de Luxemburgo, as relações capitalistas de produção se desenvolviam na:

(...) contradição dialética, segundo a qual a acumulação, para se estimular, tem necessidade de formações sociais não-capitalistas em torno de si (...) A acumulação capitalista tem necessidade de se mover em direção a formações sociais não capitalistas ao redor dela, ela se desenvolve por meio de trocas constantes com essas relações e não pode subsistir sem um contato com tal meio (LUXEMBURGO, 1985, p. 245).

Tal combinação está longe de representar um processo de debilidade do processo de acumulação capitalista. Para Luxemburgo (1985), o espaço econômico organizado segundo as relações de produção capitalistas teria necessidade dos espaços econômicos organizados pelas relações não capitalistas, sendo este último um fornecedor de matérias primas, força de trabalho, consumidores e constituindo-se como um mercado interno.

No manuscrito publicado em 1925, *Introdução à Economia Política*, Luxemburgo (1971), argumenta que os processos de concentração e centralização do capital, em sua contradição, produzem a concentração e centralização de determinadas frações do território, contendo uma potencial força de trabalho. Exemplo disso é os assentamentos rurais da Reforma Agrária, que são subordinados diretamente à acumulação permanente de capital. Este processo de centralização e reprodução se realiza a partir da periferização de determinados territórios, a tríade distribuição parcial-resistência-reprodução dos modos de produção domésticos, que são superados em suas formações não capitalistas ou, pré-capitalistas, transpondo-os para a compreensão do campesinato como formação não necessariamente capitalista, mas, sorvida pelas estratégias de expansão do capitalismo, vítimas da barbárie moderna (PEITRO, 2016).

A compreensão de Luxemburgo (1971) se dá nas observações sobre o processo de fragmentação do território e das populações periferizadas, de relações sociais exteriorizadas ao capitalismo, mas fundamentais à sua reprodução como compostos de reposição da produção do capital. Na compreensão da autora, as feições exteriorizadas estão dialeticamente envolvidas nos processos de dominação territorial e das forças de produção contidas nelas, em contradição ao movimento de reprodução e acumulação capitalista.

A autora constrói um raciocínio sobre o continuísmo deste processo contraditório, que tangencia os esquemas de reprodução de Marx, ampliando-os. Em sua compreensão, a acumulação primitiva era um elemento pertencente e contínuo da sociedade capitalista, com tendência, em extensão, por todos os espaços territoriais e para todas as relações externas como forma de dominação, conservando partes destas relações e territórios extraeconômicos para os

seus interesses estratégicos de acumulação. Assim, a acumulação é caracterizada como um processo histórico e contínuo.

Neste aspecto, a autora caminhou, segundo a interpretação de Lênin, para a compreensão da espacialidade do processo, ou seja, para a lógica da territorialização do processo de produção do capital. Nele as estruturas não capitalistas são conservadas para estruturas disponíveis ao processo de acumulação capitalista, que se dá tanto no aspecto da produção, sujeitando a renda da terra e do trabalho, quanto nos processos de circulação e consumo.

Esta compreensão corresponde objetivamente e orienta nosso entendimento acerca do processo de reprodução intergeracional do campesinato da Reforma Agrária. O segmento intergeracional, representado pelas gerações derivadas da família nuclear, se expressam como um contingente que, mesmo estando na terra, dadas as limitações desse meio de produção, acentuadas pela pressão demográfica e a descapitalização, encontram-se despossuídos, subordinados e brutalmente explorados. As bases de sua sustentação, (os meios de produção), estão fragmentadas, subsumidas e controladas pelo processo de centralização econômica do trabalho e do território ao capital.

Pela compreensão da autora, podemos analisar a contradição contida no capital, que, em dado momento, permite em sua fase cíclica de recuo que as feições não necessariamente capitalistas se recriem e se transformem, produzam mercadorias e se reproduzam, a exemplo do segmento analisado, para, a posteriori, em sua fase de ápice, subsumir as rendas geradas pelo trabalho e a força de trabalho.

O capital, como um modo de produção, tem que garantir o elemento central que alimente o motor do seu mecanismo reprodutivo: a mais-valia, e isso se dá “não destruindo nem dissolvendo o que lhe é exterior, mas, sobretudo ressignificando e recriando formas, classes sociais e relações sociais transhistóricas a fim de sujeitá-las ao capital” (PIETRO, 2016, p.p. 401-402).

Estamos diante de um processo de redefinições das relações produtivas do trabalho, redefinições que a partir da lógica contraditória do modo de produção capitalista, recria e reproduz relações em sua estranheza para subordiná-las, no intuito de ampliar a taxa de acumulação. Este processo vincula as novas fragmentações, novas identidades do trabalho à forma clássica pelo assalariamento, mas também se estende a trabalhadores “autônomos”, tipificados pelas relações de produção não necessariamente capitalistas, que se expressam, por exemplo, nos camponeses. Nesta fragmentação, as formas de movimentação destes sujeitos, mantendo-os ou movendo-os de seus territórios estão, diametralmente, relacionadas ao

processo de produção e subordinação das relações de trocas das mercadorias, entre elas, a força de trabalho.

Desse modo, a partir das reflexões aqui postas, compreendemos, analogamente, que o processo de reprodução do segmento intergeracional do campesinato, mesmo orientado por condutas particulares que o propicia é, na ponta do processo, subordinado ao capital. Assim, a reprodução do campesinato assentado em perspectiva intergeracional, mesmo com suas nuances, que caracterizam a viabilização dos sujeitos e suas manifestações territoriais, está ligada ao processo dinâmico e metabólico de aderência ao capital. Sobre as derivações das contradições sociais e territoriais nos dedicaremos nos capítulos que seguem.

2. DINÂMICAS TERRITORIAIS E REFORMA AGRÁRIA

Iniciamos este capítulo com as discussões sobre o território como expressão das contradições sociais do trabalho, observando os processos estabelecidos no enfrentamento entre classes que resultaram na formação territorial. Posteriormente realizaremos um resgate sobre o processo de organização do espaço agrário paraibano, em especial do município de Sapé, a partir das leituras sobre os processos de transformação e lutas ocorridas nestes espaços, tendo como escala de tempo o período colonial até o processo de reforma do território, com a criação dos assentamentos e instalação das famílias.

Em acréscimo, realizamos a análise das dinâmicas territoriais conflitivas entre os processos de desterritorialização e territorialização, tomando como base a dinâmica geográfica da dialética territorial estabelecidas pela luta de classes. Em continuidade, nos deteremos nas leituras sobre o processo da formação histórica, econômica, social e a organização dos assentamentos.

2.1 O território como expressão das contradições sociais e do trabalho no campo

Nossa discussão parte do entendimento do território como conceito e como categoria, pois possibilita a leitura das contradições sociais que se estabelecem no uso e controle da terra, movidas pelas relações sociais de produção que afetam a população que a ocupa, e que está imersa no constante e dialético processo de transformação social.

No Brasil, a formação territorial é pautada pela lógica do desenvolvimento desigual e combinado enquanto manifestação do modo de produção capitalista “que se assenta na dualidade estrutural enquanto expressão do antagonismo capital-trabalho” (RUMMERT; ALGEBAIL; VENTURA, 2013, p.735). Essa dinâmica manifesta-se também na relação terra e capital e perdura no tempo.

Martins (1979) percorreu amplamente sobre o processo de aliança que se deu entre terra e capital ao longo do tempo, a exemplo da Lei de Terras de 1850²⁵, do decreto de Lei de Getúlio

²⁵ A Lei de Terras separou os direitos de posse e domínio. A partir dela, o Estado brasileiro que dominava todas as terras, permitiu a apropriação das frações territoriais brasileiras à classe dominante, ou seja, possuidora de

Vargas²⁶, do programa de legalização das terras na Amazônia durante a ditadura militar²⁷, e do Programa Terra Legal de 2009.

A terra no Brasil, portanto se configurou historicamente como uma mercadoria especial, pois funciona como reserva de valor e reserva patrimonial para a classe dos latifundiários. Esta classe possui representação na esfera política e jurídica, quando não transitam entre elas concomitantemente, para assim chancelar, conservar, representar seus interesses e estabelecer o monopólio sobre a propriedade privada da terra (OLIVEIRA, 1997; 2007).

Segundo Marx (2013), a consolidação da propriedade privada da terra, por parte de uns poucos, necessariamente, implica na exclusão de muitos outros. Esse é um fundamento capitalista, ou seja, é o estabelecimento da propriedade privada de um meio de produção pelo capital, pois o capital não pode existir sem a propriedade privada de terras, como meio de produção para o capital. De lá ele extrai e se apropria da renda gerada, sem a necessidade de imputar valor pelo trabalho, já que a terra não implica na construção do trabalho humano, ela se transfigura como mercadoria no capitalismo a partir da apropriação e uso.

Na compreensão marxista, são três as formas de apropriação das terras. A primeira forma se dá pela conformação da terra como propriedade privada, ou seja, sua apropriação absoluta como reserva de valor, pois a terra, quanto disposta ao mercado, permite ao proprietário a apropriação de uma fração global da mais-valia expressa pelo preço pago por ela na hora da venda. Assim, a retenção da terra, já garante o processo de salvaguarda da acumulação para o capitalista, pois mesmo sem possuir valor, possui preço, constituído pela instituição da propriedade privada, que é rentista.

A segunda forma refere-se ao processo de monopolização da terra pela estrutura dominante, ou seja, a capacidade constituída a partir da grande propriedade em captar, pelo simples fato de se constituir propriedade privada da terra, a renda absoluta. Em terceiro, a

dinheiro, ou mesmo, permitiu a grilagem reconhecendo títulos particulares, e assim, reforçou a propriedade privada da terra, excluindo os despossuídos de recursos do contrato social. (MARTINS, 1997).

²⁶ O decreto-Lei número 19.924 de 27 de abril de 1931, promulgado por Getúlio Vargas, legalizou todas as concessões de terras e posses, da extensão que fossem, realizadas durante o Período Imperial e da Primeira República.

²⁷ No período militar, segundo Oliveira (2011), a grilagem de terras no Brasil, sobretudo na Amazônia, foi realizada mediante perspicazes estratégias dos grileiros, que tinham a chancela do Estado, principalmente em ocupações de terras públicas.

condição da renda diferencial, ou seja, a capacidade peculiar que possui determinada fração da terra em gerar um equivalente maior, que resultaria em uma apropriação maior de trabalho.

Assim, o capital recria valor através da apropriação da renda gerada pela terra, que é constituída pelo simples fato de possuir sua propriedade deliberada desse meio de produção. Aí que reside o impasse territorial, pois a renda da terra, além de ser um tributo conformado pelo caráter patrimonial da terra, é uma criação articulada do capital em seu movimento contraditório, de apropriação do produto gerado na produção não retribuído pelo simples fato da manutenção da propriedade. Neste ínterim, são mantidas e subordinadas, respectivamente, a estrutura de produção da propriedade capitalista e da não capitalista (OLIVEIRA, 2007).

Tal compreensão sinaliza para o processo não unilateral do capital e da conformação de um território em disputa, resultante do movimento das contradições permanentes que se estabelecem na terra. Assim, compreendemos que o território não é homogêneo, pois o próprio desenvolvimento do capitalismo abrangeu a permanência das relações de produção não capitalistas, que coexistem subordinadas ao capital.

O movimento de expansão do capitalismo sobre o território reproduz mecanismos dialeticamente relacionados à necessidade de expansão sobre os territórios não capitalistas. Luxemburgo (1985), como destacado no capítulo anterior, já colocava que o capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não capitalistas. As bases sociais de produção reiteram seus esquemas de reprodução a partir do controle dos meios de produção, entre eles, a terra, e, também, da força de trabalho, e no capitalismo, o domínio exercido sobre estes elementos configura e compacta a formação territorial.

O conceito de território por nós utilizado aqui remete ao movimento dialético que se estabelece sob uma base territorial, e se ampara, portanto, nos referências de Raffestin (1993), Quani (1974), Moraes (2000), Saquet e Antonello (2010) e Oliveira (1999, 2000 e 2001), entre outros. Estes autores trabalham o território como categoria analítica originada a partir das relações de poder, uso e dominação de uma porção apropriada do espaço geográfico. Nesta perspectiva, o território possui funções econômicas, políticas, simbólicas e, carregam em si, identidade e experiência.

Claude Raffestin (1993), referenciando-se em Lefebvre, afirma que o território é um “espaço modificado pelo trabalho e revela relações de poder, onde em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores signatários” que produzem

territórios. O território, nesta compreensão, não é o espaço geográfico, mas as relações de poder que estão sempre se transformando. O autor parte de “uma explicação da realidade material, compreendendo que as relações sociais efetivadas entre os sujeitos e os objetos”, dinamizam na história, e se concretizam no território e em suas territorialidades (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Para Raffestin (1993), o poder é conceito fundante para se entender o conceito de território. Em sua compreensão, ele está conectado diretamente ao trabalho como elemento ontológico das relações de poder que se materializam sob o espaço, e o conforma em território. Desse modo, o território é o espaço produzido pelas relações do trabalho humano. “O trabalho seria o vetor mínimo original” (*Ibidem*, p. 56), que contém as disputas e contradições caracterizadas pelas relações de poder que transformam o espaço em território como esse campo de disputa que imprime na terra as transformações provocadas pelos homens a partir das relações sociais.

Por este prisma, espaço e território são categorias paralelas, que se interconectam pelo elemento trabalho:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o autor “territorializa” o espaço (...) o território, nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p.p. 143-144)

Faz-se necessário, então, como forma de melhor elucidarmos as categorias e conceitos por nós desenvolvidos na presente tese, situarmos que trabalhamos com o conceito de espaço a partir da sua compreensão enquanto produto do trabalho, uma totalidade histórica concreta, ou seja, um espaço social que é constituído pelo todo e é parte da sociedade. Para tanto, nos amparamos nas contribuições de Lefebvre (1981) e Ruy Moreira (1982). O primeiro coloca o espaço como produto da transformação humana sobre a natureza, ou seja, é o espaço natural transformado pelo trabalho humano em um espaço social. O segundo compreende o espaço como a ação organizada pela coletividade dos homens a partir do trabalho social. Ou seja, o espaço é o agente de mutação do trabalho social realizado na primeira natureza, como matéria prima que, transformada, dá origem ao espaço geográfico.

Neste sentido, compreendemos que o espaço geográfico é organizado a partir das relações sociais de produção que imprimem na forma, estrutura, função e processo as marcas elaboradas pela sociedade, que tem sua organização mediada pelas transformações decorridas do trabalho e da divisão do trabalho. Portanto, ele é “uma instância subordinada e subordinante à lei da totalidade” e das contradições da relação homem e natureza e homem e sociedade (SANTOS, 1978, p. 145).

Santos (1996), influenciado pela perspectiva lefebvriana, chama atenção sobre a compreensão do espaço como um processo de produção específico onde os homens produzem condições materiais e culturais necessárias à sua existência, a partir de sua relação de dominação da natureza e das relações sociais de produção. Assim, o espaço assume as feições do modo de produção que lhe deu origem:

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. (...) Produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis, (...) O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço (SANTOS, 1996, p. 88-163).

Na compreensão do autor, o espaço produzido socialmente é “o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais” (*Ibidem*, 1996, p. 71). Assim, enquanto tal, é dinâmico, exprime a realidade e as contradições das condições da sociedade a partir das espacialidades. Não é um produto acabado, se transforma conforme a estrutura de produção do momento histórico. No modo de produção capitalista, por exemplo, o espaço acha-se subordinado às necessidades de acumulação de capital na produção de mais-valia, conservando a dialética das classes sociais que se especializam (MOREIRA, 2013). Ou seja, o espaço também é produto da contradição e se organiza segundo a estrutura de classe, “é este exatamente o nexo que funde o espaço e sociedade tornando-os uma mesma totalidade social”, e o liga à derivação da dialética que forma o território (MOREIRA RUY, 1980, p. 123).

Continuando as discussões sobre o espaço e o território, retomamos os referenciais de Raffestin (1993) na obra *Por uma Geografia do poder*, onde o autor faz contribuições sobre o seu entendimento das interconexões de espaço e território, expondo a importância da

compreensão do espaço enquanto ação humana relevante do poder para a compreensão do último:

Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Em suma, o autor compreende que a apropriação do espaço pelo trabalho gera tensões e conflitos, e interesses mediados pelo poder. Esses conflitos causam marcas e delimitações, inerentes às disputas que materializaram na terra, e são as marcas das relações sociais de produção de seu tempo, emanadas pelas relações de poder que se apoiam no espaço, constituindo, portanto, o território.

Em Moraes, o território é compreendido como uma construção histórica da relação entre sociedade e espaço, sendo ele, o território, o elemento de análise que permite a compreensão de uma totalidade geográfica do “processo historicamente determinado de incorporação de valor à superfície terrestre, materializando as relações sociais vigentes em uma paisagem e circunscrições de poder” (2000, p.p. 16-18).

O autor acrescenta:

(...) o território é antes de tudo uma escala de análise da sociedade e da relação sociedade/espaço, isto é, um recorte analítico que objetiva uma visão angular específica da história. Em tal entendimento, o território emerge como uma totalidade para a geografia, um espaço dotado de historicidade própria que corresponderia à espacialidade de uma dada “formação econômica social” (MORAES, 2000, p. 21).

Assim, todo território e suas expressões tem suas bases históricas que condicionam o entendimento sobre sua conformação social e estrutural decorrente das relações sociais e

geográficas acumuladas no passado e refletidas no processo das espacialidades da formação econômica e social.

Saquet e Antonello (2010) também privilegiam a compreensão do processo histórico e as relações sociais que se materializam na apropriação do espaço e conformação do território em suas expressões sociais, econômicas e culturais.

(...) Entendemos que o território é construído histórica e socialmente, por forças econômicas, políticas e culturais. Há um processo de apropriação do espaço, controle e dominação que gera certa formação territorial. A apropriação e a dominação são efetivadas por agentes sociais os mais diversos, como o Estado, cooperativas empresarialmente desenvolvidas, estabelecimentos comerciais, usineiros, instituições não governamentais, sindicatos, igrejas etc. São agentes econômicos, políticos e culturais que traçam e concretizam estratégias de controle e dominação, influenciando as pessoas em suas ações e reações cotidianas (...) gerando territórios controlados e paisagens definidas de acordo com as atividades realizadas (SAQUET e ANTONELLO, 2010, p. 407).

Desse modo, para Saquet (2007), o território contém ideologia, racionalidades, dimensão cultural e identidade, que se expressam a partir das relações sociais e nas contradições que decorrem da materialidade vivida das relações e reações cotidianas. Assim, o território remete também à compreensão da experiência vivida de afirmação dos sujeitos sobre a terra frente aos processos dialéticos que constituem a sociedade.

Contudo, as expressões das territorialidades não se dão apartadas das dimensões da materialidade, elas -as territorialidades- são expressões contumazes das experiências realizadas na sociedade e produzidas pelas relações sociais de produção, portanto, contém as contradições dialéticas e inerentes aos processos de reprodução social. Neste sentido, trazemos a compreensão de Quani (1974), que destaca a importância da utilização de princípios do materialismo histórico e dialético na compreensão dos processos territoriais. Segundo o autor, a organização territorial do capitalismo é produto das relações historicamente determinadas, nas quais há exploração e expropriação do trabalho direto, e estas, estão no centro das abordagens. Nesta compreensão, a relação capital-trabalho é a relação que constrói e organiza o território, e que se manifesta nas expressões da sociedade na terra.

Desse modo, compreendemos o território como um elemento chave para a compreensão da totalidade dos estudos em geografia agrária, dado seu princípio elementar de que todas as relações humanas (construção-desconstrução, seja nas instâncias políticas, ideológicas, sociais

ou econômicas) se processam sobre uma base territorial, que carrega em si a multidimensionalidade do poder, que é a característica peculiar da categoria.

Como toda construção social histórica, ele é contraditório, ou seja, conserva, em uma mesma engrenagem, múltiplos sujeitos, distintos pelas relações sociais de produção, que emanam de disputas por suas territorialidades. Neste sentido, as apreensões do processo contraditório nos remetem à dialética da totalidade social e ao entendimento do território como conteúdo teórico-conceitual estabelecido a partir dos movimentos e das contradições das relações sociais de produção. Este prisma é de fundamental importância para a geografia agrária, pois, reafirma o território como instância de poder e de disputas, que são movidas pelas inadequações estabelecidas entre as relações sociais de produção majoritárias e as relações sociais de produção minoritárias, na terra e por terra.

Contudo, o território não é palco, não é receptáculo das transformações nem é resultado, ele é produto formado, de base concreta e dinâmica, constituído a partir das contradições, das transformações e das lutas sociais estabelecidas na terra.

Neste prisma, coloca Oliveira (1999):

O território desse ser apreendido com síntese contraditória, como totalidade concreta do processo-modo de produção-distribuição-circulação-consumo e suas articulações e mediações (...). O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (...). Dessa forma, são relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente continua da natureza (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

O autor coloca o território como instância de poder e de disputa, que se materializa na terra a partir da própria estrutura das relações sociais de produção. Assim, ele é síntese da dialética contida na totalidade concreta das relações sociais de produção. Ou seja, toda relação social de produção implica em uma articulação, bem como no distanciamento pelo conflito, com outras relações sociais de produção em uma formação social (política, econômica e ideológica).

Oliveira (1999) buscou em Marx os fundamentos que anunciam a estrutura tripartite do modo de produção capitalista, o que significa incluir o território entre as estruturas basilares do capitalismo, tendo em vista que “a relação direta com o trabalhador, com vistas à extração da

mais-valia, ou trabalho não pago”, é apenas uma das fisionomias do processo de acumulação ampliada do capital, em face da existência da produção não necessariamente capitalista, como a camponesa.

Desse modo, estamos diante da compreensão marxista do processo capitalista que cria e recria relações sociais de produção. Ele bloqueia as que limitam sua produção e transforma as desinteressantes, recriando-as para a sua reprodução ampliada. Mas, este processo não se dá por meio pacífico, pelo contrário, é estabelecido pelo conflito, pela luta entre as classes sociais que se manifestam em sua oposição pelo controle da terra. Ou seja, a formação do território também é processo de luta de classes, das relações de trabalho, da distribuição do valor e da exploração do trabalho, e o campesinato está inserido neste processo. Ele se confronta, constantemente, com a estrutura do capital no processo de controle territorial, lutando para permanecer na terra e contra as diversas formas de drenagem da renda fundiária que ocorre mediada pela circulação de sua produção e apropriação de seu trabalho ou não, esta última, polo garantidor do processo de reprodução ampliada.

Sobre isto, comenta Oliveira (2001):

(...) os camponeses lutam teimosamente no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os tem considerado em suas políticas públicas. Por esse motivo, a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Entendo que o século XIX foi, por excelência, uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. Assim, esses camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo; ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo, pois, desterrados, “sem terra”, que lutam para conseguir o acesso à terra. É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência (OLIVEIRA, 2001, p. 189).

Neste sentido, compreendemos que o campesinato não é um estamento pré-capitalista, mas um conjunto de trabalhadores que vive na contradição em modo de produção que tanto o repele, quanto o reproduz estrategicamente. Essa ambiguidade de posições dirige a luta, o enfrentamento dessa estrutura que confronta sua própria existência. A luta não é somente por terras, ou para permanecer nela, e sim por territórios, pela capacidade de vida que ele lhes propicia, e vida em coletividade, pois o campesinato não é um sujeito impessoal, mas um

conjunto de indivíduos unidos a um elo, à base territorial que possa lhes garantir a sobrevivência e produzir e se recriar em perspectiva intergeracional.

Desse modo, nossa compreensão sobre o conceito de território se dá a partir do entendimento da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Assim, o território é produto das dinâmicas sociais coletivas, das lutas de classes travadas, é movimento, produto concreto. Pressupõe materialidade objetiva da ação humana, lugar de acontecimentos e dos resultados das transformações decorridas na sociedade e manifestadas na terra.

Neste sentido, trazemos os referências de Thompson (1987). O autor considerou que a situação de classe²⁸ e os conflitos mediados entre elas, que no capitalismo se manifestam entre possuidores e despossuídos são elementos fundamentais para compreender os conteúdos sociais e territoriais no interior das relações sociais de produção. Estes conflitos são impressos na terra, mediados pelas lutas, perdas, conquistas, avanços e recuos. As lutas travadas pela divisão do trabalho da sociedade em classes afirmam sua existência e posicionamento ideológico, tendo como marca o confronto desigual e violento, produzindo diferentes territorializações e diferentes territorialidades.

De um lado, estão as classes dominantes, o latifúndio e conformação da propriedade privada da terra enquanto mercadoria inscrita no processo de reprodução e expansão homogênea do capital do fundiário rentista, da produção de *commodities* do agronegócio, na busca por ampliação da acumulação. Do outro lado, estão os camponeses e suas famílias na luta diária pela sua reprodução de base heterogênea, fundamentada na produção para sua existência, na busca por acesso à terra de trabalho e terra de moradia e para permanecer nela produzindo para vida, caracterizando-se, portanto, como uma luta anticapitalista.

Nesta perspectiva, Fernandes (2006) coloca que a formação da grande propriedade privada da terra tem sido o resultado do processo de luta entre latifundiários e as grandes

²⁸ Nossa compreensão sobre classe se dá a partir dos referenciais de Thompson (1987): “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são travadas em termos culturais, expressas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (1987, p.p. 9-10).

empresas, com os indígenas, camponeses, sem terras, em um conflito permanente. Em nossa compreensão, este conflito estabelece as contradições da questão agrária nacional, que não foram resolvidas pela Reforma Agrária em seu movimento de territorialização, pois mesmo em se tratando de uma fração territorial reformada, ainda estamos diante de um território subordinado ao capital, mesmo que de forma não homogeneizada. Com efeito, o capital subordina as relações de produção e circulação que se expressam e conformam o território.

Em suma, compreendemos o território a partir dos processos de luta entre classes, aqui observadas entre os “pequenos” camponeses e a “grande” agricultura latifundiária entre os movimentos de territorialização e monopolização do capital e de territorialização camponesa. Este movimento é desigual e contraditório, portanto, prescinde de arranjos societários que, concomitantemente, reproduzem as relações sociais de produção capitalista e não capitalista. Desse modo, o território é resultado das contradições que se articulam nas esferas políticas, econômicas e nos processos sociais que ainda estão em disputa, pois ele é dinâmico, se forma e se transforma pelas relações sociais de produção que se expressam sob a base material da terra.

Na presente tese, as análises sobre as formas de expressões circunscritas pelo movimento contraditório que conforma a formação territorial, em específico as expressões orientadas pelas relações históricas e sociais que os camponeses estabelecem com a terra, no processo de organização do espaço agrário e na formação territorial do município de Sapé, objeto desta pesquisa, serão abordadas nos títulos a seguir.

2.2. A organização do espaço agrário, a formação territorial da zona da Mata Paraibana e do município de Sapé

Antes do período de ocupação colonial “a organização do espaço e do território da Zona da Mata Paraibana se dava em função das necessidades da população local, cujo objetivo era a luta pela sobrevivência” (MOREIRA, 1990, p.1). No século XV, o atual território do Estado da Paraíba era ocupado por tribos indígenas das grandes nações *tupis: potiguaras e tabajaras*, no litoral (a primeira tribo ocupava a franja do litoral norte e as áreas do agreste, e a segunda as várzeas do Rio Paraíba e o sul do litoral); *cariris e tarairus*, nas porções da borborema, curimataú e sertão (PALITOT, 2005).

Estas nações eram sedentárias e reuniam um conjunto complexo de articulação caracterizado pelo livre acesso aos recursos naturais (mata, rios, mangue e marés), exercendo uma agricultura rudimentar, o extrativismo, a caça e pesca para a manutenção do núcleo doméstico de aldeamento. Os indígenas tinham domínio integral dos seus territórios e desenvolviam suas territorialidades (PERES, 2004). Contudo, na Zona da Mata, esta organização foi desmantelada a partir das transformações ocorridas pela estrutura colonial que se alicerçou na apropriação territorial e na expropriação das nações indígenas Tabajaras e Potiguaras de seus territórios com a conquista e ocupação colonial do território, produzindo um “espaço alienado” (ISNARD, 1982).

A ocupação colonial do espaço agrário da Zona da Mata Paraibana foi marcada pela implantação e expansão da cultura da cana-de-açúcar mediante exploração e expropriação dos índios de suas atividades agroalimentares e dos seus territórios. Sua conformação se deu baseada na exploração e apropriação da natureza, no domínio de grandes extensões de terra e no controle da população enquanto força de trabalho, seja ela originária ou, posteriormente, escrava, para, assim, produzir um excedente colonial a ser subsumido pela coroa portuguesa. Essa estrutura foi fundante para gestão da macroforma, estabelecida no espaço e na conformação territorial colonial.

O trabalho escravo, a monocultura, a extensividade, a itinerância de terras, a queimada, a policultura de subsistência, o monopólio da terra, a moagem vinculada da cana, tais são outras formas usadas nessa socialização. É sob essa relação de arranjo de espaço que cada macroforma enquadra-se no processo colonial (...) determinada pelo grau com que concorre para a acumulação interna e para a acumulação externa, sempre em caráter combinado (MOREIRA RUY, 2014, p. 66).

Essa estrutura, financiada pelo capital mercantil e assumida pelas coroas europeias, no intuito de explorar o espaço e controlar o território, é concebida e compreendida como *plantation*. A *plantation* foi a estrutura de acumulação e vetor dos processos de desigualdades sociais e territoriais que configuram o processo de colonização brasileira, fundamentalmente atrelada aos interesses do mercado e da acumulação em caráter internacional. Sobre esse processo de configuração do território, Moreira e Targino (1997) colocam que é possível identificar três momentos que nos remetem ao processo de formação do território da Mata

Paraibana: “a instalação e o domínio dos engenhos de cana-de-açúcar, a experiência dos engenhos centrais e a dominação das usinas de açúcar” (p.32).

A ocupação produtiva do território da Zona da Mata nordestina, aqui sendo abordada a Mata Paraibana, se deu pela facilidade para circulação do excedente, aliada aos aspectos naturais favoráveis no que se refere à aptidão climática e ao tipo de solo, fatores decisivos no processo de organização do espaço e na configuração do território. Ou seja, a ocupação territorial da Zona da Mata se deu alinhada à centralidade comercial e política, bem como sua relação com as rotas de transporte terrestre e marítimo que favoreciam a exportação (CARVALHO, 2008).

O caráter exportador da economia colonial foi determinante para a fixação na zona costeira dos homens e aparelhos produtivos que se veem envolvidos na agroindústria canavieira, consolidando a ocupação do território da Mata paraibana que, semelhante a toda a fachada oriental nordestina, baseou-se na exploração da cultura da cana-de-açúcar em grandes propriedades, os engenhos. (MOREIRA RUY, 2014).

Os engenhos eram estabelecimentos produtores de açúcar, instalados na Paraíba durante o século XVI, de produção mercantil e de natureza agroindustrial. Eram grandes absorvedores de capital e de força de trabalho no processo produtivo monocultor, voltado aos interesses do mercado internacional. (MELO, 1975). A implantação dos engenhos nos remete à territorialização do capital no espaço agrário. Este processo teve certa centralidade, com o surgimento das novas formas de produção e relações sociais que dinamizaram, imprimiram a organização capitalista no espaço e na ocupação do território, que foram caracterizados pelo controle do homem sobre a natureza e do homem sobre o homem.

O primeiro engenho da Paraíba- o Engenho D'E-Reino Tibiri (1587) - apelou para o trabalho do índio manso (...). Isto porque “o escravo africano, nos primeiros tempos, por sua diminuta proporção, não bastava para todas as necessidades de um Engenho corrente a moente” (ALMEIDA apud. MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 36).

Os engenhos de cana-de-açúcar tinham como pedra fundante, além da exploração das grandes extensões territoriais, a exploração da força de trabalho escrava. Nessa organização, a transformação do indígena livre em escravo para a produção de alimentos e tarefas não especializadas das obras de instalação da estrutura foi a primeira iniciativa.

Furtado (1969, p.p. 45-52) comenta: “a escravidão demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra e a mão de obra indígena constitui-se na primeira atividade de exploração econômica”. Posteriormente, a população originária foi substituída por homens escravizados trazidos da África, para o trabalho nos canaviais e cultivo nas lavouras para a alimentação, principalmente da família dos senhores de engenho.

A força de trabalho escrava foi trazida em conformação ao processo de expansão da empresa açucareira, ou seja, “quando a rentabilidade do negócio estava assegurada que entraram em cena os escravos africanos: base de um sistema de produção mais eficiente e contraditoriamente capitalizado” (*Ibidem*, p.p. 46-53). A esse propósito Wanderley afirma:

(...) a escravidão se constituiu como um elemento fundamental nas relações de produção da colônia, na medida em que é sobre a base do trabalho escravo que se funda o próprio processo de exploração colonial. No sistema de escravidão, a mercadoria é a própria pessoa do escravo, cujo preço equivale ao preço do escravo (WANDERLEY, 1979, p. 22).

Nesta estrutura, a propriedade da terra e a propriedade do escravo estavam subordinadas aos interesses do capital mercantil, cujo objetivo seria a ampliação da exploração dos engenhos de cana-de-açúcar nas áreas de litoral e da atividade pecuária no sertão. O controle da terra e da força de trabalho foram mecanismos utilizados pelo colonizador branco para a instalação dos engenhos, que exigiam grande aporte dos recursos naturais e de capital, para promover a atividade açucareira.

Na Paraíba, territorialmente, os engenhos²⁹ se instalaram acompanhando os cursos dos rios, em especial o rio Paraíba, expropriando os aldeamentos e feições camponesas pré-instalados, conformando a formação do território, como território de exploração.

²⁹ Em Sapé, os engenhos, iguais aos demais do século XIX circundaram as margens dos rios da bacia do Rio Paraíba, e do Rio Miriri, entre eles os engenhos Gameleira, Moreno, Melancia, Pacatuba, Taboca, Boa Vista, Cuité e o mais próspero deles, o engenho Pau D’arco.

Segundo Martins (1979), no século XVII, na Zona da Mata paraibana, funcionavam em torno de 16 (dezesseis) engenhos (ver figura 1). No mesmo século, o número se ampliou e chegou a 40 (quarenta) engenhos funcionando nesse território.

Figura 03- Ocupação territorial da Zona da Mata Paraibana: localização dos engenhos de cana-de-açúcar- 1634



Fonte: CARVALHO, 2008, Adaptado pelo Autor, 2019.

Os pontos associados à ocupação colonial da instalação dos engenhos na Mata Paraibana, enquanto Capitania da Paraíba, em 1634, foram retirados das pesquisas de Carvalho (2008). Em continuidade, em Lins (2006), obtivemos a datação, e em Pinto (1977), o processo

de marcação dos aldeamentos. A historiografia apresentada pelos autores supracitados nos remete à compreensão do processo de instalação dos engenhos alinhados ao curso dos rios, não somente pela disposição dos recursos naturais em facilidade, mas, pelas condições para a circulação da mercadoria, é lógico que a ocupação destes territórios pelos colonizadores era a melhor referência possível, e foi premissa para a implantação do controle do Estado colonial sobre a terra e a água, no tocante à implantação da estrutura das sesmarias, e assim, garantir a viabilização do empreendimento colonial.

Assim, ao passo que os engenhos se instalavam, os aldeamentos eram forçadamente removidos para as porções norte e oeste do território, ou seja, qualquer elemento que dificultasse a expansão colonial seria retirado do caminho. Desse modo, o colonizador passa a exercer, pela força e pelo roubo, uma jurisdição sobre os indígenas e sobre os aldeamentos que, de outra forma, serviam de apoio à produção e à garantia das fronteiras contra possíveis invasores, que, não podendo vir a leste pelo confronto com os fortes, tentavam vir ao norte e a oeste, onde se defrontavam com a barreira dos aldeamentos. Lembrando que o território originário era gradativamente tomado dos índios, em rendição da implantação das sesmarias, como transformação da posse privada da terra pelos brancos (CARVALHO, 2008).

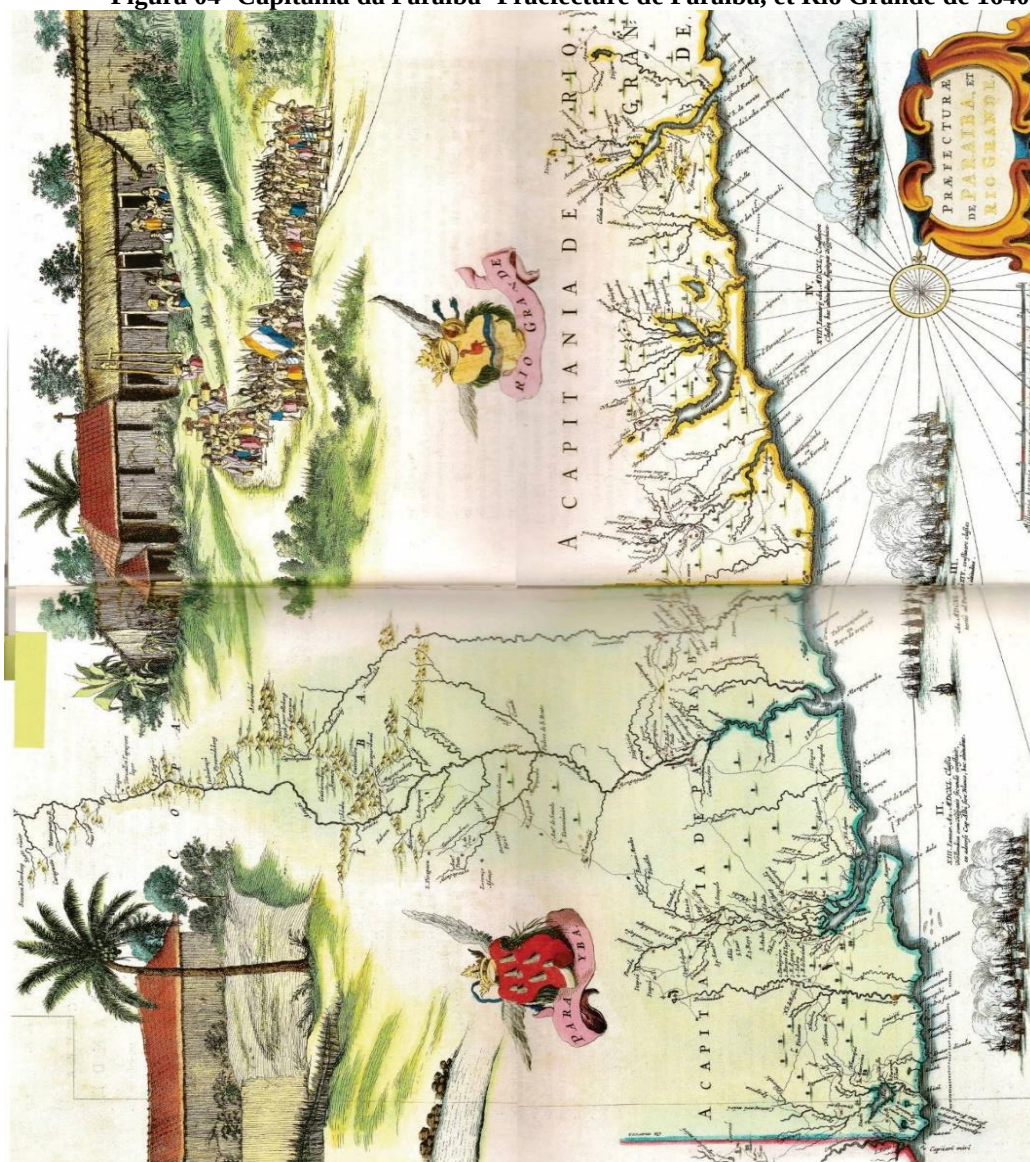
As sesmarias eram a recompensa que, a um só tempo, produzia súditos cada vez mais fiéis ao rei, reforçava o processo de ascensão social dos homens de cabedal (...) fortalecia o poder político daqueles que controlavam a sua distribuição e, finalmente, abria as portas das várzeas dos rios para a organização da produção açucareira e para o bom “proveito” da terra (GONÇALVES, 2007, p. 181).

A distribuição das terras em sesmarias foi responsável tanto pelo caráter privado da terra, quanto pela criação dos alicerces da grande propriedade do sistema açucareiro. Este sistema detinha “o controle político e o poder econômico, tornando-se, assim, um privilégio da aristocracia rural”, que controlavam a terra e a força de trabalho (MOREIRA, 1990, p. 4).

Nos requerimentos das sesmarias, as balizas territoriais continuam sendo os rios e seus afluentes. Conhecer e se apropriar do quadro natural foi a melhor referência possível utilizada pelo colonizador para exercer domínio sobre o território. Assim, os rios foram os eixos a partir dos quais se pensou a ocupação do território, onde a ocupação das “várzeas eram diretrizes das cartas de doação das capitanias e do regimento de Tomé de Sousa” (MOURA FILHA, 2005, p.p. 21-28).

Segundo Gonçalves (2007), as sesmarias na Paraíba se concentraram à volta da cidade e da várzea do rio Paraíba, somente a partir de 1612 elas se expandem geograficamente, com referências às bacias do Abiaí, do Gramame, e, em maior número, do Mamanguape e do Camaratuba, bem como de outros rios da Mata Paraibana, mais interiorizados, a montante das várzeas, como o Pacatuba, o Gurinhém e o Curimataú. A expansão das sesmarias consolidou o processo da ampliação do domínio territorial da Capitania da Paraíba, conforme podemos visualizar na Figura 04:

Figura 04- Capitania da Paraíba- Praefecture de Paraíba, et Rio Grande de 1640



Fonte: Blaeu, 2006, apud. Carvalho, 2008. Adaptado pelo Autor, 2019.

A figura 04 refere-se ao mapa Praefecture de Paraíba e Rio Grande - produzido por Georg Marcgraf em 1643, a partir dos dados de 1640, encontrada no Atlas maior de Blaeu

(2006, p. 206-207). A figura remete também, à certa estabilidade do processo de ocupação e formação territorial do período colonial quanto a expansão das sesmarias e conformação em capitania. Esse processo foi a afirmação da apropriação privada do território, tomado pelo Estado e transferido à recém-formada classe agrária, que controlava a terra para o desenvolvimento do empreendimento colonial. O conjunto de cidade/fortificações/engenhos foram as infraestruturas da Capitania que marcam o processo de dominação que se deu a partir do centro acompanhando o Rio Paraíba, expandindo a posse da terra pelos outros rios da Mata Paraibana. Contudo, vale salientar que esse processo de expansão não se deu de forma completa.

O processo de expansão do açúcar na Mata Paraibana não integral se caracterizou como um aspecto fundamental no processo de formação territorial. A porção norte e as brechas entre os engenhos, os tabuleiros, eram destinadas à criação de gado e as lavouras alimentares e o fornecimento de madeira, para subsidiar a exploração açucareira da capitania (CARVALHO, 2008). Ou seja, a forma desigual da estrutura colonial conservava áreas de agricultura camponesa aos seus interesses de manutenção da exploração capitalista. Em contrapartida, eram crescentes as apropriações dos territórios indígenas, que, expropriados das áreas marginais dos rios, ocupavam outra área, que, em seguida, novamente eram incorporadas ao território colonial. A expropriação dos indígenas serviu de recurso para a dominação ampla do território, na porção oeste, conforme vimos no mapa representado pela figura 04.

Posteriormente, “em 1634, os holandeses ocupam a Capitania da Paraíba, ocasionando a desativação de alguns engenhos e a fuga de parte de seus senhores”. Posteriormente, “a Companhia das Índias Ocidentais” se apropria deles, de forma que o número de engenhos ativos se nivela ao anterior à invasão. Desse modo, na primeira metade do século XVII, com a crise produtiva em Pernambuco, a Paraíba “alcança sua maior percentagem da produção açucareira das Capitanias do Norte em todos os tempos, chegando a 28%” (GONÇALVES, 2007, p. 200). Contudo, na segunda metade deste século, a expansão da cultura açucareira foi contida. A crise de acumulação derivada pela exploração açucareira das Antilhas e pela reestruturação do mercado internacional foi responsável por profundas modificações no espaço e nas relações de trabalho do Nordeste (FURTADO, 1969), bem como da Paraíba.

Segundo Targino:

No final do século XVIII, o número de engenhos existentes na província situava-se entre 32 e 37 (LEAL, 1989, p. 100 e 108). Só em meados do século XIX é que se verifica um novo surto de crescimento da atividade açucareira. Em 1857, “safrejavam 200 engenhos de açúcar”. (LEAL, 1989, p. 173). Data dessa época a introdução das primeiras rodas d’água “que representavam notável progresso no método de acionamento das moendas” (LEAL, 1989, p. 167), bem como do arado de ferro (PINTO, 1977, p. 222). (TARGINO, 2014, p. 5).

A recuperação do sistema açucareiro coincidiu com a contradição surgida com o fim formal do trabalho escravo. Para sanar o problema da disponibilidade de mão de obra escrava, os senhores de engenho fizeram uso das relações combinadas entre trabalho assalariado e o uso do trabalho camponês a partir do sistema morador e do lavrador. Esses camponeses eram trabalhadores que mantinham uma relação com terra e de subordinação ao proprietário, estabelecida pela sua permanência na terra como moradia e pelo trabalho não retribuído no cultivo da cana-de-açúcar nas fazendas e propriedades do Engenho, ou em algumas poucas ocasiões, em suas próprias terras. Essa prática ficou configurada como cambão³⁰, em alguns casos, os moradores pagavam a renda fundiária em dinheiro.

Essas reorganizações das relações de trabalho e ocupação do espaço foram os mecanismos necessários para a sustentação do sistema açucareiro:

Essas modificações na organização interna do trabalho permitiam a sobrevivência do sistema açucareiro. Isto porque, no caso dos lavradores, por exemplo, o senhor de engenho, mantendo o controle dos meios de produção (terra e Engenhos), lhes transferia os custos de produção da cana e ainda se apropriava de certa margem de benefício. Isto sem falar da renda fundiária (paga em trabalho ou dinheiro) que recebia daqueles que alugavam suas terras (MOREIRA, 1990, p. 6).

Esta estruturação da relação de trabalho coexistiu com o trabalho escravo até o final do século XIX, quando os engenhos enfrentaram uma crise derivada do desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo, que se acentuou com o atraso tecnológico e social da economia açucareira nordestina que, sem possibilidade de capitalização, que lhes desse

³⁰ Nessa estrutura de trabalho o proprietário fundiário controla os meios de produção, bem como a força de trabalho (JULIÃO, 2009).

incremento, perdeu competitividade no mercado internacional e foi substituída pelas novas feições da exploração capitalista com as usinas. Esse empreendimento apresentava maior robustez às avançadas exigências do mercado (PANTA, 2015).

Vale ressaltar que, entremeio a este processo, ocorreu a tentativa não exitosa de implantação dos engenhos centrais. Essas experiências não lograram desenvolvimento, “dado o sistema de garantia de juros a eles aplicados, a conjuntura econômica interna, e a concorrência com o algodão que chegou a ser produzido em zona canavieira” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 53). Ou seja, devido aos seus altos custos de produção não correspondentes com a resposta obtida no mercado internacional, drenou os interesses da acumulação capitalista a outras atividades de maior retorno.

Para substituir os engenhos centrais, foi implantado o sistema usinas. As usinas de produção de açúcar do Nordeste foram implantadas com suporte do Estado, como alternativa e socorro à base produtiva açucareira. Sua implantação modernizou a lógica produtivista agroindustrial trazendo ao setor maior competitividade no mercado internacional capaz de concorrer com o açúcar de beterraba produzido na Europa:

A Usina é um estabelecimento voltado para a produção de açúcar. Trata-se de uma empresa fabril que exerce também a atividade agrícola. Ela surgiu apoiada pelo poder público, não constituindo, portanto, um resultado espontâneo do dinamismo do setor açucareiro, mas uma das várias formas por ele encontrada para garantir sua sobrevivência (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 58).

As usinas trouxeram em seu bojo transformações na organização interna da produção açucareira, entre elas, podemos citar: a concentração da propriedade da terra e dos meios de produção; a ampliação da monocultura da cana-de-açúcar; a diminuição das formas tradicionais de trabalho em detrimento da intensificação do trabalho assalariado; o incremento do uso de intensivos agrícolas; e, o progresso técnico vindo com a mecanização do processo de produção (PANTA, 2015).

Assim, a implantação das usinas de açúcar reconfigurou a estrutura espacial do litoral paraibano. Esta estrutura expandiu o controle fundiário do grande capital sobre o território, e também manteve as relações pretéritas de exploração dos lavradores, camponeses e sitiantes como feições necessárias para o mecanismo de acumulação capitalista, tendo em vista a natureza do trabalho não retribuído.

Segundo Moreira e Targino (1997), as primeiras usinas surgiram no baixo-Paraíba, no início do século XIX. “A mais antiga é a Usina Santa Rita, fundada em 1910, no município de Santa Rita-PB”. A usina Santa Helena, que se localizava em Sapé-PB, município objeto desta pesquisa, “surgiu em 1917, com o nome de Usina Bonfim, de propriedade de Gentil Lins”, que posteriormente seria o primeiro prefeito da cidade (p. 59). A citada usina, como já colocado aqui, veio em modernização do antigo engenho Pau D’arco, que teve entre seus proprietários a família do poeta Augusto dos Anjos, nascido naquela localidade. Na década de 1930, a referida usina foi vendida a Renato Ribeiro Coutinho, membro da aristocracia rural paraibana, da região da várzea do Rio da Paraíba.

Ressaltamos que a criação do município de Sapé³¹ esteve diretamente atrelada com a expansão da atividade canavieira na região da várzea do Estado da Paraíba. O primeiro núcleo de povoamento remota à segunda metade do século XIX, entre as décadas de 1860-1870, sob forma de pequenas comunidades rurais, conforme verificamos na pesquisa aos registros paroquiais na cidade. Tal informação ressignifica, portanto, a versão citada no livro referência sobre Sapé de Sabiniano Maia, que associava a origem do povoamento a um núcleo ligado à construção da estrada de ferro *Great-Western*, administrada pela companhia inglesa “*The Conde d’Eu Railway Company Limited*” (MAIA, 1985, p. 36). A construção da linha férrea, em 1883, foi consideravelmente importante, mas, sua criação não foi o ponto determinante da ocupação e o povoamento do espaço do município.

As transformações que decorrem da criação do município aqui abordado vieram primeiramente a patrocinar a expansão das atividades agropecuárias da aristocracia rural que detinha o poder político, econômico e administrativo no estado da Paraíba, o que dinamizou o núcleo de povoamento. A construção da linha férrea se deu em cumprimento aos projetos governamentais para facilitar a circulação de mercadorias produzidas pelos Engenhos de açúcar e pelas fazendas cotonicultoras até a capital do Estado, para serem exportadas para o mercado internacional e para outras regiões do Brasil. Só posteriormente, com a construção da estação de trens de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, se possibilitou a ampliação da ocupação e povoamento urbano, onde seria a sede municipal.

³¹Este espaço já era ocupado por indígenas das tribos Potiguaras, tanto que o nome dado ao lugar *Sap’e* – “capim que ilumina”, remete à denominação indígena, dada a grande quantidade desse capim nas várzeas, nome que foi incorporado após dominação colonial, bem como pela expressão administrativa a posteriori.

No decorrer do século XX, o povoamento foi se ampliando e as figuras que representavam o poder político e econômico da região moveram pedido de transformação da ocupação em vila em município, que por sua vez era controlado e administrado aos interesses da classe econômica dominante. Em “1925, o Presidente do Estado da Paraíba do Norte, João Suassuna, sancionou a Lei n. 627 de 1º de dezembro do mesmo ano, criando o município de Sapé”, que pertencia ao município de Cruz do Espírito Santo, sendo por esta lei desmembrado. (MAIA, 1985, p. 42)

O município de Sapé localiza-se na mesorregião da Zona da Mata Paraibana. São limítrofes: a norte, o município de Cuité de Mamanguape, e Capim; ao sul, os municípios Sobrado e Riachão do Poço; a leste, Cruz do Espírito Santo e Santa Rita; a oeste, Mari. O município possui uma área territorial de 315,532 km², com uma população de 52.625 (cinquenta e dois mil e seiscentos e vinte e cinco) habitantes, conforme base de dados das contagens populacionais parcial do IBGE realizado em 2018. Ver Mapa 01.

Mapa 01- Sapé: Localização e referência



Fonte: GPRM- Serviço Geológico do Brasil. Disponível em: www.grn.gov.br. Acesso: 29 de set. de 2019.

Adaptado pelo Autor, 2019

Sobre a organização do seu espaço agrário e da sua formação territorial municipal esta, não diferentemente dos outros municípios do litoral paraibano, se deu a partir das transformações decorrentes da apropriação territorial capitalista, que se alimentou da exploração do ambiente natural e da espoliação da força de trabalho, em favor dos interesses das classes patronais, representadas pela aristocracia rural e pela classe política, que, em muitas ocasiões, eram representadas por uma só pessoa ou família (PANTA, 2015).

O empreendimento açucareiro sempre foi o grande absorvedor de terras e da força de trabalho. Ele monopolizou o uso do solo quase até o final do século XX. Valendo salientar que o abacaxi também se destacava como produto que teve importância na organização agrária do município. “Em 1930, o abacaxi passou a ser produzido no município, mas, somente a partir da década de 1960”, foi que a produção teve nítidos volumes produtivos e começou a ser comercializado nos mercados nacional e internacional. Inicialmente, “a produção era drenada à região sudeste do país, e posteriormente exportada para a Argentina e para a Europa” (CARVALHO, 1985, p. 74). Tal prospecção deu ao município o título de maior produtor e exportador estadual e um dos maiores na escala nacional

As culturas supracitadas foram responsáveis pelas modificações estruturais durante as décadas de 1950 e 1960, quando a dinamização do processo produtivo, decorrente da integração agricultura-indústria, acentuou as transformações no espaço agrário e na formação territorial da Zona da Mata Paraibana e, em especial, em Sapé. O processo de modernização produtiva ampliou-se às custas da subordinação do trabalho, do domínio territorial aos interesses de acumulação do capital, que imprimia nestas estruturas o ritmo de seu desenvolvimento e todas as contradições contidas neste desenvolvimento.

Este período já foi por nós tratado anteriormente a partir do processo de modernização conservadora. Ou seja, o projeto modernizante do ponto de vista produtivista, que trouxe profundas modificações da estrutura agrária, incluindo o uso do solo, da apropriação do território e da exploração da força de trabalho. A modernização do rural trouxe avanço no aporte científico, mas, não resolveu os problemas estruturais existentes na agricultura, como exploração do trabalho, a concentração de renda e a concentração de terras, pelo contrário, ela se ergue sobre esses elementos, ampliando as contradições (PANTA, 2015).

Essas contradições representaram mudanças no território e sobre as populações camponesas que foram sensivelmente atingidas. Coexistiam, paralelamente, a grande exploração, as pequenas unidades de produção camponesas que se estabeleciam na condição de

moradores/posseiros. Estas feições preestabelecidas, devido ao processo de transformação e do acirramento da ação do capital no campo, foram drasticamente suprimidas com a ampliação da base técnica das monoculturas da cana-de-açúcar e do abacaxi.

Para a realização desse processo, o território passou a ser densamente explorado, e, com isso, as populações camponesas, que se reproduziam a partir das relações combinadas com a grande exploração foram ainda mais espoliadas, com redução da área dos sítios³² onde desenvolviam a agricultura de base alimentar, e aumento da renda-trabalho dada ao latifundiário. Neste contexto, as populações camponesas, não mais suportavam as condições impostas pelo modelo de desenvolvimento agrícola colocado. Assim, orientados pelas discussões entre representantes do PCB³³, os camponeses começaram a se mobilizar e tentar redefinir a estrutura de exploração imposta.

Na III Conferência Nacional do PCB realizada em julho de 1946, foi decidido colocar em prática o que já havia sido discutido nos congressos anteriores com os camponeses. Contudo, dada a ilegalidade do partido, esses embriões da luta foram tolhidos até a década de 1950, quando a organização camponesa teve alcance em vários Estados brasileiros (GOMES, 2014).

Segundo Mello (1992), na Paraíba, a primeira iniciativa de organização camponesa se dá durante a década de 1950, no município de Alhandra. Silva (2003), onde houve um importante movimento, a I Conferência dos Assalariados Agrícolas Camponeses Pobres do Nordeste, realizada em Campina Grande. No entanto, a experiência mais expressiva foi a fundação das Ligas Camponesas, tendo maior destaque a Liga Camponesa de Sapé.

³² Este processo se assemelha em conteúdo ao processo de cercamento das terras comunais da Europa, citado por Marx (2013), no capítulo XXIV “A assim chamada acumulação primitiva”. Foi a extinção das terras comunais “*enclousure*”, que inviabilizou a permanência do campesinato na Europa. Historicamente, o campesinato se recria nessas frações do território, a supressão dele, resulta em sua expropriação, que tinha como origem a criação da força de trabalho e do exército industrial de reserva. Sobre a Lei dos Sítios veja Andrade (1978) e Melo (1975),

³³ As discussões sobre as condições de exploração existente no rural já tinham sido iniciadas pelo PCB na década de 1920, onde o partido compreendia que os camponeses tinham que se organizar. Até essa década, a classe operária do Brasil era fortemente influenciada pelo anarquismo que, por sua vez, foi base para as ideias do partido para além do operariado, como podemos ver em um trecho da Resolução do II Congresso do Partido Comunista Brasileiro: “tudo está ainda por fazer. Mas, é absolutamente necessário e urgente iniciar um trabalho sério e sagaz para resolver a questão sobre as relações do PCB e as massas camponesas” (FGV, 2019, p.2).

A Liga Camponesa em Sapé surgiu baseada nas experiências do Engenho Galileia, no Estado de Pernambuco. Na década de 1950, o município de Sapé era centro da economia de várias oligarquias rurais paraibanas, e estava em crescente processo agressivo de avanço do capital no campo. “A Liga de Sapé foi fundada em 1958, por João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro, Joao Alfredo Dias (Nego Fuba) e Biu Pacatuba, com o nome de Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé” (LEMOS, 1996, p. 31).

As ações partiram de João Pedro Teixeira, que tinha trabalhado como operário da construção civil no Recife, e participado das ações sindicais do setor, bem como a partir de Nego Fuba, que tinha sido enviado para um curso de formação política do PCB, também no Recife, e iniciaram o processo de reconhecimento e luta dos trabalhadores camponeses.

Imagem 01- Ato público das Ligas Camponesas de Sapé –década de 1960 (à frente, João Pedro Teixeira)



Fonte: Facebook: Perfil: Sapé de Outrora Disponível em|: www.facebook.com/groups/sapedeotrora.
Data de Acesso 17 de set. de 2019.

A Liga de Sapé foi a primeira em todo Estado da Paraíba, fundada em fevereiro de 1958 como Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé ligada à *União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil* (ULTAB).

Imagem 02- Ato público das Ligas Camponesas de Sapé na Praça João Pessoa, Sapé-PB- década de 1960



Fonte: Facebook: Perfil: Sapé de Outrora- 2019. Disponível em www.facebook.com/groups/sapedeoutrora. Data de Acesso 17 de set. de 2019.

Neste sentido, é importante tributar as significativas contribuições das Ligas para o desenvolvimento da consciência camponesa como força de trabalho e de sua família explorada pelo latifúndio. Segundo Lemos (1996):

O camponês era vítima (...) passou a ser violentado fisicamente pelos latifundiários. Analfabeto, sem assistência médica ou jurídica, ameaçado pelo capanga e pela polícia, desconfiava de tudo e de todos. Aceitava a situação de miséria como obra do destino. No instante, porém, em que tomou conhecimento que estava submetido a uma cruel exploração, transfigurou-se: perdeu o medo. Transformou-se em um lutador vigoroso na defesa dos seus direitos e de seu futuro, a fim de garantir uma nova vida para os seus filhos. As Ligas Camponesas deram-lhe conscientização da sua força (LEMOS, 1996, p. 11).

Imagem 03- Ato público das Ligas Camponesas de Sapé década de 1960



Fonte: Facebook: Perfil: Sapé de Outrora- 2019. Disponível em: www.facebook.com/groups/sapedeotrora. Data de Acesso 17 de set. de 2019.

A Liga ficou caracterizada pelo processo de enfrentamento com os usineiros que compunham o grupo da várzea, e, seu objetivo inicial era voltado ao combate às péssimas condições de trabalho. Em sua pauta estava a luta contra o pagamento da renda-trabalho, subtraída através do aumento do preço do foro e pela quantidade abusiva dos dias de cambão pagos aos latifundiários.

Foi fundada em novembro de 1961, em João Pessoa a Federação das Associações dos Lavradores Agrícolas da Paraíba, que contavam com 14 (quatorze) associações, passando em seguida a ser denominada de Ligas Camponesas da Paraíba (LEMOS, 1996, p.11). Esse movimento se especializou no território a partir das ações diretas, que aos poucos foram se tornando mais frequentes e envolvendo um maior número de trabalhadores, que se organizavam em mutirões “para arrancar cercas, plantar onde os patrões tinham destruído lavouras, reparar casas, exigir indenização e o fim do cambão” (PEREIRA, 2005, p. 70-71). Imagem 04.

Imagem 04- Reunião das Ligas Camponesas de Sapé- década de 1960



Fonte: Facebook: Perfil: Sapé de Outrora- 2019. Disponível em: www.facebook.com/groups/sapedeotrora. Data de Acesso 19 de set. de 2019.

A classe patronal retaliou o progresso das Ligas e fundou, em abril de 1962, através da reunião da Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba (APREP), a Liga dos Latifundiários (LILA), e começou a aplicar atos violentos “como forma de coibir os camponeses (SOUZA, 1998). Derrubavam suas casas, expulsavam de suas fazendas e usavam a polícia para intimidá-los”. Muitos camponeses foram torturados, espancados e mortos. Podemos citar o caso de “Joao Pedro Teixeira, assassinado no dia 2 de abril de 1962, com dois tiros de fuzil disparados por Alexandre e Chiquinho, que eram, na época, policiais militares e capangas de Agnaldo Veloso Borges, que foi um dos mandantes do assassinato” (PEREIRA, 2005, p.p. 71-72).

Imagem 05- Comício das Ligas Camponesas de Sapé em protesto à morte de João Pedro Teixeira, 1962



Fonte: Facebook: Perfil: Sapé de Outrora- 2019 Disponível em: www.facebook.com/groups/sapedeotrora. Data de Acesso 19 de set. de 2019.

Segundo Lemos (1996), a morte de João Pedro Teixeira incitou ainda mais as revoltas e o processo de adesão dos camponeses na Paraíba, chegando em janeiro de 1964 a contar com 16 mil trabalhadores associados na Liga de Sapé, o que representou o maior contingente em todo o Brasil. Para Mitidiero (2008, p. 287), é nesse período que se consolida a “segunda fase da organização” das Ligas, caracterizada pela “imersão do advogado Francisco Julião e de Elizabeth Teixeira”, viúva de João Pedro Teixeira, o que trouxe às Ligas um discurso mais radical, agora em torno das questões territoriais como a necessidade da Reforma Agrária.

Imagem 06- Comício das Ligas Camponesas em protesto à morte de João Pedro Teixeira- Na foto, a sua viúva, Elizabeth Teixeira



Fonte: Facebook: Perfil: Sapé de Outrora- 2019 Disponível em: www.facebook.com/groups/sapedeoutrora. Data de Acesso 17 de set. de 2019.

Compreendemos este movimento como a caracterização do levante autônomo dos camponeses, ou seja, que partiu deles face o seu reconhecimento enquanto força de trabalho explorada, enquanto a base formada pelo povo do andar de baixo, que sustenta com trabalho o andar de cima, que começa a se rebelar e passa a colocar pressões, a partir das necessidades e do processo de exploração e dominação. Assim, compreendemos, que mesmo que as colocações camponesas não estivessem na mesa de negociação, esse movimento deu visibilidade da força de trabalho dos explorados, e fez, a posteriori, surgirem outros movimentos que tiveram, a partir da continuação da luta, condições de espacialização e territorialização³⁴.

Após o Golpe Militar de 1964, esse movimento foi violentamente reprimido, pois ameaçava a grande exploração capitalista, colocando em risco os interesses da burguesia nacional e internacional, que, entre outras coisas, coíbiavam qualquer tentativa de uma possível Reforma Agrária. O período militar no Brasil foi caracterizado pela cassação dos direitos políticos, violação dos direitos fundamentais das pessoas e o fim, por decreto, de todos os

³⁴ Para uma análise mais detalhada do movimento das Ligas Camponesas na Paraíba, veja: Lemos (1996), Aued (1986), Benevides (1985), Van Ham et al. (2006), Targino, Moreira e Menezes (2011).

movimentos sociais, entre eles as Ligas Camponesas. Estas transformações tinham como pano de fundo a estruturação das políticas de base progressista de orientação socioeconômica do capital internacional que tinham o controle da terra, a mecanização e a produção via crédito, dirigindo os vetores para o desenvolvimento dependente no campo, cujas feições da agricultura tradicional teriam que ser suprimidas em detrimento da reorganização da produção e estruturação dos grandes empreendimentos agrícolas.

Neste sentido, durante as décadas de 1970-1980, foi estabelecida uma parceria entre Capital-Estado, que se efetivou a partir do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL). O programa foi criado em novembro de 1975, através do Decreto de Lei n. 76.793/75:

(...) no contexto de um esquema alternativo proposto pelo governo brasileiro para enfrentar a crise energética decorrente da alta dos preços internacionais do petróleo e recuperação do setor açucareiro, que vinha enfrentando séria crise no mercado internacional, bem como estimular o setor automobilístico, o qual, por redução de demanda e de queda de lucratividade, sentia-se ameaçado (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 105).

Neste sentido, o Estado, revestido pelo discurso forçado da crise do petróleo, ocultou as reais pretensões, que eram corrigir o passivo existente do setor açucareiro. Suas propostas direcionavam-se para socorrer o latifúndio canavieiro através de subsídios, taxa de juros especiais, isonomia tarifária para exportação e mercado regulado (PANTA, 2015).

Desse modo, o processo de modernização agrícola trouxe em seu bojo as transformações que conformaram a produção do espaço e do território do município de Sapé, a partir da dinâmica do capital monopolista ligado às culturas de cana-de-açúcar e, em menor proporção, do abacaxi. Assim, podemos chegar à compreensão que o espaço agrário, como resultado da ação humana se consolidou a partir do conflito entre classes frente às novas feições do capitalismo, o que resulta na formação do território subordinado à lógica do capital. Entretanto, este território também possui fissuras, contradições e resistências.

A crise de acumulação instaurada a partir da década de 1980, bem como o processo de redemocratização do país com o fim do período militar, aliada à extrema pobreza e desigualdade no campo, resultou no processo de arrendamento e falência da Usina Santa Helena em 1993, agroindústria que era detentora de mais de 22.000 (vinte mil) hectares de terras, localizados entre os municípios de Sapé e Cruz do Espírito Santo, que pertencia a Renato Ribeiro Coutinho, também representante do poder político (deputado estadual em 1946 e deputado federal em 1966), da várzea do Rio Paraíba (MAIA, 1985).

O processo de falência da usina se deu, entre outras circunstâncias, devido às questões econômicas do setor sucroalcooleiro, como as mudanças no mercado de importação do açúcar e álcool, que resultaram no fim do PROALCOOL, levando o Estado brasileiro a fechar a porta dos recursos que eram drenados e nunca retribuídos, bem como a cobrar as dívidas. Neste processo, como alternativa de sanar os problemas de ordem financeira, os proprietários da usina tentam, a partir do arrendamento, reestruturar o processo produtivo, contudo, estavam diante de uma crise estrutural do capital, o que levou tal iniciativa a não lograr êxito. Deste modo, as demissões e não pagamento dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais, lavradores e posseiros assumiram grande relevo no processo de consolidação da luta que se levantou na época.

Neste momento, os movimentos socioespaciais, a exemplo das manifestações do MST e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), se insurgem e direcionaram suas ações em posição de confronto à teia monopolista do capital. Assim, o campesinato, a partir do processo de luta, se territorializa, se consubstancia como contingente social que coloca suas pautas e necessidades de sobrevivência que passam a ser vocalizadas a partir da luta pela terra como alternativa de resgate da identidade e da construção de sua soberania. Desse modo, o território da Zona da Mata Paraibana, bem como, especificamente, o território do município de Sapé, se fundem enquanto um mosaico, que conserva sua historicidade da desigualdade e da exploração sobre a terra e sobre os povos que nela viviam e vivem, mas, também, é lugar da luta do conflito de classes que se amalgama durante os momentos de tensão e se materializam no território.

Oliveira (2001) compreende este processo como o modo peculiar das contradições do próprio capitalismo: “o desenvolvimento do capitalismo e sua expansão sobre o rural se faz de forma heterogênea, complexa e plural”, ou seja, a partir do movimento desigual. Neste processo, ora o território está completamente subordinado, ora as fissuras deixadas pela própria expansão do capital catalisam o processo de contradição e de transformação e reconfiguração do território. Este processo inaugura uma nova transformação socioespacial e socioterritorial no município abordado, que é por nós caracterizada pela reforma do território, que discutiremos no título a seguir.

2.3 As dinâmicas da desterritorialização e territorialização das classes sociais no campo e na conformação territorial

Em continuidades às discussões territoriais, compreendemos que o território é parte específica dos estudos da ciência geográfica, não somente por se tratar da materialidade dos processos e das dinâmicas geográficas, mas, por estas serem produzidas pelos homens na dialética social que o estruturam. Ele não é uma abstração, não é fluido, ele é produto concreto da manifestação das ações sociais dos homens sobre a terra, sobre uma fração da terra, onde eles se confrontam deixando marcas, conduzindo processos e construindo possibilidades. Ele não é neutro, é campo das disputas das relações sociais de produção e das classes sociais que se colocam de forma oposta com vigor social e territorial. Assim, ele não é homogêneo, é mosaico, construído a partir dessa dialética das relações sociais, por isso, entendê-lo significa entender toda a malha das contradições que caracterizam nossa construção enquanto humanidade sob a base territorial.

O caminho para a compreensão das manifestações da dialética territorial, por nós aqui exposto, se localiza a partir das contradições estabelecidas entre capital-trabalho que são impressas no território. A disputa entre as classes sociais se manifesta na terra, desse modo, a contradição classe-território é indissociável, e se faz ocular pelo processo de subalternidade entre as relações sociais de dominantes e dominados.

Este movimento de disputa das classes sociais traz à superfície o caráter geográfico do desenvolvimento desigual do capitalismo, que se dá tanto pela mudança das atividades produtivas bem como pelo próprio processo de territorialização. Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura produz um conjunto de obras e relações sociais que estão em um constante processo de “desterritorialização e territorialização”, orientados fundamentalmente pela mecânica do movimento de expansão e retração do capital, trazendo o caráter da heterogeneidade ao processo de conformação territorial.

As compreensões sobre os processos territoriais de territorialização e desterritorialização se fundamentam a partir dos referenciais de Deleuze e Guattari (1997). Os termos são frequentemente utilizados para a compreensão dos movimentos migratórios. Na compreensão dos autores, são faces da dialética do processo de formação territorial, que é acompanhada pelos processos sequenciais de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R). Neste prisma, os processos geográficos de formação territorial

seriam representados pela territorialização, a sua destruição pela desterritorialização e a sua recriação pelos processos de reterritorialização³⁵.

Em Haesbaert (1997; 2004), os processos de desterritorialização e reterritorialização são processos concomitantes e fundamentais à compreensão das práticas humanas. Assim, existe um paralelismo entre estes processos, onde território e indivíduos de distintas classes sociais se confrontam, colocando suas demandas, necessidades e interesses em campos opostos, manifestando na terra essa contradição.

Neste prisma, compreendemos os processos de desterritorialização e reterritorialização como uma dinâmica conflituosa. Nessa dinâmica, ora o capital se desenvolve, acumula, avança, territorializa-se, destrói, transforma e reconstrói as feições necessárias aos seus interesses de ampliação dos processos de produção e acumulação, entre elas as não necessariamente capitalistas. Ora ele se retrai, procedido pelas crises sistêmicas do próprio modo de produção, modificando as relações de produção, se reequilibrando às novas exigências do processo acumulativo e se desterritorializa. Na retração, o campesinato se coloca no embate, enfrenta o processo de luta, dada as condições de hiperexplorado, se junta a outras vozes e a outros braços e se apropria de frações do território reformando-o, resiste e se recria, mesmo que de forma subordinada.

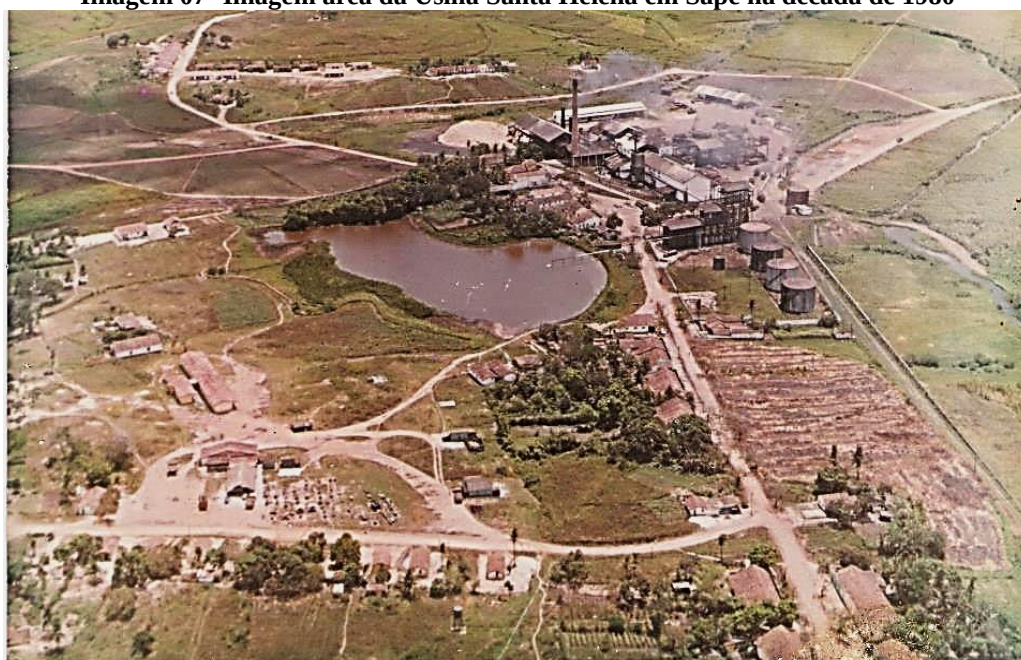
Assim, tomando por base a dinâmica geográfica da dialética territorial que as classes imprimem na terra, as marcas do conflito, tentamos compreender a conformação territorial do município em referência, sempre tendo como norte investigativo os mecanismos que derivaram dos movimentos de expansão e retração das classes sociais em disputa no território. Vale a pena frisar que as discussões aqui propostas tomam como base o período que vai da *modernização conservadora* ou *revolução verde*, pois são sinônimos do mesmo processo de expansão do

³⁵ Contudo, não há consenso sobre a consequente reterritorialização decorrente do processo de desterritorialização. Em nossa compreensão, o processo de desterritorialização corresponde a perda dos vínculos sociais, econômicos e territoriais, que dificilmente são refeitos. Os sujeitos sociais que sofrem o processo de rebatimento das desiguais relações sociais que se complexificam na terra ao ponto do seu desenraizamento do território. Esse processo assume múltiplas implicações com debilitamento das relações espaciais e sociais, caracterizado pelo processo de desposseição dos sujeitos, o que resulta em seu processo de transformação, diferente da sua condição anterior (CHELOTTI, 2013). Assim, mesmo que o sujeito retorne à sua condição anterior, as forças impositivas que o configuram são outras. Segundo Haesbaert (1999), o que costumeiramente ocorre é que os grupos sociais podem muito bem forjar territórios em que a dimensão simbólica se sobrepõe à dimensão mais concreta.

capital no campo ocorrido entre as décadas de 1970-1990, até sua crise que culmina com o processo de reforma do território.

As transformações decorrentes do desenvolvimento do modo de produção capitalista como modernização conservadora redefiniram o meio físico e social, entre eles o do município de Sapé. Destacamos a Usina Santa Helena e as fazendas de abacaxi como os grandes aportes definidores do processo de expansão do capital no campo municipal. A primeira foi grande absorvedora de terras destinadas à plantação de cana-de-açúcar para a produção de açúcar e de álcool; a segunda caracteriza-se pela atividade de grande importância econômica em períodos anteriores, dada a importância que o produto assumiu no mercado internacional (Ver imagem 07).

Imagem 07- Imagem aérea da Usina Santa Helena em Sapé na década de 1980



Fonte: Facebook: Perfil: Sapé de Outrora- 2019. Disponível em: www.facebook.com/groups/sapedeotrora. Data de Acesso 20 de set. de 2019.

O setor sucroalcooleiro mediado pelas políticas de apoio e de desenvolvimento econômico, a exemplo do PROALCOOL, que ampliou sua capacidade produtiva e expandiu a fronteira agrícola, ou seja, caracterizou-se pela territorialização do capital do setor sucroalcooleiro, o que, conseqüentemente, reforçou o poder político da classe patronal na região da Mata Paraibana e dos municípios integrantes.

(...) os incentivos do Proálcool destinavam-se tanto à produção industrial quanto à agrícola. Em relação ao segmento industrial, o Programa financiava até 80% do valor do investimento fixo, no caso de destilarias que utilizassem a cana-de-açúcar como matéria-prima. Os encargos financeiros englobavam juros de 4% ao ano para as destilarias anexas e de 3% para as autônomas na área da SUDENE/SUDAM e uma correção monetária equivalente a 40% da variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). Em relação ao setor agrícola, havia os financiamentos de investimentos para fundação ou ampliação de lavouras (preparo do solo, plantio, e tratos culturais até a primeira safra) e financiamento de custeio para despesas relativas às socas ou às ressecas. O programa financiou entre 80% e 100% do valor total do projeto, cobrando juros que variavam entre 10% (custeio para o pequeno produtor) e 26% (investimento para o grande produtor), sem cláusula de correção monetária. Tais condições de financiamento em uma economia sob processo inflacionário equivaliam, na verdade, a juros negativos para a agroindústria (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 105-106).

A reestruturação produtiva do capital no campo se deu por meio das transformações das bases produtivas, ou seja, da reestruturação dos componentes da produção, ampliando-se pela reestruturação dos mecanismos de comando do território. Dentre esses mecanismos tem-se o financiamento, principal vertente das ações do Estado, que orientam seus projetos nacionais a partir do controle policêntrico e rigorosamente planejado no campo econômico, caracterizado pelo suporte para o setor patronal.

(...) os recursos dele provenientes para financiar a indústria sucro-alcooleira entre 1975 e 1985 representaram, aproximadamente, 40% do total dos financiamentos do FINOR, no mesmo período, para o conjunto do setor industrial paraibano. O aumento da capacidade produtiva do segmento industrial da agroindústria sucroalcooleira, cuja realização da produção passou a ser garantida pelo Programa, estimulou o crescimento do segmento agrícola. Estímulo esse reforçado pelos recursos destinados à fundação ou reforma dos canaviais (TARGINO e MOREIRA, 1992, p. 549).

Neste contexto, o Estado foi aval, financiador e protetor do processo de expansão capitalista no campo, o que não causa estranheza. Na compreensão marxista, o Estado é um comitê, ou seja, possui função extremamente classista, representa uma classe, e não a sociedade em sua totalidade (MARX, 2008). O Estado possui a ação quase criadora no que se refere à canalização e injeção de recursos à infraestrutura vinda com o PROALCOOL. Tal ação se caracteriza como claro projeto de fortalecimento da classe social, representada pelos latifundiários, que nesse período de transformação necessitava de recursos. Esta classe sempre foi acalentada no colo do Estado. Na outra ponta, o programa trouxe significativas mudanças

na estrutura social e territorial do campo, para assim ampliar as relações econômicas e de poder da classe que ele representava.

Durante a década de 1980, já nos primeiros cinco anos após a implantação do PROACOL, a cana-de-açúcar começou a sorver áreas destinadas às culturas de base alimentar, o que redefiniu não só o uso solo/território, bem como as relações sociais de produção e de trabalho. Acompanhou esse processo a expropriação das antigas feições de produção e dos camponeses, que foram removidos para as periferias das cidades e para as cidades circunvizinhas. Vale acrescentar que, junto a este processo de reestruturação produtiva do capital, houve o processo de precarização das relações de trabalho camponesa e de destruição das áreas de mata nativa da região.

Na zona da Mata Paraibana, durante o período de 1970-1985, territorialmente, observamos um acréscimo de 106,8% da área plantada de cana-de-açúcar que passou de 40.007 hectares para 85.455 hectares. Este processo de ampliação de área plantada se deu atrelado ao comportamento da produção do álcool, que passou de 806 mil litros, em 1975, para 229,3 milhões, em 1985 (MOREIRA e TARGINO, 1997. p. 110).

Acrescentamos a esses processos de transformações e ampliação produtiva as consequências destrutivas que tiveram as ações diretivas do capital no campo com o avanço territorial dos canaviais, ao qual podemos realçar: a destruição da Mata Atlântica na zona da Mata Paraibana, que foi sensivelmente reduzida de 84.415 hectares em 1975 para 54.838 hectares em 1985; a destruição das nascentes dos rios e de outras fontes de água potável, com o uso irracional da irrigação; a destruição da mata ciliar; a utilização acentuada de agrotóxicos, fertilizantes químicos e corretivos que se acumulam no solo, esterilizando os lençóis freáticos, além da precarização da força de trabalho, atingida por doenças causadas por este processo de redefinições da produção (PANTA, 2015).

No campo das relações sociais, mencionamos o processo de espoliação dos agricultores da terra, refletindo na precarização das relações de trabalho, além de causar diminuição das áreas plantadas em culturas alimentares e elevação dos preços, chegando ao ponto de, em 1993, haver importação de alimentos dos Estados vizinhos para suprir as necessidades do mercado interno do município (*Ibidem*, 2015).

No que se refere à cultura do abacaxi, produto que, na época, tinha grande peso na economia municipal, esta, também foi guiada pela modernização conservadora no campo. Ela teve grande expressividade no processo de conformação do território agrícola do município.

Entre as décadas de 1960-1970, no Estado da Paraíba, a produção passou de “21,1 milhões de frutos em 1960 para 51,1 milhões em 1970”. Durante as décadas de 1980-1990, caracterizadas pelo grande aporte creditício e tecnológico para a cultura, esta, no âmbito estadual, chegou à produção de “82,3 milhões de frutos, tendo 7.438 hectares de área ocupada nos tabuleiros costeiros” paraibanos (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 148).

O município de Sapé era responsável por 50% desse total, e teve como elemento fulcral no processo de expansão da cultura o uso de irrigação a cabo e de técnicas de cultivo e melhoramentos trazidas e financiadas. A produção do abacaxi tinha como destino além do mercado interno para os Centros Econômico de Abastecimento S/A (CEASA) de João Pessoa, Campina Grande e Recife, os mercados do Sudeste e Sul do país e a exportação, tendo como principal compradora a Argentina.

A representatividade econômica e política que teve a cultura do abacaxi assumiu grande relevo na escala local, ao ponto de eleger, na década de 1970, como prefeito, o senhor Abel Cunha, grande produtor e exportador de abacaxi, e, assim, juntamente com a atividade canavieira que sempre teve representatividade política no município, elegendo vereadores, deputados estaduais e federais, consolidando a dominação de classe patronal/política sobre o território. Essa conjunção política-agricultura canalizou grande aporte de financiamentos e créditos, destinados à promoção das monoculturas observadas.

Neste período, o Estado viabilizou a instalação da infraestrutura produtiva orientada pelos equipamentos públicos de suporte creditício e de fomento, a exemplo da instalação da agência do BNB, bem como dos órgãos de pesquisa e melhoramento como EMATER e a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S.A (EMEPA), que, entre outras coisas, se dedicava ao melhoramento das culturas ora referenciadas, em especial ao abacaxi, para colocá-lo em um padrão exigido pelo mercado internacional (PANTA, 2015).

Apesar da importância que teve a cultura do abacaxi, esta se expressava no território em menor proporção ao compararmos com a cana-de-açúcar, que era, e é, grande monopolizadora do território agrícola dos municípios da Mata Paraibana. A ampliação das áreas de cultivo de cana-de-açúcar em Sapé fez retrain a produção do abacaxi (MOREIRA, 1996).

Sobre isso, Moreira e Targino (1997) colocam:

Observando mais em detalhes o caso específico do município de Sapé, constata-se que a cana-de-açúcar, entre 1974 e 1985, tanto substituiu grande parte da vegetação de cerrado e mata ali encontrada, como culturas alimentares e o abacaxi, produto comercial de grande peso na economia municipal (MOREIRA e TARGINO, p.p. 109-110).

Desse modo, durante o final da década de 1980, movido pelo processo de desmantelamento do setor financiador, e da desorganização das relações com o comércio internacional, o abacaxi perde espaço para a plantação da cana-de-açúcar, e, em menor proporção, para a plantação das pastagens.

Em suma, geograficamente, o processo de expansão das monoculturas da cana-de-açúcar e do abacaxi durante a modernização agrícola caracterizou o processo de ampliação do capital no campo sapeense. A expansão do capital sucroalcooleiro no município se deu correspondente a ampliação da área plantada de cana-de-açúcar e com a instalação das destilarias de álcool Grupo Una Açúcar e Energia (UNA), e de uma destilaria anexa à Usina Santa Helena, todas de propriedade da família Ribeiro Coutinho. Este processo refletiu-se diretamente na ampliação do controle fundiário subordinando as várias frações do território e expropriando os trabalhadores do campo, precarizando as condições de vida e de trabalho dos camponeses, que perderam seus territórios para a cana-de-açúcar (MOREIRA, 1997).

Desse modo, caracterizamos o período entre as décadas de 1970-1980 como o apogeu da expansão das atividades sucroalcooleiras no município de Sapé, que é tipificado como o processo de territorialização do capital, ou seja, momento em que o capital se afirma e avança, absorvendo as feições residuais não capitalistas e sua produção, se apropriando dos recursos naturais, ampliando a produção monocultora da cana-de-açúcar, produto que detinha capacidade de expansão da acumulação do capital. Entre as décadas supracitadas, houve uma ampliação de 113,6% de área colhida de cana de açúcar na Paraíba, que passou de 40.007 hectares para 85.455 hectares, o que significou a incorporação de mais de 45 mil hectares de terra destinado ao cultivo de cana-de-açúcar.

Durante os anos da década de 1980, período de vigor no que se refere à ampliação técnica e territorialização do capital canavieiro, caracterizado pela expansão de áreas do litoral norte, áreas estuarinas, de tabuleiros e do brejo, ao processo de expansão da cana-de-açúcar, que incorporou mais 58.000 hectares em todo o Estado, chegando em 1986 a produzir mais de 10,7 milhões de toneladas. Assim, a Paraíba na década de 1990 foi o quarto maior produtor de cana-de-açúcar no ranking nacional, e representou 45,7% do valor da produção agrícola

estadual, entre todas as lavouras temporárias e permanentes, no ano de 1990 (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.p. 108-110).

Isso ocorreu devido às ações de políticas energéticas do governo federal na época, que trouxe em seu bojo maciços inventivos à modernização das técnicas de cultivo que expandiram a fronteira agrícola da cana, rompendo os obstáculos naturais. Segundo Egler e Tavares (1984, p. 11), “os preços do açúcar e, posteriormente, do álcool, compensaram os investimentos necessários para a aquisição de novas terras, a modernização dos equipamentos e a ampliação do emprego de fertilizantes, herbicidas e de outras variedades de cana”.

As transformações decorridas da expansão da fronteira agrícola da cana-de-açúcar foram responsáveis pelo processo de expropriação em massa dos camponeses das suas antigas condições, de moradores e lavradores, drenando-os ao núcleo urbano do município e dos municípios circunvizinhos, ou a outras regiões do país, a exemplo, a região Sudeste. Durante as décadas de 1990 a 2000, ou seja, no intervalo de tempo de 10 (dez) anos, a população rural do município de Sapé teve redução de 48,7%. Ver Tabela 01.

Tabela 01- Dinâmica populacional do município de Sapé- (1970-2010)

População	Urbana	Rural	Total
1970	15.779	29.566	45.345
1980	23.372	27.534	50.906
1991	34.231	24.284	58.515
2000	35.516	11.837	47.553
2010	38.141	12.002	50.143

Fonte: IBGE (2019)

A dinâmica da redução da população rural entre as décadas de 1990-2000 também foi verificada nos 35 (trinta e cinco) municípios canavieiros na Zona da Mata. Ao observarmos os resultados dos censos demográficos destes municípios conjuntamente, verificamos que houve uma redução de 26% (IBGE, 2019).

No caso do município em epígrafe, acrescenta-se como motivos para a redução da população rural o processo de emancipação política de dois distritos eminentemente rurais, Sobrado e Riachão do Poço, ocorridos em 1994. Porém, ao passo que a população rural se reduzia, ampliava-se a população e a malha urbana do município, principalmente nas áreas de

periferias em comunidades precarizadas, fenômeno que esteve diretamente em associação às transformações decorridas do avanço do capitalismo no campo desde a década de 1980.

No bojo desse processo de transformação da reestruturação da produção do setor sucroalcooleiro, parte da população camponesa de trabalhadores foi expropriada das terras da Usina Santa Helena, das destilarias e das fazendas de abacaxi e gado, drenada a cidades circunvizinhas, bem como para as margens da própria sede do município. Ficaram perambulantes, até se encostarem nas margens das rodovias estaduais, e da linha férrea, em áreas já ocupadas pela população rural, a exemplo das comunidades de Cuba³⁶ de Cima e Cuba de Baixo, onde desenvolviam, para a sua sobrevivência, a produção de agricultura de beira de estrada, bem como tornaram-se uma força de trabalho volante, à disposição, avulsa, já que o vínculo com a terra e com as relações pretéritas de trabalho forma desfeitas. (Ver imagem 08):

Imagem 08- Ocupação de Cuba de baixo na década de 1980



Fonte: Facebook: Perfil: Sapé de Outrora- 2019 Disponível em: www.facebook.com/groups/sapedeoutrora. Data de Acesso 21 de set. de 2019.

³⁶ As comunidades foram ocupadas e construídas pela expropriação dos trabalhadores do campo, desde o período das Ligas Camponesas, quando assumiram o processo de luta e resistência e se instalando às margens da ferrovia. As ocupações receberam o nome de Cuba em alusão à Revolução Cubana de 1959 protagonizada, entre outros trabalhadores, pelos camponeses daquele país. Na atualidade, esses povoados ainda existem e se ampliaram sob as mesmas condições. As comunidades servem de núcleo de ocupação de camponeses expropriados das terras, e vivem da agricultura de beira de estrada, da reciclagem e da venda informal de sua força de trabalho.

Essa população expropriada passou a desempenhar uma função pontual para o processo de reprodução do capital, pois sua saída do campo não significou o desligamento imediato das relações de trabalho com as atividades agropecuárias. Em sua maioria, estes trabalhadores expropriados continuaram a trabalhar na produção da cana, na condição de subcontratados, em regime sazonal e diarista (não formalizada). Desse modo, a força de trabalho dos camponeses expulsos era requerida quando e da forma que o capital necessitava. Esse processo denota, portanto, o vigor do capital em seu processo expansivo, pois as relações de controle, subordinação e precarização das relações territoriais e de trabalho se acentuaram ao passo que o capital apresentava altos índices de produção e de uso da tecnologia, o que atingia diretamente a força de trabalho empregada naquele setor (GESTAR, 1985).

Os estudos de Costeira Neto (1990) também verificaram tal processo. Segundo o autor, o processo de expansão do setor sucroalcooleiro veio com o processo de desmantelamento das relações sociais de produção rebatidas no trabalhador, conforme ele cita: a) que nem todas as etapas do processo produtivo agrícola canavieiro são responsáveis pela absorção do total da mão-de-obra do setor. Apenas a colheita pode absorver a grande maioria da força de trabalho canavieiro existente, gerando, dessa forma, desemprego no período de entressafra, que pode durar até 7 ou 8 meses; b) os salários e demais direitos trabalhistas são frequentemente desrespeitados, ocasionam perdas enormes para os trabalhadores e; c) a expansão da fronteira agrícola expulsou o trabalhador do campo, que, sem terra para plantar e criar e sem emprego fixo na maior parte do ano, deslocou-se para as periferias urbanas, com condições cada vez mais precárias.

Em suma, o desenvolvimento do capital canavieiro e seu processo de acumulação se fez com base na técnica, no financiamento, na ação do Estado e no controle territorial que resultou na consequente desterritorialização da população do campo, e, com isso, a substituição da agricultura camponesa de lavouras alimentares pela cana-de-açúcar, caracterizando assim, o processo de territorialização do capital. Tal fato podemos observar no depoimento do senhor Francisco, assentado do assentamento Boa Vista:

Eu era morador nas terras da usina. Depois de 1986, quando a usina foi arrendada, pediram pra gente trabalhar mais dois dia. (...) a cana chegou na porta de casa. Eu tinha uma rocinha, que eu comia dela, sabe? Tinha manga, jaca, banana, tudo pra gente ir comendo. Derrubaro tudo. Ficou sem nem uma bola de terra para plantar. Era cana na frente, de trás, de um lado e do outro. Mandaro dar fim aos bichinho que eu tinha. Como eu ia viver assim? Tinha que dar de comer a família.

Desse modo, compreendemos o processo de acumulação capitalista possui uma lógica territorial, e em sua lógica, no período de avanço, não há espaços para elementos, relações que impeçam seu processo de reprodução. As ondulações, que permitem a manutenção das relações não capitalistas, a exemplo do campesinato nas feições dos lavradores e moradores, antiga força de trabalho utilizada nas usinas, foram utilizadas quando o capital necessitava delas para o seu desenvolvimento, do contrário, elas eram repelidas.

Contudo, o processo de desenvolvimento do capital, dada a sua própria mecânica de expansão, possui fissuras. A atividade canavieira, entre outras, também, sempre teve suas fissuras sanadas, pelo poder da estrutura social de base oligárquica, e pela estrutura jurídica e administrativa do Estado. Quando um desses pilares começa a ruir, toda sua estrutura tomba, pois, a reprodução capitalista é um combinado de fatores engrenados, que conduzem a acumulação.

Podemos verificar, já durante a segunda metade da década de 1980, estendendo-se ao final da década de 1990, o processo de desestruturação da economia canavieira. Tomamos como referência a crise do PROALCOOL, que se expressa diretamente na queda da produtividade, da redução da área plantada e, conseqüentemente, de sucessivos fechamentos de usinas e destilarias na região. Neste momento o capital se retrai, perde força, dada a perda do lastro financiador e garantidor do Estado que atingiu diretamente o setor sucroalcooleiro.

Moreira e Targino (1997) apontam os seguintes motivos que agravaram a crise do PROALCOOL: a) a diminuição do crédito, a redução das habituais anistias e a cobrança das dívidas bancárias; b) a cobrança mais incisiva dos débitos das empresas junto ao INSS e à Receita Federal; c) a elevação dos custos de produção da lavoura com a elevação dos preços de transporte; d) a perda do poder político e econômico da burguesia canavieira nordestina; e) a diminuição dos contratos com os fornecedores de cana-de-açúcar, que conseqüentemente substituíam o plantio da cana por outras culturas; f) as ações trabalhistas recaídas sobre as usinas devido sua inoperância legal, no que se refere às relações de trabalho; g) falta de racionalidade empresarial na administração das empresas, o que fazia destas unidades dependentes do clientelismo político e das ações de socorro do Estado; h) a mudança nas relações sociais de produção associada a uma ação mais eficiente da organização sindical; i) a incapacidade de refinanciamento dada as condições de insolvência das usinas; j) a inadimplência de algumas

usinas e destilarias; l) a seca que se estendeu do litoral ao sertão, atingindo as safras de 1993/1994.

Diante deste quadro, a quantidade de cana-de-açúcar produzida no Estado da Paraíba declinou de 10,7 milhões no ano de 1986 para 7,9 milhões no ano de 1992 (*Ibidem*). Compreendemos esse processo como um momento de fissura e redefinição das relações de produção e de acumulação do capital. As fissuras do capital culminam nas transformações territoriais que vão desde as mudanças das relações sociais de produção, no uso do solo, bem como nos processos de conflitos, tendo em vista que, na crise, a reação capitalista é acirrar os processos e relações de poder que culminam com a ampliação do controle e do processo de exploração como fatores de correção.

No município de Sapé, o capital agroindustrial representado pela Usina Santa Helena, integrante da Companhia Agroindustrial Santa Helena (CAIENA³⁷), diante do processo de crise, lançou mão do projeto de redefinição da produção, com a consequente diminuição de sua capacidade produtiva, o que incidiu diretamente na diminuição do emprego, decorrendo em demissões, subcontratações e expropriações, pois o controle da terra, representava a tentativa, de ampliação da dominação territorial, acabar com as relações de produção pretéritas e continuar como a concentração fundiária, que garantia a capacidade rentista da terra.

Assim, na tentativa de capitalizar o negócio, o parque industrial da usina foi arrendada à Usina Agromar Açúcar e Álcool Ltda. do Rio Grande do Norte, e parte das terras foram divididas e arrendadas a outros grupos do setor sucroalcooleiro do Estado de Pernambuco, composto por vários arrendatários que forneciam cana às usinas do seu Estado (MOREIRA e TARGINO, 1997). A exigência do maior controle territorial acentuou as expropriações dos camponeses que viviam há décadas nas antigas relações de trabalho rural no interior das fazendas da usina.

Contudo, em 1993, por falta de capacidade de pagamento aos fornecedores e arrendatários, bem como pelo processo de precarização da infraestrutura produtiva, decorrente da crise do PROALCOOL, a usina decretou falência. Acrescenta-se ao processo de falência da usina a perda do poder político e econômico dos latifundiários agroindustriais e da ação mais

³⁷ A usina Santa Helena, pertencia juntamente com a Usina São João, em Santa Rita, ao grupo agroindustrial da família Ribeiro Coutinho. Por disputas entre os herdeiros, após falecimento do João Úrsulo Ribeiro Coutinho, o grupo familiar se dissolveu, ficando a Usina Santa Helena sob o comando de Renato Ribeiro, que posteriormente incorporou-se à companhia – CAIENA (FGV, 2019).

eficaz da organização sindical, bem como dos movimentos sociais, que fortaleceram as lutas dos trabalhadores rurais por terra, vida e trabalho, dando início ao processo de ocupação das terras improdutivas e abandonadas pela usina ora fechada, bem como das fazendas fornecedoras de cana-de-açúcar.

Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé (STRS), mais de 1.200 (mil e duzentos) trabalhadores formais da usina foram demitidos na época de falência da mesma, sem o pagamento dos salários e direitos trabalhistas, e tiveram suas ações trabalhistas ajuizadas sem o respectivo retorno, dada a condição de falência da mesma. A este fato, segundo a direção do sindicato, acrescenta-se a invisibilidade do processo de expropriação dos trabalhadores na condição de moradores e lavradores, que não eram sindicalizados, portanto, não dimensionados no bojo do processo de transformação e demissões. Assim, a direção do sindicato calcula que podemos ampliar por dois o número de trabalhadores, e, conseqüentemente de famílias, que perderam trabalho e o acesso à terra, sendo por sua vez expropriados.

Esse contingente populacional expropriado somou-se a outras vozes e braços no processo de luta pela terra, como alternativa de dirimir o processo de abandono e exploração por eles vivenciados. Este momento expressa-se como o processo de retração do capital, dadas as fraturas em seu processo de acumulação. A retração do processo de acumulação capitalista é sentida diretamente no processo de uso da terra, e neste processo, o capital se desterritorializa, recua, e, simetricamente, o território é ocupado pelos segmentos mais vulneráveis, entre eles os camponeses.

Desse modo, o processo de desterritorialização do capital foi materializado a partir do enfrentamento entre as classes sociais no campo, conflitos estabelecidos entre exploradores e explorados, entre trabalhadores e rentistas. As reações camponesas se insurgiram em contrapartida à retração do capital, com sua conseqüente territorialização, materializada na luta pela terra, construção dos acampamentos e conquista dos assentamentos rurais da Reforma Agrária. Desse modo, verificamos uma dinâmica geográfica imanente ao processo de reordenamento territorial que deriva dos processos de expansão, e posterior retração da acumulação capitalista.

No município de Sapé, as primeiras ocupações se iniciaram entre os anos de 1995 e 1996, com o surgimento dos acampamentos que se constituíam à forma espacial e territorial da luta coletiva pelo direito e acesso à terra. Posteriormente, os acampamentos viriam a se tornar

os 06 (seis) assentamentos rurais, que ora são pesquisados, criados entre os anos de 1996 e 1999. Os assentamentos se materializaram a partir das experiências socioterritoriais de luta e reforma de frações do território, que foi apropriado pelos camponeses. A territorialização camponesa via assentamento em Sapé, correspondeu a reorganização do território do município, na ordem de 20% de pequenas propriedades reformadas³⁸ (PANTA, 2015).

A criação dos assentamentos possibilitou a territorialização de 546 (quinhentos e quarenta e seis) famílias, e a reforma do território na ordem de 6.422,2 (seis mil quatrocentos e vinte e dois, virgula dois) hectares no município. Este processo, que caracterizamos como a territorialização camponesa, além de redefinir as relações produtivas e do uso do solo, ampliou a capacidade de geração de renda e socialização das famílias camponesas (INCRA, 2019).

Além da criação dos assentamentos no município de Sapé, foram criados outros assentamentos nos municípios circunzinhos, concomitantemente à falência da usina Santa Helena. Destacamos os assentamentos criados no município de Cruz do Espírito Santo, no total de 09 (nove): Engenho Santana, Campos de Sementes e Mudas, Massangana I, II e III, Dona Helena, Santana II, Corvoada e Canudos, que foram originados pelo programa de Reforma Agrária, que juntamente com os assentamentos de Sapé, compreendem o total de 12.569,2225 hectares reformados, com o assentamento de 1.241 (mil duzentos e quarenta e uma) famílias (INCRA, 2019).

Os assentamentos se expressaram no território, de certa forma modificando a homogeneidade do território capitalista, em favor da ampliação da fronteira de produção agrícola familiar, o que capitaneou a reorganização do trabalho e do setor produtivo, percebido a partir do aumento da área ocupada pela produção da agricultura camponesa, ou seja, das culturas de base alimentar e, conseqüentemente, da retração da cana-de-açúcar (PANTA, 2015).

Em suma, compreendemos que, os movimentos de desterritorialização e territorialização, estão atrelados ao processo de acumulação e tensão/fissuras do capital. Este processo foi analisado a partir da retração do capital, que dada a crise estrutural do setor sucroalcooleiro, culminou no processo de falência da usina, abandono das propriedades, e, conseqüentemente, possibilitou, a partir da luta, a territorialização camponesa. Contudo, o

³⁸ O conceito de pequena propriedade reformada é estabelecido a partir de Moreira, Targino e Silva (2003), que o compreendem como processo de transformação territorial a partir da implementação da política agrária, que resultou no fracionamento das propriedades pelo processo de Reforma Agrária, resultando nos Assentamentos Rurais.

território como instância de poder ainda permanece sobre o julgo do capital. A reforma do território representa a apropriação camponesa das frações territoriais, onde a vida e o trabalho são ressignificados e possibilitados em uma escala menos exploradora, ou seja, onde eles desenvolvem suas territorialidades. Contudo, esse processo não rompeu em profundidade com a estrutura da concentração fundiária, mantendo as contradições inerentes às frações não necessariamente capitalistas no território capitalista. Sobre os processos de ressignificação com a criação dos assentamentos, bem como, as contradições decorrentes da sua dinâmica interna, discorreremos no título a seguir.

2.4 A reforma do território: criação e organização interna dos assentamentos rurais em Sapé

Diante dos processos da crise do capital sucroalcooleiro da década de 1990, da falência da usina e das fazendas fornecedoras da cana-de-açúcar, do consequente desemprego estrutural, das ações dos movimentos sociais, entre eles, o MST, CPT e o STRT, os trabalhadores entraram em confronto com a estrutura capitalista, que tinha na propriedade da terra instrumento de consolidação do poder. Assim, o Estado, a partir da política reguladora desse conflito com o programa da Reforma Agrária, implanta os assentamentos rurais no município de Sapé.

A intervenção do Estado se deu na tentativa de atenuar os movimentos de luta por terra, que tinham como objetivo a ocupação e consequente desapropriação das terras da Usina Santa Helena, ora fechada. A partir da crise que se abateu sobre a usina, que motivou os arrendamentos de suas fazendas, as primeiras unidades a serem comprometidas e excluídas do ponto de vista produtivo foram as fazendas fornecedoras de cana-de-açúcar. Com esse processo de transformação estrutural, vindo da crise do capital, o desemprego e as expropriações foram inevitáveis.

Neste sentido, as famílias expropriadas das áreas das fazendas da usina e dos fornecedores somaram-se a outros corpos, braços e vozes, orientados pela CPT na pessoa da Irmã Tânia e Frei Anastácio, que encamparam a luta. Os primeiros acampamentos se territorializaram em 1996 na Fazenda Santa Luzia, que veio a ser o assentamento Padre Gino.

Os acampamentos se colocam na posição de frente do conflito, se constituem em territórios que não são subordinados à estrutura dominante, nem ao Estado, possui vínculos de

convivência peculiar, são experiências de luta, da recriação e resistência camponesa. São construídos por braços, coragem e esperança. Depositam na lona, um projeto de possibilidades na espera pela terra. Entretanto, a lona deixa marcas que imprime na vida as dificuldades, o medo e as ameaças como fatos constantes, onde a resistência muitas vezes não é elemento suficiente. Neste sentido, só a partir da coletividade que se torna possível a espera, como podemos perceber na fala da senhora Ednilda, assentada, que relata o processo de ocupação e acampamento do assentamento Boa Vista:

Eu morei mais de ano na lona, vim de Andreza, fui pra Padre Gino, depois vim pra cá. Tinha três filhos e tava grávida da quarta. Eu ganhei meu quarto filho já tava aqui, no acampamento. A gente recebia ameaça sempre, mas uma noite chegaram os capangas, tudo com a cara coberta, ninguém sabia quem mandou. Eles me mandaram sair da lona, disseram não pegue nada, nem olhe para mim. Queimaram tudo, todos os documentos, registro dos meninos, roupa e tudo. Eu tava com a menina de quinze dias, não quiseram nem saber, disseram ande, não olhe pra trás. Eu fui andando com a menina nova no colo, meu menino de dois anos não aguentava andar de noite no escuro, chorando. Ai um pegou ele e botou no braço. Eu pensei meu Deus, o que vão fazer com meu filho? Ai depois agente foi acampar ai na frente, ficar vivendo do que o povo, os amigos e os parente dava, pra depois voltar pra cá. Eu pensava eu tenho que ficar por minha família.

Um fato característico no processo de luta e viabilização dos acampamentos, bem como estratégia de enfrentamento, foi a reciprocidade e a luta coletiva. Quando existia um acampamento e se aproximava a possibilidade de desapropriação os camponeses inseridos no processo de luta se juntavam, davam suporte e acolhiam os seus iguais quando ocorriam expulsões.

A luta era compreendida por todo, em perspectiva intergeracional, portanto, travada por todos integrantes da família, ou seja, em coletividade. Muitas das vezes os filhos, as mulheres e os idosos, estrategicamente, dirigiam-se às ocupações e mobilizações, como força política e contingente com representatividade social no acampamento, como podemos ver na continuidade da fala da senhora Ednilza: “quando percebi que essa terra era a única coisa que podia me dar condição pra criar meus filhos, eu vim pra debaixo da lona, trouxe todo mundo. Os meninos maior já ia pra luta na terra, até meu pai veio”. Essas sociodinâmicas de reciprocidade coletiva caminharam de forma articulada entre os acampamentos até a materialização dos assentamentos.

As ocupações do assentamento Padre Gino, ocorreu por famílias que vieram do litoral sul (de Alhandra, Conde), bem como dos municípios limítrofes do Estado, a exemplo dos camponeses que partiram de Goiana-PE, como relata o senhor Arlindo, assentado fundador do assentamento Padre Gino:

Às três horas da manhã, saímos, depois das reunião com a CPT, e Frei Anastácio, veio com cinco caminhão de gente. Cada um tinha umas cinquenta pessoa, homem, mulher, menino, todo mundo. Agente veio conquistar a terra, conquistar a vida. Tinha gente da CPT por aqui olhando, e dizia: “olhe tem terra improdutivo na Paraíba”. O caminhão veio apanhando gente de Goiana, Alhandra, Andreza, aqueles mundo ali. Agente não tinha nada, então, pra quem não tem nada, lutar para conquistar alguma coisa já é vantagem. Agente veio, chegou todo mundo, ali era um pelo outro.

No depoimento do senhor Arlindo, verificamos, além da unidade de classe e do reconhecimento da importância da terra para vida, a disposição pela luta e da luta coletiva. Desse processo de luta, surgiram os assentamentos Padre Gino e 21 de Abril, a partir da desapropriação das terras das Fazendas Santa Luzia, Santa Cruz e Gameleira, desapropriadas em 1996. Eram antigas propriedades de senhores João Henrique e Sebastião Ramos, que eram fornecedores de cana-de-açúcar para Usina Santa Helena. Os assentamentos supracitados possuem lotes entre 5,0 e 6,5 hectares.

Inicialmente, como tentativa de evitar o processo de desapropriação e mascarar a produtividade das fazendas, o senhor Joao Henrique fracionou-a, dividindo entre os seus herdeiros em pequenos imóveis. Contudo, o processo de luta, na tentativa de revelar o falso processo de regularização fundiária do antigo proprietário, encaminha a ação de desapropriação.

Outro fator que contribuiu para a desapropriação foi a situação devedora que se encontravam as fazendas em relação a financiamentos e tributos, ou seja, a desapropriação também foi um arranjo do Estado para o resgate das dívidas. Os nomes dos assentamentos derivam de menções das lutas: assentamento Padre Gino, é uma homenagem póstuma a um padre italiano, ligado às questões camponesas, e o 21 de Abril, está aludindo ao primeiro dia de ocupação na terra mas, também, foi associado ao dia de Tiradentes.

Posteriormente, do processo direto de falência da usina, derivaram-se três assentamentos que eram antigas fazendas integradas à propriedade da mesma, e que nomeiam

os assentamentos: Boa Vista, Santa Helena e Rainha dos Anjos, respectivamente nos anos de 1996, 1998, 1999. Outros assentamentos em Cruz do Espírito Santo, como já tratado anteriormente, foram criados em decorrência do fechamento da usina, e motivados pelo violento processo de expropriação vindo com o arrendamento, fato que não evitou a falência da usina, cujas grandes propriedades tornaram-se improdutivas, e foram desapropriadas, a partir da luta, para fins de Reforma Agrária. Os assentamentos supracitados localizam-se às margens da PB 004 e possuem lotes cujas áreas variam entre 6,0 e 10,0 hectares.

Como a maioria dos assentados eram antigos moradores, lavradores ou trabalhadores rurais da usina, é comum observarmos, durante as entrevistas, relatos do processo de ocupação em decorrência do processo de precarização das relações de trabalho e expropriação das terras, sem indenização ou retribuição ao trabalho que foi realizado durante décadas e perpassando por gerações. Desse modo, os assentados associam a ocupação e desapropriação das terras como a única possibilidade de retorno indenizatório, como podemos verificar nas falas abaixo:

Eu trabalhei mais de 30 anos para usina, e meu pai já estava aqui. Nasci em São Miguel de Taipú, mas vim com 02 anos para cá. Sou daqui, posso dizer, vivi minha vida toda aqui. Na Usina fiz de tudo, cortei cana, fui apontador, cabo de guia e administrador. Quando ela fechou não recebi nada. Fui falar com doutor Carlo e ele disse: “não posso fazer nada, não tem como pagar, se não quiser, saia”. Eu disse para ele: “se é pra trabalhar de graça, eu trabalho é pra mim”. Ai foi quando eu entrei na luta para isso aqui, eu ia sair sem nada? Depois desses anos todos? (...) Entrei pra ser meu patrão e nunca mais ser escravo de ninguém. (Senhor Severino, conhecido como Zacarias, assentado do assentamento Rainha dos Anjos).

Fato também observado na fala da senhora Joana Goiana, assentada do assentamento Santa Helena:

(...) Eu sou o pó dessa terra. Nasci aqui, nunca saí daqui. Esses meus filhos também. Quando a usina fechou eu era viúva. Meu marido morreu em 1980, tinha sete filho para criar. O caçula tinha oito meses. Vivia passando com o roçadinho aqui, comendo as galinha, os bicho. Ai quando a usina fechou eu disse: não saio daqui. Entrei na luta, dei muito apoio aos outros também. Enfrentamo mesmo. Botei barraca, saia pelo mundo e deixava os mais velho aqui, olhando, trabalhando até eu voltar. “Dotô Carlo”, não pagou nada a ninguém. Só tinha a terra para viver. Eu ia sair daqui? Não! Tive que enfrentar.

Já o assentamento Nova Vivência, mesmo que não localizado no processo de conflito direto com a usina, teve sua origem derivada também do processo de falência da mesma. As terras pertenciam ao senhor Langsteain de Almeida, anteriormente denominada Fazenda Sapucaia. O produtor plantava cana-de-açúcar para vender à usina e pastagem para a criação de gado bovino (GOMES, 2014). As famílias lá chegaram em novembro de 1997, vindas de outro acampamento do Litoral Sul, Barramares (LUNA, 2008). Muitas famílias que ali estavam na ocupação já vinham de um grande percurso de luta, algumas já vinham perambulando de três ocupações, como podemos ver no depoimento do casal, a senhora Luzia e o senhor Sebastião, do assentamento Nova Vivência:

Olhe, a gente andou muito pra chegar aqui. A gente veio de Alhandra, sem terra para trabalhar, expulso e tivemos que acampar. Ficamos em Barramares, na beira da praia. Eu tinha um medo de chegar gente, acabar com a gente. De lá, fomos pra Brasfruta em Mamanguape, passamos outro pedaço lá. Ai dissero assim: A usina em Sapé fechou, vamos para lá, a gente tinha que vir, ia ficar esperando terra? A barriga num espera não. Viemos para Massangana, e já chegamos depois também, mas lá era mais terra. Foi quando dissero que o dono das terras aqui, tinha liberado pra acampar e a gente veio. Graças a Deus estamos aqui. No lugar da gente.

Inicialmente, para o acampamento de Nova Vivência vieram 80 (oitenta) famílias, que foram divididas para outras áreas, atualmente permanecem 48 (quarenta e oito). Os lotes possuem 13 (treze) hectares. O antigo proprietário não incitou, mas facilitou o processo de ocupação para posterior desapropriação das terras, para fins de Reforma Agrária. Segundo relato dos assentados, as terras já estavam quase abandonadas, desocupadas devido à crise do setor sucroalcooleiro. Para recuperar-se, o antigo proprietário tentou arrendar, mas não conseguiu. Então, era intenção dele a desapropriação, que lhe foi retribuída com uma indenização a um preço muito superior ao praticado no mercado, naquela época. Ou seja, o antigo proprietário anteviu e trocou as terras da fazenda improdutiva por títulos da União, o que lhe trouxe um retorno mais rápido, devido à forma consensual e rentista da desapropriação.

Atualmente, como já descrito anteriormente, os assentamentos somam 20% do território reformado no município, compreendendo uma área de 6.422,20 (seis mil quatrocentos e vinte e dois, vírgula vinte) hectares, e possibilitando o assentamento, ou seja, a territorialização de 545 (quinhentos e quarenta e cinco) famílias camponesas (ver Quadro 01).

Quadro 01- Demonstrativo das unidades desapropriadas e assentamentos originados em Sapé

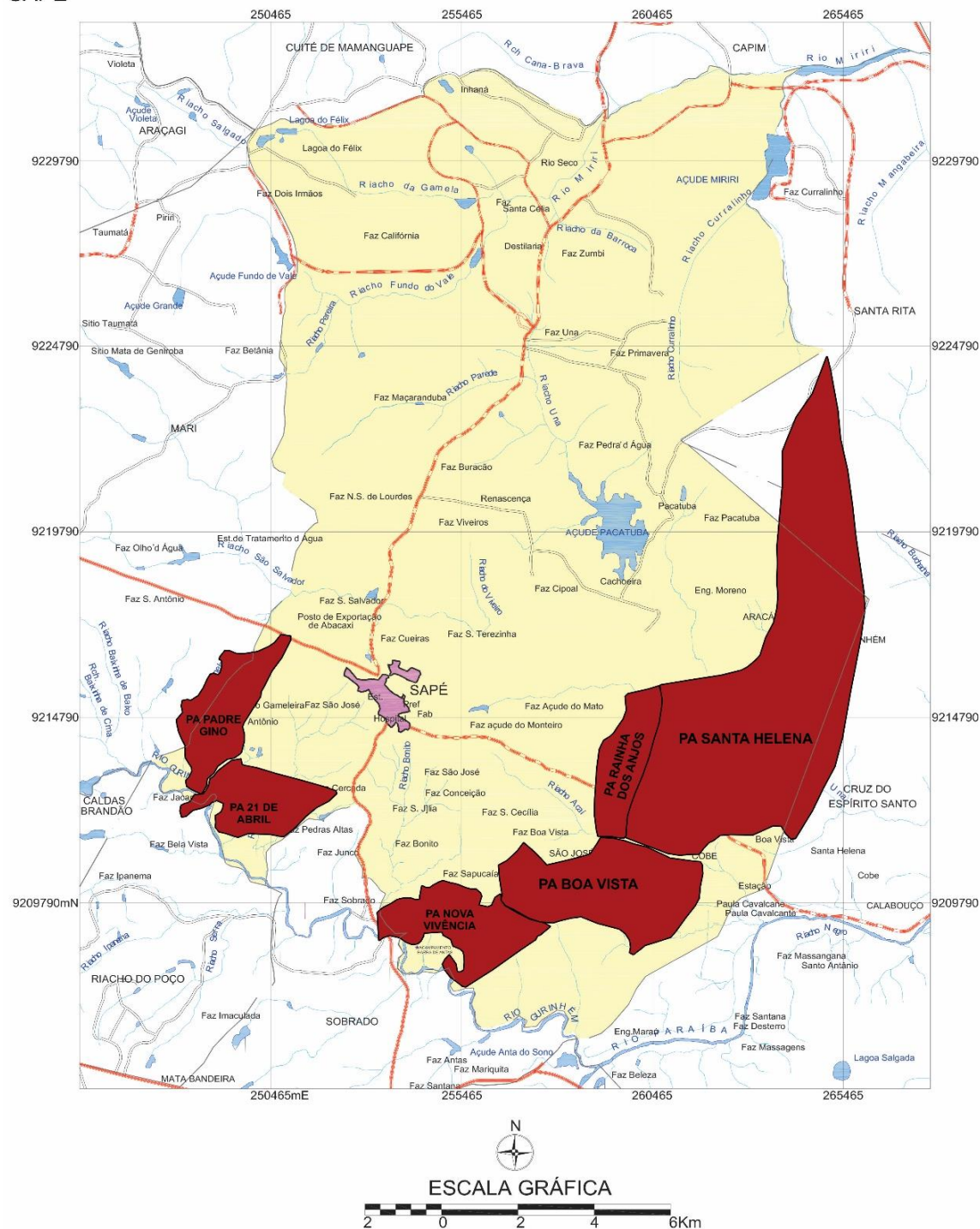
Fazenda desapropriada	Antigo proprietário	Ano da desapropriação	Hectares desapropriados	Assentamento originado	Total de famílias assentadas
Faz. Santa Luzia	João Henrique	1996	466,30	Padre Gino	62
Faz Santa Cruz e Gameleira	João Ramos	1996	362	21 de Abril	60
Faz Boa Vista	Usina Santa Helena	1996	1.165	Boa Vista	122
Faz Santa Helena, Itanhém,	Usina Santa Helena	1998	3.251,90	Santa Helena	206
Faz Cuité e Rainha dos Anjos	Usina Santa Helena	1999	577	Rainha dos Anjos	49
Faz Sapucaia	Langstein de Almeida	1998	600	Nova Vivencia	48

Fonte: Pesquisa direta, 2019.

A criação dos assentamentos modificou a paisagem, antes ocupada por canaviais e por pastagens, expandiu a fronteira agrícola de produção de alimentos, e se conformou como uma fração do território apropriada pelo campesinato em contraste à grande exploração capitalista monopolizadora (CEGEC, 2013). Compreendemos com melhor detalhe o processo de reforma do território e a importância que teve esse processo no confronto capital–trabalho–território a partir da análise do mapa do território reformado. (Ver Mapa 02).

Mapa 02- Sapé: Assentamentos da Reforma Agrária

SAPÉ



LEGENDA E CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

— — — Limite estadual	Sede do Município	Acampamento
— — — Limite municipal	Curso d' água permanente	Assentamentos da Reforma Agrária
Estrada pavimentada	Curso d' água intermitente	
Estrada não pavimentada	Açude, barragem, lago e lagoa	

Fonte: GPRM- Serviço Geológico do Brasil. Disponível em: www.grm.gov.br. Acesso: 13 de out. de 2019.
Adaptado pelo Autor, 2019

Os assentamentos supracitados são produto da luta coletiva das famílias, em uma perspectiva intergeracional, pois todos os membros, direta ou indiretamente, se envolviam no conflito existente com as estruturas de subordinação da agricultura ao capital em busca de uma condição mais justa de trabalho e de vida para suas famílias. Neste sentido, se faz necessário compreender melhor as manifestações territoriais nos assentamentos, bem como o programa de Reforma Agrária, como política territorial de ajuste social e econômico para as famílias.

Sobre a compreensão dos assentamentos rurais da Reforma Agrária, inicialmente, colocamos nossa visão que interpretá-los e/ou conceitua-los não é tarefa fácil. As contradições existentes neles a partir do processo de reprodução, muitas vezes não são compreendidas e investigadas. A sociedade, endurecida pelas velhas estruturas sociais, compreende que o alcance à terra é o processo fim, ou seja, o final do conflito e a superação dos problemas, o que não acontece (PANTA, 2015).

Por isso, é necessário estudar as contradições inerentes à organização interna dos assentamentos, compreendendo as reais condições, seus avanços e recuos, que se manifestam nessas instâncias socioterritoriais. Para tanto, se faz necessário as contribuições de pesquisadores brasileiros, ligados à questão agrária e à conformação dos assentamentos, na tentativa de construir uma compreensão que espelhe os processos de transformação e a realidade vivida.

Para Mitidiero Junior (2008), o assentamento “é lugar onde as pequenas revoluções tomam uma materialidade mais concreta”. O autor compreende o assentamento rural como um território conquistado através da luta pela terra, onde são criadas e recriadas novas e antigas relações sociais, possíveis de transformações.

Em Moreira (2006), os assentamentos rurais da Reforma Agrária simbolizam novas feições caracterizadas a partir da ruptura com as velhas formas de subordinação e exploração dos camponeses, superadas pela nova organização social, sendo compreendidos como “território da esperança”, ou seja,

(...) aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um novo território, construído com base na utopia e na esperança. “Território de Esperança” (...) carregado de contradições, mas também de sinalizações de

uma forma experienciada de organização social diferentes daquela marcada pela exploração, dominação, pela bestialidade da exploração. Desse modo, “Território de Esperança” representa a superação do “Território de Exploração” (MOREIRA, 2006, p. 8).

Em Carvalho (1999), os assentamentos representam uma nova organização econômica, política e social, ou seja, uma nova base de experiência diferenciada no território rural, que transformam o espaço econômico, político e social. Nas palavras do autor:

(...) uma nova parcela do território, (...) uma nova organização social, um microcosmo social, quando o conjunto de famílias de trabalhadores rurais sem terra passaram a apossar-se formalmente desta terra. Este espaço físico transformado mais uma vez na sua história, num espaço econômico, político e social (CARVALHO, 1999, p. 7).

Diante das colocações, compreendemos por assentamentos rurais uma porção do território apropriado pelos camponeses, configurando-se como um espaço de resistência e de possibilidades de controle do trabalho, da produção e da reprodução do campesinato nas diversas dimensões sociais, econômicas, demográficas e políticas, mesmo que de forma subordinada. Sua criação visa possibilitar a reprodução camponesa, ou seja, possibilita a transformação social de cativo, do explorado em condutor de sua própria existência e de sua família. Entretanto, a política agrária não é capaz, dada sua limitação, de promover a desconcentração efetiva da propriedade fundiária.

No que compreende à estrutura político-administrativa, os assentamentos se organizam a partir das associações. Segundo Targino, Moreira e Ieno (2000), as associações podem ser caracterizadas em quatro tipos de dinâmica de funcionamento: a) associações com descentralização organizada do poder; b) associações com descentralização anárquica do poder; c) associações com centralização do poder mantendo a unidade, e, d) associações com centralização do poder sem superação da divisão interna.

Durante a pesquisa, podemos observar que os assentamentos ora analisados se organizam sob a forma de associação com centralização do poder mantendo a unidade. Nesta forma de organização, as lideranças sociais, que geralmente se colocam no cotidiano à disposição e na solução das atividades diárias, são eleitas como presidentes. O presidente, exerce o controle das decisões internas do grupo, ou seja, é a figura que exerce o poder organizado em uma estrutura verticalizada.

Segundo Targino, Moreira e Ieno (2000), nesse tipo de estrutura, não ocorre um movimento de oposição direta às decisões tomadas. Em sua maioria são acatadas pelo restante dos associados. Nesse tipo de organização, quando o poder é centralizado no presidente, há um forte apelo do poder político local para cooptar a associação aos grupos políticos locais, em troca de pequenos benefícios, que são barganhados pelo apoio nas eleições. Nos assentamentos pesquisados, foi comum verificar tal dinâmica. Contudo, devido a experiências mal sucedidas realizadas neste sentido, acentuadas pelas ações restritivas do Estado, no contexto de acesso às políticas públicas, verificamos certo distanciamento em relação ao poder político local. Nas falas dos assentados, percebemos a crítica ao abandono público e a mascarada ação de apoio.

No que se refere à organização produtiva, as culturas desenvolvidas nos assentamentos são, em sua maioria, as lavouras de sequeiro como mandioca, feijão, batata doce e hortaliças, plantada nas várzeas. Aqui, apontamos um fator importante para a produção das áreas dos assentamentos, a água. A luta pela terra também tem que ser luta por água, a conquista de uma sem o acesso à outra incapacita a produtividade e a própria reprodução camponesa em caráter alimentar (MOREIRA et al., 2016).

Durante a pesquisa, verificamos que os assentamentos mais produtivos, ou seja, que conseguem produzir um excedente produtivo a ponto de ser comercializado, seja pelo atravessador, na feira, ou no mercado institucional como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estão diretamente atrelados ao acesso à água. O acesso à água, além de viabilizar a irrigação, dá constância produtiva, sem a dependência exclusiva, ao calendário agrícola das chuvas.

Destacamos os assentamentos que produzem hortaliças, por exemplo. Esse cultivo só se torna possível devido o acesso à água. A produção das hortaliças promove uma geração de renda semanal, o que traz, além da ampliação das rendas que são combinadas com as outras atividades de sequeiro, a permanência das famílias na terra. Assim, a luta pela terra necessariamente tem que se contemplar com a luta pela água.

Sobre as culturas produzidas nos assentamentos, a Tabela 02 mostra as que têm maior representatividade nas áreas pesquisadas.

Tabela 02- Representatividade das culturas desenvolvidas nos assentamentos

Mandioca	Inhame	Batata	Feijão	Fava	Milho	Abacaxi	Cana-de-açúcar
78,1%	4,5%	83,4%	84%	56,2%	51,8%	7,6%	34,2%

Fonte: Pesquisa direta, 2019.

Como podemos observar, a maior representatividade de culturas desenvolvidas pelos camponeses nos assentamentos compreende as “lavouras brancas”, expressão utilizada por eles para indicar as culturas que fazem parte da base alimentar. Elas são indicadas como mais importantes porque alimentam a família, os vizinhos, os amigos e os animais. Quando produzidas em excedente, elas são objeto de comercialização. Quando produzidas em quantidade inferior à geração de um excedente, elas são integralmente consumidas.

Indagados sobre o principal destino da produção, os mesmos nos relatam, que plantam as lavouras brancas para o consumo e para a comercialização, ou, mesmo, exclusivamente para o consumo (Ver tabela 03):

Tabela 03- Destino da produção

Destino da produção	%
Produzem exclusivamente para o consumo	24,5%
Produzem parte para o consumo e parte para a comercialização	65,6%
Comercializam tudo que produzem	9,84%

Fonte: Pesquisa direta, 2019.

Analisando as Tabelas 03 e 04, compreendemos a importância que tem os assentamentos para a produção de alimentos seja para as famílias assentadas seja para a população urbana municipal. Conforme verificado, 65,6% dos assentamentos produzem para o autoconsumo e para a comercialização. Nesta condição, as necessidades imediatas de alimentação foram atendidas, e o saldo produtivo é convertido em excedente a ser comercializado para captação de renda, dando dinamismo à reprodução camponesa e influenciando o mercado interno de oferta de produtos.

Assim, se faz necessário realçar estas expressões que ultrapassam o caráter mensurável da produção dos assentamentos, ou seja, elas se localizam na possibilidade da produção da

própria vida. Neste sentido, os assentamentos possuem papel fulcral, pois o acesso à terra de trabalho é também terra de vida. Na expressão de Paulino, isto “era um sonho acalentado por sucessivas gerações de brasileiros que cada vez mais eram forçados a viver explorados ou longe dela” (PAULINO, 2006, p. 54). A terra conquistado como resultado da luta representa manutenção da vida.

Entretanto, costumeiramente, diversos setores da sociedade atrelados a setores da políticos e financeiros ligados ao agronegócio, tentam realçar a capacidade produtiva dos assentamentos como de pouca expressividade, do ponto de vista de gerar excedentes produtivos e de geração de renda. A régua utilizada para construção deste discurso é balizada pelo elemento econômico, categoria imposta pelos setores patronais e financeiros, e circunscrito exclusivamente aos rendimentos monetários, ofuscando o caráter de sua sustentabilidade e as dimensões da reprodução camponesa.

Uma pesquisa realizada por Mitidiero Jr, Barbosa e Herick de Sá (2017) sobre as bases de dados da agropecuária brasileira a partir dos resultados do Censo Agropecuário do IBGE do ano de 2006, onde se verificou a ocupação laboral no campo e a produção agrícola e pecuária no país, concluiu que os pequenos estabelecimentos rurais, entre eles os assentamentos são, do ponto de vista produtivo no que se refere à produção de alimentos e geração de trabalho, extremamente superiores aos médios e grandes estabelecimentos.

Os autores, analisando, especificamente, os gêneros de base alimentar, a exemplo da produção de feijão, mandioca, milho e batata, verificaram que estes são, eminentemente, produzidos pelas pequenas unidades de produção, em sua maioria inferior a 10 (dez) hectares. Em análise comparativa aos grandes estabelecimentos, constataram que: feijão, 30% é produzido pelos pequenos estabelecimentos, contra 3,2% pelos grandes estabelecimentos; mandioca 34,5% pelos pequenos, e 0,8% pelos grandes; milho 13,4% pelos pequenos, contra 22.9% pelos grandes e batata doce 97,6% pelos pequenos e 0,2% pelos grandes (*Ibidem*)³⁹.

Nos dados apresentados, verificamos a forte presença da agricultura camponesa, realizada pelas famílias nos pequenos estabelecimentos, no que se refere à produção de comida, o que ressignifica e afirma o discurso da produção viável à sociedade em sua totalidade, se compararmos a produção de alimentos do agro. Faz-se necessário verificarmos a diferença na

³⁹ Esse perfil é confirmado pelos dados do Censo Agropecuário de 2017 (TARGINO e MOREIRA, 2020).

produção do milho, este representado superlativamente pelos grandes estabelecimentos, tal fato se dá pelo milho pertencer ao conjunto de produtos agrícolas voltado à produção de *commodities* colocados como mercadoria pura, ou seja, sem sua conotação alimentar no mercado internacional para a transmutação em outras mercadorias.

Segundo os resultados da pesquisa desenvolvidas pelos autores supracitados, a pequena agricultura é responsável por 70% da produção de alimentos e ocupa 75% do total da mão de obra disponível no setor de produção agropecuária (MITIDIERO JR, BABOSA e HERICK SÁ, 2017). Neste sentido, julgamos que as dimensões, manifestações e expressões da agricultura camponesa, aí incluída a desenvolvida nos assentamentos, extrapolam o recorte da viabilidade puramente econômica. Os assentamentos, como pequenas unidades camponesas de produção, contemplam a mudança das relações sociais da produção, do ritmo produtivo, do uso do solo e da produção de comida, que se concretizam como resultados positivos de transformação territorial e pessoal para as famílias assentadas.

Assim, não podemos comparar os resultados produtivos, ou os níveis dos resultados produtivos alcançadas pelos assentamentos, enquanto conjunto de unidades de produção, que favorecem a reprodução camponesa, tendo como parâmetros os resultados obtidos por uma empresa agro capitalista, que visa exclusivamente resultados produtivos em grande escala para a produção do lucro. Desse modo, os assentamentos, além de redefinir a estrutura produtiva local, sendo responsável pela geração de renda e trabalho para a população assentada, dinamiza o mercado interno de consumo de alimentos.

Cada lote, ou parcela, como é chamada pelos assentados, é composto de um pequeno sítio de produção agrícola, contendo uma ou mais casas, que é espaço de moradia, e um quintal, onde se plantam frutíferas, se criam animais, se estabelecem profundas raízes e se plantam vidas (PANTA, 2015). Assim, os resultados do processo de criação só são melhor compreendidos quando comparamos com as condições pretéritas de uso da terra e de vida de um povo, que, mesmo plantando, trabalhando em terra alheia, não tinha condições de alimentar sua família. Com o acesso à terra, puderam ressignificar a partir da própria produção sua função social e conduzir seu núcleo territorial de existência.

Contudo, convém sinalizar que a criação dos assentamentos não foi suficiente para romper o processo de controle e do monopólio da terra, ou seja, de prover a reforma na estrutura fundiária e reverter as formas de uso do solo. Por exemplo, a cana-de-açúcar continuou a se expressar majoritariamente no território, representando 34% da fração territorial total do

município. A expressividade desta cultura é sentida em toda a Zona da Mata paraibana. Mesmo com a criação de 72 (setenta e oito) assentamentos, o setor sucroalcooleiro exerce o controle fundiário da mesorregião. Tal concentração é confirmada quando analisamos o índice de Gini do espaço agrário da Zona da Mata paraibana que se situa em torno de 0,8 (INCRA, 2019). É verdade que no caso de Sapé, houve uma melhoria no grau de concentração da propriedade fundiária, pois o índice de Gini da distribuição fundiária era da ordem de 0,5. (IDEME, 2013).

Esta melhoria, contudo, não significa uma predominância do trabalho sobre o capital no agro sapeense. Observa-se, inclusive, um avanço da produção da cana-de-açúcar no município, em resposta à elevação do preço do petróleo a partir de 2004, que estimulou a exportação do álcool, e a adoção da política nacional de bioenergia (TARGINO, CARVALHO e FARIAS, 2019). Com efeito, a produção de cana em Sapé passou de 221 mil toneladas em 1998 para 660 mil toneladas em 2019. Não obstante a política agrária executada, o capital encontrou novas formas de subordinar o espaço, com a expansão da cana inclusive nas áreas de assentamento (FREIRE, 2019).

Neste sentido, as análises sobre as reais transformações do processo de reforma do território e de compreensão dos assentamentos, enquanto territorialidades possíveis, só espelham a verdade se compreendidas em sua contradição, a partir da dialética dos movimentos de conquista da terra pelo trabalho e sua posterior subordinação. Nesse sentido, a crítica é um exercício constante para o entendimento do processo de reforma do território e de compreensão da realidade, como coloca Alentejano (2007):

As interpretações teóricas acerca dos movimentos sociais na geografia são recentes. A principal tendência centra-se na busca de uma espacialidade/territorialidade dos movimentos sociais. O principal problema dessa linha de interpretação está na construção da ilusão da autonomia do controle sobre o território por parte dos movimentos sociais. O que não se considera aqui é que a conquista da terra de trabalho não representa mais que a ilusão da autonomia, pois a partir daí passam a operar outros mecanismos de subordinação. Afinal, as relações de trabalho e o regime de posse da terra são apenas parte das relações sociais de produção e não sua totalidade (p.p. 103-106).

Assim, devemos ter em consideração que o processo de territorialização da luta pela terra, e conformação dos assentamentos rurais, enquanto instâncias territoriais de recriação camponesa em uma sociedade capitalista, não elimina os mecanismos de dominação e

subordinação, pois eles são refeitos constantemente. Desse modo, podemos afirmar que essa política se constitui uma ação pontual de regulação em respostas aos conflitos, mas, que não enfrentou a estrutura da desigualdade social existente no espaço agrário. Sua conformação enquanto uma política de reforma dos territórios se, de um lado possibilitou o acesso à terra aos camponeses, e com isso a possibilidade de sua reprodução social, demográfica e também econômica, por outro lado, não alterou em profundidade a estrutura de poder e concentração de terra e de renda.

Contudo, os assentamentos fogem ao projeto de desenvolvimento capitalista, no que se refere ao tipo de produção e ao tipo de recriação do rural. A recriação e a resistência camponesa para existir lança mão de toda a criatividade socioterritorial e socioeconômica, mesmo que de forma subordinada. Sobre os processos reprodutivos e socioterritoriais que de recriação do campesinato assentado, iremos discutir mais detalhadamente no capítulo a seguir.

3. O PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO CAMPESINATO ASSENTADO E A PERMANÊNCIA INTERGERACIONAL

Neste capítulo, realizaremos as análises sobre os mecanismos e estratégias internas do processo de reprodução socioterritorial do campesinato assentado e a permanência intergeracional, iniciando pela compreensão do processo de conformação das famílias camponesas de moldura ampliada. Em continuidade, analisaremos os elementos dialéticos contidos na organização do trabalho e da produção desempenhada pelas famílias camponesas de distintas gerações, observando os processos sucessórios e as estratégias socioterritoriais que motivaram a permanência do segmento intergeracional nos lotes do assentamento.

Posteriormente, observaremos o processo de organização interna das famílias ampliadas e a importância dos programas de apoio à comercialização como vetor socioterritorial da reprodução camponesa intergeracional. Destacamos o relevo que têm esses programas para o processo da eficiência produtiva e permanência do segmento intergeracional. Bem como analisaremos os elementos contidos na organização da sociodinâmica da resistência do segmento analisado.

3.1 A composição das famílias camponesas assentadas ampliadas, sua reprodução socioterritorial e a permanência intergeracional

A família camponesa é compreendida não somente como um conjunto de pessoas que vivem na terra, mas, como um composto demográfico de racionalidade econômica e social centrada a partir da dinâmica interna da coletividade vivida⁴⁰. O conceito e o conteúdo do campesinato é plural, cabe as varrições e derivações dos sujeitos que vivem da e na terra. Enquanto coletivo demográfico, ele é formado por um conjunto de famílias, que, a partir do trabalho, conduz o processo produtivo e reprodutivo da unidade de produção sobre uma base territorial. A esse respeito, Costa e Carvalho comentam:

⁴⁰ Lembramos que o campesinato existe inserido em um sistema mais amplo, conforme Wolf (1970) e Mendras (1978).

O campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado (COSTA, CARVALHO, 2016, p. 23).

Neste sentido, as famílias camponesas, em suas estruturas de relacionamento com as esferas sociais, territoriais e produtivas, se apresentam como categorias para as análises propostas por este trabalho. E por exprimirem sua organização e (re) produção a partir das relações mediadas entre o trabalho e a terra, assumem significado basilar para o estudo na ciência geográfica. Assim, acrescenta Costa:

Camponesas são as famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos- suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família- mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (COSTA, 2000, p. 116-130).

Desse modo, compreendemos que, a partir do acesso à terra, aqui caracterizada pelos lotes da Reforma Agrária, os camponeses e suas famílias puderam atender suas necessidades internas, que teve como desdobramento a ampliação populacional familiar do ponto de vista social e intergeracional. Como já mencionamos anteriormente, lemos esse processo como a reprodução intergeracional do campesinato assentado, que é compreendida pela recomposição das famílias entre as gerações. A primeira geração é composta pelos assentados, beneficiários da Reforma Agrária, e, a segunda geração é composta pelos agregados, que são famílias que estão atreladas do ponto de vista socioterritorial e reprodutivo à unidade de produção, compondo o que chamamos de *famílias ampliadas*. Ver Foto 01:

Foto 01- Família ampliada: intergeracionalidade camponesa



Fonte: O autor (2019).

As famílias camponesas ampliadas constituem um desenho demográfico caracterizado pela capacidade da reprodução socioterritorial de caráter intergeracional. Elas se expressam como células produtivas e protetivas para seus integrantes, bem como se caracterizam como um contingente potencial que produz sua própria socioterritorialidade. Uma socioterritorialidade concreta, construída a partir do acesso à terra, que se caracteriza como espaço de vida, trabalho e moradia. A combinação interna desses elementos é capaz de prover a permanência e ampliação do contingente familiar ampliado.

O contingente familiar ampliado, a partir do uso coletivo da terra e da quantidade de trabalho coletivo⁴¹ dispendido nela, capacitou a unidade de produção camponesa em suas feições econômicas e sociais. Isto se deu face à peculiar forma de (re)produção camponesa ser determinada pela quantidade disponível de força de trabalho. Esta perspectiva se assemelha à perspectiva chayanoviana quanto à racionalidade interna da diferenciação demográfica, o que tributa à unidade de produção ocupada pelas famílias ampliadas uma razão produtiva e econômica própria. Neste íterim, destacamos que a coletividade produtiva, a capacidade

⁴¹ Aquele realizado e socializado pelos integrantes em perspectiva intergeracional, no processo produtivo, e que se apresenta como mecanismo de coesão e manutenção das famílias ampliadas.

ampliada de captação de rendas, interna e externamente, estabelecidas pela quantidade ampliada de trabalho contido e desenvolvidos pelas famílias, resultam, também, em mecanismos unificadores do campesinato, que promoveu sua reprodução socioterritorial em caráter intergeracional.

Neste sentido, na tentativa de analisar empiricamente este processo da intergeracionalidade do campesinato assentado, de modo a quantificar e compreender as dinâmicas que resultam na recriação e na reprodução socioterritorial entre as gerações camponesas nos lotes da Reforma Agrária, várias incursões foram realizadas por meio de pesquisa de campo nos assentamentos rurais da Reforma Agrária pesquisados.

Na pesquisa quantitativa sobre a ocorrência da reprodução socioterritorial intergeracional dos camponeses assentados e compreensão das famílias ampliadas, pelo processo de anexação das células familiares agregadas à célula nuclear, obtivemos os resultados apresentados na Tabela 04.

Tabela 04 - Quantidade de famílias assentadas e a dinâmica da intergeracionalidade

Nome do assentamento	Capacidade de assentamento das famílias	Quantidade de famílias assentadas	Quantidade de famílias dos agregados	Quantidade de famílias ampliadas (intergeracionalidade)	Total de famílias constantes/territorializadas no assentamento (nucleares + agregados)
21 de Abril	60	60	36	28	96
Padre Gino	62	62	38	29	100
Nova Vivência	48	48	58	28	106
Rainha dos Anjos	49	49	61	22	110
Boa Vista	121	121	86	51	207
Santa Helena	205	205	130	69	335
TOTAL	545	545	409	227	954

Fonte: Pesquisa direta (2018-2019)⁴²

Os dados sobre o número de famílias assentadas, que obtivemos do INCRA (2019), mostram que os assentamentos supracitados atingiram a capacidade máxima quanto ao

⁴² Informamos que, para a obtenção do número das famílias agregadas/ampliadas, realizamos, na pesquisa de campo, a contagem *in loco* do número de famílias contidas em cada casa/lote dos assentamentos.

assentamento das famílias, que totalizam 545 (quinhentos e quarenta e cinco) famílias. Contudo, a partir da pesquisa de campo por nós realizada e, conforme consta na Tabela 05, podemos compreender os processos de reprodução mediados pela conformação e anexação das famílias agregadas, caracterizadas pelas famílias dos filhos, o que ressignifica os números oficiais.

A pesquisa revelou que os números totais das famílias territorializadas nos assentamentos, é de 954 (novecentos e cinquenta e quatro) famílias, o que demonstra, além do processo da reprodução intergeracional camponesa, a dinâmica da permanência e o vigor do processo de recriação camponesa pelo acesso à terra.

Nos assentamentos pesquisados, 42% dos lotes possuem a dinâmica da reprodução e anexação das famílias agregadas, formada pelas famílias dos filhos, à célula familiar nuclear, que compreende o desenho ampliado. Das 545 (quinhentas e quarenta e cinco) famílias assentadas, 227 (duzentos e vinte e sete) famílias possuem a moldura ampliada, ou seja, a composição de um núcleo formado pelas diversas células familiares em perspectiva intergeracional. Essas famílias ampliadas são constituídas, em média, por 4 (quatro) células familiares, contendo 11 (onze) pessoas em sua formação, entre parentes consanguíneos ou não.

As famílias camponesas ampliadas absorvem pessoas que não possuem laços consanguíneos, mas, que se integram à unidade de produção. São pessoas que se unem aos processos de produção e à reprodução socioterritorial, enquanto força de trabalho que permanece na terra vinculadas pelas tramas das necessidades e reciprocidades camponesas, como podemos ver na fala de Marizete, assentada e filha de assentado no assentamento Santa Helena:

Quando pai veio pra cá, ele trouxe dois ajudante. Eram os trabalhador que trabalhava com ele na época de lavrador da usina. É Mufumo e Zito. Chegaram para morar com a gente nem documentos tinha (...) Eles ficaram aqui, fizeram uma casinha para eles, trabalharam junto com pai aqui. Quando as terras foram desapropriadas, construíram tudo com a gente né(...) Hoje são aposentados, conseguimos na justiça os documentos, pra provar a idade, pelo batistério, e continuam aqui. São agregados né? Então, um ajudou o outro na precisão. Pai, precisava de trabalhador, mas não podia pagar, e eles precisam de moradia e terra pra trabalhar. Uma mão lavou a outra (...). Tem meus irmão também, que casaram e ficaram com as família aqui. Sempre ajudaram pai, no trabalho direto, no sol todo dia. Ai, foram casando, não tinha pra onde ir! Pai precisando cada vez mais, ficaram por aqui para botar a terra pra produzir. Então, tudo são agregado também.

Neste sentido, verificamos que o contingente populacional ampliado, mesmo sendo composto em 95% pela derivação intrafamiliar, também amplia o entendimento da composição

societária de família camponesa, pois permite a incorporação de indivíduos sem vínculos de consanguinidade, que se agregam ao processo produtivo e ao território, como força de trabalho nos lotes.

As famílias que compõem a moldura familiar ampliada se unificam em torno dos objetivos coletivos e se reúnem para articular mecanismos e trabalhos que garantam a vida em coletividade na terra. Neste processo, desenvolvem territorialidades, que possibilitam a sua reprodução socioterritorial intergeracional, que se dá a partir do uso comum da terra, do dispêndio coletivo de trabalho na terra e fora dela, pela capacidade de compartilhamento das rendas e despesas e pelos mecanismos que garantem a permanência em caráter sucessório.

Na pesquisa, verificamos que, no processo de reprodução socioterritorial, não existe distinção quanto ao uso da terra para a realização das atividades agrícolas. Tal perspectiva foi verificada quando indagamos se havia diferença no uso da terra entre o assentado titular e os agregados, caso em que obtivemos a resposta majoritariamente negativa. Durante a realização da pesquisa, 53% das famílias agregadas nos revelaram que um dos motivos de sua permanência intergeracional foi o acesso concreto à terra. Desse modo, compreendemos que a coletividade acessada no uso da terra, como lugar de moradia, meio de produção e trabalho se expressa como elemento importante, que permitiu a continuidade à permanência intergeracional das famílias agregadas no território.

Neste sentido, a fração de terra representada pelos lotes se constitui, enquanto unidade de produção, elemento capaz de prover a vida dos que dela dependem. Esse construto social se deu a partir da luta e do trabalho coletivo dispendido diariamente entre as gerações, compondo assim uma socioterritorialidade. *“A gente lutou junto, pra viver junto aqui. Essa terra não é só minha, é de todo mundo daqui. Ela já sustentou e sustenta muita gente. E eles tem que tocar, alguém vai ter que tocar pra frente, porque já tô ficando velho, cansado.”* (Senhor Arlindo, assentado do assentamento Padre Gino).

A lógica do processo de reprodução socioterritorial intergeracional na unidade de produção nos assentamentos rurais, se dá pelo uso coletivo dos recursos que a terra contém, pela necessidade de força de trabalho que ela requer em seu processo produtivo, e neste caso, as novas gerações iram suprir essa necessidade, e pela possibilidade de reinvenção dos mecanismos internos que garantem mais renda às famílias (CARVALHO, 2014; COSTA, 2014). Desse modo, compreendemos que há um processo de intercâmbio e interdependência estabelecido entre as gerações, onde uma precisa da outra para se reproduzir e desenvolver. Esses elementos configuram um padrão reprodutivo peculiar das famílias ampliadas do campesinato assentado.

Assim, compreendemos que a estrutura reprodutiva e socioterritorial se expressam diretamente no processo de reprodução demográfica. Podemos verificar tal acepção quando analisamos as taxas de fecundidade⁴³ das famílias camponesas e fatores decorrentes dela. A taxa de fecundidade total⁴⁴ obtida na pesquisa em caráter intergeracional é de 5,81⁴⁵ (cinco vírgula oitenta e uma), sendo 6,89 (seis vírgula oitenta e nove) para famílias nucleares e 4,73 (quatro vírgula setenta e três) para as famílias agregadas. As taxas são superiores ao referencial de taxa de fecundidade apresentada pelo IBGE para as famílias camponesas no Brasil, que é de 4,12 (quatro vírgula doze).

Desse modo, a robustez populacional nos assentamentos, caracterizada pela elevação da natalidade, está atrelada a uma lógica interna fundamentada entre trabalho e necessidades. A ampliação das famílias teve fundamental importância para a conformação da terra em uma unidade de produção. Foi o dispêndio da força de trabalho familiar adicional, contida nas famílias ampliadas e dispendida na terra, que fez tornar os lotes, antes frações de terras improdutivas, em unidades territoriais de produção e, espaços de trabalho, moradia e vida.

Assim, os mecanismos utilizados são interdependentes e convergem a um fim único: garantir a reprodução socioterritorial intergeracional. Como vemos na fala da senhora Francisca Rufino, assentada do Assentamento Santa Helena:

Quando eu vim pra cá, tinha dois filhos, e tinham perdido um, pequeno ainda. Aqui, tive mais dez. Os mais velhos já iam trabalhando, ajudando o pai, nem precisava de pagar trabaio alugado. Tinha esses meninos e tudo mundo ia trabalhar. As meninas ajudava aqui em casa, com os pequenos, os menino maiozinho, já ia pro roçado. E assim, eu fui criando tudo, graças a Deus. Depois que vim pra cá nenhum morreu mais pequeno, tinha onde morar, comer. Só perdi outro, mas já adulto, foi assassinado. Mas tamo por aqui trabalhando. Tão tudo lá no roçado agora, com o pai, na luta.

É possível tributar que as melhorias das condições sanitárias, de moradia, de alimentação e da capacidade de geração de rendas, vindas após criação dos assentamentos, também se constituíram elementos que favoreceram a ampliação demográfica das famílias.

⁴³ O conceito de taxa de fecundidade parte do IBGE. Para o Instituto, taxa de fecundidade é um indicador demográfico que representa uma projeção de quantos filhos uma mulher tem durante sua vida. Expressa as condições de reprodução em um determinado local (IBGE, 2019).

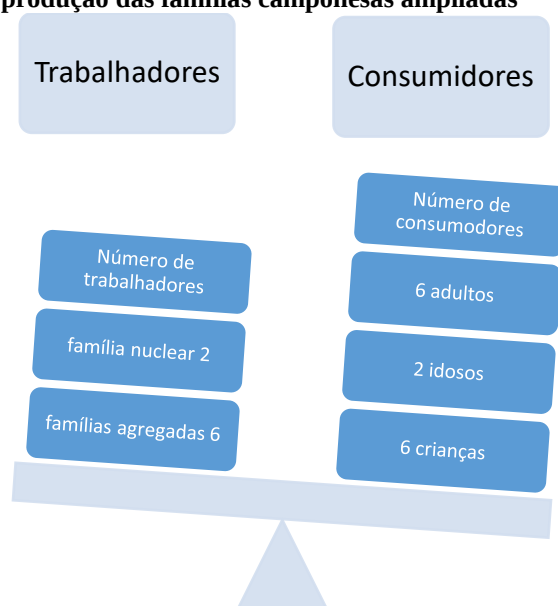
⁴⁴ A taxa de fecundidade total é uma média de todas as taxas específicas de fecundidade, isto é, uma média do número de filhos que uma mulher tem ao final de seu período reprodutivo.

⁴⁵ Fração obtida a partir da divisão da soma das taxas de fecundidade das famílias nucleares e das agregadas.

Neste sentido, a dinâmica populacional peculiar das famílias camponesas ampliadas, remete diretamente ao movimento interno de reprodução social, que é conduzido por regras próprias, orientado entre as necessidades de manutenção das famílias, suas capacidades de trabalho e, as capacidades de produção da unidade de produção.

A reprodução social dessas famílias possui alinhamento às teses da dinâmica da economia interna do campesinato de Chayanov (2014), cujo fundamento é basilar à composição demográfica. Assim, o tamanho populacional da família caracteriza-se como elemento chave para o entendimento da racionalidade do seu processo reprodutivo. Este, por sua vez, é conduzido pelo balanço estabelecido entre trabalho e as necessidades de consumo.

Figura 05-Organograma da relação entre trabalho e consumo da unidade de produção das famílias camponesas ampliadas



Fonte: O Autor (2019).

Desse modo, ratificamos que é o processo de diferenciação demográfica interna estabelecido por Chayanov (2014) que dirige a racionalidade do campesinato. Sua busca se dá eminentemente pelo equilíbrio da balança entre trabalhadores (quantidade de braços, força de trabalho a ser utilizada na captação de renda) e de consumidores (quantidade de bocas para alimentar). Assim, como estamos falando de uma modalidade de família que inclui várias outras em seu desenho, ou seja, possuem braços, e, também, necessidades majoradas que, geralmente, são atendidas com o aumento do esforço de trabalho de todos os seus membros, de uma forma ou de outra.

Neste processo, a busca é sempre reestabelecer o equilíbrio entre a quantidade de trabalho empregada no cultivo da terra e as necessidades de consumo. Com o tamanho da terra

(lote) limitado, a alternativa para colocar a unidade de produção e a família em equilíbrio é lançar a força de trabalho ampliada na captação de rendas.

Esse mecanismo interno “visa a acumulação e produção doméstica de valores de uso para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho”. Assim, “o tamanho da família é resultado do seu padrão reprodutivo” (OLIVEIRA, 1977, p. 152-159).

Desse modo, acrescenta Oliveira:

No campo, ali onde a penetração do capital não submeteu ainda totalmente a esfera da produção (...) o aumento da fertilidade da força de trabalho desempenhará o papel de fazer crescer a oferta de trabalho. Se as condições de acesso à terra não estiverem bloqueadas, a reprodução da família camponesa ou semicamponesa se dará na forma tradicional: seja pelo aumento das extensões cultivadas na mesma unidade, seja pela cissiparidade das famílias com a constituição de novas unidades produtivas (OLIVEIRA, 1977, p. 157).

As famílias podem empregar sua mão de obra de diferentes maneiras, agregando os resultados de seu trabalho para acumular e, manter-se reunida, bem como proteger-se de maiores danos. Neste sentido, a reprodução social do campesinato na perspectiva intergeracional é regida pelo controle social e econômico interno, onde o campesinato, por possuir uma economia familiar, necessita de mais filhos, que representam para a unidade de produção mais braços do que bocas, daí se explica a elevação das taxas de natalidade do campesinato assentado.

(...) Se eu não tivesse a ajuda dos meus filho, eu não tinha levado isso aqui não. Como eu no começo ia tirar dinheiro para pagar trabalho alugado? Como tinha muita gente aqui, a gente se virou entre nós mesmo. Num vive todo mundo junto? Num come todo mundo junto? Então tem que trabalhar junto também, para fazer isso aqui dá certo (Senhor Carlos Antônio, morador do assentamento Santa Helena)

Assim, retomamos a compreensão de Marx, que não existe uma lei geral que determine o processo de reprodução populacional. “As leis sociais só são válidas para determinadas formas sociais e durante um período determinado do seu desenvolvimento”. Desse modo, os sistemas de relações sociais “definem a posição relativa, cujo padrões de comportamento depende a preservação ou transformação da estrutural social existente” (MARX, 2008, p.p. 25-31).

A ampliação populacional intergeracional se deu de acordo com as necessidades peculiares de transformações sociais, históricas e econômicas vividas nos próprios assentamentos pelos assentados. Essas unidades socioterritoriais requeriam, na época de sua

constituição, uma maior disposição de força de trabalho para fomentar o processo de desenvolvimento da produção e suprir as necessidades estruturais do período de territorialização, a exemplo da construção da moradia, do preparo da terra, da plantação e cuidado das lavouras.

Do mesmo modo, a incorporação desse excedente da força de trabalho, formado pela reprodução social intergeracional camponesa, atendeu também, estrategicamente, as necessidades de braços para o trabalho durante o processo de desenvolvimentos dos projetos de fomento e produção dos assentamentos, a exemplo do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Posteriormente, vai atender as necessidades do aumento da produção com o surgimento dos programas de comercialização e abastecimento na década dos anos 2000, como PAA e PNAE.

Os programas supracitados constituíram canais de comercialização direta da produção entre os assentados e o consumidor, o que antes não existia. Desse modo, a execução dos mesmos quebrou, em parte, o processo de subordinação dos camponeses ao capital comercial na figura do atravessador, e, juntamente com o programa Bolsa Família possibilitaram a geração de renda no próprio assentamento, o que, paralelamente, viabilizou a permanência do segmento intergeracional na terra.

Desse modo, os programas citados só tiveram êxito em sua execução, entre outros fatores de ordem organizacional, local, ambiental, pela disposição do recurso força de trabalho. Neste sentido, da mesma maneira que o acesso à terra e aos recursos contidos nela, possibilitados pelo programa de Reforma Agrária contribuiu para a ampliação do contingente demográfico do campesinato, a ampliação desse contingente, enquanto força de trabalho, também se localizou como elemento viabilizador do próprio programa da Reforma Agrária.

Outros aspectos analisados no processo de reprodução socioterritorial intergeracional das famílias ampliadas foram a hereditariedade e a sucessão. Estes dois elementos vigoram como capacidades da construção do processo de recriação camponesa entre as famílias, bem como a preocupação dentro da ordem moral dos padrões camponeses. O processo de sucessão, por nós verificado, compreendeu uma série de fatores que são determinados, entre diversos elementos, pelo tamanho do contingente populacional, pelo sexo e pela idade dos integrantes da segunda ou terceira gerações contidas na terra.

Foto 02-A expressão processo de sucesso intergeracional



Fonte: O Autor (2019).

Por questões socioculturais, de forte presença do controle masculino patriarcal, como já colocavam Wolf (1970) e Morgan (2005), a escolha do sucessor se dá entre os integrantes do sexo masculino, geralmente, o filho mais velho, o varão, a quem cabe o dever de manter e dirigir o composto familiar. Tal compreensão se afirmou na pesquisa de campo, onde 75% das famílias pesquisadas possuem como chefe os integrantes do sexo masculino.

Podemos observar essa condição na Foto 02, da família acima. Não foi aleatório o filho mais velho da família estar segurando a enxada ao lado do pai, e, sobre os demais membros da família. Neste caso, a condução e coesão da unidade de produção já estão em pleno processo de substituição de responsabilidade. Ver depoimento de Pedro, agregado no lote do seu pai no assentamento Boa Vista.

Eu tinha casado e ficado aqui. Depois, quando as coisa apertou fui pra São Paulo. Fiquei indo e vindo, por cinco anos. Ai pai me ligou e disse:- “Pedro, eu tô velho, cansado, não sei mais nem posso lhe dá com essa terra, e tem muita gente que depende dela, acho que é melhor você voltar, pra levar isso aqui. Você é o mais velho, eu já tô aposentado, agora tem que ser com você. Ai eu já queria vir mesmo, pedi as contas e voltei, e tô levando, fazendo do meu jeito, mas pai também sempre tá comigo.

Na fala em evidência, os elementos como responsabilidade, confiança e espera se fazem presentes no processo sucessório. A responsabilidade pela manutenção e continuísmo do núcleo familiar e de suas células em sua reprodução socioterritorial é colocada nas mãos do sucessor. Das famílias pesquisadas, verificamos que 50% dos assentados titulares já são idosos e, deste modo, 47% delas já estão em processo de transição de responsabilidade e sucessão.

A escolha do indivíduo sucessor possui algumas peculiaridades. Como já colocado antes, geralmente, o filho homem mais velho é o responsável pelo processo sucessório. Contudo, quando o tamanho da prole, da família nuclear, é elevado e a diferença de idade entre os filhos é pouca, geralmente, dadas as questões de ordem econômica, o filho mais velho migra de forma permanente. Nesta ocasião, quem vem a assumir o lote é o filho mais novo que, habitualmente, é o último a constituir família. As mulheres, eventualmente, ocupam essa posição na inexistência das condições citadas acima.

Apontamos que, essa organização sofre mudanças de acordo com a estrutura e necessidades das famílias. Presenciamos muitas vezes, os lotes sendo sucedidos por filhas, mulheres, que se engajaram na produção, bem como na própria organização do assentamento. A exemplo da presidente do Assentamento Rainha dos Anjos (Elaine), mulher, camponesa, agregada e filha da assentada titular, dirige o assentamento há duas gestões consecutivas.

Cabe salientar que o sucessor assume internamente a figura do arrimo da família no aspecto da organização do trabalho e da produção, contudo, as rendas são compartilhadas entre as famílias. A figura do patriarca ou matriarca da família, dependendo do caso, possui forte influência social, mesmo após escolha de um sucessor, responsável pela realização do trabalho nas unidades de produção.

Foi comum verificarmos que o direcionamento do processo produtivo da unidade camponesa se dá pela condução dos indivíduos mais velhos, que representam o chefe da família. Isso ocorre devido à existência de um código social peculiar que orienta essas famílias, bem como à importância que têm os mais velhos no processo reprodutivo. Outro aspecto dessa representatividade se dá devido a contínua e forte participação na composição dos rendimentos, via renda das aposentadorias no orçamento fixo da unidade de produção. Ou seja, mesmo não dispondo de força física para o trabalho, os mais velhos estão inseridos no processo organizacional da unidade de produção e, suas rendas, as aposentadorias, representam uma base de segurança para os indivíduos que vivem no lote.

Essa forma de organização social das famílias, de certo modo, representa “a garantia de sobrevivência no presente. As relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro”. Um dos aspectos essenciais da

organização camponesa entre as famílias, “é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pelas gerações anteriores e a atual, possam vir a ser transmitido à geração seguinte” (WANDERLEY, 1996, p. 4).

As gerações mais velhas dispõem de um patrimônio cultural e social caracterizado a partir das experiências vividas e construídas que são repassadas delas, para as gerações mais jovens. Neste sentido, há uma troca, um intercâmbio de trabalho e de aprendizagem, entre as gerações. Os mais novos, além de se constituírem como força de trabalho, dinamizam o processo de produção habitual com introdução de novas ferramentas, como o uso da tecnologia virtual no processo de facilitação da comercialização da produção.

(...) Eu coloquei internet aqui, nem sabia usar, meus filhos, meus neto que ensinaram. Agora eu vejo vídeo, música, assisto reportagem. Eu gosto muito. E uso o “zap” também, pra falar com meus filhos que estão longe, com os parentes, e pra vender e negociar também. Hoje mesmo, tirei foto da roça de mandioca que tá pra tirar, mandei pra o cara que compra, e tava vendo o preço com ele (...). Ajudou visse, eu posso agora negociar com mais pessoas, e ficar com o preço melhor (senhor Arlindo, assentamento Padre Gino).

As famílias camponesas ampliadas lançaram mãos de estratégias próprias para consolidar sua base produtiva, que vão desde o uso da força de trabalho coletiva interna, bem como o uso dos recursos sociais e tecnológicos existentes. Assim, o contingente demográfico intergeracional, além de um coeficiente de força de trabalho adicional a ser integrado ao circuito produtivo, se caracterizou como um mecanismo interno da própria recriação camponesa, que teve para o próprio programa de Reforma Agrária efetiva realização.

Entretanto, sinalizamos que o programa de Reforma Agrária não prevê ou compreende a reprodução intergeracional camponesa, mesmo tendo ciência da existência desse contingente. Tal visão foi ratificada pelo chefe do setor de desenvolvimento do INCRA, responsável pelos processos de infraestrutura e acompanhamento dos assentamentos, na pessoa do senhor Mariano Neves, durante entrevista:

(...)e a expansão demográfica nas áreas de assentamentos, assim como a rotatividade de beneficiários, não está contemplada pelo Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA; até mesmo pelas limitações sejam elas orçamentárias, de planejamento estratégico e/ou de recursos humanos; some a tudo isso a imprevisibilidade dos acontecimentos futuros; pois estes, ainda que contássemos com orçamento, planejamento e recursos humanos, fogem do nosso poder e querer. Entretanto, o crescimento populacional é fato no campo e na cidade, apesar do êxodo rural, que nos últimos cinquenta anos, salvo engano, inverteu os percentuais representativos dos habitantes do campo e cidade. Segundo as estatísticas do IBGE, há cinquenta anos atrás tínhamos uma população, vivendo no campo na ordem de 70% para 30% nas

idades. Hoje essas estatísticas se inverteram, com o agravante de que no Nordeste principalmente tem municípios com menos de 25% de habitações no meio rural(...). Notadamente que com o advento da implantação de uma política pública voltada para assentamentos rurais, esses números deram uma aliviada com relação a certo equilíbrio. O atual modelo de implantação dos assentamentos rurais está exaurido, não produzindo, portanto, os efeitos de um passado recente, sobretudo quanto ao olhar planejado e estratégico. Implantar células habitacionais e produtivas requer visão futurista, e nesse particular o poder público peca, inclusive nas cidades, quanto a ausência deste olhar desenvolvimentista. Existe um equívoco nesta divisão espacial dos Assentamentos Rurais, ainda permeando a máxima da divisão de um todo (área do imóvel) por uma quantidade de famílias pretendentes

O segmento intergeracional está envolto em um hiato social dada a invisibilidade institucional e sua não previsibilidade no programa de Reforma Agrária, contudo, ele é considerado um saldo/resultado do processo de reforma do território, e, contraditoriamente, não reconhecido enquanto tal, como podemos ver, reiteradamente, na fala do superintendente adjunto do INCRA, o senhor Wilson Chaves, em entrevista:

Não reconhecemos os filhos dos agricultores como assentados. O INCRA não tem recursos financeiros para instalação dessas pessoas; nem tem como, porque só faz crescer. Tem superintendência aí que até proíbe. Nós daqui não! Não adiantaria proibir. Só proibimos que construam as casas de taipa, porque neste caso a ANVISA nos aciona e aciona o Ministério Público, devido o perigo de proliferação de doenças pelo besouro barbeiro (...). Não se tem recursos para fazer as casas deles, eles não possuem RB, então constroem por conta própria, mas sabem que não são assentados. De toda forma, revela um problema pra nós. (...) A situação é complicada, existe o PRONERA, você sabe? É um programa para formar a população de filhos de assentados. Temos filhos de assentados médicos, advogados, professores. Então eles vão procurar a vida deles. Mas muitos, acho que a maioria, não procura e ficam nos lotes nessa condição, muitas vezes esperando substituir alguém, ou receber a titularidade quando os pais falecem. Já temos conhecimento de netos dos assentados nestas condições. Mas não temos o que fazer (...).

Por este prisma, verificamos que o Estado, contraditoriamente, reconhece e se afasta do desenho demográfico ampliado do campesinato assentado. Utiliza-se de argumentos que compreendem desde a ausência de recursos financeiros para reestruturação dos assentamentos, instalações de novos, assalariamento, realização de atividades paralelas às atividades agrícolas, a chamada “pluriatividade”, até a profissionalização em ocupações urbanas.

Compreendemos que, em certas situações onde não há condições de injetar recursos externos à produção, nem se equipar tecnologicamente, bem como não há possibilidade de aquisição a mais frações de terra, resta a venda da força de trabalho, desempenhada, na maioria das vezes, pelo segmento intergeracional. O processo de venda da força trabalho ampliada, em

nosso entendimento, figura-se como uma estratégia, mesmo que subordinada, para aumentar a captação de rendimentos, que serão drenados para o processo de reprodução da unidade camponesa.

Assim, composição das famílias, como já mencionado anteriormente, representa um congregado mais flexível no que se refere à disponibilidade das capacidades de trabalho na produção familiar, ou como disposição da força de trabalho para ser vendida na perspectiva de obter mais renda, e, concomitantemente, prover a manutenção de certo equilíbrio entre população, trabalho e renda. Ver fala de Fábio, agregado, filho da assentada Dona Antônia, no Assentamento 21 de abril:

Eu casei e fiquei aqui. Aqui na terra todo mundo pode trabalhar, eu, pai e meus irmão (...). Quando chove, é bom demais. Nós planta, come, colhe e vende, dá pros outros, pro bichos. Mas no verão, não tem o plantar. Nós não tem aguação, aí tem que ir trabalhar mesmo. Eu trabalho, meu irmão também, o outro fica por aqui. Pai e Mãe já são aposentados, eles tem o sustento deles, mas nós vamos trabalhar para se sustentar. Quando um precisa o outro ajuda, pra ninguém passar muita necessidade. Vamos comendo o que tem aqui para comer, até chegar o inverno de novo (...).

Na pesquisa de campo, verificamos que 91% dos agregados desenvolvem atividades remuneradas interna ou externamente no intuito de captar mais renda ao coletivo familiar. Assim, o conjunto de estratégias desenvolvidas e articuladas aos elementos trabalho e terra, em suas múltiplas dimensões, foram os elementos que possibilitaram a reprodução e permanência intergeracional.

Desse modo, elencamos, a partir dos dados da pesquisa, os elementos que caracterizaram o processo de permanência intergeracional e o processo reprodutivo socioterritorial do campesinato. A seguir, apresentaremos a Tabela 05 que contém os elementos de maior expressividade e promotores da permanência, principalmente do segmento intergeracional.

Tabela 05- Representatividade dos elementos que caracterizam a permanência intergeracional e o processo reprodutivo socioterritorial do campesinato

Porque tem todos tem acesso à terra própria	81%	Porque tiveram acesso aos programas de estímulo à produção e comercialização	54%
Porque tem todos tem acesso à moradia	79%	Pela necessidade de ajudar os pais	49%
Porque casaram-se	60%	Porque contam com a renda do pais	38%
Pela possibilidade de trabalho na terra	57%	Porque conseguem renda exclusivamente partir da produção	33%
Porque tem acesso à comida	57%	Porque gostam, se identificam com o lugar	33%

Fonte: Pesquisa direta (2019).

Sinalizamos que a escolha dos elementos não era exclusiva, ou seja, os entrevistados poderiam responder mais de uma opção. Vale ressaltar a relevância que teve neste contexto o acesso comum, entres as gerações, da fração do território representado pelos lotes. Conforme Tabela 06, 81 % dos sujeitos pesquisados, entre titulares e agregados, relataram o acesso à terra, enquanto meio de produção e de trabalho, como um dos elementos que contribui para a permanência intergeracional e para o processo reprodutivo socioterritorial do campesinato.

A permanência intergeracional do campesinato pressupõe continuidade e firmeza. Ela é mediada pelos processos de recriação, reprodução e resistência das gerações distintas do campesinato da Reforma Agrária na terra. É um estado de condições que se expressa na superação das necessidades vitais. Assim, compreendê-la, exige investigar múltiplas dimensões sociais. É preciso analisar como os camponeses e suas famílias se relacionam com as tensões da sua formação social e com as modificações das relações de produção e de trabalho. Os mecanismos de coesão do grupo no território são as chaves para a compreensão do processo da reprodução socioterritorial coletiva do campesinato. A seguir, analisaremos os principais elementos que se expressaram na pesquisa maior relevo no processo de reprodução socioterritorial e permanência intergeracional das famílias camponesas.

3.2 Organização do trabalho e da produção como caracterização do processo de reprodução socioterritorial intergeracional camponesa

A organização do trabalho e da produção, juntamente com o acesso à terra ressoaram na pesquisa como principais elementos catalizadores do processo de reprodução socioterritorial

intergeracional do campesinato assentado. Sinalizamos que nossa compreensão sobre o conceito de *trabalho* se dá a partir da perspectiva marxista, compreendido como uma ação humana de transformação social e da natureza, com finalidade direta e fulcral à existência. Nas palavras de Marx:

(...) o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma soma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeças e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana (MARX, 2013, p. 202).

Neste prisma, o trabalho é compreendido como elemento capaz de prover a reprodução da vida, a produção do espaço geográfico e as transformações do território. Nesta pesquisa, estamos falando do trabalho familiar, organizado e realizado coletivamente, nos assentamentos rurais da Reforma Agrária. Ele é tipificado como a reunião da força de trabalho coletiva, desenvolvida e voltada às necessidades de reprodução das famílias.

O trabalho familiar na terra se dá em uma escala intergeracional, realizado por todos os indivíduos no lote. Sua demanda está atrelada às capacidades que a terra dispõe e, orientada pelas necessidades de manutenção das famílias.

Foto 03- Colheita do feijão: trabalho familiar realizado entre as gerações



Fonte: O autor (2019).

Neste sentido, a princípio, não estamos falando de um trabalho capitalista, que se funda na exploração da força de trabalho para a obtenção de um salário. O trabalho camponês familiar, aqui abordado sobre uma perspectiva intergeracional, é aquele que se configura como a reunião de forças que conduzem aos objetivos e aos interesses da coletividade. O trabalho familiar se constitui como um mecanismo interno complexo, que, desenvolvido, com e pela coletividade, permite a ampliação e permanência das famílias na terra. Ele é a condição de sua autonomia, mesmo que relativa, e de sua existência, que é construída a partir do acesso comum à terra, enquanto unidade de produção (MARTINS, 2003). De acordo com Mészáros:

O poder do homem de objetivar a si mesmo por intermédio de seu trabalho também é um poder especificamente humano. Ele também deveria manifestar-se como “objetivação da vida genérica do homem” e encerra características inerentemente humanas, na medida em que permite ao homem contemplar “a si mesmo num mundo criado por ele” e não somente no pensamento (MÉSZÁROS, 2007, p. 145).

Neste sentido, o trabalho familiar, realizado entre as gerações camponesas, se confunde com a própria vida, com o exercício diário de transformação da natureza e de suas habilidades para buscar a sobrevivência. Ele também representa um patrimônio cultural, ou seja, se constitui um conjunto de ensinamentos passados entre as gerações, que faz do camponês um conhecedor e produtor de uma habilidade peculiar criada e aprimorada como uma alternativa para a superação de suas carências e necessidades.

Na modalidade de trabalho coletivo, o trabalho realizado pelas famílias ampliadas carrega uma divisão social que possui ligações complexas entre as gerações. Quanto maior for o contingente demográfico, ou seja, a quantidade de força de trabalho, mais complexas e redistribuídas são as atividades do trabalho. Cada indivíduo possui uma função, a fim de garantir o andamento eficiente da unidade de produção para o atendimento das necessidades das famílias. Neste caso, há uma divisão social do trabalho, divisão mediada entre roçado e casa, e estabelecidas entre as determinações da vida e organização da produção, pelos homens e mulheres, crianças e adultos.

Foto: 04- Preparação da terra para o plantio de batata doce, realizada por homens



Fonte: O autor (2019).

Os homens são responsáveis pelo plantar/limpar, por essas atividades exigirem um maior esforço físico e mais tempo dedicado à terra. As mulheres acumulam as atividades na terra com as atividades domésticas no lar. Na divisão social das atividades de produção interna, geralmente, são as mulheres responsáveis pelo beneficiamento, atividade que é acompanhada pelas crianças⁴⁶. O trabalho realizado pelas mulheres e crianças, dentro de uma economia moral, representa uma alternativa interna que reduz a necessidade em contratar força de trabalho de fora.

⁴⁶ O trabalho realizado pelas crianças é requerido pelas necessidades de força de trabalho adicional, mas, também está circunscrito no próprio processo de formação social do indivíduo. Ele é aprendido, se constitui um patrimônio de saberes e práticas que são repassadas e aprendidas entre as gerações, no sentido da previsão e sucessão.

Foto 05- Lavagem das batatas doces- beneficiamento para a comercialização, realizada por mulheres



Fonte: O Autor (2019).

Desse modo, o trabalho na produção é acompanhado por todos os integrantes das famílias das diferentes gerações e, culmina com a colheita. A colheita é uma das atividades que envolve todos os integrantes indistintamente, preservando os limites biológicos e etários. Ela é o momento decisivo, tem época, prazo e, por isso, demanda bastante trabalho. Ela é a oportunidade de se apropriar coletivamente dos resultados do trabalho, de colher o que deu para o consumo e para a reprodução social, via comercialização. Já a comercialização é de responsabilidade do chefe das famílias. A esse indivíduo cabe negociar e trazer renda monetizada, ou alguma forma de retorno positivo para as famílias.

Vale ressaltar que, quando as famílias ampliadas possuem um contingente populacional menor, a divisão social do trabalho é extremamente simplificada. *“Quando a terra precisa, ou melhor, quando a gente precisa ir pra dentro dela, pra ela produzir, todo mundo vai. Vai homem, vai mulher, vai menino, cada um faz como pode. Eu mesmo pego na enxada e tudo,*

tem isso comigo não! A gente vai contratar alugado, tendo gente?” (Silvania, assentada do Assentamento Santa Helena).

Todos os indivíduos se integram coletiva e indistintamente em todas as fases do processo produtivo, de forma a atender as necessidades de trabalho, contidas nas atividades diárias na terra e, assim, atender as necessidades, também amplificadas, dada o tamanho da família. Desse modo, as famílias camponesas ampliadas organizam e desenvolvem processos societários que refletem o conjunto de estratégias sociais e reprodutivas, contidas em uma relação econômica peculiar, que se desdobra em dois orçamentos: o orçamento de produção e o orçamento de reprodução.

O orçamento de produção é destinado à composição produtiva da unidade de produção, cuja organização é direcionada à manutenção da terra como unidade de produção e, conseqüentemente, à manutenção das famílias. E, o orçamento de reprodução se caracteriza pela reunião de trabalho e atividades destinadas a concatenar mais rendimento que são drenados às necessidades de consumo ampliadas das famílias.

O orçamento de produção contém mecanismos orientados pelas práticas, tradições e organização do labor e do viver na e da unidade camponesa de produção. Ele é o constitutivo de gênese produtiva camponesa e vislumbra a manutenção do local, do sítio, do lote, a partir de táticas criadas pelos camponeses no trabalho na terra, como coloca dona Anaiz, assentada do assentamento Rainha dos Anjos.

Eu planto de tudo, todo ano. Quem planta de tudo tem de tudo pra suas necessidades, né? Pronto, eu plantei milho, comi, vendi e também deixei para secar no pé. Só em agosto que eu vou tirar e debulhar. Sabe pra que? Pra ano que vem eu plantar de novo, e pra galinhas! Eu guardo para dá pra elas fica forte e botar ovo. Elas vão comer o milho que deixei pra elas. Ai quando elas engordarem, que já vai ser no verão, eu vendo, para comprar uma mistura, pra pagar um trabalhador pra limpar o terreno, pra uma precisão... Mas antes de vender, eu deito tudo. Tiro os pinto já pra o ano que vem. E serve pra todo mundo. Às vezes um precisa, eu vendo uma galinha eu como, a gente tudo come, eu não vou comer uma galinha só. Do mesmo jeito faço com a roça pro gado. Eu vendo, mas já deixo a parte do gado. E quando não vendo ai dou direto gado. (...) E também guardo as maniva para poder plantar, no ano que vem. Já invita eu gastar comprando. Assim, não se perde nada. Como se diz né não se tem prejuízo com o que se planta e consegue colher. É desse jeito que a gente consegue manter a família aqui, eu minhas filhas, meu genro e meus netos.

Segundo Chayanov (2014), a reprodução do campesinato é dependente da forma como o camponês organiza a sua unidade familiar de produção. O orçamento de produção é o conjunto de ações organizadas visando a previsão e a provisão da unidade de produção, ou seja, as atividades criadas e geridas pelos próprios camponeses, que se dão em uma escala de planejamento ao mesmo tempo simples e sofisticada. As ações são direcionadas para o presente com previsibilidade no futuro, orientadas pelo ciclo produtivo natural caracterizada pela sazonalidade e pelas condições da unidade de produção.

As decisões sociais e econômicas são tomadas a partir do seu domínio sobre sua propriedade, que determina o nível da intensificação do trabalho e do uso inteligente dos recursos naturais e produtivos que a terra dispõe. Quanto às decisões tomadas do que, para que e para quem plantar, estão voltadas para a manutenção da própria produção, bem como das famílias que dela dependem e trabalham. Essa unidade de produção desenvolve uma mecânica social de uma autonomia produtiva, relativa, mas que se retroalimenta.

Diante deste contexto, vale ressaltar uma das tecnologias sociais, a guarda das sementes⁴⁷ e das manivas. Tal prática social, além de concretizar a construção de um processo de autonomia perante o mercado de insumos, representa a construção de um patrimônio cultural e genético de indiscutível valor e sem a contaminação dos agrotóxicos.

⁴⁷ Segundo Paulino e Gomes (2015 p. 1-3). “O banco de sementes não é algo recente no mundo rural”. Ele representa a “construção de uma nova simbologia em torno de suas práticas sociais e resgate genético, que se tornou exemplar, enquanto manifestação agroecológica que busca retomar a tradição do campesinato”, são as chamadas Sementes da Paixão. A pesquisa dos autores revelou que, na Paraíba, antes da liberação dos agricultores para produzir e comercializar sementes, estes, de certo modo, estavam subordinados às políticas de distribuição de sementes, geneticamente tratadas, pouco adaptadas às práticas de cultivo dos agricultores, por serem dependentes de insumos químicos. Somente a partir da nova Lei de Sementes e Mudanças, de 05 de agosto de 2003, os agricultores puderam produzir, estocar, trocar e vender entre si as sementes crioulas.

Foto 06- Guarda das sementes



Fonte: O autor (2019).

Desse modo, na organização da unidade de produção, se tem o cuidado com o que se planta e, em que época se planta, pensando em uma colheita que possibilite o alimento para as famílias, para os animais e ainda produza um saldo, que é reservado para implementação da produção no próximo ano, evitando assim maiores custos.

Existe, assim, uma engrenagem de utilização e aproveitamento dos produtos da terra e do trabalho pela própria unidade camponesa de produção. Na pesquisa, compreendemos que a maioria das famílias ampliadas, primeiramente, produz para seu autoconsumo, mas sem perder a dimensão comercial da produção, que lhes garante renda. Quando perguntados sobre a finalidade da produção, de certo excedente produtivo, obtivemos as seguintes respostas, conforme Tabela 06:

Tabela 06- Finalidade da produção

Só o consumo	26%
Para vender e consumir	75%
Só para vender *	1,6%

Fonte: Pesquisa direta (2019).

Contudo, vale ressaltar que a comercialização de um possível excedente é importante para a manutenção da produção e das famílias, mas, sua não realização, diferentemente de uma empresa capitalista, não bloqueia a unidade de produção enquanto célula produtiva. A maioria dos lotes, 98,4%, não se destina exclusivamente aos fins comerciais, mas, se constitui espaço de trabalho e vida, pois, sua dimensão produtiva, além de lhes oferecer renda, mesmo que pouca, lhes garante, primeiramente, alimentos e a manutenção da vida.

No que se refere ao orçamento de reprodução, este refere-se às atividades desenvolvidas pelo conjunto da força de trabalho que a unidade de produção contém, capazes de prover recursos que venham a ser encaminhados às necessidades produtivas das famílias.

Sobre o orçamento de reprodução, comentam Costa e Carvalho (2016, p. 30):

O orçamento de reprodução é, portanto, constituído de dois componentes: um equivale aos bens diretamente consumidos pela família, componente que é resultante do hábito de consumo familiar e, o outro, equivale ao que Tepicht (1973) chamou de consumo produtivo da família, quer dizer, a necessidade de manutenção dos meios de produção utilizados, que são decorrentes da rotina de trabalho estabelecida.

O orçamento de reprodução é o conjunto de estratégias elaboradas e desenvolvidas na terra, a partir do trabalho, bem como as desenvolvidas fora dela, cujo objetivo é a captação de renda que possa gerar um excedente monetário vertido às necessidades de consumo das famílias, bem como para a ampliação da capacidade produtiva da terra.

Em suma, os orçamentos de produção e de reprodução se intercompletam. Um auxilia o desenvolvimento do outro e se integram na promoção e manutenção da unidade de produção e das famílias que dela dependem. Eles representam o conjunto de manifestações socioterritoriais e do trabalho ligados às estratégias internas que possibilitam à reprodução camponesa e das famílias em perspectiva intergeracional.

As manifestações socioterritoriais, desenvolvidas na terra, se referem ao uso integral da terra, entre as famílias camponesas, de forma a ampliar sua capacidade produtiva. Podemos elencar as de mais relevância: a) uso integral do solo; b) desenvolvimento das lavouras consorciadas, c) pousio curto; d) desenvolvimento de culturas integradas entre o território dos próprios assentamentos de forma a não criar um mercado de concorrência interna; e) criação de animais como poupança e f) concessão e empréstimo de frações do lote a vizinhos e parentes.

Sobre a utilização da terra, esta é utilizada integralmente, ou seja, mesmo havendo um pousio⁴⁸, ele é curto, dada as necessidades de plantio e replantio na terra das culturas sazonais e, de forma consorciada, ou seja, em cada lerão, duas culturas são plantadas. A alteração nos sistemas de pousio e do uso do solo se apresenta como um remanejamento de técnicas agrícolas direcionadas, que ampliam a capacidade produtiva da terra, atende às necessidades ampliadas de consumo das famílias

Destacamos, também, o processo de produção das lavouras consorciadas. A produção consorciada, além de reduzir o esforço de trabalho dispendido, já que a preparação do solo e plantio das diferentes culturas ocorrem conjuntamente. As técnicas de pousio curto e produção consorciada atribuem maior intensidade produtiva e consequentemente uma maior quantidade de renda às famílias camponesas, já que não se espera o intervalo de tempo de desenvolvimento natural de uma cultura para que ocorra a limpa do terreno e um novo plantio, para, assim, iniciar outra cultura. (ver Foto 07).

⁴⁸ O pousio se constitui como uma técnica tradicional realizada pelos camponeses. Como possuem pouca terra, essa técnica é uma forma de garantir a regeneração da capacidade de nutrientes da terra, bem como, da sua capacidade produtiva. É um tempo de espera que além de proteger a terra como recurso natural, posteriormente, lhes garante continuidade do sistema produtivo local. Ver Siminsk e Fantini (2007).

Foto 07- Plantação consorciada de lavouras de feijão e milho



Fonte: O autor (2019).

A realização dessas técnicas, que são técnicas tradicionais utilizadas pelos camponeses com pouca terra, se dão organizadas e subordinadas a um calendário agrícola, que lhe atribua uma maior obtenção de renda. Estão alinhadas ao período de safra e também entressafra, além de abastecer integralmente as famílias contidas nos lotes, dada uma maior oferta de alimentos às famílias no mesmo período. Podemos ver isso, analisando a representatividade das culturas plantadas. Como vemos na Tabela 07, as culturas de maior representatividade, são aquelas que fazem parte da base alimentar:

Tabela 07-Representatividade das culturas plantadas nos assentamentos

Feijão	82%
Milho	77%
Macaxeira	76%
Batata doce	52%
Inhame	40%
Cana-de-açúcar	30%
Fava	29%
Mandioca	26%
Abacaxi	13%
Côco	6,5%
Caju	6,5%
Horta	6,4%
Maracuja	3,2%
Melancia	1,6%
Banana	1,6%
Acerola	1,4%
Capim	1,4%

Fonte: Pesquisa direta (2019).

A produção se dá coletivamente, 81% das famílias pesquisadas produzem de forma conjunta, sem haver separação e divisão territorial na produção das culturas plantadas, entre os membros das famílias, ou seja, entre titulares e agregados. A coletividade produtiva no uso da terra e do trabalho confere, entre eles, a partilha dos resultados da produção em consumo e em renda. Na pesquisa, verificamos que 100% das famílias têm acesso ao resultado da produção para o consumo doméstico e, 75% repartem a renda pós comercialização. Estes mecanismos redimensionam a compreensão da importância da terra como elo de permanência das famílias, e caracterizam a organização da produção e do trabalho como elementos de sustentação da organização interna do campesinato, capazes de possibilitar a reprodução socioterritorial entre as gerações de assentados.

Entre esses processos de organização produtiva, se faz necessário pontuar a organização interterritorial que existe entre os assentamentos do município de Sapé. Os assentamentos foram criados em um prazo de três anos, e possuem, dada a localização, as mesmas condições edafoclimáticas. Esta relação de proximidade e de condições naturais, pressionou os assentamentos a organizar um conjunto de estratégias produtivas internas diferenciadas e combinadas entre eles.

Os assentamentos em Sapé desenvolveram, cada um, um determinado tipo de cultura diferente para garantir a reprodução dos seus assentados e suprir as dificuldades do período entressafra, diminuindo os efeitos da concorrência local. Aqui, citamos alguns exemplos verificados na pesquisa.

O assentamento Padre Gino desenvolve hortifruticultura; o Rainha dos Anjos comercializa o cajueiro com a venda das castanhas. Já o assentamento Boa Vista destaca-se no plantio de batata doce; o assentamento 21 de abril, por dispor de menos acesso à água, dedica-se à produção de tubérculos de cultura de sequeiro, como a macaxeira e o inhame, e, assim, entre eles, existe uma integração socioprodutiva que fornece produtos diferentes ao mercado local, na época da entressafra.

Foto 08- Plantio de Horta: Assentamento Padre Gino



Fonte: O Autor (2019).

Foto 09-Plantio de lavoura de batata doce: assentamento Boa Vista

Fonte: O Autor (2019).

No que se refere ao processo de criação de animais⁴⁹, salientamos que este é orientado tanto para o consumo doméstico e para o trabalho, como para compor uma espécie de reserva, de poupança, que são utilizadas em momentos de dificuldades, para readquirir o equilíbrio produtivo e, no atendimento das particularidades das famílias, como problemas financeiros e de saúde (ver Tabela 08).

Tabela 08- Finalidade de criação dos animais

Reprodução e comercialização	21%
Como poupança para emergência	27,4%
Para o consumo	29, %
Para o trabalho	9,7%

Fonte: Pesquisa direta (2019).

⁴⁹ Os assentamentos pesquisados não possuem em sua base produtiva o desenvolvimento da pecuária. Estes são eminentemente agrícolas. Nenhuma das famílias pesquisadas colocou a produção de animais como atividade principal em seu processo reprodutivo.

Durante a pesquisa realizada, quando inquiridas sobre qual a finalidade de criação dos animais, visto a pequena quantidade contida nos lotes, as famílias nos responderam que os animais de grande porte (equinos e bovinos) desempenham uma importante função na execução do trabalho, são mais um trabalhador, e, quando são vendidos, trazem maior retorno.

Foto 10-Pequena criação de vacas leiteiras



Fonte: O autor (2019).

A comercialização, geralmente realizada para atendimento de uma necessidade maior, tanto de ordem produtiva, para incorporação de mais recursos à produção, como para as necessidades e imprevisibilidades acometidas às famílias, como podemos ver na fala do senhor Zacarias, assentado do Assentamento Rainha dos Anjos:

Minha mulher adoeceu, e eu tive que levar minha mulher pros médicos e fazer os exames. Tive que pagar uma parte da cirurgia dela, comprar os remédios, pagar os carros, tudo isso eu fiz com o dinheiro da venda de duas novilhas que tinha. Já vendi bicho também pra pagar o parto de uma filha minha, para pagar passagem pra o Rio de Janeiro pra outra que foi morar lá (...). Por isso que eu gosto, sempre que posso, de ter uns bichinho aqui, serve a gente nas necessidade.

Já os de menor porte, como suínos, caprinos e as aves, estão inseridos na dinâmica interna de abastecimento das famílias. Sua comercialização decorre quando sua reprodução supera as necessidades internas de consumo.

Foto 11- Galinheiro de criação de galinhas de capoeira



Fonte: O autor (2019).

Ainda sobre os animais de maior porte, são investidos constantes mecanismos para prover sua procriação que, muitas vezes, escapam à capacidade territorial do lote. Neste momento, outros dispositivos socioterritoriais são requeridos. Verificamos, na pesquisa, a existência de um relacionamento de cessão territorial e confiança estabelecida entre os assentados, da mesma ou de outras famílias, conforme nos relata João Balbino, assentado por substituição em sucessão aos pais no assentado do assentamento Santa Helena:

Aqui todo mundo ajuda todo mundo, é preciso né! Existe como viver sem ajuda de alguém? Eu uso um pedaço de terra do cumpadre meu, planto capim

lá e coloco o gado pra comer. Ele não usa esse pedaço. Planto também na parte da terra do meu irmão, ele também é assentado. Ele quando precisa planta aqui também, a gente combina né. Quando eu quero aumentar minha produção ele me cede um pedaço da terra e do mesmo jeito eu faço por ele.

A cessão territorial se dá por meio de permitir o uso coletivo da terra. Essa ação representa uma relação de reciprocidade estabelecida entre as famílias camponesas, que cedem parte da terra ou emprestam às famílias que dela precisam, tanto para o desenvolvimento da pecuária, como, para o processo de ampliação das plantações dadas as necessidades ampliadas das famílias. Ela representa o cuidado com o outro, a compreensão mútua das necessidades mediada pelos laços de parentesco⁵⁰, vizinhança, confiança e da igualdade.

Para Chabal (1998, p. 3):

Reciprocidade significa a existência de uma relação de um primeiro termo para o segundo, bem como do segundo para o primeiro. A reciprocidade é uma relação que se redobra (...) a reciprocidade pode ser uma estrutura que subjaz a outras relações que não sejam a troca, em particular a prestação cujo objetivo consiste em reproduzi-la para ela própria, de forma a gerar sistematicamente mais sentido, ou em produzir valores que não podem ser reificados, em particular os valores éticos, mas também outras economias, desde que a produção do material esteja vinculada ou envolvida na produção do espiritual.

Temple acrescenta:

A reciprocidade envolve a preocupação pelo outro, ou seja, valores afetivos, tais como a paz, a confiança, a amizade e a compreensão mútua (1997, p. 106). A reciprocidade é a matriz do sentido que dá significado à dádiva: o de ser um ato sem contraparte, um ato de absoluta gratuidade. Devemos fazer uma distinção entre reciprocidade, condição da dádiva, e a própria dádiva, cujo único sentido consiste em ser uma dádiva. (...) Assim, quanto mais se insere em uma estrutura de reciprocidade mais rigorosa, mais pura pode ser a dádiva (2004, p 10).

A reciprocidade não é troca, mesmo que exista, em dado momento, alguma mediação de favores, não existe nessa relação uma correlação simétrica. Ela é muito mais um intercâmbio, pois todos se beneficiam pela prática de uma redistribuição dos recursos disponíveis ao outro,

⁵⁰ Ver Woortmann (1990), em: “Com parente não se negueia”. O campesinato com ordem moral.

ela se constitui em dádiva, que é motivada pelo reconhecimento da necessidade, sem espera de reconhecimento ou retribuição. Tal fato foi verificado na pesquisa.

Há, neste relacionamento, o caráter efetivo da reciprocidade, onde:

A natureza dos bens trocados parece ter um efeito independente no caráter da troca. Alimentos não podem ser tratados como qualquer outra coisa... A comida é fonte de vida... simbólica do fogo do lar, quando não da mãe... Transações com comida são um delicado barômetro, uma afirmação ritual, por assim dizer, de relações sociais (SAHLINS, 1978: 215- 216).

Quando questionados se havia partilha dos alimentos, resultados da produção entre as diferentes famílias do núcleo familiar e entre vizinhos, 60% dos entrevistados nos relataram que a realização das práticas de solidariedade, troca e partilha, como mecanismos de auxílio à reprodução, como podemos ver nos depoimentos:

Aqui no assentamento, a gente não deixa ninguém passar necessidades. Mas ela existe. Quando a diretoria ou alguém daqui sabe que tem alguém, alguma família, geralmente essas grandes, aí, passando dificuldades, a gente vai logo em cima. Ajuda com alimento cada um dá o que tem no roçado, divide, compartilha. Se é um remédio nós arrecadamos dinheiro para comprar. Vivemos aqui juntos, sofremos, lutamos e seguimos juntos como uma grande família (Alane, agregada no assentamento Padre Gino).

Tudo que a gente produz, a gente divide com a família e com os vizinhos. Se eu tenho e tem gente que não tem aqui do meu lado porque eu vou ficar só pra mim? Pra perder? Pra deixar apodrecer? Não. Pra nós aqui não iria servir. Aqui todo mundo divide o que tem. Quando eu colho alguma lavoura branca, trago meu pedaço para casa, e já saio dando pra família e pros amigos (Dona Josefa, assentada do assentamento Nova Vivência).

A partilha da comida entre assentados e agregados, e, entre unidades familiares vizinhas, representa a distribuição do resultado do trabalho na terra. Comida, terra e trabalho são categorias centrais no cotidiano camponês, que se expressam em uma economia moral de produção das mercadorias, que, neste caso, possui valor de uso ético, por isso, são compartilhados.

Nesta tônica, a redistribuição interna de recursos, estabelecida entre os assentados, seu grupo familiar, vizinhos e parentes, torna os assentamentos espaços de cuidado e proteção

“altamente complexo, que se constroem e se reconstroem histórica e cotidianamente por meio das relações e negociações que se estabelecem entre seus membros” (MIOTO, 2013, p. 3).

Territorialmente, o processo de reciprocidade, nos assentamentos, é marcado pelo uso comum, dos territórios comuns, pelas famílias ampliadas. Os assentamentos possuem, em seus territórios, em média, 18% constituído de terras comunais, que são utilizadas justamente pelos agregados das famílias ampliadas para o desenvolvimento da produção e reprodução, dada a carência de terras dos lotes dos titulares.

Aqui, a parcela tem que dá de comer e viver para família de pai, a minha e a do meu irmão, e a terra é pequena. Ai nós usamos as terras comunitárias. Eu planto horta na vagem do açude. Boto os bichos lá pra comer o capim que tem lá também. Eu uso da água, as terras, eu tiro a lenha que o assentamento tem. Se não pudesse fazer assim, não tinha com a gente ficar tudo dependendo da terra de pai (Ana Rita, agregada no assentamento Padre Gino).

Eu sempre sigo, aqui, aos outros agregados. Temos terras comunitárias demais, e tem muita gente agregada, precisando de terras. Então, a gente aqui passou na assembleia, e a gente deixa eles usarem. Eles precisam usar. Vão produzir onde? É muita gente para alimentar, vestir, calçar, vão viver como? Então aqui eles podem usar a terra que é de todos, e assim, conseguem viver. Ficar aqui. (Elane, agregada e presidente do assentamento Rainha dos Anjos).

O campesinato sempre se reproduziu e conseguiu permanecer na terra pelo uso de terras comunais. Foi o cercamento das terras comunais (*enclosure*) e a transformação delas em propriedades privadas, que expropriou os camponeses na Europa durante o século XVIII, transformando-os em força de trabalho para o capital (MARX, 2013). Na pesquisa verificamos que, no processo contrário, é o uso comunal delas que torna possível a reprodução camponesa intergeracional, pois, o acesso às terras comunais pelo segmento dos agregados supre os desequilíbrios estabelecidos entre as necessidades de reprodução das famílias e a capacidade de produção contida nas terras dos lotes.

Assim, o uso comum e o manejo dos recursos de produção, como as terras comunais, o acesso à água dos açudes, dos pastos comuns, bem como a força de trabalho (ajuda coletiva), sinalizam uma relação social de produção ética e uma economia moral diferente, onde os meios de produção, a produção e o trabalho familiar coletivo são colocados, primeiramente, à disposição da reprodução do grupo e, a produção de valores de uso.

Desse modo, o campesinato torna possível sua própria reprodução, que é vinculada às formas e práticas de organizar a produção nas terras que suas famílias dispõem. As decisões econômicas são guiadas a partir de suas próprias racionalidades, permanecendo e coexistindo

em heterogêneas condições e formações sociais; portanto, é o camponês e sua família que criam e fazem sua própria reprodução socioterritorial e possibilitam a permanência intergeracional. A seguir veremos outros elementos socioterritoriais que conduzem aos processos de recriação, reprodução e permanência intergeracional.

3.3 Os casamentos binários, a ampliação do uso do território e a questão da moradia como motivadores da permanência

Durante a pesquisa, quando questionamos as famílias ampliadas sobre os processos e elementos que possibilitam a reprodução dos agregados e a permanência de suas famílias na terra, nos foram apontados, além do acesso à terra e do trabalho, dois elementos que assumem importante relevo: os casamentos e a moradia. O primeiro elemento concretiza o segundo e os dois representam manifestações da reprodução socioterritorial peculiar dos camponeses assentados, caracterizando-se como processos de sucessão e permanência na terra.

Os casamentos entre os camponeses representam 60% das respostas sobre o porquê de permanecerem no campo. Já a moradia obteve referencial ainda maior, de 79%, que é compreendida como a materialização da construção da casa. Casamento e moradia se expressam como processos societários e territoriais de recriação camponesa nos assentamentos em perspectiva intergeracional.

Wolf (1970), analisando o fundo cerimonial das famílias camponesas, já sinalizava para a importância que tem os matrimônios no processo da recriação e reprodução:

Mesmo em lugares onde o homem é autossuficiente para conseguir seus bens e alimentos, ele deve manter relações sociais com seus companheiros. Eles deverão, por exemplo, casar fora da família em que nasceram, e, essa exigência significa que eles serão obrigados a ter contatos sociais com aqueles que são seus parentes atuais ou em potencial. Também precisarão unir-se aos seus companheiros para manter a ordem, assegurando a aceitação rudimentar de certas regras de conduta para manter a vida possível e tolerável. Além disso, terão de recorrer uns aos outros durante algumas fases da luta pela alimentação (WOLF, 1970, p. 20).

Os casamentos entre filhos dos camponeses assentados, em sua maioria, são realizados de forma binária, ou seja, entre os filhos dos assentados do mesmo assentamento, mas, de famílias diferentes. A relação social estabelecida pelos casamentos binários possui atributo

socioterritorial de grande importância para ambas as famílias, na medida que amplia a capacidade produtiva e possibilita a permanência das famílias dos filhos na terra e a incorpora ao processo produtivo nas unidades de produção de que eles participam.

Neste contexto, Dainese, a partir dos estudos de Segalen (1990), Wall (1998) e Woortmann (1990), coloca que:

(..)as relações do casal se configuram nas dinâmicas da produção/reprodução do grupo doméstico, de modo que casar, ter filhos e viver de acordo com as expectativas de uma conjugalidade marcada pelos imperativos da casa e do roçado são parâmetros fundamentais na determinação dos papéis e relações de homens e mulheres. Das determinações mais significativas, se destacam a questão da complementaridade, da dependência e da subsunção das atividades e condição feminina (e de outros membros do coletivo familiar) ao pai de família. Também se reconhece a moralidade dos afetos conjugais, cujo traço hegemônico se refere ao matrimônio e à reprodução familiar. (DAINESE, 2017, p. 1).

Na relação social dos casamentos binários, costumeiramente, são as mulheres que se descolam para os lotes da família do marido. Tendo em vista as necessidades majoradas de força física ao trabalho na terra e, as questões de ordem social patriarcal das famílias, a força de trabalho feminina⁵¹ é costumeiramente liberada para recompor a nova unidade de produção à qual irá integrar.

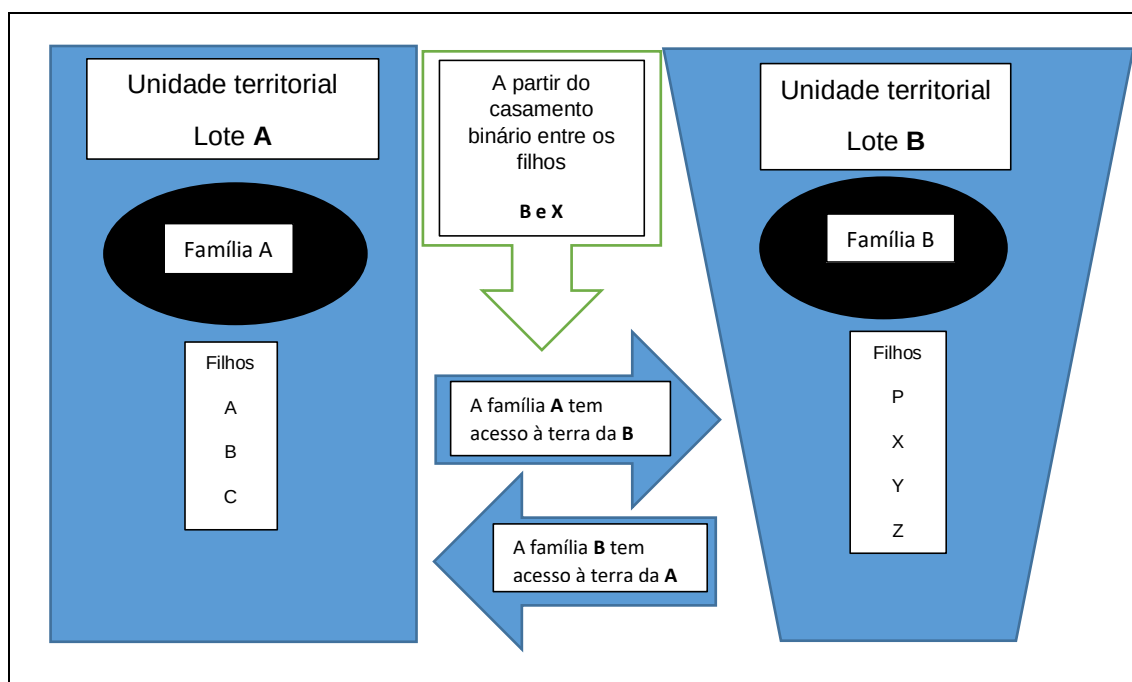
Existem, portanto, nessa organização social, as famílias que são dispersoras, onde o indivíduo, após casamento, deixa sua unidade familiar de produção e as famílias receptoras que acolhem, em contrapartida, outro cônjuge, mas, conforme as necessidades de trabalho, essa organização pode ser redefinida.

Desse modo, quando ocorrem os casamentos binários, ocorre, também, um maior acesso à terra e disposição do volume de recursos produzidos e de intercâmbio de força de trabalho entre as famílias envolvidas nesta relação de parentesco. As mulheres se integram às atividades de produção e beneficiamento, bem como a força de trabalho masculina, em momentos de tensão produtiva, pode ser disposta a unidade familiar da família de origem da mulher, e assim, compõe uma rede de relações societárias de auxílio e partilha.

⁵¹ Assim como nas sociedades domésticas de regime patriarcal, a força de trabalho feminina é fragmentada da sua família, após o casamento. Entretanto, sua força de trabalho é consubstancialmente útil à unidade que a recebe, pois, é utilizada tanto nas atividades de própria produção e beneficiamento, como nas atividades domésticas.

Desse modo, os casamentos binários se constituem estratégias para manutenção e permanência dos agregados na terra e composição orgânica das famílias ampliadas. Os agregados que já possuíam acesso às terras dos pais, os beneficiários da Reforma Agrária, e, agora, após o casamento, passam a ter acesso, também, às terras dos sogros, e, aos recursos de ordem alimentar que dela provêm, para, assim, se reproduzirem socioterritorial e coletivamente (ver Figura 06).

Figura 06- Ilustração da organização territorial de uso coletivo por relações de parentesco



Fonte: O Autor (2019).

O coletivismo interno e territorial entre as famílias tem sido elemento de permanência do campesinato ao longo do curso histórico. Esta relação social constitui uma construção societária peculiar e mecanismo de autoproteção entre as famílias que casam seus filhos e criam alternativas para que eles passem a se reproduzir coletivamente.

A gente tinha dificuldade aqui em produzir. A terra que pai tem, além da reserva, fica numa vage, alaga todo inverno. Aqui é assim, se fizer sol demais a gente perde, se tiver muita chuva, perde também. (...) Então, quando eu casei, aí comecei a colocar roçado junto com pai, e com meu sogro também. Foi quando as coisas melhorou. E é assim. Quando a gente colhe aqui eu levo para lá. Quando eu colho com meu sogro eu trago pra cá, e todo mundo come, todo mundo vive (Remisson, agregado do assentamento 21 de Abril).

Estas relações societárias, tendo em vista que os relacionamentos por parentescos vindas com os casamentos binários diminuem as despesas de produção em trabalho pago e aquisição de mais terras. Elas se constituem, assim, uma rede de intercâmbio entre os participantes, que fazem da estrutura familiar ampliada, uma estrutura mais sólida, capaz de enfrentar as dificuldades e as sucessivas pressões da estrutura dominante.

Segundo Woortmann (1990), o campesinato constrói suas famílias enquanto grupo doméstico economicizado e unidade de força de trabalho com uma realidade demográfica baseada em um contrato social da reciprocidade enquanto valor. As relações de casamento, amizade e parentesco entre as famílias são os elementos que mantêm e evitam a ruptura da estrutura social e de produção doméstica.

Outro elemento que tem importância na sociodinâmica da permanência dos agregados na terra e, sua afirmação enquanto camponeses é a moradia. Grande parte dos assentados titulares, já vivenciaram, anteriormente, relações de moradia preestabelecidas na terra, antes da constituição em assentamento, o que já evidenciava a importância da terra como morada para recriação do campesinato.

Antes, a condição de moradia era estabelecida pela relação que os moradores tinham com o proprietário da terra. Relação esta organizada para manutenção da força de trabalho na terra (MOREIRA, 1982). Eram justamente a moradia e o cultivo de roçados para o próprio consumo, que atenuava as relações de exploração contida neste “contrato social”. Nesta relação, não era permitido aos filhos do morador o acesso à terra e a casa após sua morte, pois não era construída a condição da hereditariedade. Era estabelecido um rígido controle, onde não se podia sequer construir sem autorização do patrão, sob pena de expulsão (MOREIRA, 1982; DABAT, 2007).

Entretanto, diferentemente das condições expostas anteriormente, o processo de reorganização social, vindo com a criação dos assentamentos, possibilitou a célula familiar nuclear permitir o acesso à terra de morada aos filhos, o que caracteriza fortemente o processo de reprodução socioterritorial do segmento intergeracional. As moradias dos filhos que se anexam às casas dos titulares, constituindo uma célula coletiva. Vale ressaltar que foi a visualização das casas do segmento intergeracional, que serviu de base de orientação na pesquisa de campo, pois assinalava a existência da sociodinâmica da reprodução familiar camponesa de moldura ampliada.

As construções das casas no mesmo espaço, próximas umas das outras, anexadas à casa do assentado titular, direcionou a pesquisa quanto a seleção das famílias, pois compreendíamos que, quando assim se estruturavam, era sinal positivo da existência das famílias ampliadas nos lotes. Tal manifestação social foi verificada nos assentamentos onde as moradias se construíam no interior dos lotes, bem como nos assentamentos que se organizaram em agrovilas.

A pesquisa de campo revelou que 79% das famílias compreendem que foi o acesso à casa e à terra com morada que constituiu um dos motivos da permanência intergeracional. A construção das casas e cômodos dos agregados, diversamente do ocorrido com a geração dos assentados titulares, que dispunham do Crédito Instalação⁵², são realizadas inteiramente com recursos próprios, frutos de um planejamento intrafamiliar, com chancela da assembleia do assentamento.

As famílias recorrem a toda possibilidade de recursos disponíveis localmente, a exemplo da madeira retirada da reserva de mata do assentamento, areia das margens dos rios, bem como da ajuda dos pais e sogros, para, assim, construir as casas de modo a adicionar a moradia preexistente dos assentados titulares. A construção das moradias, apesar de uma tênue separação, pois, habitualmente, se estruturam em casas ou cômodos distintos, se dá de forma coletiva, em anexos à casa do beneficiário tutelar.

Segundo Marcelin (1999), este é o processo que cria uma nova unidade familiar: um agregado, uma “configuração de casas” ligadas por relações de parentesco. “É no conjunto das ações realizadas pelas várias pessoas da família que vivem nessas casas que se vai produzindo domesticidade” em torno do mesmo terreiro (Ibidem, 1999, p. 36).

Nesta forma de morar, se estabelece uma relação de complementaridade entre as gerações de pais e filhos, seja pela partilha da produção, da comida, do cuidado com as crianças ou do trabalho nos roçados. “A casa dos pais deixa de ser apenas a casa da parcela, para ser a casa principal desta nova unidade de residência, que aglutina a família” (MICAELO, 2017, p. 255). As casas dos agregados representam a extensão do ciclo da vida familiar, representam a continuidade do ser camponês e de sua fixação à terra entre as gerações (ver Foto 12).

⁵² Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento aos beneficiários do PNRA.

Foto 12- As casas da família ampliada



Fonte: O autor (2019).

Segundo Oliveira (1987), estaria, aí, o objetivo da realização da família camponesa: a possibilidade de garantir aos seus filhos se reproduzirem, também, enquanto camponeses, ou seja, ficarem na terra. E, neste sentido, o morar é o sinal da realização desse processo, é a possibilidade de permanecerem coesos, ligados por laços de parentescos e das sociabilidades interfamiliares.

Foto 13- Casas dos agregados no lote do assentamento Santa Helena



Fonte: O autor (2019).

O morar é integral, não se divide, é a construção da possibilidade de se construir em determinado espaço. Remete à identidade, à origem e ao vínculo com o lugar, no caso do campesinato, determina o que ele é. Desse modo, os lotes são terra de trabalho e espaços de construção e de continuação da vida, como podemos verificar na fala da senhora Joana Goiana, assentada do assentamento Santa Helena:

*(...) Eu sou parte dessa terra, nunca saí daqui. Aqui tá minha vida. Tudo que eu tenho na vida tá aqui: meu pedacinho de terra, minha casa e minha família
 (...) Nós passa dificuldade, vou dizer, mas, não sei ir pra outro lugar. Meus filhos ficaram aqui comigo, do jeito que eu preciso deles eles precisam de mim
 (...) Graças a Deus aqui eles puderam fazer as casas deles e ficar aqui na terra. Me diga onde eles podiam ir? Aqui tem a terra, tem os bichos, tem a casinha deles e tem a família, qualquer coisa vai todo mundo em cima.*

Neste contexto, o sentido espacial da moradia nos lotes, na terra, assume um conceito amplo, que não se resume à casa como espaço ocupado, mas, ao conjunto de espaços de convívio das famílias, à cápsula protetora, que fornece acolhida e alimento. Ou seja, as moradias construídas pelas famílias possibilitam o abrigo das demais gerações na terra, o que implica na compreensão de diferentes organizações espaciais no assentamento e aponta para a necessidade das novas territorialidades, constituídas pela apropriação integral do território dos recursos que ele contém no sítio e no quintal (MICAELLO, 2017).

O sítio é o conjunto constituído pela moradia e a parte da terra destinada à produção do alimento, do roçado, do uso da terra de forma comunal entre pais e filhos, ao uso contínuo da agricultura, ou seja, é o espaço da reprodução socioterritorial das famílias (MAGALHÃES, 1987). O sítio corresponde, de fato, a um modelo camponês partilhado intersubjetivamente neste contexto e, que podemos considerar ser o ideal de territorialidade que os assentados buscam quando se envolvem no processo de reforma agrária (WANDERLEY, 2003).

O quintal é a extensão da casa, é nele que se combinam toda a galeria de elementos de acesso imediato para a reprodução do campesinato. É o espaço da coletividade, dos recursos disponíveis para as famílias camponesas. Ele é pomar, farmácia, canteiro, dispensa, poleiro, cozinha, entre outros equipamentos, cujas famílias têm obrigação moral de mantê-lo funcionando, em uma equivalência de uso, entre iguais, pois, também, auxilia a reprodução. (MOTTA SANTOS, 1986).

Foto 14- Quintal do sítio



Fonte: O autor (2019).

Foto 15- Quintal: espaço da coletividade



Fonte: O autor (2019).

Contudo, a partir da análise do morar e dos objetivos e limitações envolvidos na moradia dos agregados, também podemos verificar as contradições concernentes a este aspecto. Uma das contradições observadas foi a possibilidade da herança, de forma que os filhos que ali permanecem adquirem direitos socioterritoriais à terra, para além dos legais, quando comparados aos direitos dos filhos que migraram.

Os filhos que permanecem são integrados à terra, caracterizam-se como sucessores dos pais na condução da unidade de produção e adquirem direitos hereditários sobre a terra, como patrimônio. Ou seja, os filhos permanecem e dão continuidade à unidade de produção, empregam trabalho, investem, constroem suas casas, portanto, adquirem uma representatividade social diferenciada entre os seus irmãos que não estão mais na terra.

Outro elemento que, em sua contradição, contribui para o processo de permanência é o problema da renda da terra. Foi relatado, na pesquisa de campo, as dificuldades no aspecto da moradia vividas pelos assentados titulares, antes de serem assentados, bem como das dificuldades vividas pelos filhos, em momentos de saída da terra. Pagar por uma moradia, ou conseguir adquirir uma casa, foram fatores percebidos como grande dificultadores da tentativa de migrar ou se organizar fora da terra, como se consta nas falas:

(...) Meus filhos foram pra o Rio de Janeiro. Só de aluguel gastam metade do que ganham. Eu também já sofri com aluguel. Eles pensavam em ir pra lá, ganhar algum, fazer a vida, e quem sabe um dia, voltar. Mas as coisas são diferentes, lá não tem pai nem mãe, não tem casa, tudo que quer tem que pagar. Qualquer quartinho é muito caro. Comprar um terreno na cidade e construir uma casa, quem pode? Hoje, eles pensam em voltar. Já estão voltando. Esse ano chega um. Não tem como ficar num lugar onde se trabalha para pagar aluguel, e tem que pagar, se não vão pra rua. (Ednilza assentada do assentamento Boa Vista).

Eu acho que ficar aqui não é uma decisão. Vão sair pra onde? Morar onde? Pagar aluguel com quê? O que se ganha fora, com o trabalho, dá pra comer e pagar aluguel? Vão conseguir um lugar nunca. Então, eu acho que alguns ficam por uma falta de oportunidade. As dificuldades lá fora, na minha opinião né, é pior do que se a pessoa ficar. Aqui tem como se trabalhar, comer, e ter uma casa. Se vive com dificuldades, mas se vive, quando um não tem, outro tem. Como se diz, nas cidades se pagam até o chão que se pisa, o terreno. Aqui, se for filho de assentado, passa na assembléia e pode construir a casa ou na parcela dos pais ou aqui na parte comunitária, os agregados como eu. (Alane, agregada no assentamento Padre Gino).

O preço da terra nua no campo⁵³, bem como do aluguel na cidade, são considerados elementos dificultadores no processo de mobilidade espacial da geração dos filhos dos assentados. Neste prisma, a renda terra⁵⁴ se expressa como elemento em evidência no processo de controle do capital fundiário e especulativo sobre o solo. É o domínio do capital privado sobre a terra, o acordo social que está na raiz da sociedade capitalista, imposto à toda a sociedade o preço da propriedade no processo de apropriação do valor trabalho, o que impossibilita o seu acesso às frações mais vulneráveis.

Em contrapartida, as possibilidades econômicas da racionalidade interna camponesa, no processo de sociabilidade concreta, reúnem esforços coletivos na construção das casas dos agregados, o que possibilita a permanência dos filhos no campo. A construção das casas nos lotes dos pais, como forma de moradia coletiva, torna-se o elemento mais viável para a promoção da moradia dos agregados e a manutenção da família camponesa ampliada.

O processo de moradia coletiva implica, também, no processo de partilha das rendas. Dadas as necessidades amplificadas de consumo, pela moldura ampliada das famílias, a partilha dos rendimentos entre as famílias e seus integrantes, compõe uma estratégia de manutenção coletiva. Conforme constatamos na pesquisa de campo, as relações de sociabilidade coletiva implicam no reconhecimento que as necessidades e despesas só podem ser superadas com empenho coletivo das rendas captadas entre as famílias das diferentes gerações.

A renda provinda do trabalho na terra, do excedente de produção, tem importante relevo no processo de manutenção, mas, está sobre uma constante tensão, sujeita às imprevisibilidades da natureza e ao processo de sujeição ao mercado. Contudo, a renda provinda da agricultura, do resultado do trabalho coletivo na terra, foi sinalizada na pesquisa como principal fonte de recursos das famílias. Na Tabela 10, observamos, em percentuais, quais as representatividades das fontes de renda, na composição do orçamento das famílias ampliadas.

⁵³ Segundo dados do INCRA (2019), o preço de venda da terra nua na zona rural, inferior a 1,0 hectare na Zona da Mata, mesorregião do município pesquisado, é de R\$ 13.933,82 (Treze mil, novecentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos). E o preço da terra, com equipamentos e imóveis inferior a 1,0 hectare é de R\$ 14.140,58 (Quatorze mil, cento e quarenta reais e cinquenta e oito centavos).

⁵⁴ Ver Marx (2017), *O Capital*, seção IV do Livro III.

Tabela 09- As fontes de renda e sua representatividade na manutenção das famílias ampliadas

Trabalho na terra	60%
Aposentadorias	55%
Trabalho fora	30%

Fonte: Pesquisa direta (2019).

Ressaltamos que não foi uma tarefa fácil calcularmos a renda média das famílias camponesas. Adotamos uma metodologia para obtermos a renda agrícola, a partir do cálculo por despesas semanais de consumo. Extraíndo, previamente, as possíveis outras fontes de renda, perguntávamos quais eram as despesas das famílias por semana e multiplicávamos por 04 (quatro), que são o número de semanas dos meses, para, assim, obtermos, aproximadamente, uma renda média. A renda média por família ampliada, ou seja, aquela advinda das atividades agrícolas, fruto do trabalho coletivo, entre as famílias, foi de 1.300,00 (Hum mil e trezentos reais). Esta renda é partilhada, entre as famílias que vivem no lote, em média 04 (quatro) células familiares.

As rendas adquiridas pela realização das atividades externas, em especial as aposentadorias dos beneficiários idosos⁵⁵, beneficiários do programa de Reforma Agrária, também assumem significativa importância para a reprodução das famílias. Na pesquisa, verificamos que 91% das famílias pesquisadas possuem algum indivíduo que desempenha trabalho fora da unidade de produção e 50% das famílias possuem um indivíduo aposentado na célula familiar.

Os estudos de Rinaldimeyer (1979) sobre lavradores em Pernambuco realçam a importância que tem, no processo da recriação camponesa, a injeção de rendimentos fora da agricultura, evitando a ruptura do seu modelo reprodutivo. Assim, as rendas externas, os recursos de transferência de renda como o Bolsa Família e aposentadorias, caracterizam o processo de complementaridade da renda provinda do trabalho na terra.

A renda das atividades externas e paralelas decorre da venda de força de trabalho via assalariamento, ou, de alguma diária de serviço “alugado”, recebida por dia de trabalho. Já a renda das aposentadorias, quando comparada às rendas captadas pelas atividades fora do lote,

⁵⁵ Dada a escala de tempo de criação dos assentamentos, e consequente faixa etária da primeira geração, eles já se encontram aposentados, geralmente, existem um aposentado em cada família ampliada.

possui uma maior proeminência na composição do orçamento fixo das famílias, na proporção de 55% a 30%, conforme Tabela 08. Isto decorre da sua regularidade em termos de rendimentos, em relação aos rendimentos das atividades externas, provindas da venda de força de trabalho, que estão vinculadas aos períodos sazonais de produção.

As aposentadorias são partilhadas para o atendimento das necessidades de consumo mais prementes, bem como representam uma capacidade de investimento, dada a possibilidade de empréstimos consignados. Por isso, a importância dos idosos no processo de contribuição de permanência dos agregados na terra.

Aqui, se não fosse as aposentadorias de pai e mãe, eu não sei como a gente ia ficar. A família aumentou, e não é sempre que a gente faz dinheiro com o que tem na terra. Às vezes. Se botar na ponta do lápis, a gente trabalha de graça, pra os atravessadores. Ai, quando isso acontece, as despesas das casas quem assume é pai e mãe. (Elinete, agregada no assentamento Santa Helena).

As famílias ampliadas estão envolvidas em uma complexa mecânica social, onde não existe o menos nem o mais importante, pois uma fonte de renda irá complementar a outra. E, desse modo, a produção em coletividade e a partilha, sejam dos resultados produtivos ou das rendas, figuram-se entre os elementos que garantem sua formação e continuidade na terra.

Em suma, a conformação dos casamentos entre si, e a possibilidade de morar coletivamente, são elementos fulcrais no processo de construção social da permanência camponesa intergeracional. Estas manifestações se expressam entre o conjunto de estratégias sociais de resolubilidade camponesa, diante dos problemas da pequena produção, possibilitam a reprodução socioterritorial das famílias ampliadas. A seguir, veremos como os programas sociais voltados à comercialização contribuem, também, para a reprodução socioterritorial intergeracional nos assentamentos pesquisados.

3.4 A importância dos programas de apoio à comercialização como vetor da reprodução socioterritorial intergeracional e permanência camponesa

Como vimos anteriormente, a reforma do território possibilitou ao campesinato o seu processo de reprodução social em sua perspectiva intergeracional, bem como esse mesmo segmento intergeracional viabilizou o próprio programa de Reforma Agrária. O trabalho

coletivo realizado pelos membros da família ampliada reflete diretamente nos resultados da pequena exploração, e tornou-se elemento fundamental para assegurar a sobrevivência nos lotes. Porém, o acesso à terra foi o primeiro passo para garantir a permanência no campo e se reproduzir socialmente nas frações do território representadas pelos lotes. A criação dos assentamentos sem o acompanhamento de políticas que viabilizem a produção e reprodução camponesa, os coloca diante de problemas estruturais para além de sua capacidade de resolutibilidade interna.

Um dos problemas mais sensíveis ao processo de reprodução dos camponeses nos assentamentos é a comercialização do excedente produtivo, momento que eles se subordinam ao mercado em uma situação desfavorável. Na pesquisa de campo, verificamos que a maioria das famílias camponesas realiza a comercialização do excedente produtivo, dadas as condições estruturais dos assentamentos, pelo intermédio dos atravessadores, figura que se apropria da produção para revendê-la ao mercado (ver Tabela 10).

Tabela 10- Como realiza a comercialização da produção ⁵⁶

Ao atravessador	63%
A programas institucionais	36,6%
Diretamente na feira livre	21%
Diretamente no comércio	15%
À agroindústria	6,4%

Fonte: Pesquisa direta (2019)

Nesta relação comercial, o atravessar preestabelece os preços dos produtos, orientado pelo período da sazonalidade do calendário agrícola e pelas condições impessoais do mercado. Na efetivação do negócio, o atravessador realiza descontos do frete, da possível força de trabalho por ele contratada e de algumas condições peculiares na colheita de determinadas culturas, conforme podemos observar na fala de Marizete, assentada do assentamento Santa Helena.

⁵⁶ Assertiva das respostas não era excludente, podendo ultrapassar o referencial de 100%.

Trabalhar e vender para o atravessador é a pior coisa que tem, mas a gente não conseguiu sair disso ainda. A gente planta e chega a época que tem que vender a quem aparecer, se não perde tudo, o prejuízo é grande (...) Já tem um grupo certo que anda por aqui sabe. Quando compra num ano, no outro, se ele quiser, vem de novo. Aí veja só, eles chegam aqui, dá o preço, desconta os trabalhador, o frete e o peso do barro. Eu vendi mandioca nesse verão. A terra tava seca, não tinha barro pregado nela, isso só acontece quando a gente vende alguma coisa no inverno, mas eles desconta, além de tudo, o peso do barro, quando você ver, você está trabalhando pra ele.

Esta relação se caracteriza como um processo de subordinação do trabalho das famílias camponesas ao capital, que subsume as rendas da terra e do trabalho. Diante disto, a criação de políticas voltadas à comercialização sinaliza elementos de extrema importância para os camponeses. Neste contexto, destacamos o PAA⁵⁷, o programa que surge como política de fornecimento de alimentos, de estímulo à produção e como uma alternativa da comercialização aos atravessadores. Sua criação é resultado de um processo de pressão da classe trabalhadora e dos movimentos sociais do campo, diante dos descompassos nas políticas agrícolas, entre a grande e a pequena exploração, adotadas pelo Estado.

O Estado brasileiro, historicamente, optou por um sistema de proteção social das economias capitalistas centrais. Estas economias produzem *commodities* a partir das monoculturas, destinadas ao mercado externo, que tem em sua base produtiva um forte pacote de estímulos e insumos agrícolas, ficando a pequena agricultura desprestigiada, mas, responsável pela produção de alimentos.

Segundo Cardoso Júnior e Jaccoud (2005), essa desigualdade fez com que o Estado, na década de 2000, interviesse e instituísse certas medidas de proteção à produção familiar, tendo em vista a incapacidade do mercado em assegurar o “bem-estar social”. Neste contexto foi criado o PAA, em 2003, no primeiro governo Lula. O programa foi concebido como “um dos principais eixos estruturais do Programa Fome Zero⁵⁸ do governo federal, que juntamente com o Bolsa Família, a partir da proposição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e

⁵⁷ Não fazemos alusão ao PNAE, devido à pouca participação das famílias pesquisadas ao programa (9%).

⁵⁸ O Programa Fome Zero (PFZ) foi coordenado pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, na gestão do ministro José Graziano da Silva. O PFZ foi estruturado em três pilares fundantes: a) ampliação da demanda efetiva de alimentos; b) barateamento do preço dos alimentos em razão do baixo poder aquisitivo da maioria da população; e, c) programas emergências para atender a parcela da população excluída do mercado (BELIK, SILVA e TAKAGI, 2010).

Nutricional (CONSEA)”, se constituiu como ferramenta importante para a reprodução dos camponeses, bem como para alimentação da população vulnerável (VELOSO, 2017, p. 6).

O PAA foi instituído pela Lei Nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto Nº 4.772 de 2 julho de 2003, alterado pelo Decreto Nº 5.783, de 15 de agosto de 2006. Ele está abrigado no interior das estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O programa tem como objetivo combater a fome e a miséria das populações em situação de insegurança alimentar e a formação de estoques estratégicos, através da compra de alimentos produzidos pelos agricultores familiares sem a necessidade de licitação e, posteriormente, a sua doação para famílias e entidades da rede socioassistencial, em escala local. Os contratos podem ser formalizados entre R\$ 6.500,00 (seis mil quinhentos reais) e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dependendo das modalidades e da Declaração de Aptidão do Pronaf (DPF) de cada fornecedor (BRASIL, 2003, 2006).

Sua operacionalização se dá pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em 06 (seis) modalidades, a saber: Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea (CPR - Doação), Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR - Estoque), Incentivo à Produção e consumo de Leite (PAA - Leite), Compra de Sementes e Compra Institucional (CI). (BRASIL, 2018).

Segundo Veloso (2017, p. 26), o PAA é:

(...)referência internacional de uma política pública brasileira bem-sucedida, num período que o país exercia certo protagonismo nas relações internacionais. O modelo do PAA despertou interesse de países da América Latina e Caribe e teve experiências pioneiras no continente africano. Ao priorizar a compra dos agricultores familiares, estimula a produção de gêneros alimentícios e dinamiza a economia local. No mesmo patamar visa a segurança alimentar e nutricional, pois auxilia com as doações de gêneros alimentícios para as entidades e famílias em vulnerabilidade social.

Na plataforma do programa, o Estado atribui destinação obrigatória dos recursos financeiros das Instituições públicas federais, em destinar, no mínimo, 30% a gêneros alimentícios oriundos da agricultura de base familiar (BRASIL, 2006). O programa surge como um potencial mercado institucional de compra de alimentos da agricultura camponesa para alimentação escolar, creches, asilos, hospitais, presídio, entre outros, ao passo que fomenta um canal de comercialização direta com os camponeses, sem a intervenção do atrevessador,

favorecendo, assim, a geração de renda e a dinamização da economia local. O PAA é uma das poucas iniciativas do Estado em dar oportunidades aos pequenos.

A comercialização do excedente produtivo, via PAA, oferece um preço mais justo pela produção camponesa, não sujeito diretamente às condições do mercado. O programa compra a produção por um preço maior que o preço oferecido pelo mercado comum, e mantém esse preço durante a vigência do contrato com o fornecedor, a partir do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) (CONAB, 2019).

O PGPAF e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) se constituíram importantes ferramentas para diminuir as oscilações na renda dos produtores rurais e assegurar uma melhor remuneração, como podemos ver na Tabela 11, a partir da análise comparativa dos preços praticados no mercado comum, na Central Estadual de Abastecimento de João Pessoa (CEASA- JP) e os preços convencionado pela Conab.

Tabela 11- Comparação de preços dos produtos praticados pela Ceasa e pelo Conab

Produto em kg	Preço em reais do Ceasa JP(x1000)	Preço em reais do Conab (x1000)
Feijão	R\$ 1,00	R\$2,72
Milho	R\$ 1,00	R\$1,67
Batata doce	R\$ 1,10	R\$1,63
Inhame	R\$ 3,40	R\$4,87
Fava	R\$ 0,44	R\$4,50
Mandioca	R\$ 0,85	R\$1,48
Abacaxi	R\$ 1,00	R\$1,17

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor em novembro de 2019.

Os instrumentos supracitados garantem a manutenção dos preços preestabelecidos, não os vinculando às imprevisibilidades e flutuações do mercado e às peculiaridades da sazonalidade.

Quando a gente vende para Conab a coisa é melhor. Ela oferece um preço maior e não baixa de preço durante o ano. Aquele preço oferecido é o mesmo durante o ano todo, aí quando o preço é bom a gente trabalha melhor. Nem tem como perder o que planta, já tem comprador certo. Eu boto todo ano pra

Conab, não sei esse ano né? (Marizete, assentada do assentamento Santa Helena).

Assim, a compra da produção das famílias camponesas em momento adequado e a preços mais compensadores, trouxeram uma segurança e incentivo ao pequeno agricultor, que começou a passar a planejar suas atividades pela perspectiva de um horizonte maior de previsibilidade (CONAB, 2019). Este processo não só envolveu os fornecedores diretos, mas, conseguiu alcançar outras famílias camponesas que se inserem indiretamente.

Observamos durante a pesquisa que a participação no programa também incentivou as dimensões produtivas e comerciais no interior dos assentamentos entre os assentados que não participam diretamente do programa. Dada a regularidade no fornecimento dos alimentos e, devido às condições edafoclimáticas dos assentamentos e das diferenciações produtivas de cada lote, os fornecedores, para manter o contrato, regularmente adquirem gêneros de outras famílias não participantes do programa, estimulando a produção e gerando renda às outras células familiares.

(...) Eu vendo para o meu cunhado sempre que ele manda para Conab e pra escolas. Eles lá exigem alguns produtos que não tem na terra, ele não tem como produzir tudo, então, a gente vende. Sempre vende. Assim, ele tem batata lá na parcela dele, mas não tem como colocar as outras lavouras, e eu tenho aqui na minha parcela macaxeira, então ele pega comigo. O preço que ele paga sempre é a metade do que ele recebe pela Conab, ele sempre faz assim. (...) Mesmo assim, o preço ainda é maior que se eu fosse vender pra os atravessador. Eu vendo pra outros também, eles sempre perguntam e dizem deixa isso aqui que eu compro (Josilane, assentada do assentamento Rainha dos Anjos).

Neste sentido, o mercado institucional criado a partir do PAA ressignificou o processo de produção e comercialização no interior dos assentamentos (CARVALHO, 2011). A dinâmica do próprio programa condicionou a criação de vínculos produtivos entre as famílias participantes com as outras famílias que não participam diretamente. Estas famílias se intercompletam em sua organização produtiva, para fornecer produtos aos fornecedores do programa, e assim, também, captar renda. Deste modo, todos que estão circunscritos no processo produtivo, que denota a importância que o programa desempenha no processo de reprodução socioterritorial.

No Estado da Paraíba e, em específico nas áreas de assentamento da Reforma Agrária, o PAA possuiu relevância entre as políticas de combate à fome do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, na modalidade doação, bem como se constitui uma importante fonte de recursos às famílias camponesas na aquisição de sua produção (FIGUEIREDO e TARGINO, 2019; CORREIA, 2020).

Os recursos provindos do PAA assumem um lugar de relevo no processo de reprodução intergeracional e de permanência das famílias ampliadas. Tal perspectiva foi apontada por 54% dos agregados como um dos elementos que estimula o processo produtivo e a comercialização da produção, bem como sua permanência na terra, dada a garantia da compra dos produtos pelo programa (ver Tabela 12).

Tabela 12- Valores em reais dos projetos formalizados e executados do PAA no município de Sapé e nas áreas de assentamento (2010-2019)

Ano	Valor formalizado no Estado da Paraíba	Valor formalizado no Município de Sapé	Valor executado	Valor executado em áreas de assentamento da Reforma Agrária	Quantidades de fornecedores de área de assentamento da Reforma Agrária
2010	8.183.473,40	251.132,86	251.132,86	51.692,86	25
2011	8.895.549,32	99.990,00	99.990,00	0	0
2012	10.306.188,31	113.742,44	113.742,44	113.742,44	26
2013	13.458.867,42	456.168,89	399.915,35	355.233,08	76
2014	14.278.829,25	535.974,96	523.599,29	523.599,29	68
2015	15.299.979,64	807.906,35	679.886,66	679.886,66	95
2016	12.462.648,38	277.451,26	268.409,42	268.409,42	35
2017	6.014.328,33	773.975,26	766.175,17	766.175,17	102
2018	3.313.598,82	119.999,93	118.979,11	118.979,11	15
2019	900.922,93	167.998,80	0	0	0

Fonte: Conab (2019). Elaborado pelo autor (2019)⁵⁹

Conforme mostra a Tabela 12, grande parte dos recursos do programa no município de Sapé são executados em áreas de assentamentos da Reforma Agrária, o que contribuiu diretamente para o processo de estruturação produtiva dos mesmos e das famílias assentadas, tendo como anos de maior expressividade 2013-2015 e 2017. Neste período, além da ampliação sucessiva dos recursos, ampliou-se o número das famílias participantes.

⁵⁹ Tabela elaborada em novembro de 2019, a partir dados do site da Conab. Os dados extraídos no site à companhia não registram as informações anteriores a 2009.

Os recursos do PAA incorporam-se ao orçamento das famílias de forma a possibilitar a permanência dos agregados na terra. Estes recursos, dada a regularidade do seu recebimento, possibilitaram uma reorganização produtiva interna dos lotes, onde as famílias passaram a projetar maiores alternativas e outros investimentos à produção, o que lhes permitiu se reproduzir e permanecer na terra integracionalmente.

(...) Eu ia sair daqui. Eu já tava cansado de trabalhar e num ver os resultados (...) Quando a gente começou a produzir para a Conab, foi quando as coisas melhorou. Pai ficou disse agora tem trabalho pra vocês e todos vão ganhar também. Foi com o dinheiro da Conab que compramos televisão, ajeitar a casa que tava precisando, máquina de roupa, e essa criação. Meu pai falou que essa ficava com a gente eu e meu irmão, para gente ter o nosso, e né que ela já tá fazendo dinheiro (Joelson, agregado no assentamento Boa Vista).

Como observamos, a certa estabilidade promovida pela venda do excedente produtivo ao PAA, dada a captação de um aporte de renda maior, auxiliou os diversos grupos familiares que participam da produção a tomarem decisões conjuntas e voltadas aos interesses coletivos, sejam eles de consumo ou na objetivação da permanência na terra.

Foto 16- Criação de carneiro adquirido a partir dos recursos do PAA



Fonte: O autor (2019).

A renda captada pelas famílias a partir do PAA reelaborou internamente não só a lógica produtiva, mas, a realização e a circulação da produção. Conforme verificado na pesquisa, foi com os recursos do programa, que, por exemplo, as famílias adquiriram equipamento de irrigação, ampliando a capacidade produtiva, podendo participar semanalmente das feiras livres, bem como adquiriram motocicletas para a realização do transporte da produção, quando vendida, em pequena escala.

No que se refere à circulação da produção, esta é apontada pelos assentados como um dos entraves e ordenador substancial de despesas. O estudo de Simão *et al.* (2017) já relatava que um dos grandes obstáculos à produção camponesa é a entrega dos produtos. Segundo os autores, a maioria dos proponentes participantes tendem a se deslocar do campo para a cidade, para, então, realizar a entrega dos alimentos, tornando-se um problema, já que os mesmos não dispõem de veículos próprios, o que eleva os custos devido à contratação de transporte. Desse modo, a aquisição de equipamentos, sejam o de irrigação ou a motocicleta, promovem uma maior eficácia produtiva, o que garante melhores resultados à produção, que são vertidos às necessidades das famílias.

Os recursos provindos do programa, e, mais especificamente, a modalidade como são recebidos, de uma vez só, também possuem relação direta com o processo de recriação do campesinato assentado e sua reprodução socioterritorial intergeracional. Durante a pesquisa, nos foi relatado pelos assentados e pelos agregados, que foram esses recursos que possibilitaram a construção das moradias das células familiares agregadas no lote.

(...) foi com o dinheiro da Conab que a gente começou a construir a minha casa. Todo ano fazia uma parte, levantava, cobria, rebocava. Você sabe construção, toda ela, é muito cara. E onde a gente tem condições de tirar seis mil, oito mil de uma vez só aqui da terra. Então a gente foi construindo aos pouquinhos. Hoje é a do meu irmão, levantada já tá (Joelson, agregado no assentamento Boa Vista).

Essa forma de sociabilidade entre as famílias se dá justamente na capacidade que elas possuem em se recriar na coletividade, onde o ganho de um representa a conquista do outro. Os recursos do PAA, destinados à construção das casas dos agregados revelam não só o desejo do titular assentado, que é o contratante, em destinar os recursos do programa a esta finalidade, como representa, também, a possibilidade da continuação da produção, dada a força de trabalho contida, e sua recriação enquanto sujeito social pelos filhos que permanecem no lote.

Foto17- Construção da casa da célula familiar agregada no lote



Fonte: O autor (2019).

Assim, o PAA assume uma dimensão maior, seja como uma política de atendimento às necessidades de alimentação das populações mais vulneráveis, seja como uma política de estímulo à compra da produção camponesa, garantindo condições de reprodução socioterritorial e de permanência das famílias agregadas na terra.

Contudo, a partir do ano 2016, o PAA passou a sofrer sérios ataques, bem como todas as políticas sociais e redistributivas. A reeleição da presidenta Dilma Rousseff, em 2014, provocou no setor financeiro e no patronato brasileiro uma inconformidade com a manutenção das políticas econômicas e com os programas sociais. Esta inconformidade desencadeou uma crise institucional que resultou no golpe de 2016. Isto resultou em cortes nos investimentos públicos em diversas áreas e programas sociais.

Após o golpe de 2016, que depôs a presidenta Dilma Rousseff, o cenário tornou-se preocupante, pois, colocou em risco a continuidade dos programas sociais. Com o golpe, o conflito capital x trabalho, estabelecidos pelos setores majoritários do capital que se alinharam,

no sentido de ampliar o processo de controle do Estado, se agudizou. Neste processo, o Estado teria de ser realocado aos interesses da acumulação capitalista.

Neste ínterim os ataques aos direitos dos trabalhadores (rurais e urbanos) e aos programas sociais, dentre os quais o PAA, se efetivaram. Neste contexto, os elos construídos foram quebrados. Os sucessivos cortes nos recursos destinados ao programa, entre 2015 e 2018, sendo, este o último ano do governo golpista de Michel Temer, chegaram à ordem de 78,33% no Estado da Paraíba, e de 85,15 % no município de Sapé, sendo as áreas mais prejudicadas as dos assentamentos, vistos serem majoritariamente os fornecedores do programa no município (CONAB, 2019).

Já no ano 2019, primeiro ano do (des)governo Bolsonaro, o processo de asfixia do programa assume ritmo galopante, com a ruptura dos projetos preestabelecidos. Em 2019, nenhum contrato foi executado, até a data final da pesquisa, exterminando as possibilidades de recriação e reprodução camponesa a partir do programa. As contradições e os desmantelamentos, resultantes desse processo de desmonte, serão melhor abordados no capítulo a seguir. No tópico seguinte, realizaremos uma leitura sobre os processos de resistência das famílias camponesas na terra.

3.5 A reconstrução do controle social: a permanência intergeracional como resistência

Nesta sessão, concentraremos nossos esforços analíticos na sociodinâmica da permanência como elemento da resistência camponesa intergeracional nos assentamentos da Reforma Agrária. A permanência do campesinato, aqui investigado, se dá na análise do segmento intergeracional, ou seja, dos filhos que permanecem na terra e se integram aos processos (re)produtivos.

Durante a pesquisa de campo, verificamos que esta dinâmica se faz presente na maioria dos assentados pesquisados, e compreende o referencial de 62,3%. Para cálculo, verificamos a quantidade de filhos da família titular, que, quando atingem a idade adulta e constituem suas famílias, permanecem na terra, na condição de agregados.

Como fenômeno, a permanência camponesa intergeracional é compreendida como uma complementariedade das relações de caráter estrutural vividas pelos camponeses, ou seja, ela aponta uma tendência que se orientou pelos processos de transformações históricas e sociais, que foram impressas no território. Ela se refere aos processos de ajustes na busca de autonomia,

onde o ficar se apresenta como a alternativa mais viável, face o acesso coletivo da terra, as diferentes possibilidades de trabalho, moradia e alimentação.

Desse modo, compreendemos que a permanência intergeracional do campesinato assentado se dá atrelada aos processos de autonomia para além da razão econômica. A autonomia que estamos nos referindo não significa a independência ao modo de produção capitalista, nem as pressões externas provenientes dele, mas, na capacidade de elaborar mecanismos socioterritoriais que possibilitem partilhar dos resultados do trabalho, da moradia e da alimentação, capazes de manter na terra as distintas gerações contidas nos assentamentos, se constituindo uma resistência às desigualdades econômicas as quais estão sujeitos os camponeses.

Esta permanência pressupõe constância, continuidade, firmeza e é mediada pelos processos de recriação, reprodução e resistência das gerações distintas do campesinato da Reforma Agrária na terra. Ela é um estado de condições que se expressam na superação das necessidades vitais. Compreendê-las exige investigar múltiplas dimensões da vida do segmento populacional dos agregados, analisando como eles se relacionam com as tensões existentes no trabalho e no território.

Neste sentido, a dinâmica da permanência também está ligada diretamente ao processo de resistência e de reinvenção do campesinato, o que nos remete ao processo de luta constante, enfrentada pelos camponeses, em todas as etapas da vida. A compreensão de resistência aqui construída se dá a partir dos referenciais de Scott (2000) e Fabrini (2008).

Na compreensão de Scott (2000), a resistência se dá a partir das práticas vivenciais e cotidianas na conformação de estratégias diagonais, ou seja, que não se colocam na mira do confronto. Assim, não estamos falando de uma resistência do ponto de vista revolucionário, mas do conjunto de estratégias, que direta ou indiretamente se colocam a partir da luta e das resistências diárias frente à lógica dominante, se recriando, se reproduzindo, e permanecendo no campo em uma perspectiva intergeracional.

Em Fabrini (2008), a resistência camponesa é compreendida “como o conjunto de relações assentadas no território, contrárias ao processo de organização capitalista”. A produção para “autoconsumo, a autonomia e o controle no processo produtivo, a solidariedade, as relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo” (p. 239-240).

Por representar uma forma de territorialização, a permanência é compreendida como uma dinâmica geográfica da experiência vivencial desenvolvida pelos camponeses, a partir das

sociabilidades concretas das relações de trabalho no processo (re)produtivo. A sociabilidade remete à capacidade deles decidirem, organizadamente, suas pautas políticas, sociais e econômicas, e buscar soluções para seus problemas em atendimento às suas necessidades, e, nisto, viabilizar a unidade camponesa de produção e a reprodução social das famílias.

O tamanho médio dos lotes dos assentamentos é de 9,3 hectares, sobre uma pressão demográfica de 4 (quatro) famílias, com desenho populacional em torno de 11 (onze) pessoas. Desse modo, como já sinalizado anteriormente, para que o campesinato se reproduza e possibilite a permanência do segmento intergeracional, diversos mecanismos de ajuste territorial são acessados pelas famílias, a exemplo: o uso integral e coletivo do solo, as técnicas de pousio curto, o plantio das lavouras consorciadas e a construção de moradia anexas às casas dos titulares.

Destacamos, também, que uma maior disposição da força de trabalho caracterizada pela permanência intergeracional, além de reduzir o esforço na produção, também possibilita numa maior oferta de venda de força de trabalho, caracterizando-se numa maior capacidade de obtenção de rendas, que são, também, compartilhadas entre as famílias que compõem a unidade de produção (BOSERUP, 1987). Estas estratégias internas desenvolvidas pelos camponeses que têm pouca terra são orientadas para amenizar a pressão demográfica, à medida que possibilitam prover a reprodução do contingente ampliado.

Wolf (1970) coloca que o campesinato se utiliza de todo um compêndio de alternativas de sua ordem social para permanecer enquanto camponeses:

(...) em busca de solução para seu dilema fundamental. A existência de uma vida camponesa não envolve meramente uma relação entre camponeses e não camponeses, mas um tipo de adaptação, uma combinação de atitudes e atividades destinadas a sustentar o cultivador em sua luta pela sobrevivência individual e de toda sua espécie, dentro de uma ordem social que o ameaça de extinção.” (Wolf, 1970, p. 34)

Desse modo, as estratégias de recriação do próprio campesinato referem-se ao conjunto de ações e adaptabilidades do processo produtivo que estão em constante investimento, recompondo sua estrutura social e econômica interna em atendimento das necessidades ampliadas das famílias.

Chayanov (2014) atribui à unidade de produção familiar o aspecto de microeconomia particular, responsável, em muitos contextos, por uma mobilização especialmente alta em

relação aos investimentos e, portanto, capaz de apresentar alta capacidade estrutural de internalização de inovações. Assim, o local apresenta-se como catalizador do desenvolvimento, na medida em que possui um conjunto de vantagens que permite formas descentralizadoras de produzir, bem como desenvolvem uma mobilização de sociabilidades de pertencimento no segmento intergeracional, ou seja, desenvolvem a territorialidade da permanência.

Desse modo, a capacidade de adaptação é capacidade de permanência:

(...) eis a chave heurística da questão. Em torno dela polarizam-se, desde mais de um século, tensos debates entre posições que defendem a incapacidade das unidades camponesas de internalizarem excedentes e, a isso associada, uma necessariamente baixa capacidade de investimento, de formação de capital e inovações (COSTA, 2012, p. 47).

Assim, o desenho populacional das famílias ampliadas no território, além do confronto com a linha de pensamento malthusiano, que preconiza que a elevação populacional levaria a inevitáveis dificuldades insuperáveis, ressignifica a compreensão ortodoxa do marxismo sobre o “destino linear” do campesinato.

Neste sentido, resgatamos as concepções de Marx (1982), em resposta à Vera Zasulich. Na carta de resposta, Marx coloca que o campesinato deveria ser analisado em caso específico, ou seja, dependendo das peculiaridades sociais, econômicas, técnicas e populacionais de cada lugar. Desse modo, o autor reconheceu a multilinearidade da história das sociedades humana e, pôs fim ao equívoco da teoria geral da história.

Nos *Grundrisse*, manuscritos econômicos de 1857-1858, só publicados em 1935, Marx (2011) deixou bem claro que, para atender ao processo de acumulação, o capital é capaz de criar e recriar relações sociais de produção não-capitalistas. Ou seja, o processo de desenvolvimento do capitalismo não aniquila totalmente as relações não-capitalistas, mas, as subordina de forma desigual e contraditória, possibilitando a resistência e a recriação camponesa.

Entretanto, a sociodinâmica da permanência dos agregados, como segmento intergeracional nos assentamentos, também reflete algumas tensões territoriais, seja no não reconhecimento institucional desse segmento, nas contradições das relações de hereditariedade e sucessão, ou, mesmo, no processo de imobilização socioterritorial frente ao processo de amplificação do domínio do capital fundiário no território.

Os agregados pertencem a uma geração que não tem título de posse da terra, não tem acesso a créditos enquanto agricultores familiares nem o reconhecimento institucional. Por não serem titulares, têm dificuldade em provar que vivem de fato do trabalho da terra. Essas tensões, dada a inexistência destes reconhecimentos formais, “estabelece hierarquias e cria restrições diretas à sua sustentabilidade exclusiva com o trabalho na parcela. Aliás, uma boa parte destes filhos de assentados recorrem, também, ao trabalho assalariado fora do assentamento” (MICAELO, 2017, p. 254).

A sucessão intergeracional não foi prevista no Programa de Reforma Agrária, uma vez que os assentados titulares do lote não podem passar a posse da terra, na condição de lotes, para os filhos, nem em vida, nem a partir do instrumento de herança pós morte.

Especificamente sobre as práticas de herança após a morte do titular da terra, a legislação agrária impede o fracionamento do lote de acordo com limites impostos pelo Estado. Desta forma, o Estado constrói uma representação à qual a família de assentados deve corresponder, sob pena de lhes ser retirada a posse da terra (CORDEIRO, 2010, p. 104)

A “herança é um regime legal que não se aplica aos beneficiários da reforma agrária, no caso de morte do casal a quem foi concedida a parcela, não existem preceitos administrativos que deem conta da situação” (MICAELO, 2017, p. 252). Da mesma maneira, a herança⁶⁰ não é um instrumento defendido pelos movimentos socioterritoriais do campo. Ela é um processo contraditório ao Programa de Reforma Agrária. Para os movimentos sociais, a alternativa das gerações de sucederem o titular do lote seria novamente o processo de luta.

Desse modo, diferentemente da esfera jurídica, os assentamentos têm em seus estatutos o reconhecimento dos agregados, os sucessores dos titulares⁶¹. Em casos de sucessão por morte

⁶⁰ Neste contexto, cabe aqui fazermos uma diferenciação quanto as abordagens conceituais. A herança significa direito legal, um direito estabelecido e construído por um Estado capitalista, de reconhecimento à propriedade privada com todas as contradições que esse direito contém. A sucessão é um processo sociohistórico natural nos grupos sociais camponeses. Ela é estabelecida por uma ordem moral interna para continuidade ao grupo familiar e o processo produtivo.

⁶¹ Um dos poucos trabalhos que têm analisado a sucessão entre as famílias em assentamentos de Reforma Agrária são os realizados por Cordeiro (2010, 2011). A autora realiza suas pesquisas em assentamentos já emancipados, onde o título definitivo de propriedade já havia sido atribuído às famílias assentadas, contexto diferente aos assentamentos por nós pesquisado. Cordeiro observa a problematização e a articulação mediada entre os arranjos familiares locais e a lei geral sobre o direito sucessório.

ou desistência, é resolvida por um acordo em conjunto, decidido em assembleia e encaminhado para o INCRA, para que, assim, possa atribuir um novo título de concessão de posse.

Durante entrevista realizada, a superintendência do INCRA do Estado da Paraíba, o setor de desenvolvimento (responsável pelo acompanhamento dos assentados) apontou a substituição como solução que pudesse contemplar a sucessão do contingente intergeracional nos assentamentos. Quando algum beneficiário deixa o programa de Reforma Agrária, o lote é repassado, substituído por outro beneficiário, em sua maioria, por algum agregado. Essa expectativa nos foi relatada por 69% dos agregados durante a pesquisa, onde os agregados nos responderam que sua permanência no lote dos pais na condição de morador/agregado, está, também ligada, à possibilidade de assumir um lote por substituição. A expectativa pelo processo de substituição, ao passo que remete aos processos de resistência e permanência, também, reforçam as questões fundiárias, não rompendo com a estrutura legal da propriedade privada da terra.

Na atualidade, é notório que o processo de luta se arrefeceu nos últimos anos, como podemos verificar nos dados do Dataluta, quando observamos os números de ocupações no Brasil, bem como em número de criação de assentamentos no país e no Estado da Paraíba (ver Tabela 13).

Tabela 13- Número de ocupações e criação dos assentamentos (2014-2018)

Período	2014	2015	2016	2017	2018
Número de Ocupações no Brasil	235	251	212	169	143
Número de Assentamentos criados no Brasil	145	81	28	25	63
Número de assentamentos criados na Paraíba	6	0	1	3	1

Fonte: DATALUTA- Banco de Luta pela Terra- Relatório-2019 (2019)

Segundo o líder do MST, João Pedro Stédile, em entrevista à Revista *Exame*, no período atual “a mobilização deve ser menor porque as chances de se atingir o objetivo também são mais baixas”. As famílias são movidas pela ação concreta que traz resultados.

As famílias não fazem ocupação por um protesto político, fazem na esperança de ter aquela terra e ter solução para o seu problema. Quando percebem, pelas forças políticas que estão no governo, que o Incra está praticamente fechado, que não tem perspectiva nenhuma de ele (o governo) dar uma recuada, então nós estamos num tempo de recuo, de ficar no estacionamento esperando mudar o vento para ver como se altera a correlação de forças políticas (STÉDILE, 2019, p. 1).

O cenário atual demonstra que no campo da política agrária o Estado condiciona uma inércia proposital e aparelhada a favor da grande exploração. Suas ações correm no campo de modificar o aparelho legal para dar segurança jurídica com propósito de ampliar a capilaridade e domínio do capital fundiário. Podemos citar a Medida Provisória número 910, de 10 de dezembro de 2019, que instituiu novas regras para a regularização de terras, alterando dispositivos das Leis Nº 11.952, de 25 de junho de 2009 (dispôs sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União), Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (institui normas para licitações e contratos da administração pública) e Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que trata dos registros públicos (BRASIL, 1973, 1993, 2009, 2019).

Segundo Tooge (2019), o principal objetivo da MP 910/19 é a titulação de grandes posses irregulares de terras não destinadas da União e conceder cerca de 600 mil títulos numa tentativa de legalizar a grilagem. Para o autor a edição desta MP deve ser compreendida no conjunto de atos e pronunciamentos do presidente Bolsonaro, como por exemplo, falas valorizando o “dia do fogo”, acusações a entidades não governamentais ambientalistas e movimentos sociais, criação de dispositivos como Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para o campo, entre outras, explicitam uma “política de confronto”, e consequente desidratação das políticas que beneficiam especificamente o público da agricultura de base familiar.

Neste sentido, diante das colocações, levantamos, inicialmente, uma hipótese que a permanência do segmento intergeracional nos lotes da Reforma Agrária representava um processo de imobilização, que enfraquecia a luta por terras e facilitava o avanço do capital fundiário no campo. Contudo, essa hipótese não se confirmou, em sua plenitude. Ao contrário do que dizem as literaturas da ortodoxia e da economia rural desenvolvimentista, os camponeses não se encontram estáticos, mas em permanente estado dinâmico, movendo-se continuamente no espaço e no território em busca de sua sobrevivência e de sua permanência diante das contradições vividas em cada momento histórico.

As condições jurídicas institucionais atuais que promovem o bloqueio, criminalização e perseguição dos movimentos sociais de luta por terra, com vigoroso uso da violência, são os elementos que fragilizam as ações e estratégias dos movimentos socioterritoriais na luta por terra, pois, são vidas que são ameaçadas e postas na mira. Em nossa compreensão, o recuo no processo de luta por territorialização não pode dar a ideia de imobilização, pois isto só favorece consideravelmente o avanço do capital no campo e a amplificação do controle fundiário, que não encontra o mínimo obstáculo à sua ação expansiva.

A chama da luta não apagou. Os camponeses, aqui abordados em uma perspectiva intergeracional, ou seja, que já estão na terra, em uma condição peculiar, continuam, mesmo que indiretamente, na trincheira, sendo agora em outro tipo de luta. A luta do segmento intergeracional não é mais a luta pela terra, pois esta luta é compreendida por eles como etapa já conquistada, dado o acesso à terra dos assentados titulares. A luta, na atualidade, é para continuar na terra, para o desenvolvimento de sua reprodução socioterritorial.

Tal compreensão foi verificada na pesquisa quando inquirimos sobre o tamanho da terra em relação ao atendimento das necessidades das famílias, onde 73,3% dos sujeitos pesquisados responderam positivamente. Esta representatividade decorre do fato do acesso integral à terra entre os sujeitos das distintas gerações e do conjunto de estratégias socioterritoriais por eles desenvolvidas pelas famílias camponesas ampliadas (relações de parentesco, vizinhança, casamentos binários e técnicas mais eficientes para ampliação da produtividade) atendem, em primeira ordem, às necessidades das famílias.

As estratégias guiadas pelas famílias, como bem coloca Chayanov (2014), são autorreguladas. Ou seja, o limite da terra, o excesso populacional, os problemas de ordem produtiva são regulados pelas estratégias peculiares por eles desenvolvidas, de modo a conseguir um equilíbrio que garanta a reprodução. Neste sentido, a luta agora, como apontada por eles, é para se reafirmar, permanecer e se recriar diante das condições às quais são submetidos do ponto de vista territorial e produtivo, como podemos ver na fala de Alane⁶², militante da CPT e agregada, no lote dos pais no assentamento Padre Gino.

Temos que ver de que luta estamos falando! A luta pela terra já foi realizada pelos nossos pais, e por nós também. Terra pouca ou muita, nós temos. A luta nossa de cada dia é pra conseguir sobreviver nela e dela. Cada uma com seu afazer, fazendo a unidade de produção funcionar, nos alimentar e a alimentar os outros. Hoje, nossa preocupação é ter programas de comercialização justos, ter como produzir, ter condições de ficar aqui na terra enquanto camponeses. (...) Temos que construir tudo isso e na luta que continua. Enquanto tiver desigualdade, tem luta.

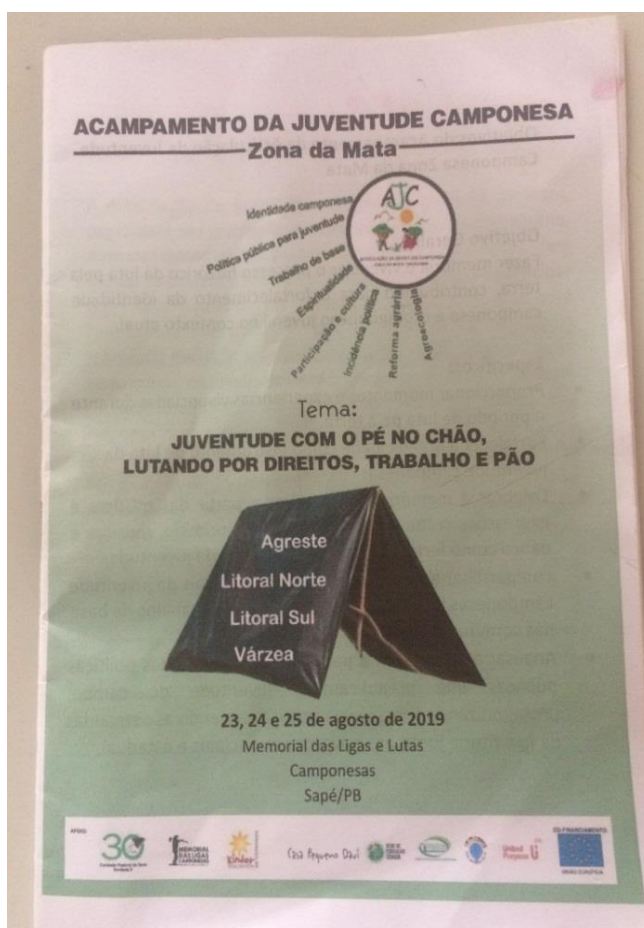
Na fala de Alane, verificamos, além do processo de continuísmo da luta, que um dos objetivos da reprodução socioterritorial intergeracional camponesa é a permanência, e as condições socioeconômicas para que ela ocorra. Trazemos, como exemplo, as atividades desenvolvidas permanentemente pelos camponeses assentados, em especial os camponeses

⁶² Alane, mulher, camponesa, militante, agregada, é Presidente do Memorial das Ligas Camponesas de Sapé, integrante da CPT, coordenadora da Juventude Camponesa da região da várzea e educadora popular.

agregados, representantes da segunda geração. Jovens que se articulam coletivamente para lutar pela construção diária da formação de base da identidade camponesa e pelo acesso às políticas que garantam a permanência intergeracional, com dignidade, no campo.

Neste contexto, foi realizado, entre os dias 23 a 25 de agosto de 2019, o primeiro Acampamento da Articulação da Juventude Camponesa da Zona da Mata Paraibana (AJC) ocorrido no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, em Sapé. O acampamento reuniu assentados, agregados e a juventude dos assentamentos do Agreste, Litoral Norte, Litoral Sul e Várzea. Teve como objetivos: “fazer memória e vivenciar o processo histórico de luta pela terra, contribuir para o fortalecimento da identidade camponesa e protagonismo juvenil no contexto atual, proporcionar a experiência de ocupações e acampamentos na terra, além de fortalecer a organicidade da juventude” (AJC, 2019, p. 2-3). Ver Imagem 09.

Imagem 09- Material do Acampamento da Juventude Camponesa- Zona da Mata Paraibana



Fonte: O autor (2019).

O acampamento teve como tema: “Juventude com o pé no chão, lutando por direitos, trabalho e pão” (AJC, 2019, p.1). As discussões durante o evento nortearam aspectos sobre a especificidade da juventude camponesa, a singularidade dessa fração populacional do campo, seu modo de viver, possibilidades de trabalho, acesso aos recursos e políticas públicas e trajetória social. Em continuidade, as discussões se ampliaram sobre o contexto atual do Programa de Reforma Agrária no governo Bolsonaro e, os ataques investidos por ele, no sentido de criminalizar e exterminar os movimentos sociais, entre eles, e principalmente, os de luta por trabalho e terra. Ver foto 18:

Foto 18- Acampamento da Articulação da Juventude Camponesa da Zona da Mata Paraibana



Fonte: O autor (2019).

Os encaminhamentos tirados do evento orientavam quais ações a juventude camponesa iria colocar em ação: luta pela continuação dos programas de comercialização, criar mais dispositivos para uma comercialização justa, projetos de incentivo à produção que insira a juventude e políticas que trouxessem condições de vida e permanência intergeracional no campo.

Em suma, os desejos e esperanças traçados e trilhados pela juventude rural dos assentamentos da Reforma Agrária na Paraíba, composta pelos segmentos dos agregados, se concentravam no fortalecimento da identidade camponesa e capacitação desse contingente

populacional, bem como políticas de fortalecimento à comercialização que possa proporcionar sua permanência no campo, sendo, esse seu objetivo maior, permanecer.

Contudo, o segmento intergeracional do campesinato assentado está em uma situação peculiar de paralelismo social e econômico. Ao tempo que representam um modelo mais eficiente do ponto de vista produtivo e da organização do trabalho, dada a quantidade de braços e possibilidades de obtenção de rendas, se constituiu, concomitantemente, um contingente de força de trabalho excedente a ser apropriada e subordinada aos interesses capitalistas. Este excedente demográfico exerce uma pressão no território, dadas as capacidades de recursos disponíveis. Para prover a regularização socioeconômica interna de sua reprodução, ele se subordina e se recria, sendo drenados as atividades paralelas às atividades agrícolas ou como força de trabalho em potencial para a reprodução do capital. Sobre estas contradições, nos dedicaremos no capítulo a seguir.

4. PRESSÃO DEMOGRÁFICA E O PROCESSO DE EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Neste capítulo, analisaremos os processos contraditórios que envolvem a reprodução social do campesinato assentado, a partir da pressão demográfica exercida pelo desenho populacional ampliado, observando as tensões contidas no interior do processo de reprodução e na manutenção das famílias, bem como o processo de conformação do excedente da força de trabalho disponível ao capital. Verificamos quais as dinâmicas geográficas nas quais o segmento intergeracional está submetido enquanto processo de mobilidade do trabalho.

Em continuidade verificamos os processos de requalificação da força de trabalho a partir das trajetórias sociais atravessadas pelos camponeses no processo de acumulação flexível. Analisaremos os elementos de subalternização aos quais o segmento analisado está circunscrito, a partir das formas de trabalho requalificadas pela terceirização, multiatividade e pejetização, bem com os processos de controle sistêmico da forma de trabalho e do território. Desse modo, discutimos também as dinâmicas geográficas contidas neste processo, onde a amplificação da população tributa localização estratégica para o processo desigual e contraditório da reprodução do capital mediado pelas estratégias socioeconômicos vigentes nos assentamentos.

4.1 A pressão demográfica e mobilidade do trabalho: as tensões do processo de ampliação familiar

Compreendemos que a dinâmica populacional das famílias camponesas na perspectiva intergeracional é conduzida por suas regras próprias e pelas condicionantes capitalistas, às quais se encontram subordinadas. O contingente populacional intergeracional das famílias ampliadas está localizado em um movimento reprodutivo ligado às exigências da ordem socioterritorial da unidade familiar de produção.

Neste sentido, a unidade familiar de produção ora necessita de uma determinada quantidade do trabalho, daí se explica a elevação na taxa de fecundidade rural, ora drena essa força às atividades para além da terra. E nesta ordem interna do processo produtivo e reprodutivo, como já citamos anteriormente, ora é guiada pelas exigências do mercado, ora é colocada ao atendimento das necessidades da coletividade familiar.

Em certas situações, onde não há condições de injetar recursos externos à produção, nem de se equipar tecnologicamente, bem como não há possibilidade de aquisição ou acesso a

mais frações do território para se reproduzirem e permanecerem na terra, as famílias camponesas aumentam a intensidade do trabalho para ampliar a produção, ou mesmo tendem a vender força de trabalho adicional, geralmente construída pelo segmento intergeracional, para estabilizar as dificuldades produtivas e estruturais.

Desse modo, a composição das famílias ampliadas representa um congregado mais vantajoso e flexível no que se refere à amplificação das capacidades de trabalho para a produção familiar ou, como disposição da força de trabalho para ser vendida na perspectiva de obter mais renda e, concomitantemente, prover a manutenção de um certo equilíbrio entre população, trabalho e renda. Tal compreensão se aproxima dos argumentos desenvolvidos por Esther Boserup (1987) no que se refere à intensidade de trabalho despendida pelos camponeses quando se debatem com um momento de tensão produtiva, que é resolvida, inicialmente, pela elevação demográfica.

Para a autora, a intensidade do montante de trabalho por ano, despendida por cada trabalhador, é uma correspondente queda na produtividade de trabalho medida por hora aplicada, isto é, ao lado do crescimento da produtividade por unidade de área, proporcionado pela agricultura de maior intensidade, reduzir-se-ia a produtividade por unidade de trabalho (BOSERUP, 1987). Ou seja, para reduzir o esforço da intensidade do trabalho para atender às necessidades de consumo das famílias exercida pela pressão demográfica, mais indivíduos são localizados no processo de venda da força de trabalho adicional.

Nesse ponto, Chayanov (1966, p. 78) nos adverte que “o volume de trabalho das famílias depende inteiramente do número de consumidores e, não de todo, do número de trabalhadores, sendo aqui considerados os idosos e as crianças”, preestabelecendo uma lógica peculiar do seu processo reprodutivo. Quanto maior a razão consumidores/produtores tanto mais alta será a intensidade do trabalho dos produtores (eles também são consumidores). O autor ainda acrescenta que a incorporação ao processo produtivo de uma adicional força de trabalho familiar, ao passo que irá reduzir o esforço coletivo, atenderá as necessidades produtivas e reprodutivas internas, também convergirá na diminuição das possibilidades de ver o seu produto aumentado, dado a ampliação dos consumidores. Esta compreensão é colocada por Chayanov (2014, p. 168), a partir da teoria dos rendimentos decrescentes, onde, à medida que um “novo membro for adicionado ao conjunto da mão de obra familiar, a fração de produto suplementar que ele obtém com o seu trabalho tende a zero” e, a parcela correspondente à renda individual decresce.

Neste ponto, as famílias ampliadas pelo segmento intergeracional enfrentam suas tensões e contradições internas resultantes da pressão demográfica. A princípio, as tensões

possuem resolubilidade interna, como a ampliação de suas capacidades produtivas, o aumento da jornada de trabalho, uso intensivo da terra, uso de mais frações de terra. Também encontram soluções externas caracterizadas pelo processo de mobilidade da força de trabalho, via migração, seja ela pendular, sazonal ou definitiva, caracterizando, assim, o processo de sujeição real da força de trabalho camponesa ao capital.

Quanto às áreas rurais, elas não se transmutam eficazmente do ponto de vista do desenvolvimento do capital. Isto é, permanecem utilizando majoritariamente a força de trabalho familiar, dependem dos elementos naturais e possuem pouca capacidade de ampliação técnica em decorrência de sua limitada estrutura fundiária como, por exemplo, os lotes dos assentamentos da Reforma Agrária. Desse modo, ocorre o processo de desvio do contingente populacional excedente, que não consegue ser absorvido na unidade de produção.

De acordo com Moreira e Targino (1997, p. 225), a dominação do capital sobre a agricultura torna excedente uma parcela significativa da população de trabalhadores rurais, “em decorrência da composição orgânica do capital das mudanças nas relações sociais de produção e das transformações no uso do solo requeridas pela sua metamorfose em mercadoria”. Desse modo, o desvio deste contingente se torna inevitável. E, assim, o valor do trabalho contido na população rural excedente que é drenado, amplia o valor do trabalho não retribuído sorvido pelo capital.

Assim, “os trabalhadores coabitam o coração da contradição entre sua estrutura social e econômica e o capital, como estrutura capaz de absorvê-los”. Neste sentido, “eles se submeteram às férreas determinações do processo de valorização do valor”, embora em sentidos radicalmente distintos, pois, o aumento da população implica também no aumento do custo de sua reprodução (OLIVEIRA, 1977, p. 149). Neste sentido, o segmento intergeracional dos assentamentos rurais da Reforma Agrária, ou seja, seu excedente de força de trabalho, encontra-se diante de um conflito direto atribuído pela pressão demográfica interna e ampliação das suas necessidades de consumo. Desta tensão, resulta um saldo caracterizado pelos processos de migração/mobilidade da força de trabalho.

Por este contexto, Singer (1973, p. 197) compreende que os territórios rurais onde se processam a dinâmica da ampliação e permanência dos segmentos populacionais como “viveiros populacionais”, ou seja, fração de terras com excedente demográfico disponível ao capital a partir das relações de subsunção e da subordinação direta, caracterizada, por exemplo, na migração.

A migração para o campesinato é um processo “natural” ou, pelo menos, naturalizado por sua constância histórica. Autores do mundo agrário como Kautsky (1986), Oliveira (2007)

e Bartra (2011) sinalizam para o dinamismo, que tem o tema no processo de recriação e reprodução do campesinato, que ocorre quando as necessidades e as condições de vida se tornam pesadas para o sustento a partir de sua (re)produção na terra. Na compreensão dos autores, a migração é o recurso utilizado pelas famílias camponesas, dadas as condições pretéritas para equalizar as distorções do seu processo reprodutivo, que sofre influência de sua dinâmica interna, a exemplo da pressão demográfica e das tensões externas.

Singer (1973) vincula o processo de migração, de forma majorada, ao processo de industrialização. Esta, iniciada em sítios urbanos, atrai populações de áreas próximas, entre elas, as áreas rurais, movidas pelo progresso técnico, pelas vantagens do ponto de vista salarial, do abastecimento e do uso dos bens e serviços. Ou seja, constituem fenômenos históricos condicionados pela manifestação das condições específicas do momento de desenvolvimento social e econômico.

O autor coloca que, no capitalismo, as teorias sobre o processo migratório levam em consideração a magnitude dos preços dos salários dos mecanismos de mercado, ocultando a considerável manipulação política, ou seja, ela é parte do processo institucionalizado pelo capital de acelerar a acumulação (SINGER, 1973). Este processo cria um composto demográfico cada vez mais dependente e subordinado, ou seja, se constitui como expressões humanas cada vez mais orientadas para a dependência ao capital, tanto para se reproduzir, como para consumir.

Em sua perspectiva, as migrações se dão de maneira interna e externa, o que irá determiná-las será o grau do processo de desenvolvimento das forças produtivas nas frações do território. As “migrações internas são meros mecanismos de distribuição espacial e territorial das populações que impelem determinados grupos a pôr-se em movimento, inserem-se no rearranjo espacial das atividades econômicas” (SINGER, 1973, p. 32).

Inicialmente, a dinâmica migratória interna ocorre de forma paralela, ou seja, os camponeses intercambiam as atividades desenvolvidas na terra da família com as atividades desenvolvidas fora, acessórias. Verificamos, na pesquisa, que 91% das famílias ampliadas possuem, entre seus membros, indivíduos que se ocupam em atividades acessórias, tanto internas e externamente na agricultura, como em atividades fora da agricultura (Ver Tabela 14).

Tabela 14- Percentual de ocupação em atividades acessórias

Internamente na agricultura (no próprio assentamento)	29,6%
Na agricultura fora do assentamento	30%
Fora da agricultura	40%

Fonte: Pesquisa direta (2019)

A força de trabalho excedente nas famílias, inicialmente, é acomodada no próprio assentamento e posteriormente nas fazendas, nos sítios circunvizinhos ou, mesmo, nas cidades mais próximas ou em atividades individuais não agrícolas (corte de cabelo, faxina etc.), combinadas com as atividades agrícolas. Posteriormente, ela é absorvida externamente ou em trabalhos sazonais, em épocas de safra da cana-de-açúcar ou do abacaxi. A sazonalidade é um período habitual de assalariamento de forma pendular, desenvolvida nos assentamentos, principalmente pelo segmento intergeracional.

Nestes aspectos, a drenagem demográfica não significa, necessariamente, o processo de desagregação, pois não cinde seu núcleo central. O paralelismo dessa forma de migração garante maior flexibilidade ao processo reprodutivo do campesinato, onde os trabalhadores podem combinar os diferentes trabalhos na obtenção de mais renda, pois, não implica em saída do campo.

No que se refere ao processo migratório externo, este assume um caráter mais radical do ponto de vista socioterritorial. Ele ocorre quando as condições de combinação entre os arranjos internos e externos não conseguem mais materializar a sustentação das famílias. Assim como descrito no processo anterior, esta forma de migração é encabeçada pelos trabalhadores solteiros novos, ou seja, pela força de trabalho excedente que ainda não constituiu família.

A migração externa assume um caráter permanente quando os trabalhadores enfrentam a estranheza do labor e dos territórios. Eles se rebatem, se depauperam e se transformam, deixam de ser camponeses e completam a saga da exploração histórica dessa força de trabalho, deslocando-se para áreas urbanas, do também histórico eixo Nordeste-Sudeste. Este movimento afeta diretamente o processo produtivo na parcela rural, aqui em específico, os lotes da Reforma Agrária, pois, com a diminuição da disposição da força de trabalho, que foi migrada, e, devido às limitações técnicas e financeiras, a produtividade na área rural tende a cair, não sendo capaz de gerar excedente comercializável, toda a produção é vertida ao consumo.

O consumo das famílias é diretamente determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, pela sua capacidade de gerar renda. Assim, o movimento de migração irá

rebaixar o valor do seu produto, por sua aliança com o fundo de subsistência da família camponesa, que se acentua, sendo assim necessária a recomposição orçamentária via migração.

Neste sentido, compreendemos que os camponeses e suas famílias estão inseridos em uma cinemática social constante, compreendida pelos movimentos de territorialização e expulsão/permanência e migração. Assim, as famílias ampliadas, em específico os agregados, estão envoltas em um paralelismo econômico e social, que retroalimenta as estruturas produtivas camponesa e capitalista, sendo, esta última, beneficiada por esta moldura, pois se apropria dela para ampliar sua taxa de acumulação a partir dos diversos mecanismos, sejam eles pela absorção do resultado do trabalho familiar ou pela migração.

Desse modo, a migração se expressa como um processo de circulação da força de trabalho, para atender as necessidades do capital. Para amplificar nosso entendimento, buscamos o referencial de mobilidade da força de trabalho. Tal referencial possibilita uma melhor leitura sobre os processos de disposição da mercadoria força de trabalho nos circuitos de acumulação capitalista, bem como auxilia na compreensão das dinâmicas geográficas do trabalho, às quais está envolvido o segmento intergeracional da Reforma Agrária.

A capacidade analítica dos processos contidos na mobilidade do trabalho é uma ferramenta capaz de compreensões sociais sobre as migrações e as rupturas estruturais das forças sociais e econômicas e, dos comportamentos espaciais e territoriais da força de trabalho.

A leitura parte da compreensão de Marx (2013) sobre o trabalho abstrato, isto é, trabalho igualado como fator de produção, que resulta inexoravelmente em deslocamento de pessoas, com suas respectivas mercadorias, entre elas a força de trabalho, para os lugares onde se dá de maneira mais efetiva o processo de valorização do capital. Ou seja, a mobilidade do trabalho é a capacidade de transmutação do indivíduo em relação ao processo produtivo e outras formas que aparecem explícitas, constituindo-se condição para o seu uso pelo capital.

Por esta compreensão, analisamos os deslocamentos dos sujeitos sociais como o proletariado, o campesinato assentado/agregado, as comunidades tradicionais, entre outros, enquanto força de trabalho móvel circunscrita ao processo de valorização do capital. Nos apropriamos do conceito de *mobilidade do trabalho* a partir de Gaudemar (1977):

A mobilidade da força de trabalho é assim, em primeiro lugar, como a condição de exercício da sua liberdade de se deixar sujeitar ao capital de se tornar mercadoria, cujo consumo criará valor e assim produzirá capital. (...) A mobilidade é a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações de jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior (GAUDEMAR, 1977, p. 190-194).

Para fundamentar esse entendimento, Gaudemar (1977) resgata o caráter triplo da mercadoria força de trabalho: valor de uso, valor de troca e inserção no mercado. Enquanto valor de uso e valor de troca, ela está dimensionada no duplo caráter de todas as mercadorias, associa-se a isto o fato delas estarem dispostas no mercado em liberdade. A terceira característica remete-se à compreensão diferenciada do processo e à diferenciação em relação às demais mercadorias: o fato dela ir sozinha ao mercado. Em suma, é o trabalho que determina o duplo caráter constituinte nas mercadorias (valor de uso e valor de troca). Da mesma forma, “são os homens que, pela sua mobilidade, alimentam o mercado das suas forças de trabalho” (GAUDEMAR, 1977, p. 201).

A tese central da mobilidade do trabalho alimenta-se da relação orgânica entre o processo de acumulação do capital e a mobilidade do trabalho. Isto é, o capital controla a demanda por trabalho, na medida em que ela é determinada pelo montante e pelo ritmo da acumulação. Por outro lado, o capital também exerce controle sobre a oferta de trabalho, seja pela elevação da composição orgânica do capital seja pela mobilidade da força de trabalho. Vale dizer que “nem a oferta nem a procura de trabalho (sejam) movimentos independentes”, pois, o capital age dos dois lados ao mesmo tempo (GAUDEMAR, 1977, p. 277).

Por essa perspectiva, a mobilidade do trabalho torna-se condição da existência da reprodução ampliada do capital. A força de trabalho apresenta-se móvel num tríplice entendimento: em relação à duração da jornada de trabalho; em relação ao conteúdo do trabalho; e em relação ao espaço. Interessa ao estudo, de modo particular, o último aspecto, a mobilidade espacial que se manifesta através da migração. Pelo fato de dispor da mercadoria força de trabalho livre no aspecto jurídico e, livre dos meios de produção, ou seja, livre para o capital, como ocorre, por exemplo, com o segmento agregado quando migra.

Quando a força de trabalho da unidade de produção familiar se torna excedente, dada a pressão demográfica e a incapacidade de ser absorvida na unidade de produção, ela tende a migrar. Quando se desloca, ela se subordina, enquanto classe trabalhadora, às exigências do capital. Via de regra a mobilidade espacial está associada a mobilidade da duração do trabalho e a mobilidade do conteúdo do trabalho. O migrante tem que aceitar o trabalho que aparecer e nas condições impostas pelo empregador. O migrante perde o controle da duração do trabalho, do setor em que se ocupa e do lugar onde trabalha: “na mobilidade do trabalho, manifesta-se sempre o modo como os homens submetem o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista. Toda a estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada (GAUDEMAR, 1977, p. 19).

Assim, a mobilidade do trabalho do segmento agregado é compreendida como processo de subordinação e transformação da força de trabalho, em sua multiplicidade enquanto forma, intensidade e dinâmica territorial. Neste sentido, essa força de trabalho passa a ser utilizada durante “um máximo de tempo, mas, além disso, em qualquer momento do dia”, em qualquer lugar, e sob qualquer especificidade. Ou seja, é a “utilização desmesurada da elasticidade, no tempo, no espaço e na forma” (GAUDEMAR, 1977, p. 219-220).

Neste sentido, compreendemos que tanto o permanecer, quanto o mover-se como dinâmicas geográficas referem-se ao uso capitalista do trabalho do espaço e do território. Estas dinâmicas da força de trabalho individual e social, estão atreladas às capacidades de subsunção da mais-valia ou da renda extraída. Desse modo, a mobilidade faz parte dos dispositivos de controle da economia política. Nas palavras de Gaudemar:

(...) assegura a repartição dos indivíduos no espaço e a distribuição dos papéis funcionais dos diferentes espaços, enquadra e codifica as atividades, estende as estratégias de desenvolvimento e as táticas de equilíbrio, manobra, põe a funcionar todas as forças de trabalho (GAUDEMAR, 1977, p. 50).

Por este prisma, a mobilidade do trabalho do segmento intergeracional dos assentados da Reforma Agrária é inerente à temporalidade e espacialidade da valorização do capital, sendo, aqui, observado a partir das dinâmicas geográficas da permanência e da migração, “como processos que desvelam os modos como o capital tem reestruturado as formas para se valorizar, simultaneamente ao processo produtivo e às relações de produção” (PINEROS, 2018, p. 227).

Assim, a ampliação das famílias, caracterizada pelo segmento intergeracional da Reforma Agrária, da mesma maneira que amplia a capacidade de recriação e permanência do campesinato, retroalimenta o processo de acumulação capitalista, pois este, apesar de tratar de uma reprodução social diferente à formação social do capital, não está descolado da sociedade, pelo contrário, encontra-se subordinado, mesmo com toda a sua criatividade em escapar das cercas impostas pelo capital. Deste modo, a permanência (imobilidade) e a mobilidade do trabalho como relações sociais e territoriais, são dinâmicas fundamentais para a acumulação capitalista, pois os dois paralelos, em suas proporções, possibilitam a reprodução da força de trabalho. Sobre o processo de reprodução e apropriação da força de trabalho camponesa na perspectiva intergeracional nos assentamentos da Reforma Agrária, nos dedicaremos a seguir.

4.2 O caminho de roçado: a pressão demográfica e migração da força de trabalho do segmento intergeracional

Andrade (1994;1998) e Bartra (2011) já colocavam que as migrações eram processos historicamente utilizados pelos camponeses para corrigir as dificuldades decorrentes das variantes climáticas, sociais, econômicas ou demográficas na sua terra. Ou seja, quando a unidade de produção não consegue atender as necessidades socioeconômicas das famílias, aqui observada a partir da pressão demográfica, a alternativa será a migração, o processo de mobilidade e transformação do camponês em assalariado.

Bartra (2011, p. 117-118) coloca que:

A implosão populacional, que está esvaziando o campo e comprimindo as cidades, é estrutural e responde a diversos motivos imediatos: guerras civis, estiagens, fome, perseguições, limpezas étnicas, transições de ditaduras ao mercado livre desgastantes e burocráticas, políticas de ajuste estrutural, guerras imperiais e outros desastres (...) É uma diáspora heterogênea onde se misturam a pobreza moderada e a miséria terminal, ilusões e desilusões, nômades urbanos e marginalizados rurais. Contudo, vale ressaltar que muitos migrantes, talvez a maioria, são camponeses deslocados.

A migração da força de trabalho excedente é uma das estratégias camponesas para regular as tensões de âmbito reprodutivo no interior de sua unidade de produção. Como já sinalizamos anteriormente, esse processo atinge direta e sensivelmente a fração da população do segmento intergeracional das famílias ampliadas que permanece na terra- os agregados⁶³.

Inicialmente, este processo de mobilidade do trabalho se dá de forma pendular, caracterizada pela saída e retorno diário dessa força de trabalho. Foi comum vermos nos relatos dos agregados a habitualidade que tem esse processo na reprodução camponesa anual. Esta saída é esperada pelas famílias no intuito de obtenção de renda em períodos de tensão produtiva. Assim, a mobilidade caracterizada pela migração temporária/pendular “é uma exigência de

⁶³ Vale ressaltar que, quando as condições de manutenção não são estabilizadas pelo emprego do segmento intergeracional, temos a característica peculiar, em menor proporção, da mobilidade dos próprios assentados titulares, cujos componentes, ainda em idade propícia ao trabalho (neste caso, excluem-se os aposentados, mesmo porque já tem obtenção de renda fixa), mesmo sendo possuidores dos meios de produção, dada a cadência produtiva estes se inserem nas atividades laborais paralelas às atividades agrícolas de forma combinada ao seu processo reprodutivo.

sobrevivência e uma estratégia de melhoramento da sua condição camponesa” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 454).

Na pesquisa, verificamos que 80% do segmento dos agregados, para manterem suas famílias e se manterem na terra, realizam o processo de migração, aqui também compreendido como o processo mobilidade de sua força de trabalho. Inicialmente, a mobilidade espacial da força de trabalho ocorre de maneira interna, sazonal, onde 53% do contingente intergeracional é drenado para o trabalho na produção das monoculturas durante o período de safra. Grande parte do excedente de força de trabalho, contido na unidade de produção camponesa, é sorvido na produção da cana-de-açúcar, e em menor proporção, no abacaxi.

Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) relativos ao pessoal empregado do município de Sapé na produção agropecuária e extração vegetal, entre os anos de 2017 e 2018, cruzados com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), observando a origem territorial da força de trabalho empregada (dado observado a partir dos registro dos desempregados em decorrência do fim dos contratos temporários), foi verificado que 64,3% da força de trabalho empregada na safra da cana-de-açúcar, das usinas circunvizinhas, advinha da zona rural (RAIS, 2020), (CAGED, 2020).

Acrescentamos que, conforme os dados do Censo agropecuário 2017 do IBGE, sobre o pessoal ocupado nos estabelecimentos do município de Sapé, verificamos que as comunidades rurais de maior concentração populacional estão nos assentamentos rurais da Reforma Agrária, na ordem de 53,3%, se comparados aos outros estabelecimentos (IBGE, 2019). Isto nos faz compreender, inter cruzando os dados da RAIS, CAGED aos dados do IBGE, que o excedente populacional constante nos assentamentos, em sua maioria formado pelos agregados, está localizado estrategicamente aos interesses da acumulação capitalista. Com efeito, 50,7% dos 30% do segmento agregado que desenvolvem trabalhos externos ao assentamento, estão inseridos/ocupados em contratos temporários nas usinas de cana-de-açúcar da região, conforme podemos ver na Tabela 15.

Tabela 15- Ocupações temporárias externas do segmento agregado

Atividade/Ocupação	%
Safra da cana-de-açúcar	50,7%
Diarista- trabalhador avulso	27,7%
Construção civil	12%
Safra do abacaxi	9,6%

Fonte: Pesquisa direta (2019)

O capital se insere nos assentamentos, recrutando a força de trabalho camponesa, geralmente, para as atividades de corte e colheita da cana-de-açúcar. Apropria-se da força de trabalho que se julgava livre da dominação capitalista, mas, quando excedente, é subsumida pela estrutura do capital. “Enquanto camponês, se recria como operário para o capital, inteiro, pronto para trabalhar. O capital não paga, assim, o preço da formação da mão-de-obra de que necessita. Quem paga o preço é a família camponesa” (MARTINS, 1988, p. 54).

Este processo é tipificado como uma das formas de exploração e absorção do valor trabalho contido neste segmento. Segmento que é formado no interior da unidade camponesa familiar de produção, que o capital encontra pronto, disponível a ser captado para se inserir no circuito reprodutivo capitalista. (Ver Foto 19).

Foto 19- Ônibus de transporte rural recolhendo a força de trabalho camponesa residente nos assentamentos



Fonte: O autor (2019).

Estes trabalhadores são captados na estrada de chão e levados para o corte da cana nas fazendas das usinas ou nas terras arrendadas a quilômetros de distância. Enfrentam uma jornada de trabalho de 12 (doze) horas, contando com o tempo dos deslocamentos. Esse deslocamento, por vezes, é realizado por eles próprios. Nos relatos colhidos durante a pesquisa de campo, verificamos que uma parcela destes trabalhadores, os que por ventura possuem motocicletas, vão ao destino indicado do trabalho, ou se dirigem a cidade para pegar como eles dizem: na “empeleitada”.

Eu me acordo às três e meia da manhã, aí ajeito o de comer, pego minha moto, venho aqui pra pegar meu irmão. Às quatro e meia já tá lá em Sapé, no posto, esperando o ônibus. O ônibus passa às cinco horas. (...) Ele deixa a gente de volta às cinco horas da tarde. Quando o lugar é perto, o cabo de guia avisa e a gente vai de moto mesmo. A gasolina por conta de nós mesmo. (...) Por uma parte é bom, a gente sai de casa mais tarde e chega mais cedo (Remisson, agregado no Assentamento 21 de Abril).

Em pesquisa, verificamos que existe uma certa regularidade quanto ao processo de mobilidade interna e pendular da força de trabalho. O assalariamento de uma fração da força de trabalho dos agregados que se destinam ao corte e colheita da cana-de-açúcar anualmente, ocorre no período de estiagem, tempo inapropriado para exploração das culturas de base alimentar. Existe uma mecânica interna que orienta o período da saída para o assalariamento, que se dá combinada com momentos em que o excedente da força de trabalho encontra-se em uma relativa inércia, dadas as possibilidades mínimas de produção durante o período de estiagem. Assim, a mobilidade temporária/pendular é tipificada como uma complementaridade do seu processo reprodutivo.

Foto 20- O trabalho sazonal no corte da cana-de-açúcar realizado por agregados do assentamento Boa Vista

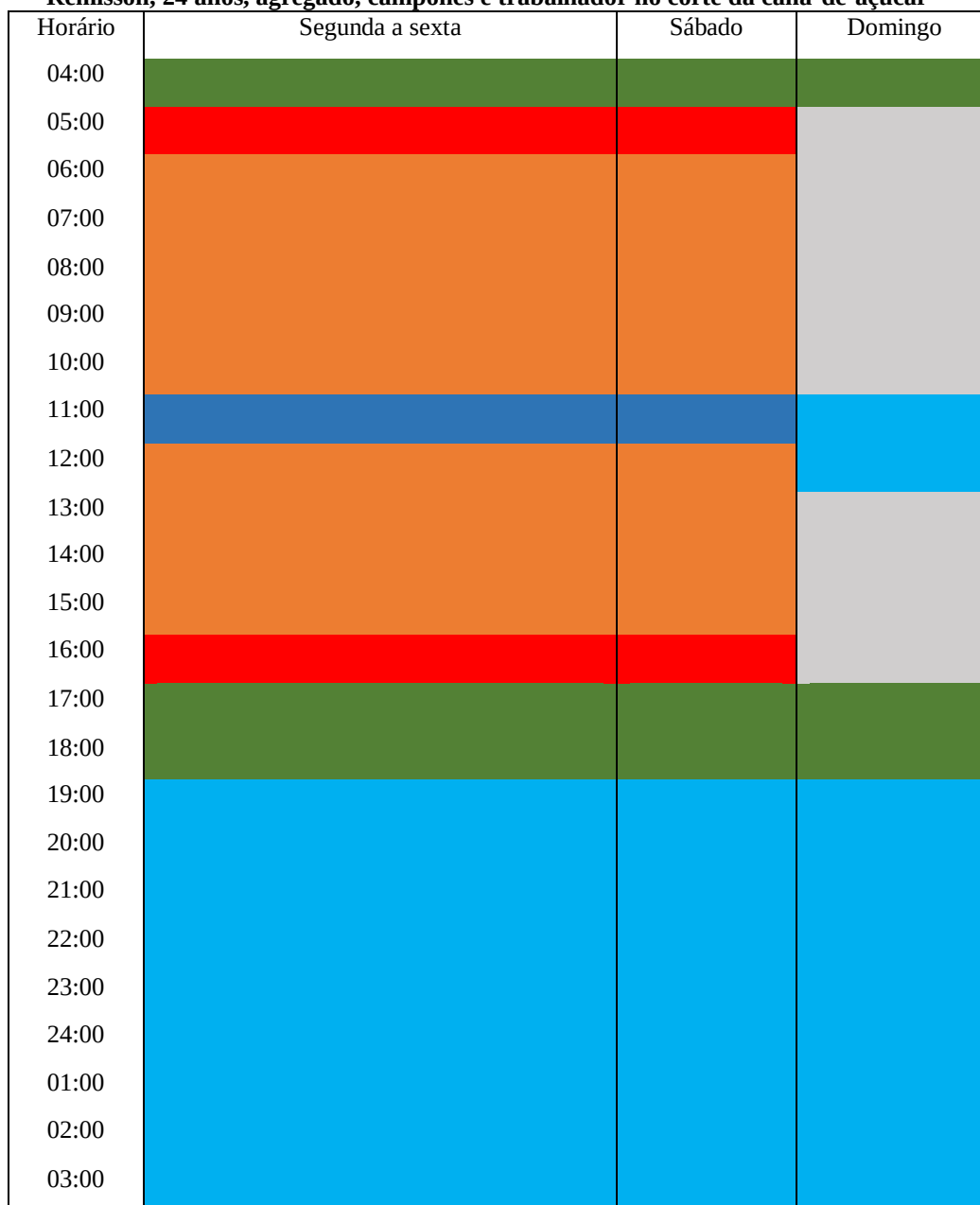


Fonte: O autor (2019).

A característica de complementaridade nos leva a compreender que os trabalhadores temporários do corte da cana-de-açúcar combinam a atividade assalariada com as atividades requeridas na unidade de produção familiar, que mesmo em escala menor não param. Assim, este processo implica no desgaste acentuado dessa força de trabalho que tem que ser múltipla, se desdobrar para manter-se na terra.

Utilizando a metodologia do relógio, a partir do trabalho de Tabuti (2020), que se apresentou fundamental para compreendermos a rotina dos agregados em condição de assalariados, verificamos o processo expressivo de precarização do trabalho. Tomamos por exemplo a jornada múltipla de trabalho de Remisson, agregado no assentamento 21 Abril, conforme Figura 07.

Figura 07- Jornada de trabalho semanal em condição de trabalho assalariado de Remisson, 24 anos, agregado, camponês e trabalhador no corte da cana-de-açúcar



Legenda	Trabalho na cultura da cana-de-açúcar - fora do lote	Tempo no Transporte para o trabalho	Trabalho na criação dos animais
	Trabalho nas atividades agrícolas -no lote	Descanso	Descanso no trabalho

Fonte: Adaptação de Tabuti (2020)

Estabelecemos como descanso o dia de domingo para melhor demonstrar a jornada de trabalho do caso analisado. Contudo, informamos que no trabalho da safra da cana-de-açúcar a folga não tem dia certo. A folga aos domingos é realizada uma única vez no mês. A jornada observada revela as múltiplas jornadas e múltiplas atividades realizadas pelo segmento

analisado e, “revela a complexidade das formas de exploração do trabalho camponês marcado pelo desempenho árduo e constante, caracterizado pelas diversas formas de exploração absoluta e do sobretrabalho” (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p. 61).

Na dialética das relações sócias, o processo de assalariamento anual nas safras de cana-de-açúcar é esperado para família camponesa ampliada, que possui excedente de força de trabalho. Ele refere-se à possibilidade “contínua” de obter renda, pois se dá durante e após o período de safra, a partir do seguro-desemprego. Inicialmente, os contratos de trabalho eram realizados de forma indeterminada, vinculados ao período da safra, com o fim do período, que dependia das peculiaridades climáticas e das exigências do mercado, eles eram rescindidos. Completados 03 (três) períodos de safras, cada um, no mínimo, de 06 (seis) meses, o que totalizaria 18 (dezoito) meses, o trabalhador teria o direito a 03 (três) parcelas do seguro desemprego.

Entretanto, a partir das modificações nas relações de trabalho, vindas com a “reforma trabalhista”, Lei Nº 13.467/17, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os contratos, em sua maioria, foram substituídos por contratos temporários vinculados a “acordos desleais”, conforme Art. 484- A (BRASIL, 2017). Essa nova legislação veio ao encontro das necessidades do capital em ter um maior controle da força de trabalho, sob o véu da tão propalada segurança jurídica, ou seja, da normatização da crescente exploração. Para Antunes (2005, p. 45-47), este é:

(...) o (novo) caráter multifacetado e destroçado do trabalho, a instabilidade empregatícia, trabalho temporário, polivalência, perda de direitos trabalhistas, desmonte do sistema previdenciário, entre outros fatores presentes na liquidez da atual etapa da modernidade (...) que exigem que pensemos uma noção contemporânea e ampliada de classe trabalhadora (...) para captar os sentidos e as forças (...) que emergem no mundo em escala global e, desse modo, conferir maior vitalidade teórica (e política) ao mundo do trabalho contra a desconstrução intentada nas últimas décadas.

As relações de trabalho, antes realizadas entre o capital agroindustrial e os camponeses foram substituídas por contratos de experiência por 03 (três) meses, caso a empresa/usina necessitasse, esse contrato é renovado, por uma única vez, em igual período. O período excedente, em que a usina requer da constância da força de trabalho, está vinculado ao processo produtivo da safra da cana-de-açúcar, que vai, naturalmente, sendo reduzido devido às colheitas já realizadas, reduzindo, também, a necessidade de pessoal. Desse modo, a contratação além do período de 03 (três) meses pode exceder por mais 01 (um) ou 02 (dois) meses, o que não condiciona ao recebimento do seguro desemprego.

Entretanto, mesmo com todo esse processo de precarização do trabalho, o assalariamento é percebido pelos assentados, em especial o contingente agregado, como um elemento fundamental, onde a exploração passa a ser compreendida como necessária, dadas as condições impostas de forma estrutural e vivenciadas pelas dificuldades sofridas pelos que estão de fora do circuito da exploração. O assalariamento temporário por um camponês é necessário à condição para a realização do trabalho familiar, não sendo oposição, ele se propõe, em sua precisão, a ajudar a manutenção da sua família e da sua unidade de produção (WOORTMANN, 1990).

Contudo, caso o trabalhador não atenda as exigências e as pressões do capital local, ou seja, a venda da sua força de trabalho de forma temporária e sazonal não consiga equilibrar as tensões e dificuldades econômicas vividas em sua unidade de produção, resta a ele realizar um processo migratório em escala espacial maior.

Bartra (2011) coloca que esta trajetória de transumância, enfrentada por muitos camponeses, é reflexo de um contexto histórico de marginalização e periferização da força de trabalho. Nas palavras do autor:

Não há como escapar, pois, de fato, no fundo da exclusão rural encontra-se a real perda da competitividade de numerosos setores camponeses. São pequenos produtores produtivamente fragilizados, que passaram da exploração à marginalização, exatamente porque não houve, em suas pobres colheitas, excedente econômico (BARTRA, 2011, p. 99).

Este processo foi vivido por grande parte dos camponeses assentados, mesmo depois de terem acesso à terra, e continua sendo vivenciado pela geração sucedente, pelos agregados que, devido às condições estruturais e socioeconômicas vividas, seguem a saga dos seus antecessores, como podemos ver na fala do senhor Irmão Trajano, assentado do assentamento Padre Gino:

Eu fui e vim para São Paulo durante 21 anos. Casei e criei meus filhos assim. Até depois de que vim pra cá, continuei viajando. No verão, não tinha o que tirar aqui, eu tinha que sair mesmo, trabalhava seis meses, às vezes oito. Tinha ano que eu ia e vinha duas vezes por ano. Deixava a mulher e os meninos aqui, trabalhando para tirar o de comer só. Ai, quando eu chegava trazia um dinheiro. Aí era bom, todo mundo passava melhor. Eu só deixei de ir pra São Paulo quando saiu o investimento do Pronaf. Aí eu disse! Não, agora eu vou ficar para levar isso aqui. Mas, agora quem vai são esses meus filhos. Tem um que vai passou dois anos e voltou, esse aí, ó.

Na fala acima, verificamos a importância que teve a terra, bem como os programas de incentivo à produção para estancar o processo de mobilidade territorial do trabalho do

campesinato assentado, em primeira geração. E, como a dinâmica de reprodução social interna do campesinato foi um mecanismo capaz de fixar a família camponesa no campo, mesmo com a saída temporária do beneficiário titular do programa da Reforma Agrária. Contudo, a pressão demográfica exercida pela permanência dos agregados, em segunda geração, traz de volta as dificuldades contidas na relação trabalho e consumo, vividas pelos camponeses. A precarização do trabalho, desta vez, recai sobre o segmento intergeracional, que passa a realizar o movimento da mobilidade externa/definitiva da força de trabalho. Quando o trabalho migrante em caráter pendular não equilibra as tensões socioeconômicas vividas internamente pelas famílias camponesas ampliadas, a saída será trajetória certa, via migração externa e definitiva. Neste processo, como já citamos anteriormente, ocorre a quebra das raízes, dos vínculos com a terra, caracterizando o processo de desterração do campesinato, ou seja, enfrentam a saga de outros milhares de seus semelhantes.

A compreensão do processo de desterração está construída a partir do movimento da mobilidade territorial do trabalho: “representa o movimento do trabalho envolvido numa dinâmica territorial que atinge consentaneamente seu desenraizamento (inicial), seus deslocamentos ou mobilidades e fixações objetivadas”. Este movimento contém “mecanismos expropriatórios diversos, e que requalifica igualmente a reinserção laboral/profissional” (THOMAZ JUNIOR, 2018, p. 44).

Neste processo, a moldura familiar ampliada do campesinato é consideravelmente modificada. Ela é impelida a sair da terra na tentativa de equalizar a pressão demográfica. O camponês se requalifica avidamente e se transforma, se joga no processo de subordinação do capital, como vemos na fala da assentada que não quis se identificar do assentamento Nova Vivência:

As coisa aqui estava muito complicada. Eu tenho treze filhos, os mais velhos, já casaram. Não tem trabalho, esses meninos tudo crescendo, esses outros já casado aqui com a gente, é muita gente para dar de comer, de vestir, de calçar. Ai ele (com referência ao filho de 20 anos que migrou), tava parado e decidiu ir para o Rio de Janeiro. Ele foi essa semana, vai procurar emprego. Tomara que ele consiga logo. Ele disse que pegava o que aparecesse (...) Ele foi né, menos um aqui com a gente pra gente manter, mas tem a gente, tem que manter os que ficam ainda.

Presenciamos o momento de partida do caso acima colocado. Este momento se constitui como um conjunto de esforço da família, uma aposta de investimento. Na mala daquele jovem continham sonhos, projetos e esperança e, também, uma sina, toda fragilidade e violência que se rebate sobre o campesinato que sai para o caminho certo e para as incertezas do caminho.

Neste processo, além do desenraizamento há, também, um mecanismo autorregulador entre as tensões contidas pelo excedente demográfico e a capacidade de manutenção e consumo dele, pela unidade familiar de produção. A saída de um dos filhos, ao passo que representa a diminuição da quantidade de força de trabalho contida no lote, também significa uma boca a menos para alimentar e, assim, conseguir estabelecer um equilíbrio entre as capacidades produtivas e de manutenção da população vivente.

Inicialmente, migram os filhos homens adultos/solteiros, para regular o excedente demográfico e ampliar a captação de rendas à família. A migração dos filhos solteiros representa uma maior possibilidade de acesso a recursos, requeridos em momentos de tensões econômicas e necessidades emergenciais, a exemplo de imprevistos de saúde. Entretanto, quando essa dispersão de força de trabalho não regula as necessidades exercidas pela pressão demográfica, migram alguns dos filhos(as) casados(as). Só depois do seu estabelecimento, no que se refere ao emprego, irá sua família.

Em primeiro momento, estas frações populacionais supracitadas migram para as cidades circundantes, geralmente de pequeno porte. Aí inicia-se o processo de metamorfose do camponês em uma força trabalho volante, disponível em oferta para o capital sem regularidade, ou seja, flutuante na insegurança das relações de trabalho no novo território. Ressaltamos que, neste processo, dada a pequena distância em escala territorial, o laço com a terra e com a produção não foi totalmente rompido, nas épocas de safra, ou de demanda de trabalho, esse segmento da população volta a se incorporar ao processo produtivo nos lotes, mesmo que em curto intervalo do seu tempo disponível.

Singer (1973) coloca que este processo remete à conformação de um proletariado com limitados recursos. Segundo o autor, estes contingentes se incorporam em atividades de baixa remuneração e, assim, acentuando o processo de estagnação do desenvolvimento econômico das cidades menores que, pelo fato de depressão dos salários, o que não tributa vigor ao processo de acumulação. A decadência econômica, do ponto de vista produtivista do capital, que tem as cidades pequenas, não as torna capaz de absorver o contingente populacional migrado.

Desse modo, inaugura-se o segundo momento do processo de migração, que se refere à migração para os centros urbanos maiores, industrializados, que possuem fluxos produtivos capazes de maiores rendimentos. Esse segundo momento atrai/suga o segmento populacional intergeracional migrado, que lá se transforma, cinde as relações sociais com o campo e se coloca móvel, solúvel às necessidades do capital.

Entre as famílias pesquisadas, 74% nos relataram que alguns dos seus membros, geralmente, um ou mais filhos, tinham deixado a terra e migrado para algum centro urbano de maior magnitude.

Quando meus filhos foram embora foi muito ruim. O mais velho tá aqui, casou. (...). Eles tentaram ficar aqui, lutaram com pai no roçado, mas disseram: mainha, tem como ficar não. Eles ficavam aqui trabalhando na roça, de trabalho alugado, que só dava para eles. Então eles foram procurar um serviço aqui em Sapé mesmas também pagava pouco. Tinha um que trabalhava no carro do ovo sabe, vendendo ovo de granja com um homem que comprava pra revender. Ai não deu certo. Ai bendizê eles obrigados a ir pro Rio atrás de serviço melhor. Um parente da gente disse que lá tinham no que eles trabalhar, ficou procurando pra eles. Primeiro foi a menina depois o irmão dela (Assentada Ednilza, do assentamento Boa Vista).

Neste processo, o capital atrai oferta de força de trabalho a espaços que possibilitam uma maior taxa de acumulação. Ressaltamos que o fato de migrar não implica, necessariamente, no assalariamento em ocupações formais, já que nem toda a oferta de trabalho vivo é aproveitada formalmente pelo capital. Ele estrategicamente necessita de uma parcela volante, espoliada e despossuída, para a manutenção do exército de reserva.

Preteritamente, quando a força de trabalho camponesa migrava do campo para as cidades maiores, ela era absorvida nos serviços domésticos, se feminina, e nos serviços de maior demanda de força física, geralmente, a construção civil, se masculina. Na atualidade, dada as exigências do capital, a força de trabalho migrada, de ambos os sexos, tornou-se elástica. Ou seja, transformou-se, moldou-se em conteúdo e forma para atendimento das necessidades da exploração capitalista.

Neste processo, o camponês, ou outro indivíduo qualquer, que necessite viver do trabalho, desempenha múltiplas formas de trabalho concomitantemente, dependendo das condições técnicas e de produção do espaço geográfico receptor, é o que Thomaz Júnior (2009) chama de *plasticidade do trabalho*. Isto é, o trabalhador se torna despossuído até mesmo do conteúdo do seu trabalho. Tem que adaptar-se às exigências do capital.

Podemos verificar tal dinâmica na fala de Laelson, agregado, filho de assentado do assentamento Nova Vivência:

Eu saí daqui pra João Pessoa, porque não tinha trabalho pra todo mundo aqui. Fui trabalhar na construção, mas lá mesmo me mandaram pra cozinha. Nem sei como eu era fichado lá, se era como ajudante de pedreiro ou cozinheiro. Quando eu terminava o almoço dos pião, eu ia pra obra. Depois fui moto taxi, e hoje estou aqui com pai. Se virando da agricultura né,

ou trabalhando no que aparece, as vezes a diária por aqui mesmo, nas acerola, ou fora, depende onde aparece. Agente pega e se vira.

Este processo caracteriza, cada vez mais, uma ampla mobilidade do trabalho. De acordo com Gaudemar (1977), o trabalho tem que se mostrar móvel em relação ao tempo, ao espaço e ao conteúdo do seu trabalho, para se sujeitar às exigências do capital. Ou seja, são as necessidades e capilaridades de recondução do ser que vive do trabalho face às exigências da estrutura produtiva do capital que definem a inserção do trabalho, não obstante as suas dificuldades e estranhezas quanto ao processo produtivo. Tal processo de recondução é vivenciado pelos camponeses do segmento populacional intergeracional quando migra, como podemos verificar na Tabela 16. Dados obtidos quando perguntamos às famílias, em quais atividades ou trabalhos estavam inseridos os membros do segmento populacional intergeracional que migraram:

Tabela 16- Atividades realizadas pelo segmento populacional intergeracional migrante

Atividade	%	Atividade	%
Comércio	12%	Construção civil-Pedreiro	10%
Empregada doméstica	8%	Comércio informal – camelô	6%
Diarista	6%	Motorista	4%
Vigia	4%	Segurança	4%
Professor	4%	Açougueiro	2%
Técnico Agrícola	2%	Balconista de Supermercado	2%
Bombeiro	2%	Mecânico	2%
Caseiro	2%	Assistente de farmácia	2%

Fonte: Pesquisa direta (2019)

Por este prisma, a força de trabalho torna-se móvel, seja no aspecto espacial, temporal ou de conteúdo para atender as necessidades próprias do capitalismo. Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo implica na necessidade da apropriação da força de trabalho de forma solúvel, sujeita, passível às transmutações e às exigências do capital.

Um dos fatores, por nós verificado, para o processo de migração do segmento intergeracional foi a asfixia dos programas de comercialização entre eles, apontado pelos camponeses como mais relevante, o PAA. Como já colocamos anteriormente, o processo de reprodução socioterritorial intergeracional do campesinato assentado sempre teve relações com

a realização dos programas institucionais na unidade de produção. O contingente populacional intergeracional tanto possibilitou a execução mais eficiente dos programas como colheu resultados dessa execução e, na atualidade, sofre com o processo de desmantelamento dos mesmos.

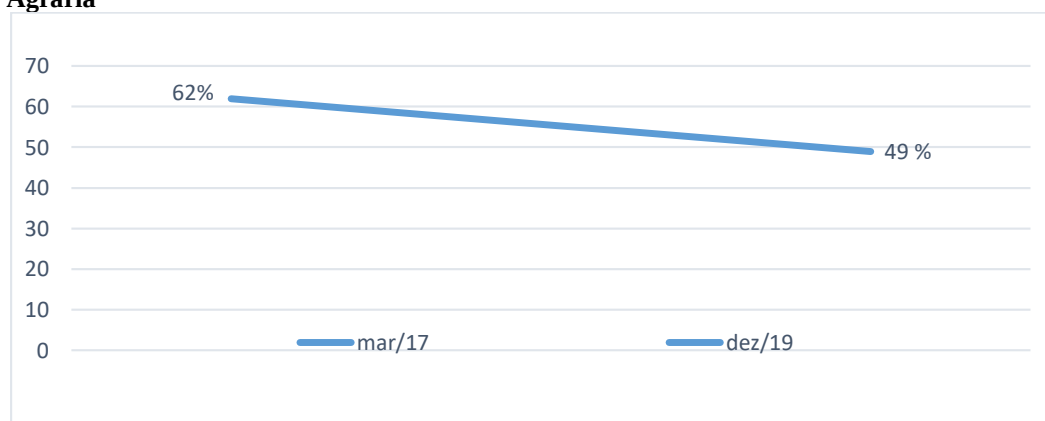
Para Thomaz Júnior (2018, p. 40):

O PAA, enquanto política originária das reivindicações dos trabalhadores, camponeses assentados, oriundos da luta pela terra, foi abordado como instrumento, para que a permanência na terra esteja definitivamente vinculada à produção de alimentos, rompendo com os esquemas que preveem os intermediários, no âmbito da comercialização e (...) fixa as famílias na terra e envolve homens, mulheres e jovens na produção diversificada de alimentos a serem destinados às famílias trabalhadoras urbanas.

Entretanto, na atualidade, o programa está em vertiginoso processo de desmonte, e, com isso, vimos o desmantelamento das relações preexistentes que permitiam a permanência do segmento agregado na terra. Verificamos a cisão do processo reprodutivo do campesinato quando observamos a queda do percentual de permanência intergeracional, fazendo um paralelo com o processo em curso de desintegração do PAA. *“Conseguimos muitas coisas quando tinha o dinheiro do PAA né? Da Conab. Agora que acabou meu irmão já teve que ir pra o São Paulo, não tem mais como ficar aqui. Aqui tem muita gente, ele ia viver de quê?”* (Joelson, agregado do assentamento Boa Vista).

Verificamos, durante o curso da pesquisa de campo, uma diminuição do percentual de permanência do segmento intergeracional dos agregados, como podemos verificar no Gráfico 01.

Gráfico 01- Percentual de permanência do segmento intergeracional nos lotes da Reforma Agrária



Fonte: Pesquisa direta (2019)

A taxa de permanência intergeracional⁶⁴, no início da pesquisa, em 2017, era de 62%. Naquela época, os recursos do PAA executados nas áreas dos Assentamentos da Reforma Agrária do município de Sapé foram de R\$ 766.175,17 (setecentos e sessenta e seis mil, cento e setenta e cinco reais e dezessete centavos), beneficiando 102 (cento e duas) famílias (CONAB, 2019). No curto espaço de tempo, entre o ano de 2017 e o ano de 2019, o percentual de permanência ficou em 49%, ou seja, teve uma queda de 20%. Sinalizamos, que neste último ano, os valores executados do programa para as áreas dos assentamentos foram de zero.

Em suma, estes camponeses migrados estão imersos em um movimento de acumulação primitiva permanente no interior dos territórios rurais que, dada a incapacidade de sustento das famílias ampliadas são pressionados, mesmo tendo acesso à terra dos pais, titulares do programa de Reforma Agrária e, se inserirem em atividades rurais pendulares, temporárias ou migram definitivamente aos centros urbanos. Em sua maioria, o impulso à migração externa/definitiva implica no aniquilamento dos seus meios e seus modos de vida enquanto camponeses. Neste movimento, a expropriação é fenômeno inevitável.

Contudo, o processo de apropriação da força de trabalho do segmento intergeracional do campesinato assentado pelo capital também ocorre quando permanecem e resistem no interior dos lotes dos assentamentos. Este processo faz parte das contradições do capital, que imbricam a força de trabalho camponesa familiar às atividades paralelas, avulsas, acessórias e as multiatividades que requalificam a força de trabalho e a subordinam ao processo de desenvolvimento metabólico da estrutura capitalista. Estas contradições estão melhor colocadas no item a seguir.

4.3 O trabalho acessório, a terceirização e a multiatividade: trajetórias sociais atravessadas pelo processo de controle da força de trabalho do campesinato agregado no processo acumulação flexível

Compreendemos que o campesinato, constituído em suas famílias, para se reproduzir, enfrenta um constrangimento econômico onde parte de sua força de trabalho se destina a atividades fora da terra como complementaridade de suas rendas. O depoimento abaixo exprime essa realidade com muita clareza.

⁶⁴ Para obtermos a taxa de permanência verificamos quantos filhos tiveram os assentados titulares, e calculamos, em percentuais, quantos permaneciam na terra na condição de agregados nos lotes dos titulares, em relação aos filhos que saíram.

Desde que me entendo por gente, eu nunca soube de alguém conseguir só viver da agricultura, do que tem na terra. Eu já tô com sessenta e oito anos e nunca vi ninguém viver no sítio sem trabalhar fora, sem fazer uns bicos. Todo pai de família e toda mãe também, pra sustentar sua família tem que se virar (Senhora Luzia, assentada do assentamento Nova Vivência).

Este processo está circunscrito no conjunto de estratégias desenvolvidas pelos camponeses, onde a busca por trabalho acessório e paralelo ao trabalho excedente em sua unidade de produção, e representa o hibridismo econômico do ser camponês.

Autores do mundo agrário como Kautsky (1986) e Bartra (2011), nos indicam que, para a realização do processo reprodutivo, o campesinato faz uso de trabalhos acessórios e atividades paralelas à atividade agrícola. Tal processo possui um importante relevo entre as formas de recriação desenvolvidas pelas famílias camponesas ampliadas nos assentamentos. A pressão demográfica exercida pelo segmento populacional excedente, tipificado pelos agregados, drena a força de trabalho excedente à realização de trabalho acessórios e paralelos combinados às atividades agrícolas. Este processo também se caracteriza com uma das formas de absorção da força de trabalho contida no assentamento.

Verificamos, na pesquisa, que os trabalhos acessórios, inicialmente, são realizados em sítios e fazendas da região, ou seja, absorvidos de forma informal e avulsa. O trabalho, neste sentido, é realmente avulso, destina-se à realização de distintas atividades requeridas na agricultura (limpa, colheita, plantio, aragem, tratos com animais etc.), não escolhidas pelo camponês que vende sua força de trabalho. Ele é remunerado por diária, termo que tipifica a forma de trabalho realizado, ou seja, o dia inteiro de trabalho, geralmente 08 (oito) horas, cujo valor remuneratório esteve entre R\$40,00 (quarenta reais) a R\$50,00 (cinquenta reais).

O trabalho por diária é requerido em momentos de exigência de mais força de trabalho e, também, é comum sua utilização no interior da própria extensão territorial do assentamento. Na pesquisa, verificamos que as famílias, mesmo ampliadas, também demandam força de trabalho. Neste sentido, 53,4% das famílias pesquisadas contratam diaristas do próprio assentamento. Neste íterim, o campesinato, em especial o campesinato assentado, tanto se torna vendedor como comprador da força de trabalho excedente nos assentamentos. Tal fato é reafirmado por outras pesquisas realizadas sobre a produção agropecuária camponesa em âmbito nacional, como a conduzida por Mitidiero Júnior, que investiga quem produz comida para os brasileiros. Esta pesquisa constatou que é a agricultura camponesa de base familiar que produz a maior parte dos alimentos para a mesa dos brasileiros e verificou que é esta estrutura produtiva quem mais emprega. Segundo os autores, 70% da força de trabalho empregada no

setor agropecuário nacional é empregada pelas unidades de produção familiar (MITIDIERO JÚNIOR; BARBOSA; ÉRICK DE SÁ, 2017).

Parte da força de trabalho camponesa é absorvida pelos próprios camponeses. Mesmo sendo uma relação de trabalho assalariada, ou seja, onde um vende e outro compra a força de trabalho, é uma relação mediada entre iguais. O camponês contratador, e os membros de sua família, trabalham braço a braço, ombro a ombro com o trabalhador contratado (Foto 21).

Foto 21- Trabalho acessório por diária no interior do assentamento



Fonte: O autor (2019).

Neste processo, a relação de trabalho, mesmo sendo uma contratação que contém um processo de exploração, esta é relocada internamente pelas relações de relativa igualdade e ajuda. Essa ajuda se realiza em forma de mutirões, onde a remuneração pode ser trocada por favores mútuos, ou ao final do trabalho, por exemplo, na colheita, onde os resultados são partilhados e todos usufruem do produto colhido, com fins de alimentação.

Entretanto, quando a força de trabalho excedente não é absorvida internamente, os camponeses e, em especial, o segmento agregado, como já verificamos anteriormente, se

assalaria em atividades agrícolas externas ao assentamento. O excedente demográfico das famílias é absorvido pelo capital que circunda as áreas reformadas em trabalhos sazonais e temporários.

O processo de contratação dessa força de trabalho está cada vez mais sofrendo transformações a partir da “reforma trabalhista”, principalmente com a ampliação do processo de terceirização, após sancionada a Lei Nº 13.249/17 (BRASIL, 2017). A terceirização surge como alternativa apresentada pelo capital, que garantiria mais emprego e, suavizaria os efeitos das flutuações e das crises econômicas à classe trabalhadora pois, flexibilizaria a contratação, o que é uma falácia. Na verdade, a terceirização, na prática se caracteriza como um mecanismo de “extração do sobretrabalho, de sujeição dos trabalhadores e das trabalhadoras a esta pragmática perversa que se expande tanto na indústria, quanto na agricultura e nos serviços” (ANTUNES, 2015.p. 9).

A terceirização do trabalho, na atualidade, é amplamente utilizada pelas agroindústrias da região da Zona da Mata Paraibana e, rebate diretamente na força de trabalho excedente contida nos lotes dos assentamentos, ora contratada. Anteriormente, o contrato era mediado pela figura do agenciador, conhecido entre eles por “gato”, que recrutava os trabalhadores nos assentamentos para o trabalho durante a moagem das usinas. O capital industrial sulcroatóoleiro da região arregimenta pessoas físicas da região, geralmente entre os próprios assentados, estimulando-as a formalizarem uma empresa, que possa se enquadrar na condição de fornecedores de cana-de-açúcar para as usinas da região, assumindo a contratação, pagamento e controle do trabalho da força de trabalho contratada para safra da cana-de-açúcar, desonerando a agroindústria. Para Antunes (2015, p. 10):

(...) a terceirização vem se constituindo no principal mecanismo, em praticamente todas as partes do mundo, para expandir as formas de acumulação flexível que se desenvolvem através da desconcentração produtiva, das redes de subcontratação (empresas terceirizadas), do trabalho em equipe, da flexibilidade salarial, das "células de produção", dos "times de trabalho", dos grupos "semiautônomos", além de exercitar, ao menos no plano discursivo, o "envolvimento participativo" do(a)s trabalhadore(a)s. O "trabalho polivalente", "multifuncional", “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade reduzir o tempo e aumentar a intensidade e exploração de trabalho.

Na pesquisa de campo, verificamos a presença de 04 (quatro) assentados, fornecedores de cana-de-açúcar para as usinas sob esta condição. Cada um contrata, em média, de 25 (vinte e cinco) a 35 (trinta e cinco) pessoas, geralmente agregadas. O volume de contratações depende

do período de safra e da quantidade de terras por eles arrendadas, a favor da usina. Neste ínterim, são os interesses do capital que dão o ritmo das contratações, o volume, a remuneração e o território a ser explorado.

Eu trabalho pra usina, mas que assinou minha carteira foi Naldinho. Ele resolveu lá na usina isso. Ele leva todo dia nós pra lá. (...) Naldinho é daqui mesmo, mora ali, olhe, depois da ladeira a esquerda. (...) Ele arrenda as parcelas para botar cana (...) Ele paga a gente quando a usina paga a ele (Antonio, agregado no assentamento Rainha dos Anjos)”.

Para Antunes e Druck (2011;2014), a terceirização é um elemento de centralidade na estratégia empresarial, uma vez que as relações sociais estabelecidas entre capital e trabalho são disfarçadas em relações entre as empresas desiguais, mas, iguais juridicamente. No bojo destas transformações, os contratos são estabelecidos por tempo determinado e, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes, que desestruturam ainda mais a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, etc.

Esses trabalhadores são elásticos, desempenham diversas atividades durante um período produtivo. Trabalham na aplicação de defensivos para a cana-de-açúcar, no corte, na pesagem, na limpa, no replantio após a destoca (segundo corte). O trabalho realizado é remunerado por quinzena e, o salário é determinado pela produção do trabalhador, o que, inevitavelmente, achata o valor dos salários recebidos, principalmente se comparados aos de início da safra, onde o trabalhador, ainda não muito desgastado, aplicava um maior vigor. No fim das safras, quando ele já está bastante desgastado, mesmo assim, corta e amontoa, em média, 15 (quinze) toneladas de cana-de-açúcar diárias, por seis dias na semana, seu salário é corroído pela baixa produção. “Quando eu começo a safra, tiro uns quinhentos, quinhentos e cinquenta por quinzena, já no final teve pagamento que só recebi trezentos” (Fábio, agregado no assentamento 21 e um de Abril).

Quando os recursos captados pelos trabalhos acessórios e sazonais são encerrados, e/ou a injeção desses recursos, vindos de trabalho externo não conseguem equalizar as necessidades de consumo das famílias, outras alternativas de recriação camponesa são acessadas na tentativa de proporcionar a permanência do segmento intergeracional dos agregados. Neste ponto, o campesinato se reinventa e redimensiona todo o seu conjunto criativo para os trabalhos paralelos, aqueles desenvolvidos combinadamente com as atividades agrícolas. Assim, eles se transmutam, se multiplicam em conteúdo, em atividades e na jornada, movidos pela necessidade de realização da manutenção de suas famílias.

Antes de eu me aposentar, me virava vendendo bombons, pipoca, essas coisas, numa barraquinha aqui na frente da escola do assentamento. O governo bota a gente na terra e pronto. E depois? E o pão de cada dia? Eu sempre vivi da agricultura, e num é do dia pra noite que vem, como é que se diz! O retorno, né. Era certo, todo verão eu botava a barraca lá, e assim, foi passando o tempo. Não dava para tirar tudo da terra, para criar meus filhos, e a gente tem que se virá para ficar aqui. (...) Hoje quem tá na barraca é minha filha, ela vive aqui comigo né, mas ela tem que ter um dinheiro dela também (...) O marido dela trabalha fora também na safra da cana (senhora Luzia, assentada no assentamento Nova Vivência).

Desse modo, os assentados, bem como o segmento intergeracional, estão imersos nos processos de flexibilização, da multiatividade, caracterizada pelas capacidades da força de trabalho desempenhar múltiplas atividades no território, simultâneas ou não, ao trabalho na terra. Eis, aí, “a multidimensionalidade da mobilidade do trabalho, podendo implicar tanto a mobilidade espacial, quanto a mobilidade através da dimensão profissional”, obrigando os sujeitos a se requalificaram enquanto força de trabalho (PINEROS, 2018, p. 225). Essa força de trabalho requalificada, também requalifica o espaço, com o desenvolvimento de atividades paralelas e/ou não agrícolas no interior dos assentamentos.

Este processo de requalificação dos espaços e da força de trabalho rural, se expressou mais fortemente na última década, com destaque para os últimos 04 (quatro) anos. O vazio que se instituiu em torno das políticas de Reforma Agrária, por parte do Estado, tanto no aspecto da territorialização, via criação de assentamentos, como nas políticas de incentivo produtivo atingiu diretamente o processo de reprodução camponesa de base familiar.

A postura atual do Estado é de alinhamento mais vertical ao capital. Este alinhamento é sentido e possui alcance na população rural dos territórios reformados. Neste projeto, o Estado se molda mais incisivamente aos interesses dos órgãos do capital financeiro mundial, a exemplo da OMC, FMI e do Banco Mundial. Tais órgãos incentivaram a aprovação das contrarreformas do Estado, a exemplo da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou em termos reais os gastos públicos e que se amplificou para o mundo do trabalho, com a “reforma trabalhista”, a terceirização e a “reforma da previdência” (BRASIL, 2016).

Este processo molda e desregulamenta o trabalho e seu ordenamento jurídico. O processo de terceirização, flexibilização, informalização, entre outros, revelam a tendência de supressão dos direitos do trabalhador e de ampliação da contradição capital-trabalho. Nesta moldagem, sob o discurso do neoliberalismo, ocorre o desmonte do setor produtivo estatal, onde o Estado se subordina verticalmente aos interesses do capital e passa a ser controlado,

mais expressivamente, por ele. Esta nova moldagem rebate diretamente no mundo do trabalho (ANTUNES, 1999).

Esta agenda imposta suprimiu as árduas conquistas da classe trabalhadora, ampliando a subalternização do trabalho e do trabalhador às estruturas dominantes, que não trabalham, no seu sentido ontológico da transformação e produção, mas, vivem do trabalho dos que trabalham ou dos que necessitam trabalhar (RAMOS, 1997). Ou seja, é uma das estratégias do capital em se reestruturar a partir de antigas táticas, que compreende controlar o Estado, ampliar os domínios sobre os meios de produção e sobre a força de trabalho.

Harvey (2014, p. 122), numa passagem interessante na obra *O novo imperialismo*, coloca que “os processos predatórios que, inclusive, se processam através da intervenção estatal” estão na história do capitalismo, “constituem, ao lado da reprodução ampliada, um dos eixos fundamentais da expansão deste modo de produção”. Assim, toda iniciativa de reduzir o tamanho do Estado, para quem dele realmente precisa, na verdade, se refere a um processo crescente de maior controle dele pelo capital. Segundo Pochmann (2017), o Estado passou a trilhar o caminho do abandono dos ideais de inclusão social, direcionando-se ao restrito atendimento dos interesses do capital.

Tais medidas asfixiaram os projetos e programas de cunho social, voltados à classe trabalhadora, entre eles, destacamos o programa de Reforma Agrária, os programas de comercialização da produção familiar, bem como a retirada de direitos, colocando os trabalhadores da cidade e do campo como livres vendedores de sua força de trabalho a ser comprada desnuda e sem capacidade de barganhar a seu favor. Nesta voga, amplificam-se, também, os projetos de livre iniciativa, voltados ao empreendedorismo, que se espacializa no território rural como alternativa ao processo de ruptura das condições e das relações de trabalho pretéritas.

Quando analisamos este processo de requalificação e reestruturação do trabalho, compreendemos que este banaliza a proposta inicial do programa de Reforma Agrária, que seria fixar o camponês na terra e dar autonomia socioeconômica, criando espaços de vida e de trabalho à família. Nesta perspectiva, o campesinato e suas famílias são direcionados a atividades de mercado, ou seja, a uma nova condição em que o camponês e suas famílias se requalificam para atividades não vinculadas ao rural.

As famílias camponesas, para corrigir o desequilíbrio das necessidades de consumo das famílias de molduras ampliada investem trabalho e recursos em atividades por fora da agricultura. Na pesquisa de campo, encontramos pequenos empreendimentos variados ligados ao comércio, criados a partir da reunião de recursos captados com o trabalho familiar exercido

no interior da unidade de produção, e que é vertido às atividades paralelas no interior do próprio assentamento (Ver Foto 22).

Foto 22-Mercadinho de um agregado instalado no interior da agrovila do assentamento 21 de Abril



Fonte: O autor (2019).

Neste processo de criação dos pequenos empreendimentos, o valor trabalho é captado e condicionado às atividades de reprodução capitalista. Ademais, a criação dos pequenos empreendimentos se caracterizando como uma alternativa importante para a manutenção da família camponesa diante das tensões de ordem produtiva da terra, ela também se caracteriza como uma das estratégias capitalistas de sorver, além da força de trabalho ao processo da sua reprodução, as rendas da terra e do trabalho para a prospecção de pequenos empreendimentos, como podemos verificar na fala de Wellington, agregado no assentado do Assentamento 21 de Abril:

Eu nasci aqui não. Mas, me criei por aqui. Aqui trabalhei e trabalho! Mesmo quando eu vou pra cana, continuo aqui. Casei, fiz minha casa, comprei minha moto, tudo com dinheiro daqui, da roça, do meu trabalho e com a ajuda da família, né? Quando eu era solteiro, eu saí para trabalhar fora de ajudante de pedreiro. Aqui teve uma seca, não deu mais, e eu sai, fui pro Rio de Janeiro. Homem! Foi ruim demais. Deu tudo errado. Perdi minha conta de inhame que tinha botado, foi em dois mil e onze. (...) Lá eu ganhava meu salário, mas não tinha dinheiro que desse. Eu tinha que comprar tudo, não tinha de onde tirar. Só de aluguel que agente pagava já ia uns trezentos. Ai tinha que comer, tinha a cerveja. O caba solteiro, né! Sai mesmo! E quanto eu perdi o emprego ai que foi pior. Como eu ia ficar lá? Ai eu disse: homem que é que eu tô fazendo aqui? Voltei. Ajudei pai, botei uma contazinha de batata, comecei tudo de novo. Ai fui juntado, pai me ajudando, agente um ajuda os outro, fui indo, fui

indo, findando por aqui como agregado na parcela de pai(...) Foi com o dinheiro do meu trabalho e dos meu roçado, e com a ajuda da minha família, que consegui até botar esse negocinho aqui, esse mercadinho. Dá para ajudar né, dá pra sobreviver. Mais eu tô cansado de botar dinheiro dos roçado aqui.

Salientamos que, principalmente nos assentamentos organizados em agrovilas, onde há uma maior aglomeração da população, ocorre a criação e expansão dos “pequenos negócios” como atividades paralelas, os quais notificamos na Tabela 17.

Tabela 17- Pequenos negócios existentes nos assentamentos

Assentamentos						
Pequenos Negócios	Santa Helena	Boa Vista	Rainha dos Anjos	21 de Abril	Nova Vivência	Padre Gino
Armarinhos	1	2	1	0	1	0
Bares	3	3	2	2	1	2
Borracharias	1	1	0	0	0	0
Cabelereiros	3	2	1	3	1	2
Depósitos de bebidas	2	1	1	0	0	0
Lan house	0	0	0	2	1	1
Lanchonetes	1	2	2	2	1	1
Lojas de confecções	3	1	1	1	0	2
Manicures	4	5	3	3	0	
Mercadinhos	3	2	1	1	0	1
Restaurantes	3	2	0	0	0	1
Oficinas automotivas	1	1	0	1	0	0

Fonte: Pesquisa direta (2019)

Conforme pode ser observado na Tabela 17, os pequenos negócios estão concentrados nos estabelecimentos de alimentação e bebidas (bares, lanchonetes, mercadinhos, restaurantes e depósitos de bebidas), perfazendo um total de 40 (quarenta) pequenos negócios, e serviços de beleza (cabelereiros, manicures) num total de 27 (vinte e sete) estabelecimentos. Embora em números menos expressivos, chama também a atenção a presença borracharias e oficinas, denotando a importância que tem assumido nos assentamento os veículos (sobretudo motos) enquanto meios de comercialização da produção.

Estas pequenas empresas são assumidas geralmente pelos agregados que, pela pressão demográfica exercida na unidade de produção se engendram aos circuitos reprodutivos do capital, formatando-se em Microempresas Individuais (MEI). Nesta estrutura, eles se

endividam no setor de microcrédito, a exemplo do Crediamigo⁶⁵ e, se adequam às exigências do mercado comercial, tendo que responder positivamente em saldo para honrar o pagamento das dívidas e manter a microempresa. Estes mecanismos de adequação e readequação são processos de expansão metabólica do capital em espaços, territórios e formas sociais, não dominados, totalmente, por ele.

Contraditoriamente, o processo de requalificação da força de trabalho excedente também se caracteriza pela canalização às atividades desenvolvidas de forma independente/por conta própria, combinadamente com as atividades agrícolas. Nesta expressão do trabalho paralelo/acessório, os camponeses e camponesas estão vinculados ao sistema produtivo da acumulação flexível a partir dos trabalhos autônomos, sem vínculo, ou seja, onde eles são responsáveis pelo seu trabalho, por sua própria renda, atrelado a um intenso grau de esforço. Tais procedimentos denotam um acentuado estado de precarização, como podemos ver na fala de uma agregada, arrimo de família, que não quis se identificar, do assentamento Santa Helena:

Eu trabalho aqui na terra, eu e ele, mas tem o irmão dele também, minha mãe, meu filho e minha neta e os filhos dele. Então, eu coloco lanche e vendo cerveja no isopô sabe. Vou pra vaquejadas, pra festa na rua. Enquanto isso ele cata latinha. É assim como a gente se vira.

Na compreensão do trabalho autônomo precarizado, tomamos como exemplo, também, as mulheres vendedoras, personificadas na figura das “consultoras”, que se ocupam em atividades de vendas de produtos das empresas de capital internacional mundializado, a exemplo da Avon, Natura, Hermes e Hinode (Ver Foto 23). Os homens, quando vendedores, ocupam as funções de prestamistas⁶⁶, e também se desdobram em atividades como moto taxistas, vigias, camelôs ou trabalhadores informais.

⁶⁵ Programa de microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil, destinado a concessão e orientação de crédito por grupos solidários do setor informal ou individuais do setor formal via MEI. Esse microcrédito viabiliza pequenos negócios no setor industrial, no comércio ou na prestação de serviços (www.bnb.gov.br).

⁶⁶ Pessoas que trabalham vendendo produtos de utilidade básica (panelas, vassouras, tapetes, baldes, cadeiras etc.) a pessoas que possuem negócios avulsos, bem como fazem a cobrança das dívidas contraídas, tendo em vista as vendas a serem realizadas a prestações, daí a tipificação da nomenclatura do tipo do trabalho. A força de trabalho requerida neste tipo de atividade também é completamente avulsa, ou seja, sem contrato ou remuneração formal. Seus rendimentos provêm de porcentagem nas vendas e de porcentagem das dívidas recolhidas.

Foto 23- Estoque e mostruário de produtos da Avon, Natura e Hinode de uma agregada



Fonte: O autor (2019).

Este processo de transformações da força de trabalho, diz respeito ao quanto ela é requalificada e se liga aos circuitos reprodutivos de forma elástica e solúvel, desempenhando a chamada multiatividade, subordinando seu tempo, suor e sua identidade ao processo de reprodução do capital. Trabalham por metas, assumem para si a responsabilidade do processo reprodutivo do capital, como podemos ver nas falas abaixo:

A gente é agregado, né? Eu fico aqui, eu tô com menino pequeno (...) Esse salão é do meu marido, ele corta cabelo de homem aqui. Só tem ele por aqui. (...) Ele não tá em casa agora. Ele é moto taxi também, faz viagem daqui pra Sapé, de lá pra cá. Ele trabalha na rua também no que aparecer (...). Ele vai pra terra também, a gente tem que ir. Tem que comer né? Mas, a gente tem que trabalhar em outras coisas também.(...) Eu nem sei agora. Acho que ele passa mais tempo na moto, na rua, do que aqui. (Maria José, agregada no assentamento 21 de Abril).

Meu marido e meu pai vão pro roçado, a gente vai quando pode. Tô vendendo hinodê. O senhor já conhece? Deixe eu lhe mostrar o estojo, é sem compromisso, só pra mostrar. (...) Se eu quiser fazer um dinheiro tem que vender naquela meta né? Se for menor, o dinheiro é pouco, nem compensa. Ai eu coloco minha mãe, minha irmã também para vender. (...) Então, a gente que é mulher tem que dá conta da casa, dos filhos, e sair pra vender nossas coisinhas, vou pra Sapé, pra os outros sítios, e quando precisa, vou pro roçado. Né fácil não viu! (Mayres, agregado no assentamento Padre Gino).

Nesta compreensão, a relação capital versus trabalho se constitui um campo vivo de disputas, onde a força de trabalho como magnitude a ser explorada e subsumida está inserida em circuitos de aprofundamento da globalização. A pressão demográfica exercida pela

permanência do segmento intergeracional amplifica a capacidade de subsunção do trabalho ao capital, que se desenvolve por meio da combinação das relações sociais de trabalho para a reprodução capitalista, o que redefine a escala espacial da força de trabalho, podendo ser múltiplo e realizado em vários espaços. Este processo é caracterizado pela espoliação da força de trabalho e, é caracterizado por novas conformações espaciais, que pressupõem também novas conformações econômicas, políticas e culturais da força de trabalho.

Em suma, todo esse processo de (re)qualificação da força de trabalho é uma, se não a mais usual, das respostas encontradas pelo capitalismo para continuar o processo de acumulação e apropriação do mais valor nas mais variadas formas e nas mais variadas formações sociais. Este processo de acumulação é denominado de acumulação flexível. A emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital corresponde a um novo ciclo de compreensão do tempo-espaço na organização do capitalismo. Para Harvey (1992, p. 140):

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de 'compressão do espaço-tempo' no mundo capitalista — os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo.

O processo de acumulação flexível do capital decorre da necessidade do capital em superar os entraves à sua reprodução e alcançar maiores taxas de lucros, que é o elemento basilar e propulsor do modo de produção capitalista. Neste ínterim, reduzem-se para o capital os gastos com capital variável e amplificam o controle do capital fora do domínio do Estado, mas, sob a tutela do mercado. O Estado, por sua vez, age como garantidor desse processo a partir das reformas dos instrumentos legais, impondo desregulamentação do ordenamento jurídico a favor do capital (RAMOS, 1997).

O modelo flexível trouxe, em sua essência, uma redefinição das escalas espaciais de operação do capital, que vai do exterior ao local e vice-versa e, neste processo, a classe trabalhadora e os novos contingentes, são incorporados pela via da precarização que ocorre a partir da adoção da terceirização, subcontratação, multiatividades e *part-time*. Neste processo, a força de trabalho e os salários são suprimidos e a mais-valia amplificada. Subordinam espaços, territórios e a sociedade aos interesses da acumulação capitalista.

Desse modo, compreendemos que a pressão demográfica decorrida da permanência dos agregados, direcionará esse segmento aos interesses da acumulação capitalista. Este processo, podemos verificar tanto observando as transformações nas relações de espoliação da força, bem como nas transformações e contradições ocorridas no território, que serão abordadas a seguir.

4.4 Os processos de exploração do capital nos assentamentos: subordinação do trabalho e da produção, monopolização do território pelo capital e pejotização

O processo de aprofundamento das mudanças estruturais da ação do capital nos assentamentos da Reforma Agrária pode ser verificado tanto pela subalternização da força de trabalho, como já vimos anteriormente, na circulação da produção, a partir dos processos de sujeição das rendas da terra e do trabalho, e, no processo de monopolização e controle do território, ou seja, quando o capital não precisa se territorializar.

Desse modo, o processo de exploração do capital no campo, em específico nos assentamentos e na população contida nele é multilateral, se dá por diversos canais que precarizam o trabalho e subordinam a estrutura produtiva. Iniciaremos nossa compreensão a partir dos processos da circulação da produção, quando as famílias camponesas se intercambiam no mercado capitalista no processo de consumo, ou na venda de sua força de trabalho, ou ainda na esfera da produção, a saber:

a) na circulação da produção: quando ocorre a transformação das rendas da terra e do trabalho em capital. Parte do produto do trabalho familiar, é sorvido pelo capital, que não o retribui. Neste processo, o intercâmbio é desigual e, é caracterizado pela amplificação da absorção do sobretrabalho camponês. Desse modo, cada vez mais o campesinato produz, obtendo cada vez menos retorno, dados os mecanismos desiguais de estabelecimentos entre as relações de produção e os preços das mercadorias, o que faz com que os capitais fundiários e comerciais se apropriem cada vez mais do valor do trabalho familiar.

Tomamos aqui, por exemplo, para elucidar o contexto descrito, as observações realizadas na pesquisa de campo no assentamento Rainha dos Anjos durante o processo de circulação da produção de mandioca. Em 2017, o quilo era vendido por R\$ 0,40 (quarenta centavos) ao atravessador, este revendia por R\$ 1,00 (um real) e chegava na feira livre, ou seja, repassado ao consumidor, por R\$ 2,00 (dois reais). Em 2019, o mesmo produtor, na eminência de perder toda a sua safra, vendeu ao atravessador o quilo da mandioca por R\$ 0,27 (vinte e sete centavos), preço pré-determinado, que novamente revendeu, agora, por R\$ 1,20 (um real e vinte centavos), sendo vendido na feira livre por R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos).

Na medida em que se inserem na circulação capitalista, os bens produzidos pelas famílias camponesas sofrem um processo de transformação em mercadoria. As famílias, como regra geral, vendem sua produção por um preço menor porque, não podem deixar de vender, pelo simples fato de que, diferentemente do capital, elas vendem para poder comprar, é uma reprodução simples (M-D-M), ou seja, elas não obtêm ou se apropriam de um lucro gerado, este é auferido no processo seguinte de revenda pelo capital. O capital comercial, na figura do atravessador, recoloca as mercadorias compradas sob as leis de mercado, na condição de portadoras de mais-valia, assim, ele revende, reproduz de forma ampliada (D-M-D') para obter lucro, sem essa condição não ocorre o intercâmbio.

Assim, o resultado da produção camponesa contém o produto do trabalho, ou seja, têm a forma valor, e, devido ao monopólio da propriedade privada dos meios de produção, a produção destes produtos implica em uma exploração econômica da força de trabalho que os produz. Esta relação de produção é fonte geradora do valor, pois, na circulação capitalista, os preços médios de produção subsomem o valor do trabalho e ampliam a taxa geral de mais-valia transmutada em lucro, que é a objetivação do modo de produção capitalista (MARX, 2013). Tal relação denota os processos de subsunção das rendas da terra e trabalho ao capital.

b) no processo de consumo: quando o contingente demográfico constituído pelo segmento intergeracional ampliado também apresenta pressões de consumo. A terra, como recurso limitado (produtivo e territorial), por vezes não consegue atender todas as necessidades de consumo, também ampliadas. Desse modo, os camponeses e suas famílias passam a recorrer mais frequentemente ao mercado para obtenção das mercadorias não produzidas por eles (bens de consumo direto, instrumentos de trabalho, etc.). Neste processo, as compras das mercadorias são realizadas com recursos adquiridos no processo anterior de comercialização da produção ou da venda de força de trabalho. Assim, quando as famílias dos camponeses se colocam no mercado como consumidores entregam novamente o sobretrabalho à sociedade, este sorve parte do produto do trabalho, pois, sua relação com o consumidor pressupõe uma relação desigual. Desse modo, a renda gerada é subsumida tanto na circulação como no consumo, pois, o capital se localiza como único comprador e vendedor.

c) no processo de sujeição da força de trabalho: quando o excedente de força de trabalho camponesa familiar, aqui observada peculiarmente a intergeracional, que para corrigir as desproporções entre o que se produz e as necessidades de consumo, se insere nos circuitos diretos da reprodução capitalista, como já verificamos anteriormente, a partir do ingresso em trabalhos paralelos, acessórios, sazonais, ou via assalariamento direto. Nestas relações, a taxa de exploração da mais-valia é definida e redefinida pelo capital. Ao trabalhador cabe vender

sua força de trabalho enquanto mercadoria, e esta só é comprada pelo capital diante da possibilidade de gerar através dela uma mais-valia, assim, “a reprodução da população, em sua totalidade, está indissolivelmente ligada ao modo de produção social” (OLIVEIRA, 1977, p. 136).

Neste sentido, mesmo com a representatividade do ponto de vista social, a reprodução camponesa familiar, na perspectiva intergeracional, implica também no processo de reprodução do capital. Assim, contraditoriamente, para que a reprodução social do campesinato aconteça, é necessário que aconteça a reprodução do capital, pois, no final do circuito reprodutivo, ou seja, na outra ponta do processo produtivo, a reprodução social intergeracional do campesinato se constitui como a produção de braços, de homens e mulheres disponíveis para o capital, se constituindo uma das fisionomias do processo de acumulação capitalista ampliada.

No que se refere ao processo contraditório de controle territorial no campo, em específico, os ocorridos nos assentamentos rurais da Reforma Agrária, este também implica nos processos de subordinação e apropriação da força de trabalho, subsunção produtiva e domínio territorial, sem que ocorra sua efetiva territorialização.

Oliveira (2000) nos traz dois conceitos que julgamos essenciais para o entendimento das transformações ocorridas no campo brasileiro: a territorialização do capital e o monopólio do território pelo capital. Aquele refere-se à ação territorial do capital na agricultura e este compreende “o processo de monopólio do território sem, entretanto, territorializar-se, criando e se recriando, definindo e se redefinindo nas relações de trabalho e produção camponesa”, sujeitando a renda da terra ao capital (OLIVEIRA, 2000, p. 478-479).

O autor buscou em Marx os fundamentos que anunciam a estrutura tripartite do modo de produção capitalista, o que significa incluir o território entre as estruturas basilares do capitalismo, tendo em vista que “a relação direta com o trabalhador, com vistas à extração da mais-valia, ou do trabalho não pago”, é apenas uma das fisionomias do processo de acumulação ampliada do capital, em face da existência da produção não tipicamente capitalista, como a camponesa. Nessa configuração do processo produtivo, vale afirmar que, para Oliveira (*Ibidem*) “não é o trabalho, mas o produto que o contém, que irá incorporar a taxa de lucro dos capitalistas”.

Oliveira (2000), para fundamentar esta teoria, baseou-se na acumulação primitiva continuada de Rosa Luxemburgo (1985), entendendo que, no processo produtivo, “os capitais estão envolvidos em dois processos distintos: na reprodução do capital, através do trabalho assalariado, e, na produção do capital com a sujeição da renda da terra gerada através do trabalho familiar camponês” (CORREIA, 2011, p. 98).

O processo de monopolização do território pelo capital é observado nos assentamentos a partir da penetração das monoculturas da cana-de-açúcar e, em menor proporção, do abacaxi, mediante arrendamentos parciais ou integrais das terras dos lotes. Neste ínterim, não só o território é controlado pelo capital, geralmente, em sua feição agroindustrial, mas, também, a força de trabalho.

Durante a pesquisa de campo, verificamos que 22% das famílias pesquisadas arrendam uma fração dos seus lotes. Os arrendamentos modificam a paisagem, a estrutura produtiva interna e as relações de trabalho das famílias contidas nos lotes (Ver Foto 24).

Foto 24- Plantação de cana-de-açúcar e abacaxi em áreas de assentamento da Reforma Agrária



Fonte: O autor (2019).

Na pesquisa, nos foram apontados pelas famílias camponesas diversos aspectos que as conduzem ao arrendamento dos lotes. Inicialmente, destacamos que as famílias reconhecem que existe uma certa “irregularidade” no processo. Na compreensão delas, é como se voltassem às condições pretéritas de controle, mas, da mesma maneira como ocorrera anteriormente, é a necessidade das mais diferentes naturezas, que resultam no processo de arrendamento.

Eu tive que arrendar minha parcela já, quase todinha. Arrendei por três anos a usina. Eu tive que fazer uma cilugia nos olhos, de cataraca sabe? E eu tinha de onde tirar? Aqui eu tiro só o de comer. Então eu precisei fazer isso. Eu sei que num é bem certo né! Tem assentamento ai que inté proíbe. Mas, fazer o quê? Quando você passa por uma precisão quem vai te socorrer? Então, você tem que se virar (...) Ai quando tava arrendado eu e meus filhos fomo trabalhar fora. Tem que ir. Hoje graças a Deus eu não arrendo mais não.

Todo ano chegam perguntando. Até agora, eu não quero mais não (senhor José Rufino, assentado do assentamento Santa Helena).

À fala acima, se alinham os fatores investigados na nossa pesquisa, no que se refere aos motivos do arrendamento. Nos foi respondido que foram as dificuldades de ordem material e financeira, ou, por alguma emergência surgida, que requerem uma maior quantidade de recursos não disponíveis entre eles, que levaram ao arrendamento, conforme podemos ver na Tabela 18.

Tabela 18- Fatores motivadores para o arrendamento de frações do lote

Fator motivador	%
Para atender uma necessidade emergencial	47%
Para ampliar a captação de renda	23%
Para conseguir dinheiro no período de entressafra	11%
Para adquirir bens de consumo duráveis	14%
Para pagar dívidas	5%

Fonte: Pesquisa direta (2019)

O pagamento pelo arrendamento se dá antecipadamente, o que compõe um volume de recurso disponível para o atendimento das necessidades internas de consumo da família e para a aquisição de bens de capital. Desse modo, o arrendamento, mesmo sinalizando um processo de precarização do uso da terra e do trabalho, se apresenta como alternativa mais próxima e rápida para levantar recursos não obtidos, exclusivamente, com a produção interna de base alimentar. Vale ressaltar que outros elementos, de ordem socioeconômica regulatória da organização interna das famílias, são expressos como movimentos resultantes do arrendamento, em destaque, os de ordem demográfica.

Entre os elementos demográficos, observamos dois aspectos distintos (excedente e ausência) que se expressam como motivos para o arrendamento. No primeiro caso, verificamos que, quando a quantidade de trabalho contida na unidade de produção é excedente, a terra não consegue garantir a sobrevivência de todos. Desse modo, a saída seria, juntamente com o assalariamento do excedente demográfico, o processo de arrendamento na tentativa de captar renda à manutenção da família ampliada. O segundo aspecto, se refere a carência populacional. As possíveis migrações dos filhos dos assentados levam a terra a um processo de inércia produtiva, já que os titulares (primeira geração), em grande parte, já se encontram idosos e aposentados e, deste modo, o arrendamento, além de captar mais rendimentos, servem como uma poupança para as necessidades das famílias.

Analisado as contradições contidas nos arrendamentos dos lotes, compreendemos que tal processo é caracterizado como uma das formas do capital amplificar seu lucro, sem a necessidade em investir na aquisição da terra como meio de produção, nem em aquisição de força de trabalho. As famílias que arrendam seus lotes investem tempo e suor do trabalho coletivo, ou seja, de todos os seus membros, para cumprir as exigências do arrendador, sem retribuição por isso.

Este desenvolvimento contraditório ocorre através de formas articuladas pelos próprios capitalistas que se utilizam dessas relações de trabalho para não terem que investir na contratação de mão-de-obra uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo em que, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho desses trabalhadores parceiros ou camponeses, convertendo-a em mercadoria, vendendo-a, portanto, e ficando com o dinheiro, ou seja, transformando-a em capital. (OLIVEIRA, 2003, p. 46).

As famílias plantam, fazem os tratos culturais, aplicam defensivos, ficando o arrendador responsável só pela colheita. Todo o processo é orientado pela usina, que arrendou a fração do lote. É a usina que detém o controle territorial e se apropria do resultado do trabalho familiar. Trabalho este que não é retribuído, pelo contrário, é sorvido gratuitamente pelo capital, caracterizando, assim, os processos de apropriação das rendas da terra e do trabalho. *“Quando a gente arrenda não deixamos de trabalhar na cana não. Eu depois que plantar, meus meninos, meus netos, vai tudo limpar, e eu também vou. Nós que aplica os produtos, tudo é com a gente. Pra usina é bom, né?”* (José Izaías, do assentamento Rainha dos Anjos). Ver foto 25.

Foto 25- Trabalho familiar realizado nos lotes dos assentamentos arrendados à usina



Fonte: O autor (2019).

Tal aspecto também foi observado por Martins (1979), em estudos sobre o regime do colonato do café em São Paulo. Na atualidade, as mudanças decorridas do processo de reagrupação da estrutura capitalista, orientados a partir de arranjos comerciais mais flexíveis, bem como organizados a partir dos dispositivos instrumentos jurídicos vindos com a “reforma trabalhista”, onde os arrendamentos ocorrem entre pessoas jurídicas. Este processo é compreendido como a pejetização, ou seja, a transformação de uma pessoa física, fornecedora de determinadas mercadorias em empresas, ou seja, pessoas juridicamente iguais, mas socioeconomicamente diferentes.

Este processo nivela a assimetria existente entre os pares envolvidos e tem efeitos territoriais, pois, promove a desconstrução das territorialidades expressas nos processos de exploração, dominação e sujeição pela empresa capitalista. Desse modo, a pejetização é uma das formas de reconfiguração sistêmica do capital em desenvolver o controle do trabalho, dos espaços produtivos e do território, quando nos referimos aos assentamentos rurais.

Para Antunes (2015), a pejetização vem se constituindo como um mecanismo para expandir as formas de acumulação flexível que se desenvolvem através da desconcentração

produtiva das redes de subcontratação das células de produção. Este mecanismo é impositivo, é utilizado como realização do processo de controle territorial e do trabalho encoberto pelo véu de uma relação de “igualdade” comercial.

Nesta relação, a aproximação comercial entre os pares, na verdade, esconde o distanciamento socioeconômico. Estamos diante de duas estruturas produtivas diferentes, que trabalham e produzem diferentemente, onde a mais frágil nunca conseguirá saciar a fome da mais robusta, Thomaz Júnior (2019), compreende este processo como a *degradação sistêmica do trabalho*. A pejetização se revela como uma das formas encontradas pelo capital para criar uma miopia socioprodutiva com a descentralização dos setores produtivos. Com essa nova estrutura, a partir das relações de precarização do trabalho, o capital controla o território e todo o processo produtivo, adequando-o aos seus processos reprodutivos formal e real.

A gente antes arrendava a usina, hoje eu sou fornecedor. Arrendar é errado né, para gente que vive em assentamento, mas eu tenho cadastro lá agora. A responsabilidade de produzir e vender é minha. Eu fiz a inscrição na receita federal na coletoria e tudo. Eu penso que isso assim é seguro né. A usina não arrenda mais da gente diretamente. Só abrindo a firma que a gente produz e vende, pra ela. Eu pago todos os impostos, tudo certo, tá tudo legalizado (João Balbino, assentado do assentamento Santa Helena).

Na pesquisa, verificamos que 16% das unidades de produção camponesas pesquisadas constituíram-se em pessoas jurídicas para se adequarem às exigências do capital agroindustrial. Neste processo de pejetização, o primeiro processo de controle se dá pela via do campo ideológico. As pressões do capital expressas na relação de subalternização produtiva e do trabalho transformam a unidade de produção camponesa em pessoas jurídicas, a pretexto de sua inserção e adequação ao jogo dos interesses de mercado. Estes processos seguem dominando e subordinando o processo produtivo, o trabalho familiar e o território. Ademais, com a conformação da pejetização, todas as despesas do processo produtivo, como a aquisição ou arrendamento de mais terra, o trabalho contratado e o pagamento de tributos são desoneradas do capital industrial comprador da produção e assumidas pelas famílias camponesas.

Nesta trama, novas competências produtivas são reagrupadas aos interesses do capital para amplificação dos seus rendimentos. Na antiga relação, por arrendamento, a usina fornecia as manivas da cana-de-açúcar e descontava sobre o saldo produtivo. O preço da produção era estabelecido no ato do arrendamento, ou seja, antecipado. Nesta relação, a usina compra a renda da terra, adquire o volume produzido conforme as condições de mercado. Esse contrato de

arrendamento é estabelecido e renovado conforme a capacidade de produção e as necessidades de mercado.

Na relação atual entre as empresas pejetizadas, o preço é condicionado à produção e estabelecido pelas demandas de mercado e pela capacidade produtiva (quantidade e qualidade), ou seja, orientado pelas formas toyotistas de gestão flexíveis, o que caracteriza uma superexploração do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2019). Nos depoimentos colhidos durante a pesquisa, confrontados ao colhido com o cabo de guia (funcionário da usina) e com o que presenciamos numa colheita, a usina colhe o volume produzido, porém, o preço só é estabelecido após verificação da quantidade e qualidade da produção, como podemos ver na fala do assentado Everaldo do assentamento Boa Vista:

É assim. Vem um cara da usina aqui, que ele já é acostumado a comprar essas canas da gente. Ai agente trabalha, produz, e quando é na época ele vem. (...) Eu que trabalho, que contrato os trabalhadores também, só com a minha família a gente não leva. (...) Ai quando tá na época a usina vem tirar as cana. Ela vem com a máquina, o trator e os trabalhadores dela. (...) A gente não tem, transporta sabe? Então a usina manda. Mas ela desconta. Então ele leva pra usina uma amostra para experiência lá no laboratório. Só aí eles dizem quanto será o preço, depois de fazer os teste. Dizem que quanto mais sacarose mais preço tem. Eles tem uma tabela lá pra ver isso.

Neste processo de produção, o produto do trabalho não pertence ao trabalhador. Os camponeses, tornados pejetizados por exigência do capital, estão reificados à estrutura capitalista, reorientados pelas exigências do processo produtivo, onde se responsabilizam pela produção e pelo trabalho, a favor da manutenção de contrato social desigual entre eles e o capital (KURZ, 2004).

Neste contrato, os camponeses são compelidos a realizar o trabalho e se responsabilizam pelo pagamento do dia de trabalho do pessoal contratado para a produção. Muitas vezes, os trabalhadores são contratados pela usina, mas, a mesma desconta do pagamento o valor da diária do saldo da produção colhida, processo este caracterizado como uma forma de amplificação da mais-valia, que é sorvida pelo capital neste processo de pactuação comercial entre a usina e o camponês pejetizado (THOMAZ JUNIOR, 2019).

Neste processo, os camponeses são pressionados a cumprir determinados níveis de eficiência produtiva para continuar como fornecedores. A queda produtiva torna o negócio desinteressante para a usina. Assim, para alcançar os níveis de eficiência exigidos às unidades de produção, o produtor familiar intensifica o trabalho despendido e realiza investimentos internos necessários à produção da cana-de-açúcar.

O tempo de trabalho é orientado por uma estrutura horizontalizada e integrada à intensidade do ritmo definido pela pragmática empresarial flexível. Por outro lado, os camponeses recorrem ao mercado para aquisição dos implementos agrícolas que possibilitem amplificar a produtividade do trabalho. Assim, a produção de um ano para outro terá que se expandir e trazer maiores e melhores resultados, conforme as necessidades produtivas do capital agroindustrial. A produção e o trabalho, neste sentido, são orientados pela imposição de metas com a finalidade de reduzir o tempo e aumentar a intensidade da exploração do trabalho (ANTUNES, 2015).

Desse modo, para se adequar às intensidades produtivas e alcançar os resultados exigidos pela usina o processo de arrendamento interno faz com que as unidades de produção familiar pejetizadas arrendam mais frações territoriais no interior dos assentamentos. Com isso, amplificam-se os processos de controle territorial, subordinação produtiva e do trabalho familiar.

Entretanto, mesmo arrendadas ou pejetizadas, as unidades de produção camponesa de base familiar não são controladas integralmente. As manifestações territoriais do processo de arrendamento são estrategicamente combinadas. O próprio capital arrendador/comprador da produção orienta a fragmentação do território combinadamente entre a produção de gêneros da base alimentar e a grande agricultura, em frações intercaladas, para descaracterizar do ponto de vista institucional o processo de controle capitalista (Ver Foto 26).

Foto 26- A repartição territorial entre as culturas de base alimentar e as monoculturas da cana-de-açúcar e do abacaxi no interior dos assentamentos



Fonte: O autor (2019).

O capital serpenteia o território como forma de não configurar sua ação controladora. Tal ruptura na paisagem resultaria em pressões internas e suscitaria discussões sobre a função da terra em assentamento da Reforma Agrária, podendo interferir em seu processo de penetração nestas áreas. Deste modo, podemos compreender que há uma disputa territorial entre a produção para o grande capital e a produção local.

O território é repartido, fracionado conforme as capacidades produtivas das famílias e necessidades de alimentação e renda entre as atividades monocultoras da cana-de-açúcar e do abacaxi e, as culturas de base alimentar. A produção interna e local das famílias camponesas é guiada pela racionalidade produtiva, em observância às necessidades coletivas, ou seja, é o tamanho das famílias que é o vetor dessa organização e, a vocação produtiva para a base alimentar é o que fortalece, entre outras manifestações territoriais, o processo de permanência intergeracional nos assentamentos, pois atende as necessidades diárias e imediatas das famílias.

Quando questionados sobre a capacidade de rendimentos, foi notória a compreensão de que a produção da cana-de-açúcar, como já sinalizado anteriormente, auferi um maior volume de recursos. Porém, quando se olha para a constância e a capacidade de captação de rendas menores, mas contínuas, são observadas a polivalência produtiva e variedades de culturas que são desenvolvidas combinadamente com as diferenciações do tempo de safra e colheitas. Assim, a produção de gêneros de base alimentar se apresenta mais eficiente.

Tomamos, como exemplo, o caso do senhor José Rufino, assentado do assentamento Santa Helena, que arrendou uma fração do lote por três anos à Usina Japungú por R\$ 7.000,00 (sete mil reais), dividido em 03 (três) parcelas anuais. O assentado nos relevou que, ao final do arrendamento calculou que, produzindo mandioca, feijão e milho consorciadamente, com técnicas sociais de pousio curto, consegue duas safras por ano.

A última safra de mandioca lhe atribuiu rendimento em R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais), ele consome e retira parte da produção para venda na feira, bem como a beneficia, produzindo goma. Desse modo, a produção camponesa policultora, da base alimentar, se expressa mais eficazmente e lhe tributa mais rendimentos do que imobilizar a terra pelo arrendamento. *“Eu hoje não pretendo arrendar mais não, só se acontecer alguma coisa grave. Prefiro botar roça, devagazinho, aos poucos, fazendo as gomas, acho que dá mais dinheiro. Cada feira voltou com mais ou menos R\$ 500,00 (quinhentos reais) (...) Vou todo sábado”* (Senhor José Rufino, assentado do assentamento Santa Helena). Ver foto 27:

Foto 27- Beneficiamento da mandioca na fabricação da goma



Fonte: O autor (2019).

Em suma, a penetração do capital nos assentamentos, seja do ponto de vista da apropriação do excedente produtivo, na circulação, ou do processo de monopolização do território pelo capital, via arrendamento e pejetização, atinge sensivelmente o processo da reprodução camponesa na perspectiva intergeracional. Esse processo interfere no processo de recriação e (re)produção das famílias assentadas nas duas pontas.

De um lado, ele absorve a força de trabalho excedente da segunda geração, os agregados nas ocupações temporárias/sazonais, de outro lado, ele controla o território e o trabalho familiar em uma estrutura de horizontalidade e integrada à mecânica produtiva capitalista. Neste sentido, há um processo crescente de ação radical do capital transformando e retransformando as relações do trabalho e as formas de controle dos meios de produção. Contudo, esse receituário possui fissuras e não é integral, o campesinato continua a se orientar internamente e a conseguir se recriar de forma contígua. Desse modo, reafirmamos as compreensões de Luxemburgo (1985), corroboradas por Martins (1981) e Oliveira (1999, 2004) quanto ao desenvolvimento do modo de produção capitalista de forma desigual e contraditória. Os autores sinalizam a existência do processo de reprodução ampliada do capital, que se dá por meio da exploração das relações não necessariamente capitalistas.

4.5. Excedente demográfico e a dinâmica geográfica do trabalho expressas no movimento desigual e contraditório

O excedente demográfico, caracterizado pelos agregados, resultado da amplificação das famílias camponesas assentadas, está imerso em uma contradição social. Esse contingente exerce uma dupla função à organização camponesa. Tanto se expressa como reserva de trabalho, caracterizado pela permanência, cuja força de trabalho represada amplifica a capacidade produtiva e diminui o esforço local para captação do resultado produtivo, bem como se expressa como contingente flexível, capaz de aglutinar funções para maior captação de rendas à manutenção das famílias (BOSERUP, 1987).

Desse modo, a permanência do segmento intergeracional, além do processo de reprodução social, remete ao aprisionamento das determinações como a mobilidade e a circulação da mercadoria força de trabalho. Tematicamente, este processo de ampliação da classe trabalhadora, aqui verificada em uma perspectiva intergeracional, mesmo com suas nuances, referente à viabilização dos sujeitos e sua permanência na terra, exerce uma pressão demográfica interna que os impele à subalternização à estrutura capitalista.

O processo de subalternização está inserido nas tramas das contradições da ordem metabólica do capital, que se apropria dos espaços e das formas de trabalho não totalmente conformadas na estrutura capitalista, mas, as subordinada aos seus interesses. Neste contexto, o campesinato encontra-se no âmbito da classe trabalhadora, ou seja, imerso no metabolismo social do capital que, conseqüentemente, reorienta o ambiente da organização, das disputas e das alianças político-ideológicas do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2007).

Desse modo, o contingente intergeracional (agregado) está localizado estrategicamente para os processos da reprodução capitalista, tanto quanto força de trabalho reserva, móvel e disponível a ser vendida, bem como a partir dos processos da modelagem fluida do trabalho, com a requalificação por multiatividades e trabalho autônomo. Assim, ao passo que o campesinato se reproduz enquanto formação social não necessariamente capitalista ele é sorvido e reproduz, também, a formação social da estrutura dominante.

A compreensão posta se orienta a partir das concepções de Lênin (1982) sobre o “desenvolvimento do capitalismo em profundidade”. Nesta concepção, o autor coloca que há no processo de acumulação capitalista um processo de alocação e realocação do valor no seio do sistema produtivo, que são conduzidos de maneira endógena, pela lógica própria à

reprodução ampliada do modo de produção capitalista, ou seja, conforme os interesses de um capital local, preciso e bem delimitado.

Esta compreensão abre espaço para a proposta analítica da dinâmica geográfica do trabalho contida no processo de amplificação demográfica intergeracional do campesinato assentado. A hipótese explicativa se orienta a partir do entendimento de que, o desenvolvimento das forças produtivas⁶⁷, em sua síntese contraditória, possibilitou a reprodução camponesa e, com isso, sua amplificação populacional; contudo, este excedente encontra-se localmente favorável ao processo de reprodução capitalista.

Utilizamos a expressão “localmente” em seu sentido amplo, ou seja, nos aspectos socioeconômicos e no aspecto geográfico. O primeiro aspecto correspondente à localização populacional enquanto força de trabalho disponível e contingente de consumo apropriados pelo capital. As formas sociais não capitalistas, em evidência o campesinato assentado, estão localizadas em um importante espaço, ocupando as funções de fornecedoras de matérias primas, força de trabalho e consumidoras no mercado interno. Ou seja, “o mercado interno, conceituado como espaço econômico organizado segundo relações de produção capitalistas, teria a necessidade de mercado espaço organizado segundo relações não capitalistas” (PIETRO, 2016, p. 379).

A compreensão se funda no entendimento de que a ampliação da força de trabalho resulta em uma maior oferta desta, bem como em um maior consumo e, este processo colocará mais capital em movimento produtivo. Tal concepção se alinha às formulações de Luxemburgo (1985), com a teoria da acumulação ampliada do capital, que se dá pela subsunção das estruturas não necessariamente capitalistas.

A tese da autora expõe que o processo de expansão da acumulação do capital se dá externa à sua estrutura reprodutiva, e ocorre a partir das formas sociais não capitalistas. Para Luxemburgo (1985), o objetivo do capital não era unicamente a obtenção mecânica de uma mais-valia, mas, a obtenção ilimitada dela. Portanto, a obtenção dessa mais-valia ilimitada seria inseparável do processo de desenvolvimento do capitalismo, e isto se dá mediado pela ação contraditória em meio social não capitalista inserida dialeticamente no capitalismo.

⁶⁷ São todas as forças empregadas para controlar ou transformar a natureza afim da produção de bens materiais. A força produtiva é o próprio homem - seu corpo, sua energia, sua inteligência, seu conhecimento. A compreensão está contida na *Contribuição à crítica da economia política*, onde Marx, coloca que o homem dispendo dos elementos força de trabalho e meios de produção estabelecem relações técnicas e sociais capazes de organizar-se socialmente para produzir. (MARX, 2008). Em sua síntese contraditória, o desenvolvimento das forças produtivas quer na direção da lógica do capital que produz o trabalhador nu, o assalariado, o volante, o “boia-fria” etc., quer na contradição intrínseca dessa lógica produzindo e reproduzindo o camponês (OLIVEIRA, 1997, p. 13).

As compreensões de Luxemburgo (1985) ainda acrescentam que as formas não capitalistas estão diante de um processo de acumulação primitiva em processo permanente e constitutivo da ação da (re)produção contraditória do capital, que se realiza com a reprodução das relações não capitalistas inseridas nessa dialética, por exemplo, a reprodução intergeracional do campesinato assentado. A autora conduziu suas análises sobre a constância do processo de acumulação originária baseada nas concepções de Lênin sobre a espacialidade contida no processo de (re)produção do capital, ou seja, onde ele não domina totalmente, mas encontra condições para se amplificar, entre elas, pela sujeição do trabalho.

Por este prisma, defendemos a compreensão de que a organização espacial populacional camponesa do segmento agregado contido nos assentamentos reveste-se de uma posição de vulnerabilidade tendo em vista a não previsibilidade da sucessão intergeracional do projeto da Reforma Agrária. Este contexto imprime a compreensão de um processo de acumulação primitiva continuada, sendo que, nesta circunstância, o capital se apropria da fração populacional assentada agregada, transformando-a em força de trabalho “livre” espoliada (MARX, 2013; HARVEY, 2005).

O processo de vulnerabilidade socioterritorial, que expõe o movimento contínuo da acumulação originária do segmento intergeracional do campesinato é exposto na fala do Remisson, agregado no Assentamento 21 de abril:

A gente vive aqui, mas é na terra do nosso pai. (...) Mas a gente vive agregado. A terra de pai e mãe tem que dá de comer a todo mundo, é muita gente para caber aqui. Se a gente quiser pode entrar na lista para substituir alguém que saia. Mas quem vai sair agora? Ninguém não homem. Terra tem por aí né. Mas pra gente não. Então todo mundo tem que trabalhar mesmo (...) Todo ano nós vai dizer lá, ao cara da usina, que precisa trabalhar. Ele vem por aqui também. A gente já sabe o que fazer, a vida todo trabalhando na terra, a gente sabe como trabalhar. Eles sabe que a gente trabalha mesmo. Se não arrumar trabalho, vai caçar, pescar, trabalhar alugado, pegar o que tiver para fazer por aqui

Retomando a discussão anterior, o segundo aspecto, o geográfico, compreende a localização dos assentamentos e, consecutivamente, do contingente demográfico contido neles. Os assentamentos pesquisados estão localizados em uma área anteriormente territorializada pelo capital, ou seja, encontram-se, guardadas as devidas proporções, em uma certa estrutura, que torna favorável o processo reprodutivo de aderência à estrutura capitalista.

Martins (1981) acrescenta que este processo ocorre em áreas que estão mais próximas à estrutura capitalista dominante, o que apresenta maior lucratividade do ponto de vista locacional, como observado anteriormente, em nosso caso. O autor compreende que a expansão

das relações capitalistas de produção não se dá necessariamente em todos os setores da produção agrícola, mas só em alguns, como ocorre claramente nas fazendas de cana-de-açúcar, cuja estrutura está em relativa proximidade geográfica.

Os assentamentos pesquisados estão, em média, a 04 (quatro) quilômetros de distância do centro urbano do município no qual estão localizados; encontram-se próximos aos canais de circulação, margeados pelas rodovias PB 004 e PB 073; estão a 07 (sete) quilômetros das cidades circunvizinhas, a 50 (cinquenta) quilômetros da capital do Estado (maior centro de comercialização estadual) e, ladeados pelas frações territoriais das estruturas agroindustriais da região. Estes elementos locacionais, facilitam a ação do capital comercial e agroindustrial naqueles espaços, sem a necessidade dele se territorializar, como podemos ver na fala do senhor Eduardo, assentado do assentamento Boa Vista:

Eu acho que o que falta pra esses assentamentos são as lei para comprar o que a agente produz, feito a Conab que tá se acabando. Aqui é perto da rua, perto dessas estrada, que existe deste o tempo da usina para transportar as canas. Eu acho aqui bem localizado. Mas, a gente não tem transporte. Então, ou vai gastando vender na feira, ou vende ao atravessador. Ainda bem que eu tenho essa moto e quando boto na Ecovárzea o caminhão passa pegando, se não como eu ia fazer? Ia vender como? Por isso que o pessoal vende pro atravessador, ou arrenda mesmo! (...) Essas terras antes era da usina né? Então já fica mais fácil para ela arrendar. Algumas pessoas arrenda as parcela para usina. Eles dizem que é melhor arrendar para usina do que trabalhar para ganhar quase nada, ou só de comer. Eu não faço isso não, como tudinho, dô, empresto, dô aos bicho (...).

Outro aspecto observado sobre a localização e consolidação dos assentamentos rurais, enquanto espaços socioprodutivos, diz respeito à sua função produtiva de gêneros da base alimentar. Tal iniciativa desresponsabiliza a estrutura capitalista local desta tarefa, bem como diminui as pressões dos sujeitos desterrados e, desse modo, libera o capital de certas pressões sociais e econômicas. Assim, o capital encontra condições de se apropriar do trabalho e do resultado do trabalho da pequena produção, dada a localização dos assentamentos, que se encontram operando nas “brechas” da estrutura capitalista (BARTRA, 2011).

Desse modo, podemos compreender que o capital consegue entrar na competição para sorver a produção e alocar as capacidades de trabalho daqueles espaços. Os mecanismos “intrínsecos de dominação do capital se configuram na pretensão das condições sociais de produção, isto é, as formas organizacionais, mercantis, históricas e espacialmente determinadas” (PINEROS, 2018, p. 220).

Em consequência, as localizações espaciais e estruturais dos assentamentos pesquisados, o que inclui a força de trabalho excedente contida nele, parecem aspectos vantajosos para a acumulação capitalista. A disponibilidade e facilidade em recrutar a força de trabalho, a redução dos custos com transporte desta, e das outras mercadorias produzidas, dadas as proximidades geográficas que facilitam a produção e a circulação, funcionam como elementos reguladores do interesse do capital, que tende em mantê-los tal qual, para lhes proporcionar circunstâncias locacionais mais favoráveis ao processo de acumulação. Neste sentido, existe uma lógica na ação contraditória capitalista sobre estes espaços, onde o capital “se utiliza de formas não-capitalistas de produção para acumular capital, gastando menos em mão-de-obra e aumentando, assim, a sua taxa de lucro” (CAMACHO, 2011, p. 29).

Para isso, o capital não domina totalmente o campesinato e suas famílias, ele não tem interesse nisso. O modo de produção capitalista tem interesse em conservar relações com as formações não capitalistas constituídas por fora do seu domínio, ou seja, sem o seu investimento, como o campesinato e, aqui, em evidência a formação ampliada intergeracional, enquanto força de trabalho. O capital, posteriormente, articula-se a essas formações para mantê-las, mediante trocas desiguais e absorção de sua reserva de trabalho, o que recobre um estado de dominação.

Assim, a capacidade de subsunção do trabalho ao capital não se dá verticalizada, ou mesmo via territorialização, mas, a partir das contradições contidas nas relações sociais de trocas da força de trabalho excedente, contido nas formas não totalmente capitalista, como as camponesas. O contingente excedente se intercambia com o capital, seja na venda de força de trabalho ou como consumidores desse processo, ou seja, nas contradições da reprodução social que o capital encontra campo para subordinar as famílias camponesas, a partir da quantificação da mais-valia ou da renda extraída do trabalho individual (assalariado) ou coletivo não retribuído (trabalho familiar).

Desse jeito, a partir dos entendimentos supracitados, compreendemos que existe um processo de espacialização da lei do valor. Ou seja, existem espaços que produzem mercadorias, bem como formam um contingente de força de trabalho externamente aos domínios do capital, mas, que se encontram subordinados à estrutura dominante, que subsumem as rendas da terra e do trabalho. Deste processo, resulta a amplificação da taxa do valor trabalho. De tal forma, há um recurso espacial contido na localização da população excedente investigada, que representa uma diminuição do custo em capital variável, pois, a estrutura capitalista encontra nesses espaços a alocação da capacidade de trabalho social para as diferentes dimensões da exploração.

Assim, proporcionalmente, quanto maior for a magnitude da população excedente, aqui observada a partir dos agregados (resultado da Reforma Agrária), maior será a taxa amplificada do valor trabalho. Ou seja, quanto maior for a quantidade de trabalho empregada na produção camponesa que é entregue ao mercado, bem como, quanto maior for o volume reserva de força de trabalho represada na unidade de produção, simetricamente, será maior o valor trabalho. Esse contingente excedente também é utilizado pelo capital para regular decrescentemente os salários, que os impele aos processos de subalternização e às múltiplas exigências do capital às diversas feições do trabalho não tributado, ou às desenvolvidas de forma acessória e autônoma.

Dessa maneira, a localização espacial dessa força de trabalho expressa a dinâmica geográfica do trabalho que desvela os modos como o capital tem se reestruturado nas diversas formas de se valorizar, não se territorializando, mas, sorvendo as capacidades produtivas do território a partir das relações sociais do trabalho e da força de trabalho disponível nele. Este processo é dialético, é um movimento estabelecido entre as forças sociais contraditórias com representação abstrata e material, no espaço e no território e, são caracterizadas pela não homogeneidade.

Tal compreensão, como já sinalizada anteriormente, é concebida por Oliveira (2004) a partir do processo de desenvolvimento contraditório e combinado do capitalismo no campo. Nas palavras do autor:

(...) o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado (e / ou desigual e contraditório). Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança produzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado através da presença no campo do “bóia-fria”), o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 2004, p. 36).

Martins (1981) também orienta seus estudos pela perspectiva da contradição, onde o capitalismo não transforma todas as relações sociais em relações capitalistas de produção. O capital necessita destas relações sociais externas para amplificar sua acumulação a partir da subordinação das feições não capitalistas.

Na medida em que o produtor preserva a propriedade à terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1981, p. 175).

Desse modo, as estruturas fora do domínio total do capitalismo não são esvanecidas, elas são reproduzidas na própria contradição do modo de produção capitalista, como podemos verificar nos indicadores do IBGE (2019), INCRA (2019) e CAGED (2020). Ao passo que o capital vai transformando os camponeses em trabalhadores rurais e urbanos, ampliam-se, também, as unidades de produção camponesa, que são numericamente mais expressivas do que a grande exploração, e são responsáveis, em média, por 70% da produção de alimentos e, emprega 84,3% da força de trabalho familiar no campo, portanto, estratégicas para o desenvolvimento social (MITIDIERO; BARBOSA e HÉRICK DE SÁ, 2017).

Tal perspectiva pode ser compreendida como uma tentativa de conciliação entre o modo de produção capitalista e o campesinato. Contudo, em uma dimensão maior de abstração, compreendemos que toda tentativa de conciliação entre as duas estruturas, quando observada conjunturalmente, desvela o caminho direto do processo de subalternidade do camponês ao capital. Podemos verificar isto quando observamos além do processo de subsunção da força de trabalho excedente, a estrutura fundiária brasileira. A estrutura fundiária brasileira é anacrônica, releva toda a desigualdade histórica, de matriz econômica que sustenta a riqueza de poucos, sobre as condições de pobreza da sociedade.

Os dados do censo agropecuário de 2017 demonstram que 70% dos imóveis rurais são de pequena exploração, contudo, esta fração só representa 14% das terras agrícolas brasileiras (INCRA, 2019). A concentração fundiária brasileira continua sendo a condição que possibilitou a consolidação dos modelos de economia rural, agora em pauta o agronegócio, adequado à globalização e à conversão dos alimentos agrícolas em *commodities*. Ou seja, o capital não só subordina as relações não capitalistas, mas cria, neste entremeio, as condições para a sua expansão (MARTINS, 1979).

Assim, no bojo das contradições do capital no campo, compreendemos que o campesinato se afirma diante da estrutura desigual vigente, pelos diversos mecanismos de resistência, que podem ser expressos a partir da luta por terra e/ou para permanecer nela. Estes são os elementos que nos explicam a constância camponesa diante das desigualdades às quais está submetida. Desse modo, a criação e conformação dos assentamentos rurais da Reforma Agrária representam a possibilidade de recriação e reprodução camponesa.

O acesso à terra, mesmo representando uma conquista das classes exploradas, não evita o confronto com o capital. As pressões vividas pelos camponeses, em especial, pelos camponeses agregados, enquanto força de trabalho excedente, para permanecer na terra diante de todos os processos de exploração e subalternização, denota a viva presença do campesinato

frente às condições de exploração. Neste sentido, “o modo de vida e a prática social camponesa apontam para uma resistência que não está circunscrita a enfrentamentos amplos, mas, a ações localizadas no espaço e no território” (FABRINI, 2007, p. 30).

A organização social, populacional e geográfica do campesinato implica em formas de organização social que partem do espaço para a sociedade, ou seja, “o espaço surge como condição de produção e reprodução, pois, através de uma determinada organização do espaço cria-se a possibilidade de reprodução do grupo social” (*Ibidem*, p. 10).

Neste sentido, foram as condições materiais (materialidade da construção espacial) vindas com a conformação dos assentamentos, que condicionaram as relações sociais de reprodução populacional camponesa de forma ampliada e, se constitui como forma de resistência, uma resistência diagonal, pois é construída dia a dia, passo a passo, com ensinamentos repassados intergeracionalmente. Tais relações sociais fazem do campesinato um sujeito contínuo, que constrói seu espaço plantando diariamente a esperança, conforme podemos ver na Foto 28⁶⁸ da criança, filha de agregados do assentamento Padre Gino.

Foto 28- Plantando a esperança



Fonte: Rodrigues (2020).

Na foto, a expressão da permanência como representação da tenacidade social e da expressão da hereditária formativa caracterizada pelo continuísmo, visto que já estão em terceira geração de assentados.

⁶⁸ Registro fotográfico realizado e cedido pelos pais da criança Cauê, agregados do assentamento Padre Gino, os jovens Alane e Weverton Rodrigues.

Assim, a amplificação e a permanência populacional em áreas menores aumentam o rebate do pensamento único da globalização da acumulação do capital, que considera esta população como extrato social atrasado, descapitalizado e dependente. A amplificação populacional, nestes espaços, vai de confronto à lógica dominante que as repele e as subordina, mas, assegura novas possibilidades de interpretação do mundo a partir das relações sociais materializadas no espaço e no trabalho, que valorizam a construção de experiências solidárias. “A população aglomerada em poucos pontos da superfície da Terra constitui uma das bases de reconstrução e de sobrevivência das relações locais, abrindo a possibilidade de utilização, ao serviço dos homens, do sistema técnico atual” (SANTOS, 2000, p. 21).

Desse modo, a resistência camponesa caracterizada pela sua permanência intergeracional e pelas práticas socioterritoriais desenvolvidas pelas famílias nos assentamentos, fazem daquele território um campo de possibilidades. Os camponeses, em todos os tempos e nos mais distintos contextos econômicos e sociais, sempre resistiram socialmente à exploração e às mais distintas formas de opressão. “Revoltas camponesas de resistência social de grupos camponeses, de famílias isoladas respondendo a violação de seus espaços de produção e de seu viver e de seus saberes” sempre se constituíram elementos presentes e diários dos seus modos de vida (CARVALHO, 2012, p. 3).

A essência dos vínculos que os camponeses e suas famílias estabelecem com a terra é orientada por outra pauta, não empresarial e, sim, guiada por uma gama de conhecimentos construídos hereditariamente, cuja finalidade produtiva é encaminhada para a manutenção e permanência de sua população, diferentemente das finalidades impessoais da estrutura capitalista. O processo de resistência e luta tem que se tornar movimento constante, pois o capital cria condições para sua expansão pela incorporação de áreas e populações. Desse modo, a luta, que está arrefecida, dadas as condições conjunturais que atravessam o país, tem que ser retomada, as vozes terão que ecoar mais alto e resistir, ao crescente processo de destruição das poucas medidas que implementam condições de justiça social, entre elas, o direito à terra.

Neste sentido, torna-se fundamental a comunidade científica e acadêmica voltar às bases, compreender e despertar a consciência camponesa, principalmente das futuras gerações, para tornar suas pautas existenciais e sociais as pontes de diálogos entre eles mesmos, e, entre eles e a sociedade, com apoio das políticas públicas, para assim poder construir um projeto de agricultura baseado em sua autonomia, superando o estado de coisificação da vida e da natureza. Acreditamos que é possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o campesinato assentado, suas derivações, as multiplicidades de expressões das relações sociais decorridas após a criação dos assentamentos, entre elas, a reprodução social demográfica, foi um desafio para nós, enquanto pesquisadores. Quando se fala em aspectos reprodutivos e organização demográficas, os objetos e sujeitos sociais estão em constante movimento se recriando e se reproduzindo, o que requer um constante esforço de revisitação constante dos mesmos. Neste sentido, objetivamos, nesta tese, analisar os processos de reprodução socioterritorial intergeracional do campesinato assentado e as contradições constantes contidas neste processo.

A reprodução intergeracional do campesinato assentado se expressou como processo de recompreensão da sua própria condição, enquanto sujeito social, que vive e que resiste às contradições impostas pela estrutura social dominante. O processo de reprodução intergeracional se expressa em 42% das famílias assentadas pela Reforma Agrária no município de Sapé. A dinâmica reprodutiva das famílias camponesas ampliadas foi orientada a partir de mecanismos socioterritoriais internos centrados nas necessidades vividas pelos sujeitos. As necessidades decorridas a partir da instalação das famílias nos lotes dos assentamentos e, posteriormente, para a manutenção e permanência dos sujeitos e suas derivações no mesmo.

No processo de territorialização da célula familiar nuclear, necessitava-se de uma oferta de força de trabalho para a utilização da terra enquanto unidade de produção. Neste sentido, a reprodução pela ampliação populacional que derivou no novo desenho demográfico intergeracional, tanto possibilitou o desenvolvimento da unidade de produção, quanto o próprio desenvolvimento da Reforma Agrária e dos programas subsequentes a ela.

Verificamos na pesquisa que, na instalação dos assentamentos e na execução dos programas de incentivo à produção e à comercialização, a conformação do contingente populacional ampliado e a quantidade de trabalho que ele contém, melhor viabilizou tais processos e programas devido à redução dos custos com força de trabalho. As unidades camponesas de produção formadas por famílias de moldura ampliada apresentavam certas vantagens produtivas e socio-reprodutivas se comparado às famílias com estrutura populacional menor e, se expressa como um resultado do próprio Programa da Reforma Agrária.

Desse modo, o desenho populacional intergeracional remete ao processo da permanência camponesa, constituído pelo acesso coletivo à terra entre as gerações e, guiados pelos mecanismos e estratégias socioterritoriais a partir de uma organização interna dos processos reprodutivos ocorridos no lote. Durante a pesquisa de campo verificamos, em

percentuais, que o acesso à terra (53%), o acesso à moradia (61%), a capacidade de obtenção de renda a partir da terra (19%), a partilha dos rendimentos entre as famílias das diferentes gerações (19%) e o acesso aos incentivos dos programas de comercialização (14,5%), figuram-se como elementos concatenadores da dinâmica socio-reprodutiva e permanência de 62% do contingente intergeracional do campesinato assentado.

Neste sentido, a conformação das famílias ampliadas questiona as teorias fatalistas do fim do campesinato e sua absorção completa pela estrutura capitalista. Este processo direciona as compreensões que, diferentemente da premissa capitalista de acumular, é pautada, no inverso, pela partilha. Partilha do espaço de trabalho, da moradia, da comida e das rendas, que remete aos processos de permanência, resistência, hereditariedade e sucessão, ou seja, a uma organização social interna do campesinato para continuar existindo, enquanto sujeitos sociais, frente aos processos que os repelem.

A hereditariedade e a sucessão se expressam como relações sociais que ultrapassam a passagem da terra de uma geração para outra, até porque este procedimento não vigora para os beneficiários da Reforma Agrária, o processo legal compreende a substituição. Das famílias pesquisadas, verificamos que 47%, dado o envelhecimento dos titulares, já estão em processo de substituição.

Na organização do trabalho, verificamos que existe, em certa medida, uma divisão social estabelecida pelas necessidades de manutenção das famílias nos lotes. Cada indivíduo, homens, mulheres, crianças e idosos possuem funções preestabelecidas no funcionamento da unidade de produção. Contudo, em observância aos aspectos naturais e/ou às necessidades de consumo impostas pelo tamanho familiar, essa organização é reconduzida aos processos que requerem maior força de trabalho e, assim, dirimem as tensões socio-reprodutivas.

Destacamos também, que, no processo de socio-reprodução, os laços de parentesco, de reciprocidade e de solidariedade, também, se expressam como elementos viabilizadores dos processos socioterritoriais da reprodução e permanência intergeracional camponesa nos assentamentos. Após os casamentos binários, ou seja, aqueles realizados entre filhos dos assentados e, por constituírem-se em famílias ampliadas, os laços de parentesco e reciprocidade também se ampliam. O uso comum dos lotes, como frações produtivas entre famílias, sana as necessidades de mais frações de terras requeridas para o atendimento das necessidades das famílias ampliadas. As relações de ajuda, seja de ordem material e/ou territorial expandem as relações de reciprocidade e sustentam as famílias coesas no assentamento.

A troca de favores recíprocos, o acesso interfamiliar e intergeracional da terras, realizados por 92,5% das famílias ampliadas pesquisadas, o empréstimo territorial entre

parentes e vizinhos, na fração de 22,4%, que possibilita estender e ampliar a produção, bem como a partilha do que é produzido (alimentos), entre eles, se apresentam como mecanismos internos que corrigem as tensões estabelecidos pelos problemas de ordem territorial e produtiva. Tais práticas dão resolubilidade, auxiliam e favorecem a manutenção e a reprodução socioterritorial camponesa na perspectiva intergeracional.

A realização do campesinato, enquanto sujeito, é medida pela capacidade de fornecer condições para a manutenção e permanência da sua família e dos seus filhos na terra. Na pesquisa de campo, verificamos que 97% das famílias ampliadas expressaram-se positivamente quando interpeladas sobre as condições de vida experienciadas por elas antes da constituição e territorialização no assentamento. Por essa razão, compreendemos que os aspectos mensuráveis pós criação extrapolam o recorte quantitativo dos aspectos da produção medidos pela estrutura incrustada na sociedade que se interpõe ao acesso à terra de trabalho e de vida.

Tais expressões ressignificaram a noção produtivista engessada pela estrutura política e econômica dominante que, equivocadamente, compara a produtividade dos assentamentos à da grande exploração. Os resultados e mudanças decorridas após instalação dos assentamentos não podem ser verificados pela sua capacidade produtiva com fins da circulação da produção e inserção no mercado. A natureza deles, enquanto espaços de produção de alimentos difere, ontologicamente, da natureza mercadológica da grande exploração. Na pesquisa sobre o destino da produção, verificamos que 26% das unidades familiares pesquisadas produzem para o autoconsumo e, 75% combinam o autoconsumo, observando as necessidades internas de consumo, com a oferta de excedente produzido ao mercado.

Os processos (re)produtivos foram orientados a partir do esforço coletivo, de técnicas e adaptações produtivas, que viabilizassem a permanência intergeracional e atendessem às necessidades de consumo que, derivadas pela ampliação desse contingente, também se tornaram ampliadas. As manifestações socioterritoriais são conduzidas pelo uso de pousio curto, as técnicas de lavouras consorciadas, a organização com base na reserva produtiva para o replantio e para a alimentação das famílias e dos animais, tudo convergente para o alinhamento das necessidades de manutenção das famílias e das unidades de produção.

Outro aspecto observado refere-se à capacidade mais flexível que contém as famílias de moldura ampliada. A quantidade de força de trabalho que, contida nessa moldura familiar, ora é vertida para aplicar maior intensidade de trabalho na unidade de produção, ora pode ser conduzida para o assalariamento em atividades externas aos lotes. Desta forma, a flexibilidade em questão remete às respostas encontradas pelos camponeses e suas famílias em face dos desafios e crises econômicas vivenciadas por eles em inúmeras situações. Assim, esse

contingente tanto contribui para a capacitação do processo produtivo da unidade camponesa de produção, quanto torna possível captar mais rendas externas, que são partilhadas e tributadas à manutenção familiar.

Como as famílias se unem em torno de uma unidade de produção camponesa, as rendas captadas das diversas formas, sejam da produção familiar ou no trabalho assalariado, são compartilhadas entre as famílias e vertidas às necessidades coletivas. Neste processo, há uma interdependência entre os rendimentos captados pelas distintas gerações, compondo um orçamento coletivo, que combina as rendas vindas do trabalho na terra com as obtidas a partir do assalariamento e das aposentadorias.

Contudo, neste processo, também se expressam algumas contradições. O composto mais flexível, que tributa amplificação da capacidade produtiva interna e de renda, está mais exposto às tensões circunstanciadas pelas condições estruturais e produtivas dos lotes, dada a magnitude do contingente demográfico contido nele.

Os lotes dos assentamentos pesquisados têm, em média e, respectivamente, 9,3 (nove vírgula três) hectares e 11 (onze) pessoas (chegamos a encontrar lotes com mais de trinta pessoas) e produzem uma única vez por ano (73%). O tamanho dos lotes limita a capacidade produtiva e o tamanho populacional pressiona ainda mais. Contudo, verificamos que 74% deles, mesmo prioritariamente produzindo para o autoconsumo, conseguem produzir excedente a ser comercializável, geralmente destinado ao mercado interno, abastecendo as cidades circunvizinhas.

Para corrigir as tensões e a pressão demográfica, as famílias tentam amplificar sua capacidade produtiva a partir do uso integral da terra e de mais frações dela pelos laços parentais, ou mesmo intensificar o trabalho, desse modo, procuram resolubilidade interna para sanar as tensões. Dentro deste processo, compreende também os processos de venda da força de trabalho excedente ou, mesmo, da mobilidade via migrações.

Uma parcela do contingente populacional contido nos lotes, geralmente o segmento intergeracional, procura desempenhar atividades remuneradas, interna ou externamente aos lotes, que contribuem para uma maior captação de renda. Verificamos que 91% das famílias pesquisadas possuem, entre seus membros, pessoas que ocupam atividades remuneradas tanto interna quanto externamente aos assentamentos.

Primeiramente, a força de trabalho excedente é drenada para atividades paralelas, desempenhadas no interior do próprio assentamento, de forma avulsa, nos processos da limpa e colheita, o que representa 29,6% das ocupações em atividades acessórias. Posteriormente, a

força de trabalho é drenada para atividades agrícolas fora dos assentamentos, na ordem de 30%. Destacamos, também, as atividades realizadas fora da agricultura, realizadas por 40% dos indivíduos que possuem ocupações paralelas de forma complementar. Sinalizamos as atividades de costureira, cabelereira, pedreiro, dentre outras, como atividades complementares. Contudo, quando esse esforço não consegue reestabelecer o reequilíbrio interno, entre as tensões do tamanho populacional e necessidades de consumo, frente às pressões demográficas exercidas na contradição, ocorrem os processos de mobilidade da força de trabalho, que foram observadas a partir das migrações internas e externas.

Inicialmente, destacamos os processos migratórios internos de forma pendular, em caráter sazonal, onde os camponeses, em evidência a parcela do segmento intergeracional (53%) e, os titulares (13%), que ingressam também, quando as necessidades são proeminentes ao ponto de exigir seu recrutamento nas atividades externas ao lote. Neste processo, os camponeses se descolam diariamente das atividades paralelas nas lavouras da cana-de-açúcar e na cultura do abacaxi, geralmente, entre os meses de agosto a fevereiro.

Na pesquisa, verificamos, a partir da observância da origem territorial, sobre os dados de desemprego da CAGED (2018-2019), que 64,3% da força de trabalho empregada nas usinas da região provêm da zona rural, sendo os assentamentos as comunidades com maior relevo populacional. Deste modo, a população excedente, em especial o segmento intergeracional, está articulada estrategicamente aos interesses do capital.

Vale salientar que, neste período, o vínculo com a terra ainda não foi desfeito, as atividades paralelas são realizadas combinadamente com o calendário agrícola da produção dos gêneros da base alimentar, chamados por eles de “lavouras brancas⁶⁹”, que ocorre no inverno, período contrário ao de plantio, replantio e colheita das monoculturas da região.

Assim, o assalariamento sazonal, como prática, é necessário à condição para a manutenção das famílias. Refere-se a uma estratégia para captar mais renda durante o período do verão, que combina com a safra das monoculturas, bem como se expressa como uma estratégia de recebimento do seguro-desemprego durante três meses, em média. Contudo, a partir das modificações nas relações de trabalho, vindas com a “reforma trabalhista”, os contratos por tempo indeterminado, em sua maioria, foram substituídos por contratos temporários, de três ou quatro meses, o que não vincula o seguro-desemprego.

⁶⁹ Termo utilizado para a produção de culturas agrícolas da base alimentar (mandioca, milho, fava, feijão etc.), em observância à sazonalidade de cada cultura desenvolvida.

Quando as estratégias internas de trabalho acessórios, paralelos e/ou sazonais não reequilibram as tensões vividas pela pressão demográfica, resta o processo de migração externa, em caráter definitivo, tipificado pela desterração, caracterizado pelo processo de expropriação da força de trabalho e consequente desenraizamento.

Entre as famílias pesquisadas, verificamos que 74% relataram que alguns dos seus membros, geralmente um ou mais filhos, tinham deixado a terra e migrado para algum centro urbano de maior magnitude. Este processo de migração externa é caracterizado pela força centrípeta do capital nos processos e nas relações de produção, que tanto repele a população para uma área quanto atrai e absorve, em outra.

Ao chegar no espaço geográfico receptor, o camponês despossuído, tendo só sua força de trabalho a oferecer, se depara com as dificuldades e estranheza dos processos reprodutivos do capital, se subordina e se requalifica, adaptando-se às exigências do capital. Neste processo, tipificado pela plasticidade do trabalho, verificamos o processo de readequação do homem do campo para as funções de pedreiro, comerciante, camelô, empregada doméstica, motorista, vigia etc.

Durante a pesquisa, verificamos que, entre os elementos que condicionaram a migração do segmento intergeracional, está a asfixia dos programas de comercialização entre eles, o que desponta com mais relevo o PAA. Este mesmo programa que serviu como elemento favorecedor da permanência intergeracional, na atualidade, a partir do processo de seu desmantelamento, observamos o contrário, a expulsão da terra.

No início da pesquisa, verificamos que a taxa de permanência intergeracional era de 62%. Entretanto, após sucessivas desinvestidas nos recursos do programa, entre 2017 a 2019, resultou em uma queda na taxa de permanência na ordem de 23 pontos percentuais. Em 2019, não houve nenhum contrato executado, e o percentual de permanência foi reduzido para 49%.

Desse modo, o segmento que permanece nos lotes, enquanto contingente populacional intergeracional, não está ileso aos processos de subalternização e precarização do trabalho. O reagrupamento do capital ao conjunto de arranjos neoliberais, de realinhamento do Estado, a exemplo da Emenda Constitucional do teto dos gastos e da contrarreforma trabalhista, que deram amálgama à estrutura jurídica do processo de desregulamentação do trabalho e de supressão de direitos. Este processo foi verificado nos assentamentos pela amplificação da terceirização, flexibilização, informalização e a asfixia dos projetos e programas sociais, entre eles os programas de comercialização da produção.

A pressão demográfica exercida pelo tamanho da população também direciona os camponeses e suas famílias aos projetos de livre iniciativa sob o véu do empreendedorismo.

Este processo se expressa como alternativa ao rural, requalificando e direcionando o campesinato e suas famílias às multiatividades e à dependência ao mercado, desqualificando, assim, a proposta inicial da Reforma Agrária da autonomia socioeconômica a partir da terra. Encontramos, na pesquisa de campo, no interior dos assentamentos, em especial aqueles organizados em agrovilas, pequenos negócios, geralmente assumidos pelo segmento intergeracional, dentre os quais podemos citar: mercearias, barbearias, bares, lanchonetes, depósito de bebidas, entre outros, como atividades paralelas.

Cabe salientar que, neste processo de conformação dos pequenos empreendimentos, mesmo reconhecendo a importância para a manutenção das famílias, os recursos captados para o investimento vieram da produção agrícola. Assim, o incentivo e a prospecção dos projetos de empreendedorismo se caracterizam como uma das estratégias capitalistas de sorver, além da força de trabalho ao processo de sua reprodução, as rendas da terra e do trabalho. Desse modo, os camponeses se requalificam em microempresas individuais, se endividam no microcrédito e se adequam ao processo de expansão metabólica do capital, que subordina espaços, territórios e formas sociais, não dominados, totalmente, por ele.

Caracterizamos, também, as atividades acessórias desenvolvidas de forma independente pelo segmento analisado, realizadas por conta própria, como mototaxistas, consultoras de cosméticos e camelôs. Estas atividades são a expressão do sistema produtivo da acumulação flexível do capital, expresso a partir dos trabalhos autônomos não rurais, desenvolvidos pela população rural. Neste processo, o capital encontra estratégias de superar os entraves de sua reprodução e alcançar maiores taxas de lucro.

O processo de aprofundamento das mudanças estruturais da ação do capital nos assentamentos, também pode ser observado nos processos de sujeição das rendas da terra e do trabalho, caracterizados pela apropriação do trabalho familiar pelo capital e, pelo processo de monopolização e controle do território, observado a partir da penetração das monoculturas da cana-de-açúcar e do abacaxi, mediante arrendamentos das terras dos lotes.

Na pesquisa de campo, verificamos que 22% das famílias analisadas arrendam uma fração dos seus lotes. Neste processo, não só o território é controlado pelo capital, comumente, em sua feição agroindustrial, mas, também, a força de trabalho que é sorvida no processo produtivo da monocultura, desde a plantação aos tratos culturais, sem retribuição. No tocante aos motivos que expressam como gerados do arrendamento das famílias ampliadas constaram: o atendimento de uma emergência, captação de mais renda para aquisição de bens duráveis e/ou motivos de ordem demográfica, onde tanto o excedente quanto a ausência, por motivos contrários, originam o processo.

Na atualidade, o processo de arrendamento foi substituído pela transformação dos camponeses em empresas pejetizadas, onde 16% das unidades camponesas de produção pesquisadas se constituíram pessoas jurídicas. Neste processo, as unidades camponesas de produção se comprometem com metas produtivas, fornecimento em escala e o trabalho é orientado por uma estrutura horizontalizada que possibilita a amplificação produtiva, sem o custo com a aquisição da terra nem a compra do trabalho. Desse modo, a pejetização se caracteriza como uma das formas de reconfiguração sistêmica do capital em desenvolver o controle do trabalho, dos espaços produtivos e do território, em vigência nos assentamentos rurais, que se dá através da desconcentração produtiva das redes de subcontratação das células de produção.

Diante das colocações expostas, compreendemos que, contraditoriamente, para que a reprodução social do campesinato aconteça, é necessário que ocorra a reprodução do capital, pois, no final do circuito reprodutivo, ou seja, na outra ponta do processo produtivo, a reprodução social intergeracional do campesinato se constitui como um processo de produção de braços para o capital. Neste processo, a apropriação da força de trabalho intergeracional do campesinato, absorvida fora dele, caracteriza-se como um processo amplificado de absorção do mais valor.

Por este prisma, o processo de reprodução socioterritorial intergeracional do campesinato está envolto em uma mecânica social que retroalimenta a estrutura produtiva interna e a estrutura capitalista, bem como está subordinado estrategicamente aos interesses da acumulação capitalista que se apropria do contingente excedente.

Entretanto, não devemos perder de vista a expressividade social que teve o processo de acesso à terra para reprodução camponesa familiar com alcance intergeracional. Este processo ressignificou os números e as previsões sobre a política agrária, que ainda não é a desejada, afinal, a macroestrutura da política agrária não tem previsão sobre a intergeracionalidade camponesa. A permanência intergeracional na terra, no trabalho e na construção de uma sociedade pautada em modelos societários diferentes, corresponde ao processo de enfrentamento, mesmo que, em sua contradição, seja subordinada aos interesses do capital.

Desse modo, a partir de sua própria diferença, as famílias camponesas ampliadas assentadas tecem um conjunto de estratégias que vão desde resistir, avançar e recuar até construir uma organização social, mesmo com limitações e subordinações. Devemos compreender que a longa marcha trilhada por eles ainda não terminou. Cabe às ciências sociais, entre elas a geografia, construir o conhecimento que possa orientá-los e conscientizá-los da

importância que eles têm, enquanto sujeitos sociais ativos e transformadores diante de uma sociedade que se apropria e subordina esse segmento. Às novas gerações de camponeses cabem o contínuo enfrentamento, e a contínua resistência que se faz pela própria busca da permanência e da autoemancipação de uma práxis transformadora concreta, e isto se faz coletivamente.

Neste sentido, se este trabalho de tese conseguir contribuir para os processos de reafirmação, conhecimento e resistência do campesinato nos daremos por satisfeitos. Com isto não esquecemos que a conjuntura pós-golpe de 2016 traz novas e graves consequências para o fortalecimento do campesinato na Paraíba e, também, no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. Migração Camponesa: dominação e resistência ao capital. In: **Revista Política Públicas**. São Luís, Número Especial, p. 453-458, julho de 2014.

ALENTEJANO, Paulo R. R; ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, V. 1, p. 37-54, 2006.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. **Os Movimentos Sociais e a Teoria Geográfica**. In: MARFON, G. S.; RUA, J., RIBEIRO, M. (Orgs.). Abordagens teóricometodológicas em Geografia Agrária. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6 ed. Recife: Editora da UFPE, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R; DRUCK, G. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, R. (org), **Riqueza e Miséria do Trabalho**, vol III. São Paulo: Ed. Boitempo, 2014.

ANTUNES, Ricardo. A sociedade da terceirização total. In: **Revista da ABET**, v. 14, n. 1, Janeiro a Junho de 2015.

ANTUNES, Ricardo. O colapso do governo Dilma e do PT no Brasil. **Herramienta**, Buenos Aires, v. 57, 2015. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revistaherramienta-n-57/oclapso-do-governo-dilma-e-do-pt-no-brasil>. Acesso em: 12 out. 2019.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. A Questão Agrária e o Capitalismo. **Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.**

ARAUJO, Tania Bacelar. Governo FHC prioriza o setor financeiro. **Jornal Sem Terra**, São Paulo, Fev, 1998.

ARTICULAÇÃO DA JUVENTUDE CAMPONESA DA ZONA DA MATA PARAIBANA-AJC. Acampamento da Juventude Camponesa- Zona da Mata. Plano de Desenvolvimento. Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Sapé, 2019.

AUED, Bernadete Wrubleski. **A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas 1955-64.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.

AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

BARTRA, Armando. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo.** São Paulo: Cultura Acadêmica, Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BELIK, W.; SILVA, J. G.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 119-129, 2001.

BERNSTEIN, Eduard. **Las Premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia. Problemas del socialismo. El revisionismo en la socialdemocracia.** México: Siglo Veintiuno, 1982.

BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em Marcha.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

BLAEU, Joan. **Atlas Maior of 1665.** Hispania Portugallia Africa & América. Colônia: Taschen, 2006.

BRASIL, Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos. Planalto Federal, Brasília-DF. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 15 de março de 2020.

BRASIL. Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Planalto Federal, Brasília-DF. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso 15 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Lei Nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento das dívidas, oriunda de operações de crédito rural, e dá outras providências. Planalto Federal, Brasília- DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 15 de março de 2020.

BRASIL. Lei Nº 11.952, de 25 de junho de 2009. Planalto Federal, Brasília- DF. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 09 de junho de 2019.

BRASIL. Lei Nº 13.249, de março de 2017. Planalto Federal, Brasília- DF. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 09 de abril de 2020.

BRASIL, Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Planalto Federal, Brasília- DF. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 09 de junho de 2019.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Planalto Federal, Brasília-DF. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 12 de março de 2020.

BRASIL. Decreto Nº 4.772, de 02 de julho de 2003. Cria Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, regulamentado pelo Art. 19 da Lei Nº 10.696. Planalto Federal, Brasília-DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 15 de março de 2020.

BRASIL. Decreto Nº 5.783, de 15 de agosto de 2006. Planalto Federal, Brasília-DF. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 15 de março de 2020.

BRASIL, Medida Provisória Nº 910, de 10 de dezembro de 2019. Planalto Federal, Brasília-DF. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 09 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Programa de Aquisição de Alimentos, 2018. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca->. Acesso em: 10 março de 2020.

BRUNO, Regina; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Percentuais e causas das evasões nos assentamentos rurais**. Brasília: Convênio FAO/Incra, 2000.

BOSERUP, Ester. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Editora Hucitec, Editora Polis, 1987.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Discutindo o paradigma da questão agrária: o movimento desigual e contraditório do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. In: **Entre-Lugar**, ano 2, nº 3, p. 17-34, 1º semestre de 2011.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. In: **Texto para discussão número 621- IPEA**, 1999.

CAMPOS, j. f. de s.; COCA, E. L. de F.; FERNANDES, B. M. Questão agrária e coletivo de pensamento. In: **DATALUTA** São Paulo: Outras Expressões, 2014.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas cidades, 1979

CARDOSO, C. F. S. **As Estruturas Agrárias da América Latina na Época Colonial: Tentativa de Síntese Interpretativa. História: Questões e Debates**, Curitiba, v. 03, n.04, p. 11-26, 1981.

CARDOSO JUNIOR, J. C.; JACCOUD, L. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 181-260.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.

CARVALHO, Horário Martins de. **A intervenção social e as possibilidades de coesão e identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: Nead – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 1999.

CARVALHO, Horário Martins de. **O campesinato no século XXI**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

CARVALHO, Horário Martins de. O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. In: **Boletim DATALUTA**. Artigo do mês de maio, 2012.

CARVALHO, Horário Martins. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CARVALHO, Juliano Loureiro de. Formação territorial da mata paraibana, 1750-1808. 2008. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia, 2008.

CARVALHO, M. C. B. A Priorização da Família na Agenda da Política Social. In: KALOUSTAN, S. M. **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo, Cortez, 2011.

CARVALHO, Maria Lúcia G. de. A cultura do abacaxi no município de Sapé: um exemplo de modernização. In: **Geonordeste**, Ano II, 1985.

CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CEGEC, Grupo de Estudo sobre trabalho, Espaço e Campesinato/UFPB. Coordenação MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes, DATALUTA- Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório 2013.

CHABAL, M. Echanpe et réciprocité, in Présentation de Temple & Chabal (1995). **La réciprocité et naissance des valeurs humaine**, 1998. Disponível em: <http://mireile.chabal.free.fr/echangre.htm>. Acesso em 25 de set. 2019.

CHAYANOV, Alexander V. **The Theory of Peasant Economy**. Homewoos- Ilinois: The American Economic Association, 1966.

CHAYANOV, Alexander V. **La organizacion de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

CHAYANOV, Alexander V. Teoria dos sistemas econômicas não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horário Martins de. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na Campanha Gaúcha. In: **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.8, n. 15, p. 1-25, fev. 2013.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. Segurança Alimentar, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, 2019. Disponível: www.conab.gov.br. Acesso em 08 de fev. 2020.

CORDEIRO, Manuela. Filhos da reforma agrária: terra, casa e lógicas de sucessão. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2000.

COSTA, Francisco de Assis. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira**. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, Francisco de Assis. Chayanov e a especificidade camponesa. In: CARVALHO, Horácio Martins de. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

COSTA, Francisco de Assis. CARVALHO, Horácio Martins. Campesinato. In: Stedile, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

CORREIA, Ana Paulo Lopes de Souza. Impactos do programa de aquisição de alimentos na organização e sustentação da pequena produção familiar no Agreste Paraibano. 2020. Tese (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, 2020.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. Resistência e formas de (re)criação camponesa no semiárido paraibano. 2011. (Dissertação de Mestrado). 281 f. Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, 2011.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. Produção do capital avícola e campesinato no espaço agrário do agreste paraibano. 2018. (Tese de doutorado). 403 f. Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, 2018.

COSTEIRA NETO, Alfrêdo L. da Silveira. Formas de remuneração do trabalho agrícola canavieiro. João Pessoa, 1990. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro de Tecnologia. Universidade Federal da Paraíba, 1990.

DAINESE, Grazielle. Os casos e o gênero: acontecimento da moralidade camponesa. In: **Revista Estudos Feministas**. Volume 25, nº 2. Florianópolis, Mai-Agost-2017.

DABAT, Christine. **Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

DELUEZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 5.

DRUCK, G. Trabalho, Precarização e Resistências. **Caderno CRH (UFBA)**, v. 24, Salvador, EDUFBA. 2011.

EGLER, C; TAVARES, Sérgio. Impactos sociais, econômicos e ambientais do Proalccol na Paraíba. **Cadernos Codécit 002**, série Impactos Tecnológicos, João Pessoa, Ano I, nº 1, 1984.

ENGELS. F. **A origem da família, da propriedade privado e do Estado**. 3. Ed. São Paulo: Expressão popular, 2012.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 10, nº 11, Jul-Dez de 2007.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008. 239- 271p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo. 1994. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST:movimento dos trabalhadores rurais sem terra, formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec. 2006.

[FIGUEIREDO, Nayana Ruth Manguiera de](#); TARGINO, Ivan. Estado, políticas públicas e territórios rurais. **Okara: geografia em debate (UFPB)**, v. 13, p. 76-95, 2019.

Fundação Getúlio Vargas. Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro. Acervo do CPDOC. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo <Acesso em 20 de junho de 2019>.

FONTANELLA, Bruno José Barcelos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde. **Caderno Saúde Pública**, Vol. 24, nº 1, Rio de Janeiro, Jan.2008.

FREIRE, Noemi Paes. Produção de cana-de-açúcar nos assentamentos da Zona da Mata paraibana: monopolização do território e estratégia de reprodução camponesa. 2019. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GERMANI, Guiomar Inez. **GeoTextos**, vol. 2, n. 2, 115-147, 2006.

GESTAR. Saúde e Trabalho nas lavouras da cana e do abacaxi: Relatório de pesquisa. João Pessoa: Gestar – UFPB, mimeo, 1985.

GOMES, Rafael Maxi de Oliveira. Paradigmas da educação do/no campo. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Graduação em Geografia. Centro de Humanidades. Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan. A importância das agências de mediação no ordenamento territorial dos assentamentos rural. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro, ano. 6, n. 11, 2004.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630**. Bauru: Edusc, 2007.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1968.

GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial. Revista **Reforma Agrária**, ano 7, n. 6, nov/dez. 1977.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. In: STEDILLE, João Pedro (coord). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005.

GUSMÁN, E. S. e MOLINA, M. G. Sobre evolução do conceito de campesinato. São Paulo: Editoria Expressão Popular, 2005.

HAESBERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói, RJ: EdUFF, 1997.

HAESBERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190

HAESBERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBERT, Rogério. RAMOS TRAMONTANI, Tatiana. O mito da desterritorialização econômica. In: Revista **GEographia**, Ano 6. Nº 112, 2004.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

HARVEY, David. O "novo" imperialismo: acumulação por espoliação. **Social Register**, Buenos Aires, El nuevo desafio imperial, p. 99-129, Enero 2005.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2014.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **População e Qualidade de vida na Reforma Agrária (PQRA)**, 2010. Disponível em: www.pgra.incra.gov.br <Acesso em 14 de julho de 2019>.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)** - Lista Única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário. Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento – DT, 2019. Disponível em: www.incra.gov.br. <Acesso em 14 de março de 2019>.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Assentamentos geral Superintendência Regional Paraíba- SR 18**. Diretoria de Gestão Estratégica – DE. Coordenação Geral de monitoramento e avaliação da gestão- DEA, 2019. Disponível em: www.incra.gov.br. <Acesso em 14 de março de 2019>.

ISNARD, Hidelbert. **O espaço geográfico**. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

JULIÃO, Francisco. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife: Bagaço, 2009.

KAUTSKY, Karl. **A política Agrária do Partido Socialista**. São Paulo: Ed. Assunção Limitada, 1945.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KESSLER, G. Juventude rural em América Latina. Panorama de las investigaciones actuales. In: BRUNIARD, R (.). **Educación, desarrollo rural y juventud: la educación de los jóvenes de provincias del NEA y NOA em la Argentina**. Buenos Aires: UNESCO- IIEP-FIDA, 2007. P. 16-67.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LEFEBVRE, Henry. **La prodction de l'espece**. Paris: Éditions Antropos, 1981.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

LEMOES, Francisco de Assis. **Nordeste, o Vietinã que não houve. Ligas camponesas e o golpe de 64**. Londrina/PR: editorada UEL, 1996.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

LIMA, Edvaldo Carlos de. Movimento sociais de luta pela terra e pela reforma agrária na Paraíba: concepções teóricas a partir do trabalho de campo. In: **Anais**. X Colóquio Internacional de Geocrítica. DIEZ ANOS DE CAMBIOS EM EL MUNDO, EM LAGEOGRAFIA Y EM LAS CIENCIAS SOCIALES, 1999-2008, p.01-14. Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Universidade de Barlona.<http://www.ub.es/geocrit/-xcol//212.htm>

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. **Uma apreciação crítica do período colonial na “História da Paraíba Lutas e Resistência”**. João Pessoa: Filipéia, 2006.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.

LUNA, Edno Paulino de. Trabalho, sustentabilidade e consciência ambiental do Assentamento Nova Vivência Sape/Sobrado- PB. 2008. (Monografia de Graduação). Geografia- Centro de Humanidades. Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2008.

LUXEMBURGO, Rosa. **Introduction à l'économie politique**. Paris: Anthropos, 1971.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MAGALHÃES LIMA, D. **“O Caboclo Amazonense: um Estudo de Antropologia Econômica na Microrregião Solimões-Japurá”**. Departamento de História e Antropologia, UFPA. Manuscrito. 1987.

MAIA, Sabiniano. **Sapé sua história suas memórias 1883-1985**. João Pessoa: UNIGRAF, 1985.

MARCELIN, Louis Herns. A linguagem da casa entre os negros do Recôncavo baiano. In: **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-60, 1999.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e território em disputa**. São Paulo: Ed. Expressão Popular e UNESP, 2008.

MARTINS, José de Sousa. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Sousa. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Sousa. O voo das andorinhas: migração temporárias no Brasil. In: **Não há terra para se plantar neste chão**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

MARTINS, José de Sousa. **O poder do atraso: ensaio da sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1995.

MARTINS, José de Sousa. **Exclusão social e nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Sousa. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARTINS, José de Sousa. **A Sociedade vista do Abismo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

MARTINS, Lígia. Márcia. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. **Trabalho apresentado na 29ª Reunião Anual da ANPED**, 2006. Recuperado em 20 de setembro de 2011, de <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>. <Acessado em: 20 de março de 2018>.

MARX, Karl. A Vera Zasulitch: primeiro rascunho fevereiro-março de 1881. In: FERNANDES, Rubéns César. **Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**. Tradução de Lúcio F. R. Almeida. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo. Ed. Martin Claret, 2008.

MARX, Karl. **Grundisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, Livro II.: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A revolução estatizada. Um estudo sobre a formação do centralismo em 30**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2. Edição, 1992.

MELO, Mário Lacerda de. **O açúcar e o homem no Nordeste**. Recife: INJPS, 1975.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.

MÉSZAROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MICAELO, Ana Luísa. A casa na parcela: a construção do lugar das famílias nos assentamentos da Zona da Mata de Pernambuco. In: **História: Debates e Tendências**. V. 17, n. 2, jul/dez, 2017.

MIOTO, R. C. T. Família e Assistência Social: Subsídios para o Debate do Trabalho dos Assistentes Sociais. In: DUARTE, M. J. O.; ALENCAR, M. M.T. (Orgs.). **Família e Família: Prática Sociais e Conversações Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. São Paulo, 2008 (Tese de Doutorado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo, 2008.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical. Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2010. v. 1000. 358p.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Reforma Agrária no Brasil: algumas contribuições sobre a materialização dos Assentamentos rurais. **Anais**. XII Jornada do Trabalho, Curitiba, 2011.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Reforma agrária no Brasil: algumas contribuições sobre a materialização dos assentamentos rurais. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 14, p. 4-2, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; BARBOSA, Humberto Junior Neves; HÉRICK DE SÁ, Thiago. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do censo agropecuário 2006. In: **Revista Pegada**. Vol. 18, Nº 3, 2017.

MORAES, Antonio Carlos Robert de; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Capitalismo geografia e meio ambiente. 2000. Tese (Livre Docência). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2000.

MOREIRA, Ivan Targino. Les facteurs déterminants du processus migratoire au Nord-Est du Brésil. 1982 (Tese de doutorado) Doutorado em Desenvolvimento Econômico e Social. Paris: Université de Paris I, 1982.

MOREIRA, Emília. Evolução do processo de produção do espaço paraibano. João Pessoa, **Cadernos do NDIHR**, nº 23, 1990.

MOREIRA, Emília. **Atlas de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Ed. Universitária, 1997.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, Emília. TARGINO, I, SILVA, Richarde M. da; et al. Zona da Mata Paraibana: Reestruturação do setor sucro-alcooleiro, Reforma Agrária e paisagem rural. João Pessoa. In: **Cadernos do Logepa**. Vol. 2, nº 1 Jan/Jun-2003.

MOREIRA, Emília. **Território(s) de Esperança**. Projeto de pesquisa: João Pessoa, CNPq, 2006.

MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. De território de exploração a território da esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista NERA**, Ano 10, Nº 10- jan-jun, 2007.

MOREIRA, Emília. **O espaço enquanto produto do trabalho**. João Pessoa: Texto Didático, 2013.

MOREIRA, Emília; NASCIMENTO, André Paulo; REGALA, Raísa Maria de Sousa; MOREIRA, Ivan Targino; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro Costa Guedes. A luta por água no estado da Paraíba: contradições e conflitos. **Revista NERA** (UNESP), v. 19, p. 61-81, 2016.

MOREIRA RUY. “Espaço agrário e classes sociais rurais no Brasil”. Petrópolis: **Revista de Cultura Vozes**. Ano 74. Vol. LXXIV março, 1980. N. 2.

MOREIRA RUY. “A geografia serve para desvendar as máscaras sociais”. In: MOREIRA, Ruy. **Geografia, Teoria e Crítica**. Petrópolis: Ed, Vozes, 1982.

MOREIRA RUY. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MORGAN, Lewis Henry. A sociedade antiga ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização. In: CASTRO, Celso. **Evolucionismo Cultural - textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MOTTA SANTOS, M. V. “A Constituição Simbólica da Troca de Alimentos e Trabalho numa Fazenda Tradicional de Goiás”. (Tese de Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, 1986.

MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. De Filipéia à Paraíba. Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. Séculos XVI-XVIII. Porto, 2005. (Tese Doutorado em História da Arte) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2005.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-137.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Território e Migração: discussão conceitual na Geografia**. São Paulo: USP, (mimeo), 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **150 anos do manifesto e a luta pela Terra no Brasil**. In: COGGIOLA, O. (org.) Manifesto do partido comunista ontem & hoje. São Paulo: Xamã, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura brasileira transformações recentes**. Apud. ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. 3. Ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do capitalismo brasileiro: movimentos sociais conflitos e Reforma Agrária. In: **Estudos Avançados**. Vol. 15 nº 43. São Paulo, Set/Dez, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). Novos caminhos da Geografia. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. **Terra Livre**. São Paulo, n. 21, p. 113-156, 2003. Disponível: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S1982...lng=en. Acesso. 15/06/2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “Quem sabe faz agora, não espera acontecer”: o MST como movimento socioterritorial moderno. **Revista USP**, São Paulo. V. 64, 2005, p. 156-72.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Amazônia e a nova Geografia da produção da soja. **Revista Terra livre**, São Paulo, ano 22, v. 1, n. 26, p. 13-43, jan.–jun, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. In: COMISSAO PASTORAL DA TERRA (org.) **Conflitos no Campo Brasil**- 2010. Goiania PCT, 2011, v.1 p. 55-62.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

PALITOT, Estêvão Martins. Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura. 2005. (Dissertação de Mestrado). Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba, 2005.

PANTA, Rômulo Luiz Silva. Uma análise sobre as condições de vida, trabalho e moradia no Assentamento Santa Helena, Sapé-PB.2007 (Monografia de Conclusão de Curso). Centro de Humanidades. Departamento de Geografia e História. Universidade Estadual da Paraíba, 2007.

PANTA, Rômulo Luiz Silva. O processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos assentamentos rurais da reforma agrária de Sapé (PB). 2015 (Dissertação de Mestrado). Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, 2015.

PAULINO, Jonatta Sousa; GOMES, Ramonildes Alves. Sementes da Paixão: agroecologia e resgate da tradição. In: **RESR**, Piracicaba- SP, Vol. 53, Nº 03, p. 517-528, Jul/Set 2015.

PAULINO, Eliane Tomiasi; Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro da renda monetária no estudo dos assentamentos rurais. In: **Revista Nera**, Ano 9, Nº 8, Jan/Jun, 2006.

PAULINO, Eliani Tomiasi. Território e campesinato: da teoria à práxis. In: **Terr@Plural**, Ponta Grossa, 2 (1): 199-211, jul./dez., 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Além das cercas... Um olhar educativo sobre a reforma agrária**. João Pessoa: Ideia, 2005.

PERES, Sidnei Clemente. **Relatório dos novos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Potiguara de Monte-Mór**. Brasília: FUNAI, 2004.

PIETRO, Gustavo Francisco Teixeira. *Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista: grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra*. 2016. (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. 2016.

PINA-CABRAL, João de. **Os contextos da antropologia**. Lisboa: Difel, 1991.

PINEROS, Lizarazo, Robinzon. Mobilidade territorial do trabalho de jovens rurais em territórios do agrohidronegócio de cultivos flexíveis. Palma de azeite nos departamentos de Meta e Casanare (Colômbia) e cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema. 2018. (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2018.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. v.1. João Pessoa: Editora Universitária, 1977

POCHMANN, M. Ataque aos direitos sociais e trabalhistas no Brasil. In: **Revista Estado y Políticas Públicas**, v. 9, p. 1-248, 2017.

POLANYI, Farl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

PRADO JR, Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

QUANI. Massimo. **Storia, geografia e territorio**. Sulla natura, gli scopi e i metodi dela geografia storica, Miscellane storica Ligure, 6, 7, 1974.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Alexandre Luiz. Acumulação flexível & direito do trabalho. In: **Revista de Ciências Humanas**, V. 15, n. 22, Florianópolis-SC: Ed. UFSC, 2º Sem./1997.

RIBEIRO, Gustavo Lins; BIANCO, Bela Feldman. **Antropologia e poder: Contribuições de Eric Wolf**. Texto Série Antropológica, Brasília, 2003.

RINALDIMEYER, D. **A Terra do Santo no Mundo dos Engenhos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RUMMERT, Sonia Maria; ALGEBAILLE, Eveline; VENTURA Jaqueline. Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 18, n. 54, Set. 2013.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, José Vicente dos. **Os colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 4. Ed. 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 2ª. ed. São Paulo: Record, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções obre território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A.; ANTONELLO, J. A. A territorialização na agricultura familiar: materializações na paisagem de Francisco Beltrão (Paraná, Brasil). **Anais**. V SIMPGEO (Simpósio Paranaense de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia). Curitiba, 2010, p. 405-420.

SCOOT, J. **Los dominados y el arte de la resitencia**. Ciudad de Mexico: Ediciones Era, 2000.

SEGALEN, Martine. **Mari et femme dans la société paysanne**. Paris: Falamarion, 1990.

SAHLINS, M. In: **Stone Age Economics**. Londres: Tavistock, 1978.

SHANIN, Teodor. **La classe incómoda. Socióloga política do campesinato em uma sociedade em desarrollo (Rusia 1910-1925)**. Madri: Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações-o velho e novo em uma discussão marxista. Presidente Prudente. **Revista NERA**- ano 8, n. 7- junho/dezembro de 2005, pp. 1-21.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.23-48.

SHANIN, Teodor. **Marx tardio e a via russa – Marx e as periferias do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SIMÃO, G.L.; et. al.; Políticas Públicas de desenvolvimento local e adensamento de capital social: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em quatro municípios de Minas Gerais. In: **Revista de Administração da UFSM. Santa Maria - RS**, v. 10, n. 2, p. 288-306, 2017.

SIMINSKI, Alexandre; FANTINI, Alfredo Celso. Roça de toco: uso dos recursos florestais e dinâmica da paisagem rural no litoral de Santa Catarina. In: **Ciência Rural**. Volume 37. Nº 3. Santa Maria, Jun-2007.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

SILVA E. V, AMARAL R. F. e MACIEL H. M. Campesinato e Reforma Agrária: Um debate contemporâneo. In: **Perpescitvasonline: Ciências Humanas e Sociais**. Campo dos Goytazases, 2016.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa- Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, Waldir Porfírio. Bandeiras Vermelhas: a presença dos comunistas na Paraíba (1900 a 1960). João Pessoa: Textoarte, 2003.

SOUZA, Francisco de Assis Varela. **Reforma Agrária: da questão histórica à implementação dos assentamentos rurais na Paraíba**. Joao Pessoa: UFPB, 1998.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil. Interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2016.

STEDILE, João Pedro. Lider do MST diz que haverá menos ocupações de terra no governo Bolsonaro. **Revista Exame**. Publicado em 10 de set. de 2019. São Paulo. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/>. Acesso em 10 de fev. de 2020.

TABUTI, Ana Lúcia Teixeira. Construindo uma nova geração camponesa: estratégias de resistência e reprodução socioterritorial do campesinato em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema. 2020 (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2020.

TARGINO, Ivan e MOREIRA, Emília. Impactos do Proalcool sobre o meio ambiente e o emprego rural. In: **Anais**. VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP). Brasília, out, 1992.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília; IENO, Genaro. Organização interna dos Assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas. In: **Revista do Núcleo de Estudos sobre Reforma Agrária- Nera**. Volume 1. Nº 3, 2000. Disponível em: <http://www.ccsa.ufbp.br/ppge/?secao=5&subsecao=44&p=75>. <Acesso em 01 de julho de 2019.

TARGINO, Ivan. A luta pela terra e os movimentos sociais no Brasil. In: **Raízes**, Campina Grande, vol 21, nº 01, p. 148-160, jan/jun. 2002.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília; MENEZES, Marilda. As ligas camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. In **Ruris**, v. 5, p. 83-117, 2011.

TARGINO, Ivan. **O setor industrial Paraibano**. João Pessoa: Texto didático, 2014.

TARGINO, Ivan; CARVALHO, Rejane; FARIAS, Wanderleya. Desempenho da Economia Paraibana no Início do Século XXI. **Revista Conjuntura Econômica**, Fortaleza, BNB, n. especial, 2019.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília. Agricultura familiar na Paraíba: perfil com base no censo agropecuário de 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Número Especial, 2020.

TAVARES, Flávio. **1964: o Golpe**. Porto Alegre: L&PM, 2014.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. **Brasil-Colônia, 1698: Seca, fome e rebelião popular**. Convergência Lusiada, Rio de Janeiro, v. 15, p. 76-86, 1998.

TEMPLE, Dominique. Séminaire sur la réciprocité. Paris: **Association Afrique- Cauris**, 2004. Disponível em: <http://dominique.temple.chez.alice.fr/>. Acesso em: 22 de set. de 2019.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classe do Brasil. **Anais**. IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre, 2007.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos. 2009. (Tese Livre Docência em Geografia do Trabalho) - Faculdades de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Movimento territorial do trabalho e desterração do sujeito/classe. In: **Geografia e trabalho no século XXI: commodities, conflitos territoriais e degradação do trabalho no Brasil**. PERPÉTUA, Guilherme Marini Perpétua; THOMAZ JUNIOR, Antonio. Volume 9 especial. Presidente Prudente: Centelha, 2018.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Novos territórios da degradação sistêmica do trabalho (em tempos de desproteção total e inclusão marginal institucional). In: **Revista Terra Livre**. Ano 34, Vol 1, n. 52, p. 234-277, 2019.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.

TOLENTINO, Michel Leonard Duarte de Lima. O (Des)envolvimento do PRONAF: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses. 2013. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2013.

TOOGE, Rikardy. Especialistas temem que MP da regularização fundiária dê brecha para legalizar grileiros na Amazônia. G1-Agro. Publicado em 12 de dezembro de 2019. Disponível <https://g1.globo.com/economia>. Acesso em 15 de março de 2020.

VAN HAM, Antonia M. et al. (org) **Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as ligas camponesas na Paraíba – deixemos o povo falar**. João Pessoa: Ed. Idéia, 2006.

VELOSO, Fernando. A importância do Programa de Aquisição de Alimentos para as famílias e entidades beneficiárias na região da Nova Alta Paulista. In: **Revista Pegada**. Mundo do Trabalho. Vol. 18 Nº 2. Maio- Agosto, 2017.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX Encontro anual da ANPOCS**, Caxambu, 1996.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga. In: MARTINS, José de Souza (Ed.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora Ufrgs, 2003. p. 203-246.

WALL, Karin. **Famílias no campo: passado e presente em duas freguesias do baixo Minho**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WOLF, Eric R. **Guerras camponesas do século XX**. São Paulo: Global Editora, 1984.

WOORTMANN, Klaus. Com parente não se negueia. O campesinato com ordem moral. In: **Anuário Antropológico**. Editora Universidade de Brasília, Brasília: Tempo Brasileiro, 1990.

ZASULITCH, Vera. A Karl Marx: 16 de fevereiro de 1881. In: FERNANDES, Rubens Cesar. **Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**. Tradução de Lúcio F. R. Almeida. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1982.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS AUXILIAR – PESQUISA EM SITE

www.bnb.gov.br <Acesso em 27 de março de 2020>.

www.ceasa.gov.br/precos <Acesso em 21 de novembro de 2019>

www.conab.gov.br <Acesso em 21 de novembro de 2019>

www.ibge.gov.br <Acesso em 6 de julho de 2019>

www.incra.gov.br <Acesso em 13 de julho de 2019>

www.ideme.pb.gov.br <Acesso em 12 de junho de 2019>

<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/caged-3/> <Acesso em 12 de fevereiro de 2020>.

<http://www.rais.gov.br/>. <Acesso, 14 de fevereiro de 2020>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS AUXILIAR- RECURSOS VISUAIS E IMAGENS

OUTRORA, Sapé. Imagem 01: Ato público das Ligas Camponesas de Sapé –década de 1960 (à frente, João Pedro Teixeira). FACEBOOK. In: Grupos/Sapé de Outrora. <Acesso em 17 de setembro de 2019>.

OUTRORA, Sapé. Imagem 02: Ato público das Ligas Camponesas de Sapé na Praça João Pessoa, Sapé-PB- década de 1960. FACEBOOK. In: Grupos/Sapé de Outrora. <Acesso em 17 de setembro de 2019>.

OUTRORA, Sapé. Imagem 03:Ato público das Ligas Camponesas de Sapé década de 1960. FACEBOOK. In: Grupos/Sapé de Outrora. <Acesso em 17 de setembro de 2019>.

OUTRORA, Sapé. Imagem 04: Reunião das Ligas Camponesas de Sapé- década de 1960. FACEBOOK. In: Grupos/Sapé de Outrora. <Acesso em 19 de setembro de 2019>.

OUTRORA, Sapé. Imagem 05: Comício das Ligas Camponesas de Sapé em protesto à morte de João Pedro Teixeira, 1962. FACEBOOK. In: Grupos/Sapé de Outrora. <Acesso em 19 de setembro de 2019>.

OUTRORA, Sapé. Imagem 06: Comício das Ligas Camponesas em protesto à morte de João Pedro Teixeira- Na foto, a sua viúva, Elizabeth Teixeira. FACEBOOK. In: Grupos/Sapé de Outrora. <Acesso em 17 de setembro de 2019>.

OUTRORA, Sapé. Imagem 07: Imagem aérea da Usina Santa Helena em Sapé na década de 1980. FACEBOOK. In: Grupos/Sapé de Outrora. <Acesso em 20 de setembro de 2019>.

OUTRORA, Sapé. Imagem 08: Ocupação de Cuba de baixo na década de 1980. FACEBOOK. In: Grupos/Sapé de Outrora. <Acesso em 21 de setembro de 2019>.

GPRM- Serviço Geológico do Brasil. Disponível em: www.grm.gov.br. Acesso: 29 de set. de 2019. Adaptado pelo Autor, 2019

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS AUXILIAR- MÍDIAS DIGITAIS

VERRI, Isabela. A invisibilidade Social. Jornal Sociológico, 2009. Disponível em: <http://jornalsociologico.blogspot.com/2009/05/invisibilidade-social.html>. Acesso em 31.05.2019.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO APLICADO AO PRESIDENTE DO ASSENTAMENTO**Assentamento:** _____ **data** _____

1. Quantos anos tem o assentamento?
2. Foi criado pelo MST, CPT, ou outro?
3. Foi resultando do processo de Luta?
4. Todas as pessoas que hoje moram aqui, já moravam antes da criação do assentamento?
5. Quantas famílias tem assentadas?
6. As famílias aumentaram o tamanho depois desses anos de criação do Assentamento?
7. Como são chamadas essas famílias: () ampliadas () agregadas () Sem terras
8. Sabe dizer quantas famílias agregadas existem no Assentamento?
9. Como vivem e do que as famílias que aumentaram seu tamanho do lote?
10. Em que trabalham em que atividades?
11. Você acha importantes essas famílias continuarem nos lotes dos pais? Ou acha que prejudicam?
12. Se saíssem para onde iriam?
13. Os filhos dessas famílias estão em processo de luta por mais terra?

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO APLICADO AS FAMÍLIAS CAMPONESAS ASSENTADAS SOBRE O PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL INTERGERACIONAL. PESQUISA DE TESE DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA REALIZADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

AUTOR-PESQUISADOR: ROMULO LUIZ SILVA PANTA

ORIENTADOR: DR. IVAN TARGINO MOREIRA

I- LOCALIZAÇÃO								
Assentamento: _____ Município: _____ Data: _____								
II- DADOS DA FAMÍLIA ENTREVISTADA								
Lote: _____								
Entrevistado: _____ Agricultor(a) titular : _____								
Apelido: _____ Idade: _____								
Local do nascimento: _____								
Morou toda vida aqui: (1) Sim (2) Não. Onde Morava antes: _____								
Vieram por substituição: (1) Sim (2) Não								
II CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA								
Composição familiar:								
Composição Familiar Original	Composição Familiar atual							
Q.	Q							
Populacional inicial	População atual:							
Quantas famílias contém no Lote: _____								
1. Quantas pessoas vivem no ou do lote/parcela? <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <tr> <td style="padding: 5px;">Crianças</td> <td style="padding: 5px;">Adultos</td> <td style="padding: 5px;">Idosos</td> </tr> <tr> <td style="height: 30px;"></td> <td></td> <td></td> </tr> </table> 2. Como chegaram, por que vieram para aqui? 3. Viveram em acampamento? (1) Sim (2) Não. Como era? 4. Como moram aqui na parcela/lote? Quantas casas existem? 5. Como foram construídas as casas? (1) INCRA (2) Recursos próprios			Crianças	Adultos	Idosos			
Crianças	Adultos	Idosos						

6. Como as famílias da segunda geração-dos filhos se reconhecem:
(1) Agregadas (2) Assentadas (3) Moradoras (4) Sem terras
7. Existe algum agregado que não é da família? (1) Sim (2) Não
8. De que vivem? Quais rendimentos?
9. Açam que as condições de vocês melhoram depois que estão aqui, todos juntos? Por que?

10. Porque os agregados ficaram?

Motivo	Class.	Motivo	Class.
Porque tem acesso à terra própria		Pela possibilidade de trabalho na terra	
Porque tem acesso à moradia		Porque conseguem renda a partir com a produção	
Porque casaram		Porque tiveram acesso aos programas PAA/PNAE	
Porque tem trabalho assalariado		Porque produzem em família	
Porque contam com a renda do pais		Porque veem futuro na vida e no trabalho do campo	
Pela renda gerada por outras atividades		Pelo engajamento em grupos/atividades (militância/igreja	
Pela necessidade de ajudar os pais		Porque acreditam que não encontram melhor alternativa nas cidades	

IV- CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO

11. Tamanho do lote/parcela: _____
12. Plantam quantas vezes por ano?
13. Tem irrigação?
14. A terra é utilizada de que forma: (1) o ano inteiro sem descanso (2) em parte do ano com descanso
15. Plantam o quê?

16. Qual a atividade mais importante? Por que?
17. Ela ocupa quantos Hectares/contas?
18. Possuem lavouras/plantações separadas entre famílias?
19. O que produzem separadamente, quanto vendem o dinheiro é dividido, ou fica para quem produziu?
20. Todos comem do quem produzem?
21. Dividem o que produzem com vizinhos?
22. Produzem para: (1) para o consumo (2) para vender e consumir (3) só para vender

V- COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

23. Produzem algum excedente? (Algum produto que possa ver vendido?) (1) Sim (2) Não

24. O que ? _____

25. Vendem:

(1) diretamente no comércio (2) colocam diretamente na feira livre

(3) ao atravessador (4) a alguma agroindústria

26. Como é realizada a venda ao atravessador ou a agroindústria?

27. A última plantação que vendeu foi o que, quando foi, e por quanto?

34. Criam animais? Quais e quantos? Com que finalidade?

35. Produziram para o PAA (1) Sim (2) Não Valor R\$ _____. 35.1 Continuam? _____

36. Produziram para o PANE (1) Sim (2) Não. Valor R\$ _____ 36.1 Continuam? _____

VI- CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES – TRANSFORMAÇÕES E FORMAS DE TRABALHO

37. Todos da família trabalham na terra (1) sim (2) não

38. Em quais atividades?

39. Quem da família não trabalha na terra?

40. Alguém trabalha fora, tantos homens quanto mulheres? (1) sim (2) não. 37.1 Em que? Qual atividade?

41. Onde trabalham?

42. Como fazem para se descolar?

43. Quantas horas de trabalho?

44. Quanto ganham com o trabalho fora?

45. Colocam dinheiro do trabalho na terra? (1) Sim (2) Não

46. Alguém da família trabalha ou já trabalhou em alguma atividade fora? Em que?

47. Quem trabalha fora, ainda vai trabalhar na terra? (1) Sim (2) Não

48. Contratam trabalhadores? (1) Sim (2) Não. 41.1 Em que época ou para que atividade?

49. Acham que o trabalho no lote/parcela, atualmente (hoje), daria para ser realizado sem os agregados?

50. Como fazem para sobreviver durante o verão/seca/estiagem?

51. Alguém da família, algum outro agregado deixou a terra? (1) Sim (2) Não

52. Por que?

Motivo	Class.	Motivo	Class.
Não conseguem trabalho		Não conseguem ver futuro na vida no campo	
Não conseguem renda		Porque possivelmente a vida na cidade é melhor	
Porque não terras próprias		Porque não tem terras suficientes	
Pelos problemas climáticos de seca ou inundações		Pela possibilidade de conseguir mais renda	

VII- COMPOSIÇÃO DE RENDIMENTOS E CARACTERIZAÇÃO DO CONSUMO

53. Descrever:

Aposentarias	Bolsa Família	Salários	Outras atividades
Quantas:	Quantas:		
Valor:	Valor:	Valor:	Valor:

54. O quem mantém as famílias? Com qual renda julgam que sobrevivem:

(1) Com a renda que a terra produz (2) com a renda das aposentadorias (3) com a renda do trabalho fora da terra

Pesquisa de rendimentos por despesas

55. Quanto gastam na feira?

56. Quanto gastam de Luz?

57. Compram botijão de Gás? Quantos por mês _____ Valor _____

• Renda Média: _____

58. Possuem Motos ou carros? Servem para que?

59. Com que dinheiro compraram?

60. Tem contas/cartão a pagar?

VIII- CARACTERIZAÇÃO DINÂMICA TERRITORIAL

61. A diferença entre a família nuclear (pais) e os agregados no uso da terra?

62. Produzem em outra terra? (1) Sim (2) Não

63. Em qual condição:

(1) Arrendam (2) Por empréstimo (3) Na terras de outros parentes (4) coletivas

64. A terra de vocês é suficiente para as necessidades da família?

65. Empréstam a terra a vizinhos ou parentes? (1) Sim (2) Não

66. Arrendam o lote/ parcela para plantar cana de açúcar ou abacaxi (1)Sim (2)Não

67. Qual a área? _____. 24.1 Por quanto? _____. 24.2 Que anos _____

68. Se sim, como é o trabalho na parte arrendada? Quem trabalha? Recebe por isso?

69. A segunda geração está envolvida em algum processo de luta por terras?

(1) Sim (2) Não

70. Se sim, onde? E Porque foram?

71. Se não, por que?

72. Desejam ter alguma parcela por substituição? (1) Sim (2) Não

73. Isso melhoraria a vida e o trabalho de vocês?

OBSERVAÇÕES